



História

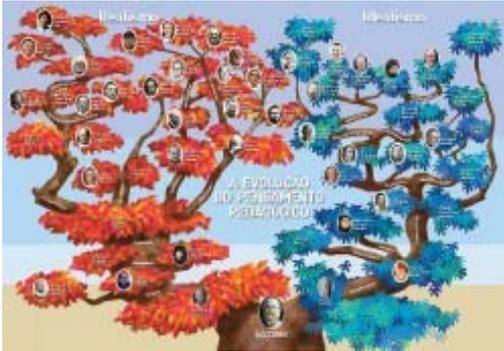
Prática pedagógica História geral

Edição Especial | 10/2008

Pensar a escola, uma aventura de 2500 anos

Tão antigo quanto a filosofia, o pensamento educacional se desdobra em várias correntes, mas suas raízes estão fincadas na Grécia antiga

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO

[Clique para baixar o infográfico em PDF](#)

Ilustração: Milton Rodrigues Alves

Por trás do trabalho de cada professor, em qualquer sala de aula do mundo, estão séculos de reflexões sobre o ofício de educar. Mesmo os profissionais de ensino que não conhecem a obra de Aristóteles (384-322 a.C.), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) ou Émile Durkheim (1858-1917) trabalham sob a influência desses pensadores, na forma como suas idéias foram incorporadas à prática pedagógica, à organização do sistema escolar, ao conteúdo dos livros didáticos e ao currículo docente.

Antes mesmo de existirem escolas, a educação já era assunto de pensadores. Um dos primeiros foi o grego Sócrates (469-399 a.C.), para quem os jovens deveriam ser ensinados a conhecer o mundo e a si mesmos. Para seu discípulo Platão (427-347 a.C.), o conhecimento só poderia ser alcançado num plano ideal e nem todos estariam preparados para esse esforço. Aristóteles, discípulo de Platão, inverteu as prioridades e defendeu o estudo das coisas reais como um meio de adquirir sabedoria e virtude. O sistema de ensino que ele preconizou era acessível a um número maior de pessoas.

Duas vertentes

O quadro de afiliações filosóficas que você encontra anexado à capa desta edição se baseia no princípio de que as duas tendências (a idealista, de Platão, e a realista, de Aristóteles) podem ser traçadas em toda a história da filosofia no Ocidente – esse é um critério possível, mas não absoluto. Mesmo quando dominada pelo cristianismo, durante a Idade Média, a educação experimentou as vertentes idealista e realista, uma seguida da outra, de acordo com os postulados de Santo Agostinho (354-430) e de Tomás de Aquino (1224/5-1274).

Conteúdo relacionado

Especial Grandes Pensadores

- [Índice da edição](#)

No século 14, a Europa havia se voltado de novo para o saber clássico. O feudalismo cedeu lugar a Estados nacionais, e as universidades, embora fiéis à teologia, passaram a dar atenção também ao conhecimento científico. Começava o humanismo. Filósofos como o holandês Erasmo de Roterdã (1469-1536) valorizaram a capacidade do ser humano de moldar a si mesmo por meio da leitura e da liberdade de conhecer.

Praticamente ao mesmo tempo, o fundador do protestantismo, Martinho Lutero (1483-1546), criou as bases da educação pública e universal. Em nome do direito de todos de ler e interpretar a Bíblia por si mesmos, o monge alemão deixou um legado duradouros na história do ensino. A Igreja Católica reagiu com uma ofensiva dos jesuítas, cujo ensino se baseava em rígida disciplina intelectual e física.

No século 17, enquanto o absolutismo triunfava como forma de governo numa Europa que se subdividia em Estados cada vez menores, religião e razão tentavam conviver na cultura. O grande nome racionalista no campo pedagógico foi o do tcheco Comênio (1592-1670), que previu um ensino que respeitasse a capacidade e o interesse do aluno sem severidade.

O século terminou com o despontar do liberalismo, no pensamento do inglês John Locke (1632-1704), convicto de que as idéias nascem da experiência e não são inatas no ser humano. Os 100 anos seguintes ficaram marcados pela consagração dos direitos civis – liberdade, privacidade, propriedade e igualdade. Para os pensadores da época, a sociedade moderna seria aquela em que as luzes da razão se acenderiam em cada um para usufruir desse aprendizado individual.

Tanta fé na civilização e na adaptabilidade do ser humano irritou alguns filósofos, para quem a humanidade mais perdeu do que ganhou ao se afastar da natureza. Por isso, missão urgente era preservar as crianças da "influência corruptora" da sociedade. O nome-chave dessa escola é o suíço Rousseau, que reconstruiu a figura da criança como um ser em processo. Friedrich Froebel (1782-1852), herdeiro da tendência naturalista, projetou a educação dos menores de 8 anos, procurando cuidar deles sem desrespeitar sua evolução espontânea.

Com a Revolução Francesa, em 1789, a escola tornou-se a instituição que garantiria certa homogeneidade entre os cidadãos e daí, pelo mérito, a diferenciação de cada um. A educação se expandiu por toda a França. O auge da crença nesse consenso social se encontra no pensamento do sociólogo francês Durkheim, para quem a sociedade era a materialização de uma consciência coletiva.

Aceita a idéia de que a criança na escola está num processo de

desenvolvimento a ser respeitado e estimulado, a garantia para que isso aconteça foi enfatizada pelos postulados da Escola Nova, que se desenvolveu no final do século 19. Um grande representante do método tradicional foi o educador alemão Johann Friedrich Herbart (1776-1841), com sua didática baseada na direção do professor e na disciplina interna do aluno.

A Escola Nova deu impulso ao desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas ativas. Um de seus representantes é o norte-americano John Dewey (1859-1952), que pregou a democracia dentro da escola. O movimento escolanovista representou também uma adequação educacional ao crescimento urbano e industrial. Um de seus pilares foi a identificação dos métodos pedagógicos com a ciência. Inseriram-se na crença em uma "pedagogia científica" tanto Maria Montessori (1870-1952) como o belga Ovide Decroly (1871-1932). A médica e educadora italiana buscou os princípios de uma auto-educação motivada por materiais pedagógicos.

Construtivismo

Ainda que originária de outro meio, a obra do biólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) de certa forma deu prosseguimento às investigações da Escola Nova sobre o desenvolvimento cognitivo das crianças e dos adolescentes. Suas descobertas marcaram a pedagogia no século 20 mais do que o trabalho de qualquer outro pensador. Entre os seguidores do construtivismo, como ficou conhecida a doutrina de Piaget, está a argentina Emilia Ferreiro, muito influente no Brasil.

Paralelamente, em consonância com as idéias socialistas do alemão Karl Marx (1818-1883), vários pensadores de esquerda desenvolveram idéias especificamente pedagógicas, como o russo Anton Makarenko (1888-1939), que defendeu uma ligação maior entre produção e escola. O bielorusso Lev Vygotsky (1896-1934) levantou a tese da gênese social do psiquismo, estruturada por meio de um sistema de signos. E o educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997) alcançou largo reconhecimento internacional por um método centrado na necessidade de consciência social e na importância do "outro".

Em países da Europa Ocidental, o chamado Estado de bem-estar social assumiu uma função reguladora das desigualdades e assumiu mais do que nunca a missão de educar. Nesse contexto, uma importante linhagem de pensadores críticos questionou concepções arraigadas sobre o papel da escola, a organização do conhecimento e as noções de inteligência, entre outras. Fazem parte dessa geração intelectuais como os franceses Edgar Morin, Pierre Bourdieu (1930-2002) e Michel Foucault (1926-1984) e o

norte-americano Howard Gardner, que causou impacto no meio pedagógico no início dos anos 1980 ao defender a idéia das inteligências múltiplas.

Sócrates

Para o pensador grego, só voltando-se para seu interior o homem chega à sabedoria e se realiza como pessoa

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

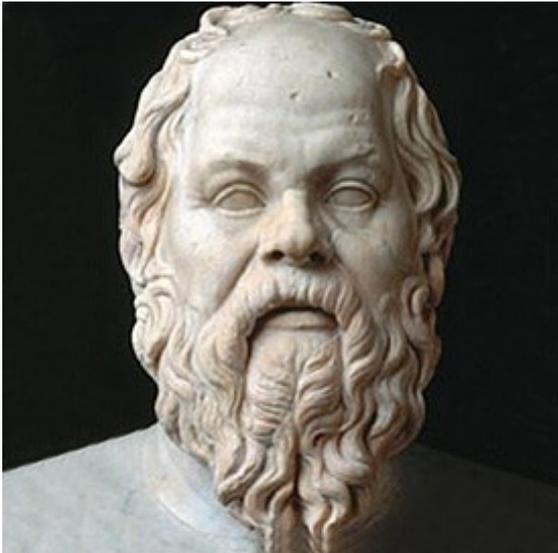


Foto: Araldo de Luca/Corbis

O pensamento do filósofo grego Sócrates (469-399 a.C.) marca uma reviravolta na história humana. Até então, a filosofia procurava explicar o mundo baseada na observação das forças da natureza. Com Sócrates, o ser humano voltou-se para si mesmo. Como diria mais tarde o pensador romano Cícero, coube ao grego "trazer a filosofia do céu para a terra" e concentrá-la no homem e em sua alma (em grego, a psique). A preocupação de Sócrates era levar as pessoas, por meio do autoconhecimento, à sabedoria e à prática do bem.

Nessa empreitada de colocar a filosofia a serviço da formação do ser humano, Sócrates não estava sozinho. Pensadores sofistas, os educadores profissionais da época, igualmente se voltavam para o homem, mas com um objetivo mais imediato: formar as elites dirigentes. Isso significava transmitir aos jovens não o valor e o método da investigação, mas um saber enciclopédico, além de desenvolver sua eloquência, que era a principal habilidade esperada de um político.

Sócrates concebia o homem como um composto de dois princípios, alma (ou espírito) e corpo. De seu pensamento surgiram duas vertentes da filosofia que, em linhas gerais, podem ser consideradas como as grandes tendências do pensamento ocidental. Uma é a idealista, que partiu de Platão

(427-347 a.C.), seguidor de Sócrates. Ao distinguir o mundo concreto do mundo das idéias, deu a estas status de realidade; e a outra é a realista, partindo de Aristóteles (384-322 a.C.), discípulo de Platão que submeteu as idéias, às quais se chega pelo espírito, ao mundo real.

Biografia

Sócrates nasceu em Atenas por volta de 469 a.C. Adquiriu a cultura tradicional dos jovens atenienses, aprendendo música, ginástica e gramática. Lutou nas guerras contra Esparta (432 a.C.) e Tebas (424 a.C.). Durante o apogeu de Atenas, onde se instalou a primeira democracia da história, conviveu com intelectuais, artistas, aristocratas e políticos. Convenceu-se de sua missão de mestre por volta dos 38 anos, depois que seu amigo Querofonte, em visita ao templo de Apolo, em Delfos, ouviu do oráculo que Sócrates era "o mais sábio dos homens". Deduzindo que sua sabedoria só podia ser resultado da percepção da própria ignorância, passou a dialogar com as pessoas que se dispusessem a procurar a verdade e o bem. Em meio ao desmoronamento do império ateniense e à guerra civil interna, quando já era septuagenário, Sócrates foi acusado de desrespeitar os deuses do Estado e de corromper os jovens. Julgado e condenado à morte por envenenamento, ele se recusou a fugir ou a renegar suas convicções para salvar a vida. Ingeriu cicuta e morreu rodeado por seus amigos, em 399 a.C.

Ensino pelo diálogo

Nas palavras atribuídas a Sócrates por Platão na obra *Apologia de Sócrates*, o filósofo ateniense considerava sua missão "andar por aí (nas ruas, praças e ginásios, que eram as escolas atenienses de atletismo), persuadindo jovens e velhos a não se preocuparem tanto, nem em primeiro lugar, com o corpo ou com a fortuna, mas antes com a perfeição da alma". Defensor do diálogo como método de educação, Sócrates considerava muito importante o contato direto com os interlocutores – o que é uma das possíveis razões para o fato de não ter deixado nenhum texto escrito. Suas idéias foram recolhidas principalmente por Platão, que as sistematizou, e por outros filósofos que conviveram com ele. Sócrates se fazia acompanhar freqüentemente por jovens, alguns pertencentes às mais ilustres e ricas famílias de Atenas. Para Sócrates, ninguém adquire a capacidade de conduzir-se, e muito menos de conduzir os demais, se não possuir a capacidade de autodomínio. Depois dele, a noção de controle pessoal se transformou em um tema central da ética e da filosofia moral. Também se formou aí o conceito de liberdade interior: livre é o homem que não se deixa escravizar pelos próprios apetites e segue os princípios que, por intermédio da educação, afloram de seu interior.

O Nascimento das idéias, segundo o filósofo



Ilustração do século 19: Sócrates como mestre do guerreiro Alcibíades.

Foto: Bettmann/Corbis

Sócrates comparava sua função com a profissão de sua mãe, parteira – que não dá à luz a criança, apenas auxilia a parturiente. "O diálogo socrático tinha dois momentos", diz Carlos Roberto Jamil Cury, professor aposentado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O primeiro corresponderia às "dores do parto", momento em que o filósofo, partindo da premissa de que nada sabia, levava o interlocutor a apresentar suas opiniões. Em seguida, fazia-o perceber as próprias contradições ou ignorância para que procedesse a uma depuração intelectual. Mas só a depuração não levava à verdade – chegar a ela constituía a segunda parte do processo. Aí, ocorria o "parto das idéias" (expresso pela palavra maiêutica), momento de reconstrução do conceito, em que o próprio interlocutor ia "polindo" as noções até chegar ao conceito verdadeiro por aproximações sucessivas. O processo de formar o indivíduo para ser cidadão e sábio devia começar pela educação do corpo, que permite controlar o físico. Já para a educação do espírito, Sócrates colocava em segundo plano os estudos científicos, por considerar que se baseavam em princípios mutáveis. Inspirado no aforismo "conhece-te a ti mesmo", do templo de Delfos, julgava mais importantes os princípios universais, porque seriam eles que conduziriam à investigação das coisas humanas.

Opondo-se ao relativismo de muitos sofistas, para os quais a verdade e a prática da virtude dependiam de circunstâncias, Sócrates valorizava acima de tudo a verdade e as virtudes – fossem elas individuais, como a coragem e a temperança, ou sociais, como a cooperação e a amizade. O pensador afirmava, no entanto, que só o conhecimento (ou seja, o saber, e não simples informações isoladas) conduz à prática da virtude em si mesma, que tem caráter uno e indivisível.

Segundo Sócrates, só age erradamente quem desconhece a verdade e, por extensão, o bem. A busca do saber é o caminho para a perfeição humana, dizia, introduzindo na história do pensamento a discussão sobre a finalidade da vida.

O despertar do espírito

O papel do educador é, então, o de ajudar o discípulo a caminhar nesse sentido, despertando sua cooperação para que ele consiga por si próprio "iluminar" sua inteligência e sua consciência. Assim, o verdadeiro mestre não é um provedor de conhecimentos, mas alguém que desperta os espíritos. Ele deve, segundo Sócrates, admitir a reciprocidade ao exercer sua função iluminadora, permitindo que os alunos contestem seus argumentos da mesma forma que contesta os argumentos dos alunos. Para o filósofo, só a troca de idéias dá liberdade ao pensamento e a sua expressão – condições imprescindíveis para o aperfeiçoamento do ser humano.

A capital da democracia e do saber



O Partenon de Atenas: marco do apogeu da cultura clássica grega.

Foto: Roger Wood/Corbis

Sob o governo de Péricles (499-429 a.C.), a cidade-estado de Atenas, vitoriosa na guerra contra os persas e enriquecida pelo comércio marítimo, tornou-se o centro cultural do mundo grego, para o qual convergiam os talentos de toda parte. Fídias, o arquiteto e escultor que dirigiu as obras do Partenon, o maior templo da Acrópole, os dramaturgos Sófocles, Ésquilo, Eurípedes e Aristófanes e o orador Demóstenes são nomes dessa época. O regime democrático ateniense – restrito aos cidadãos livres, deixando de fora estrangeiros e escravos – foi fortalecido por reformas que limitaram os poderes da burguesia rica e ampliaram os da assembléia e do júri popular. A educação artística do povo foi estimulada pela exibição de obras de arte em locais públicos e pelas representações teatrais.

Para pensar

Ao eleger o diálogo como método de investigação, Sócrates foi o primeiro filósofo a se preocupar não só com a verdade mas com o modo como se pode chegar a ela. Eis por que ele é considerado por muitos o modelo clássico de professor. Quando você prepara suas aulas, costuma levar em conta a necessidade de ajudar seus alunos a desenvolver procedimentos para que possam pensar por si mesmos?

Quer saber mais?

História da Educação na Antigüidade, Henri-Irénée Marrou, 656 págs., Ed. EPU, tel. (11) 3168-6077, 135 reais

Paidéia - A Formação do Homem Grego, Werner Jaeger, 1413 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 101,40 reais

Sócrates, coleção Os Pensadores, Ed. Nova Cultural, tel. (11) 3039-0900 (edição esgotada)

Sócrates, Rodolfo Mondolfo, Ed. Mestre Jou (edição esgotada)

Platão

O filósofo grego previu um sistema de ensino que mobilizava toda a sociedade para formar sábios e encontrar a virtude

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

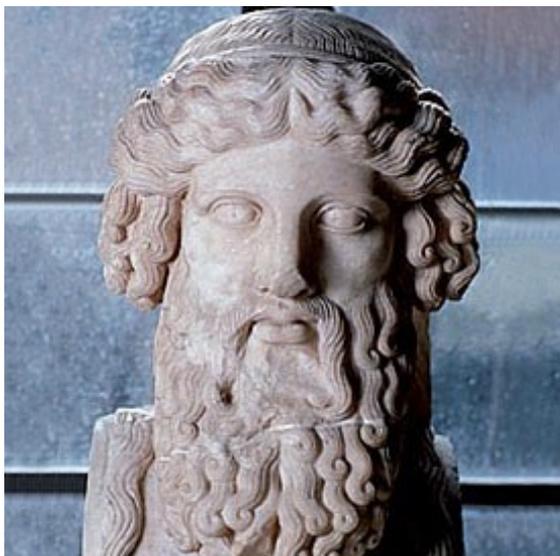


Foto: Massimo Listri/Corbis /Stock Photos

Na história das idéias, o grego Platão (427-347 a.C.) foi o primeiro pedagogo, não só por ter concebido um sistema educacional para o seu tempo mas, principalmente, por tê-lo integrado a uma dimensão ética e política. O objetivo final da educação, para o filósofo, era a formação do homem moral, vivendo em um Estado justo.

Platão foi o segundo da tríade dos grandes filósofos clássicos, sucedendo Sócrates (469-399 a.C.) e precedendo Aristóteles (384-322 a.C.), seu discípulo. Como Sócrates, Platão rejeitava a educação que se praticava na Grécia em sua época e que estava a cargo dos sofistas, incumbidos de transmitir conhecimentos técnicos – sobretudo a oratória – aos jovens da elite, para torná-los aptos a ocupar as funções públicas. "Os sofistas afirmavam que podiam defender igualmente teses contrárias, dependendo dos interesses em jogo", diz Sérgio Augusto Sardi, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. "Platão, ao contrário, pensava em termos de uma busca continuada da virtude, da justiça e da verdade."

Para Platão, "toda virtude é conhecimento". Ao homem virtuoso, segundo ele, é dado conhecer o bem e o belo. A busca da virtude deve prosseguir pela vida inteira – portanto, a educação não pode se restringir aos anos de juventude. Educar é tão importante para uma ordem política baseada na justiça – como Platão preconizava – que deveria ser tarefa de toda a sociedade.

Biografia

Platão nasceu por volta de 427 a.C. em uma família aristocrática de Atenas. Quando tinha cerca de 20 anos, aproximou-se de Sócrates, por quem tinha grande admiração. Como a maioria dos jovens de sua classe, quis entrar na política. Contudo, a oligarquia e a democracia lhe desagradaram. Com a condenação de Sócrates à morte, Platão decidiu se afastar de Atenas e saiu em viagem pelo mundo. Numa de suas últimas paradas, esteve na Sicília, onde fez amizade com Dion, cunhado do rei de Siracusa, Dionísio I. De volta a Atenas, com cerca de 40 anos, Platão fundou a Academia, um instituto de educação e pesquisa filosófica e científica que rapidamente ganhou prestígio. Três décadas depois, ele foi convidado por Dion a viajar a Siracusa para educar seu sobrinho Dionísio II, que se tornara imperador. A missão foi frustrada por intrigas políticas que terminaram num golpe dado por Dion. Platão morreu por volta de 347 a.C. Já era um homem admirado em toda Atenas.

O ideal da escola pública

Baseado na idéia de que os cidadãos que têm o espírito cultivado fortalecem o Estado e que os melhores entre eles serão os governantes, o filósofo defendia que toda educação era de responsabilidade estatal – um princípio que só se difundiria no Ocidente muitos séculos depois. Igualmente avançada, quase visionária, era a defesa da mesma instrução para meninos e meninas e do acesso universal ao ensino.

Um império em decadência



Platão no centro de Escola de Atenas, afresco de Rafael no Vaticano: absorção pela Igreja.
Foto: Alinari Archives/Corbis /Stock Photos

Platão nasceu meses depois da morte de Péricles, o estadista mais identificado com a democracia de Atenas, e morreu dez anos antes da conquista do mundo grego por Felipe da Macedônia. Sua vida coincide em grande parte com a decadência do império ateniense. Platão construiu uma obra voltada para épocas anteriores. Foi por meio de seus escritos em forma de diálogos que as idéias de Sócrates puderam ser sistematizadas e divulgadas, já que ele não havia deixado nenhum texto escrito. Nos diálogos, usualmente, Sócrates e um pensador sofista debatem um assunto até uma conclusão. Uma vez que Platão não se coloca como personagem, restou a seus intérpretes póstumos distinguir as idéias de Sócrates das do próprio Platão. A obra platônica foi sistematizada no início da era cristã. Os títulos mais célebres são O Banquete e A República. O cristianismo na Idade Média se apropriou do pensamento platônico por se identificar, entre outras, com a idéia de que em todas as coisas há uma essência, que se encontra num plano supra-real.

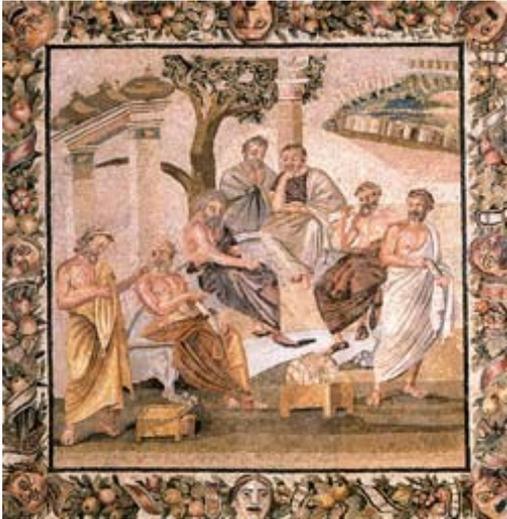
Contudo, Platão era um opositor da democracia – há estudiosos que o consideram um dos primeiros idealizadores do totalitarismo. O filósofo via no sistema democrático que vigorava na Atenas de seu tempo uma estrutura que concedia poder a pessoas despreparadas para governar. Quando Sócrates, que considerava "o mais sábio e o mais justo dos homens", foi condenado à morte sob acusação de corromper a juventude, Platão convenceu-se, de uma vez por todas, de que a democracia precisava ser substituída.

Para ele, o poder deveria ser exercido por uma espécie de aristocracia, mas não constituída pelos mais ricos ou por uma nobreza hereditária. Os governantes tinham de ser definidos pela sabedoria. Os reis deveriam ser filósofos e vice-versa. "Como pode uma sociedade ser salva, ou ser forte, se não tiver à frente seus homens mais sábios?", escreveu Platão.

Estudo permanente

A educação, segundo a concepção platônica, visava a testar as aptidões dos alunos para que apenas os mais inclinados ao conhecimento recebessem a formação completa para ser governantes. Essa era a finalidade do sistema educacional planejado pelo filósofo, que pregava a renúncia do indivíduo em favor da comunidade. O processo deveria ser longo, porque Platão acreditava que o talento e o gênio só se revelam aos poucos.

O aprendizado como reminiscência



Mosaico de Pompéia recria a Academia de Platão: ambiente de aprendizado.

Foto: Araldo de Luca/Corbis /Stock Photos

Platão defendia a idéia de que a alma precede o corpo e que, antes de encarnar, tem acesso ao conhecimento. Dessa forma, todo aprendizado não passaria de um esforço de reminiscência – um dos princípios centrais do pensamento do filósofo. Com base nessa teoria, que não encontra eco na ciência contemporânea, Platão defendia uma idéia que, paradoxalmente, sustenta grande parte da pedagogia atual: não é possível ou desejável transmitir conhecimentos aos alunos, mas, antes, levá-los a procurar respostas, eles mesmos, a suas inquietações. Por isso, o filósofo rejeitava métodos de ensino autoritários. Ele acreditava que se deveria deixar os estudantes, sobretudo as crianças, à vontade para que pudessem se desenvolver livremente. Nesse ponto, a pedagogia de Platão se aproxima de sua filosofia, em que a busca da verdade é mais importante do que dogmas incontestáveis. O processo dialético platônico – pelo qual, ao longo do debate de idéias, depuram-se o pensamento e os dilemas morais – também se relaciona com a procura de respostas durante o aprendizado. "Platão é do mais alto interesse para todos que compreendem a educação como uma exigência de que cada um, professor ou aluno, pense sobre o próprio pensar", diz o professor Sardi.

A formação dos cidadãos começaria antes mesmo do nascimento, pelo planejamento eugênico da procriação. As crianças deveriam ser tiradas dos pais e enviadas para o campo, uma vez que Platão considerava corruptora a influência dos mais velhos. Até os 10 anos, a educação seria predominantemente física e constituída de brincadeiras e esporte. A idéia era criar uma reserva de saúde para toda a vida. Em seguida, começaria a etapa da educação musical (abrangendo música e poesia), para se aprender harmonia e ritmo, saberes que criariam uma propensão à justiça, e para dar forma sincopada e atrativa a conteúdos de Matemática, História e Ciência. Depois dos 16 anos, à música se somariam os exercícios físicos, com o

objetivo de equilibrar força muscular e aprimoramento do espírito.

Aos 20 anos, os jovens seriam submetidos a um teste para saber que carreira deveriam abraçar. Os aprovados receberiam, então, mais dez anos de instrução e treinamento para o corpo, a mente e o caráter. No teste que se seguiria, os reprovados se encaminhariam para a carreira militar e os aprovados para a filosofia – neste caso, os objetivos dos estudos seriam pensar com clareza e governar com sabedoria. Aos 35 anos, terminaria a preparação dos reis-filósofos. Mas ainda estavam previstos mais 15 de vida em sociedade, testando os conhecimentos entre os homens comuns e trabalhando para se sustentar. Somente os que fossem bem-sucedidos se tornariam governantes ou "guardiães do Estado".

Para pensar

Platão acreditava que, por meio do conhecimento, seria possível controlar os instintos, a ganância e a violência. O acesso aos valores da civilização, portanto, funcionaria como antídoto para todo o mal cometido pelos seres humanos contra seus semelhantes. Hoje poucos concordam com isso; a causa principal foram as atrocidades cometidas pelos regimes totalitários do século 20, que prosperaram até em países cultos e desenvolvidos, como a Alemanha. Por outro lado, não há educação consistente sem valores éticos. Você já refletiu sobre essas questões? Até que ponto considera a educação um instrumento para a formação de homens sábios e virtuosos?

Quer saber mais?

A Educação do Homem Segundo Platão, Evilázio F. Borges Teixeira, 144 págs., Ed. Paulus, tel. (11) 5087-3700, 23,50 reais

A República, Platão, 288 págs., Ed. Rideel, tel. (11) 2238-5100, 29,90 reais

Paidéia - A Formação do Homem Grego, Werner Jaeger, 1413 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 92 reais

Aristóteles

O primeiro lógico via na escola o caminho para a vida pública e o exercício da ética

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

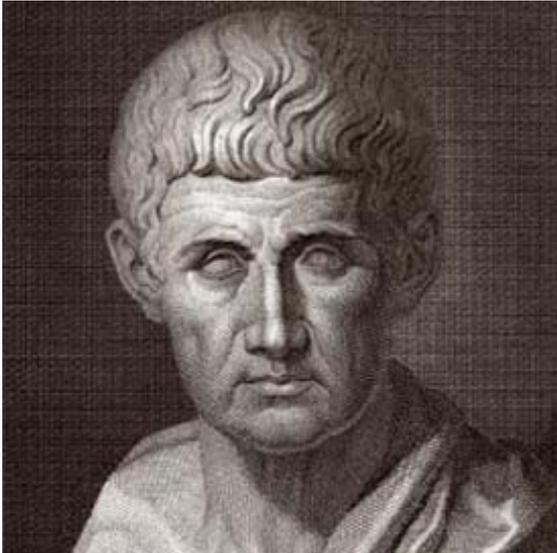


Foto: Bettmann/Corbis /Stock Photos

De todos os grandes pensadores da Grécia antiga, Aristóteles (384-322 a.C.) foi o que mais influenciou a civilização ocidental. Até hoje o modo de pensar e produzir conhecimento deve muito ao filósofo. Foi ele o fundador da ciência que ficaria conhecida como lógica e suas conclusões nessa área não tiveram contestação alguma até o século 17. Sua importância no campo da educação também é grande, mas de modo indireto. Poucos de seus textos específicos sobre o assunto chegaram a nossos dias. A contribuição de Aristóteles para o ensino está principalmente em escritos sobre outros temas.

As principais obras de onde se pode tirar informações pedagógicas são as que tratam de política e ética. "Em ambos os casos o objetivo final era obter a virtude", diz Carlota Boto, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. "Em suas reflexões sobre ética, Aristóteles afirma que o propósito da vida humana é a obtenção do que ele chama de vida boa. Isso significava ao mesmo tempo vida 'do bem' e vida harmoniosa." Ou seja, para Aristóteles, ser feliz e ser útil à comunidade eram dois objetivos sobrepostos, e ambos estavam presentes na atividade pública. O melhor governo, dizia ele, seria "aquele em que cada um melhor encontra o que necessita para ser feliz".

Cultivo da perfeição

"A educação, para Aristóteles, é um caminho para a vida pública", prossegue Carlota. Cabe à educação a formação do caráter do aluno. Perseguir a virtude significaria, em todas as atitudes, buscar o "justo meio". A prudência e a sensatez se encontrariam no meio-termo, ou medida justa – "o que não é demais nem muito pouco", nas palavras do filósofo.

Um dos fundamentos do pensamento aristotélico é que todas as coisas têm uma finalidade. É isso que, segundo o filósofo, leva todos os seres vivos a

se desenvolver de um estado de imperfeição (semente ou embrião) a outro de perfeição (correspondente ao estágio de maturidade e reprodução). Nem todos os seres conseguem ou têm oportunidade de cumprir o ciclo em sua plenitude, porém. Por ter potencialidades múltiplas, o ser humano só será feliz e dará sua melhor contribuição ao mundo se desfrutar das condições necessárias para desenvolver o talento. A organização social e política, em geral, e a educação, em particular, têm a responsabilidade de fornecer essas condições.

Imitação, o princípio do aprendizado

Aristóteles não era, como Platão, um crítico da sociedade e da democracia de Atenas. Ao contrário, considerava a família, como se constituía na época, o núcleo inicial da organização das cidades e a primeira instância da educação das crianças. Atribuía, no entanto, aos governantes e aos legisladores o dever de regular e vigiar o funcionamento das famílias para garantir que as crianças crescessem com saúde e obrigações cívicas. Por isso, o Estado deveria também ser o único responsável pelo ensino. Na escola, o princípio do aprendizado seria a imitação. Segundo ele, os bons hábitos se formavam nas crianças pelo exemplo dos adultos. Quanto ao conteúdo dos estudos, Aristóteles via com desconfiança o saber "útil", uma vez que cabia aos escravos exercer a maioria dos ofícios, considerados indignos dos homens livres.

Ninguém nasce virtuoso

A virtude, para Aristóteles, é uma prática e não um dado da natureza de cada um, tampouco o mero conhecimento do que é virtuoso, como para Platão (427-347 a.C.). Para ser praticada constantemente, a virtude precisa se tornar um hábito. Embora não se conheça nenhum estudo de Aristóteles sobre o assunto, é possível concluir que o hábito da virtude deve ser adquirido na escola.

Grande parte da obra que originou o legado aristotélico se desenvolveu em oposição à filosofia de Platão, seu mestre e fundador da Academia ateniense, que Aristóteles frequentou durante duas décadas. Posteriormente, ele fundaria uma escola própria, o Liceu. Uma das duas grandes inovações do filósofo em relação ao antecessor foi negar a existência de um mundo supra-real, onde residiriam as idéias. Para Aristóteles, ao contrário, o mundo que percebemos é suficiente, e nele a perfeição está ao alcance de todos os homens. A oposição entre os dois filósofos gregos – ou entre a supremacia das idéias (idealismo) ou das coisas (realismo) – marcaria para sempre o pensamento ocidental.

A verdade científica

A segunda inovação de Aristóteles foi no campo da lógica. De acordo com o filósofo, determinar uma verdade comum a todos os componentes de um grupo de coisas é a condição para conceber um sistema teórico. Para a

construção de tal conhecimento, Aristóteles não se satisfaz com a dialética de Platão, segundo a qual o caminho para chegar à verdade era a depuração dos argumentos e pontos de vista por intermédio do diálogo.

Aristóteles quis criar um método mais seguro e desenvolveu o sistema que ficou conhecido como silogismo. Ele consiste de três proposições – duas premissas e uma conclusão que, para ser válida, decorre das duas anteriores necessariamente, sem que haja outra opção. Exemplo clássico de silogismo é o seguinte. Todos os homens são mortais. Sócrates é um homem.

Portanto, Sócrates é mortal. Isso não basta, porém, para que a lógica se torne ciência. Um silogismo precisa partir de verdades, como as contidas nas duas proposições iniciais. Elas não se sujeitam a um raciocínio que as demonstre. Demonstrem-se a si mesmas na realidade e são chamadas de axiomas. A observação empírica – isto é, a experiência do real – ganha, assim, papel central na concepção de ciência de Aristóteles, em contraste com o pensamento de Platão.

O início da Época Helenista



Mosaico romano representa Alexandre em batalha: aluno rebelde de Aristóteles.

Foto: Araldo de Luca/Corbis /Stock Photos

Aristóteles era um jovem estudante da Academia de Platão, em Atenas, quando, em 359 a.C., Felipe II, da Macedônia, interveio militarmente na Grécia. Uma tardia reação dos gregos foi sufocada quase 20 anos depois, com a vitória de Felipe na batalha de Queroneia – marcando o fim das cidades-estados na Grécia. Enquanto Aristóteles educava Alexandre, filho de Felipe, tentava inculcar no aluno os ideais dos heróis de Homero e o dever de combater os povos considerados "bárbaros" (todos aqueles que não eram gregos nem haviam recebido influência grega). Embora Alexandre tenha mais tarde defendido a Grécia dos persas e Aristóteles tenha gozado até o fim da vida de apoio material dos governantes macedônios, o imperador não reteve muitos ensinamentos do mestre. Alexandre foi um tirano dedicado à conquista de territórios pelas armas, princípios opostos à

autodeterminação democrática das cidades, defendida pelo filósofo. Com a Grécia incorporada ao império de Alexandre, Atenas perdeu importância como produtora de conhecimento, mas a cultura helenística ganhou centros de difusão fundados pelo imperador, como Alexandria, no Egito. Grande parte da extensa obra de Aristóteles se perdeu e o que restou foi reorganizado (e talvez deturpado) por pensadores de outras épocas. A obra aristotélica só voltou a circular na Europa na Idade Média, por intermédio dos invasores árabes, que haviam preservado seus livros.

Biografia

Aristóteles nasceu em 384 a.C. em Estagira, na Macedônia (então sob influência grega e onde o grego era a língua predominante), filho de um médico. Aos 17 anos foi enviado à Academia de Platão, em Atenas, onde estudou e produziu filosofia durante 20 anos – parte de sua obra no período tem o objetivo de atacar a escola rival, de Isócrates, segundo a qual a finalidade do ensino era levar os alunos a dominar a retórica para serem capazes de defender qualquer ponto de vista, dependendo do interesse. Na Academia, a finalidade da educação era alcançar a sabedoria. Com a morte de Platão, em 347 a.C., Aristóteles mudou-se para Assos, na atual Turquia, possivelmente decepcionado por não ter sido escolhido para substituir o mestre na direção da Academia. Em 343 a.C., foi chamado por Felipe II, da Macedônia, para educar seu filho, Alexandre, e permaneceu na função durante vários anos, até que o pupilo começou a conquistar um vasto império (que incluía a Grécia, anexada por seu pai). De volta a Atenas, Aristóteles fundou a própria escola, o Liceu, desenvolvendo uma obra marcadamente antiplatônica. Depois da morte de Alexandre, Aristóteles passou a ser perseguido por ter colaborado na educação do imperador macedônio. Refugiou-se em Calcis, onde morreu em 322 a.C.

Para pensar

Aristóteles acreditava que educar para a virtude era também um modo de educar para viver bem – e isso queria dizer, entre outras coisas, viver uma vida prazerosa. No mundo atual, nem sempre se vê compatibilidade entre a virtude e o prazer. Ainda assim, você acredita que seja possível desenvolver em seus alunos uma consciência ética e, ao mesmo tempo, a capacidade de apreciar as coisas boas da vida?

Quer saber mais?

A Política, Aristóteles, 352 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 50,70 reais

Aristóteles e a Educação, Antoine Hourdakís, 152 págs., Ed. Loyola, tel. (11) 6914-1922, 14,50 reais

Ética a Nicômaco, Aristóteles, 320 págs., Ed. Edipro, tel. (11) 3107-7050, 55 reais

Ética e Política em Aristóteles, Solange Vergnières, 304 págs., Ed. Paulus, tel. (11) 5087-3700,

Santo Agostinho - O idealizador da revelação divina

Sábio cristão afirmava que o homem só tem acesso ao conhecimento quando iluminado por Deus

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

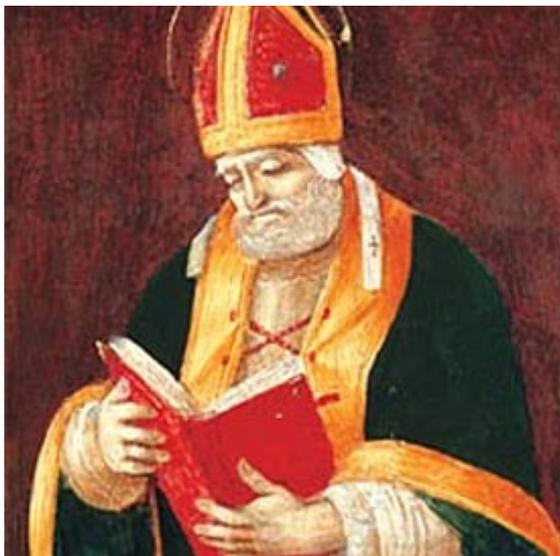


Foto: North Carolina Museum of Art/Corbis /Stock Photos

Embora tenha vivido nos últimos anos da Idade Antiga – que se encerrou com a queda do Império Romano, no ano de 476 –, Santo Agostinho (354-430) foi o mais influente pensador ocidental dos primeiros séculos da Idade Média (476-1453). A ele se deve a criação de uma filosofia que, pela primeira vez, deu suporte racional ao cristianismo. Com o pensamento de Santo Agostinho, a crença ganhou substância doutrinária para orientar a educação, numa época em que a cultura helenística (baseada no pensamento grego) havia entrado em decadência e a nova religião conquistava cada vez mais seguidores, mesmo se fundamentando quase que exclusivamente na fé e na difusão espontânea.

Outros pensadores já haviam se dedicado à revisão da cultura clássica (greco-romana) para adaptá-la aos novos tempos. Havia nisso algo de estratégico, já que o paganismo ainda continuava vivo na Europa e em regiões vizinhas. Era uma forma de mostrar aos indecisos que a conversão ao cristianismo não seria incompatível com maneiras de viver e de pensar a que estavam acostumados. Entre os pensadores gregos, o que mais se prestava à construção de uma filosofia cristã era Platão (427-347 a.C.), e a escola de pensamento hegemônica nos primeiros séculos da Idade Média ficou conhecida como neoplatonismo.

Biografia

Aurelius Augustinus, que passaria para a história como Santo Agostinho, nasceu em 354, em Tagaste (hoje na Argélia), sob o domínio romano. Embora sua mãe fosse cristã, Agostinho não se interessou por religião quando jovem. Sentia-se atraído pela filosofia romana. Antes dos 20 anos já tinha um filho, de uma relação não formalizada. Em pouco tempo, abriu uma escola na sua cidade natal. Tornou-se professor de retórica, lecionando depois em Cartago, Roma e Milão. Nesta cidade, tomou contato com o neoplatonismo e, aos 32 anos, converteu-se ao cristianismo. De volta a Tagaste, decidido a observar a castidade e a austeridade, vendeu as propriedades que herdara dos pais e fundou uma comunidade monástica, onde pretendia se isolar. Mas, sem que planejasse, foi nomeado sacerdote da igreja de Hipona, função que manteve até a morte, em 430. Suas obras principais são Confissões, Cidade de Deus e Da Trindade.

Ensino e catequese

À medida que a Igreja se tornava a instituição mais poderosa do Ocidente, a filosofia de Santo Agostinho definia a cultura de seu tempo. Educação e catequese praticamente se equivaliam – as escolas eram orientadas para a formação de membros do clero, ficando em segundo plano a transmissão dos conteúdos tradicionais. O conhecimento tinha lugar central na filosofia de Santo Agostinho, mas ele se confundia com a fé. Diante disso, a educação daquela época – conhecida como patrística, em referência aos padres que a ministravam – estimulava acima de tudo a obediência aos mestres, a resignação e a humildade diante do desconhecido. O objetivo era treinar o controle das paixões para merecer a salvação numa suposta vida após a morte.

O início da Era Cristã



Conversão de Constantino ao cristianismo em pleno campo de batalha:

fé marca nova era.

Foto: Bettmann/Corbis /Stock Photos

Santo Agostinho presenciou a decadência do Império Romano. No ano de 312, pouco mais de quatro décadas antes de seu nascimento, o imperador Constantino havia oficializado o cristianismo em toda a região sob seu domínio – que sofria ataques contínuos dos povos bárbaros. Um ano antes da morte de Agostinho, em 430, os vândalos haviam invadido sua região natal, na África. A queda do império romano aconteceria 36 anos depois da morte do filósofo, com a deposição do último monarca pelos germânicos. Os quase mil anos seguintes seriam englobados pelos historiadores no período da Idade Média, que tem entre suas características principais o domínio da Igreja Católica sobre quase todas as atividades humanas. A filosofia de Santo Agostinho domina a primeira fase da Idade Média (mais ou menos até o século 11), marcada por guerras constantes, decadência das cidades, pulverização do poder político e internacionalização da cultura por meio da Igreja. É uma época em que a educação é eminentemente religiosa e a ciência avança pouco e se difunde menos ainda.

Não é por acaso que a obra principal de Santo Agostinho seja Confissões, em que narra a própria conversão ao cristianismo depois de uma vida em pecado. Trata-se de uma trajetória de redefinição de si mesmo à luz de Deus, culminando com a redenção. O livro descreve a busca da salvação, ao mesmo tempo psicológica e filosófica. Tal procura se transformaria numa espécie de paradigma da vida terrena para os cristãos e vigoraria durante séculos como princípio confessional.

Toda a reflexão de Santo Agostinho parte da indagação sobre o conhecimento, introduzindo a razão, o pensamento e os sentidos humanos no debate teológico. Segundo o filósofo, os sentidos nunca se enganam e, portanto, o que eles captam é, para o ser humano, a verdade. Dizer que essa verdade constitui a verdade do mundo, no entanto, pode ser um erro.

Acesso ao eterno

O pensamento não se confunde com o mundo material – ele é simultaneamente a essência do ser humano e a fonte dos erros que podem afastá-lo da verdade. O conhecimento seria a capacidade de concluir verdades imutáveis por meio dos processos mentais. Um exemplo de verdade imutável seriam as regras matemáticas. Como o homem é inconstante e sujeito ao erro, uma verdade imutável não pode provir dele mesmo, mas de Deus, que é a própria perfeição. Assim, o ser humano tem pensamento autônomo e acesso à verdade eterna, mas depende, para isso, de iluminação divina.

Escola com disciplina militar



Missionários jesuítas entre índios americanos: europeus catequizam os nativos.

Foto: Bettmann/Corbis /Stock Photos

Se Santo Agostinho foi a primeira grande força intelectual de uma era em que a Igreja de Roma exerceu o poder cultural máximo, a ordem dos jesuítas pode ser considerada a última. A Companhia de Jesus surgiu no início do século 16 na Espanha, criada por um militar, Inácio de Loyola (1491-1556), depois Santo Inácio. Representou, na educação, a linha de frente na guerra da Igreja contra a reforma protestante do alemão Martinho Lutero. Como os agostinianistas, os jesuítas valorizavam a disciplina e a obediência e promoviam o sacrifício da liberdade de pensamento em benefício do temor a Deus. Diferentemente de Santo Agostinho, porém, os jesuítas favoreciam a erudição e o elitismo. Integravam um movimento conservador, derrotado a partir do século 17, com a ascensão do racionalismo, na filosofia, e as revoltas contra o absolutismo, na política. Os jesuítas – criadores de métodos de ensino tradicionalistas mas muito eficientes – têm grande importância na história das colônias européias da América, entre elas o Brasil, porque construíram as primeiras estruturas educativas do continente.

Se o bem vem de Deus, o mal se origina da ausência do bem e só pode ser atribuído ao homem, por conduzir erroneamente as próprias vontades. Se o fizesse de modo correto, chegaria à iluminação. A ausência do bem se deve também a uma quase irresistível inclinação do ser humano para o pecado ao fazer prevalecer os impulsos do corpo, e não a alma.

Santo Agostinho tratou o tema da educação mais de perto em duas obras, *De Doctrina Christiana* e *De Magistro*, na qual apresenta a doutrina do mestre interior. A idéia é que o professor não ensina sozinho, mas depende também do aluno e, sobretudo, de uma verdade comum aos dois.

Simplificando, o professor mostra o caminho e o aluno o adota; assim, o saber brota de seu interior. "A pessoa que ensina não transmite, mas desperta", diz Eliane Marta Teixeira Lopes, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. "Para Santo Agostinho, é desse modo que se conquista a paz da alma, e esse é o objetivo final da educação."

Para pensar

A filosofia de Santo Agostinho está condicionada à fé religiosa e, especificamente, à ética cristã. A educação moderna, no entanto, é laica, mesmo nas escolas administradas por organizações religiosas, porque a cultura ocidental evoluiu para a separação clara entre razão e fé. Mesmo assim, o pensamento agostiniano permite um diálogo interessante com concepções pedagógicas contemporâneas. Você já deve ter ouvido críticas às concepções de ensino segundo as quais o professor apenas transmite conhecimentos para um aluno passivo. Que semelhanças e diferenças percebe entre as correntes atuais que fazem essas críticas e o princípio agostiniano de que o mestre indica o caminho, mas só o aluno constrói (ou não) a informação?

Quer saber mais?

A Psicanálise Escuta a Educação, Eliane Marta Teixeira Lopes, 244 págs., Ed. Autêntica, tel. (31) 3222-6819 (edição esgotada)

Os Jesuítas e a Educação, Egidio Schmitz, 254 págs., Ed. Unisinos, tel. (51) 3590-8239 (edição Esgotada)

Santo Agostinho, coleção Os Pensadores, 426 págs., Ed. Nova Cultural, tel. (11) 3039-0933 (edição esgotada)

Santo Agostinho, Marcos Roberto Nunes Costa, 216 págs., Ed. Edipucrs, tel. (51) 3320-3523 (edição esgotada)

Tomás de Aquino - O pregador da razão e da prudência

Doutor da Igreja inverteu prioridades no pensamento medieval, dando ênfase ao mundo real e ao aprendizado pelo raciocínio

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: Arte & Immagini SRL/Corbis /Stock Photos

Depois de oito séculos marcados por uma filosofia voltada para a resignação, a intuição e a revelação divina, a Idade Média cristã chegou a um ponto de tensão ideológica que levou à inversão quase total desses princípios. O personagem-chave da reviravolta foi São Tomás de Aquino

(1224/5-1274), o grande nome da filosofia escolástica (leia quadro abaixo), cujo pensamento privilegiou a atividade, a razão e a vontade humana.

Numa época em que a Igreja ainda buscava em Santo Agostinho (354-430) e seus seguidores grande parte da sustentação doutrinária, Tomás de Aquino formulou um amplo sistema filosófico que conciliava a fé cristã com o pensamento do grego Aristóteles (384-322 a. C.) – algo que parecia impossível, até herético, para boa parte dos teólogos da época. Não se tratava apenas de adotar princípios opostos aos dos agostinianos – que se inspiravam no idealismo de Platão (427-347 a. C.) e não no realismo aristotélico – mas de trazer para dentro da Igreja um pensador que não concebia um Deus criador nem a vida após a morte.

A porção mais influente da obra de Aristóteles havia desaparecido das bibliotecas da Europa, embora tivesse sido preservada no Oriente Médio. Ela só começou a reaparecer no século 12, principalmente por meio de comentadores árabes, conquistando grande repercussão nos círculos intelectuais. As idéias de Aristóteles respondiam melhor aos novos tempos do que o neoplatonismo. Viviam-se o período final da Idade Média e a transição de uma sociedade agrária para um modo de produção mais orientado para as cidades e a atividade comercial. Avanços tecnológicos, principalmente relacionados aos instrumentos de trabalho, começavam a influir na vida das pessoas comuns e os trabalhadores urbanos se organizavam em corporações (guildas).

Valorização da matéria

Aristóteles, em sua obra, punha a razão e a investigação intelectual em primeiro plano. A realidade material era considerada a fonte primordial de conhecimento científico e mesmo de satisfação pessoal. "Tomás afirma que há no ser humano uma alma única, intrinsecamente unida ao corpo", diz Luiz Jean Lauand, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. "Era uma idéia revolucionária para uma época marcada pelo espiritualismo de Santo Agostinho, que trazia consigo certo desprezo pela matéria."

Período exige abertura da igreja para o mundo



Reunião de acadêmicos na Universidade de Paris, mostrada em gravura medieval: discussões revolucionariam a ciência.

Foto: Leonard de Selva/Corbis / Stock Photos

Tomás de Aquino é uma figura simbólica de seu tempo na medida em que representou como ninguém a tensão entre a tradição cristã medieval e a cultura que se formava no interior de uma nova sociedade. Uma das respostas da Igreja a uma necessidade crescente de abertura para o mundo real foi a criação das ordens mendicantes, que, sem bens, vivem da caridade, ao mesmo tempo que se voltam para o socorro dos doentes e miseráveis. As duas ordens mendicantes surgidas na época foram a dos franciscanos, fundada por São Francisco de Assis (1181/2-1226), e a dos dominicanos, por São Domingos de Gusmão (1170-1221). Tomás de Aquino se filiou aos dominicanos. Outra característica dessa fase histórica foi o nascimento das universidades, que se tornaram o centro das discussões teológico-filosóficas, em particular na Universidade de Paris, onde o pensador estudou e lecionou. O ensino nessas instituições se assentava na divisão de disciplinas entre trívio e quadrívio, sistema que remonta à Antigüidade clássica. O quadrívio, que corresponderia às atuais ciências exatas, agrupava aritmética, geometria, astronomia e música, e o trívio, aparentado à idéia de ciências humanas, reunia a gramática, a retórica e a dialética. As discussões do período, no entanto, em breve levariam a um questionamento dos conceitos científicos vigentes.

Tomás de Aquino realizou um trabalho monumental numa vida relativamente curta. Sua obra mais importante, apesar de não concluída, é a Suma Teológica, na qual revê a teologia cristã sob a nova ótica, seguindo o princípio aristotélico de que cabe à razão ordenar e classificar o mundo para entendê-lo. Eis o princípio operacional do tomismo, como é chamada a filosofia inaugurada por Tomás de Aquino.

A relação entre razão e fé está no centro dos interesses do filósofo. Para ele, embora esteja subordinada à fé, a razão funciona por si mesma, segundo as próprias leis. Ou seja, o conhecimento não depende da fé nem da presença de uma verdade divina no interior do indivíduo, mas é um instrumento para se aproximar de Deus. "Segundo Tomás, a inteligência é uma potência espiritual", afirma Lauand.

Essência a desenvolver

De acordo com o filósofo, há dois tipos de conhecimento: o sensível, captado pelos sentidos, e o intelectual, que se alcança pela razão. Pelo primeiro tipo, só se pode conhecer a realidade com a qual se tem contato direto. Pelo segundo, pode-se abstrair, agrupar, fazer relações e, finalmente, alcançar a essência das coisas, que é o objeto da ciência. O processo de abstração que vai da realidade concreta até a essência universal das coisas é um exemplo da dualidade entre ato e potência, princípio fundamental tanto para Aristóteles quanto para a filosofia escolástica.

Para extrair das coisas sua essência, é necessário transformar em ato algo que elas têm em potência. Disso se encarrega o que Tomás de Aquino chama de inteligência ativa – em complementação a uma inteligência passiva, com a qual cada um pode formar os próprios conceitos. A idéia, transportada para a educação, introduz um princípio pedagógico moderno e revolucionário para seu tempo: o de que o conhecimento é construído pelo estudante e não simplesmente transmitido pelo professor. "Tomás nos lega uma filosofia cuja característica principal é uma abertura para o conhecimento e para o aluno", diz Lauand.

Como o filósofo vê em todo ser a potência e o ato (apenas Deus está acima da dicotomia, sendo "ato puro"), a noção de transformação por meio do conhecimento é fundamental em sua teoria. Cada ser humano, segundo ele, tem uma essência particular, à espera de ser desenvolvida, e os instrumentos fundamentais para isso são a razão e a prudência – esse, para Tomás de Aquino, era o caminho da felicidade e também da conduta eticamente correta.

"A direção da vida é competência da pessoa e Tomás mostra que não há receitas para agir bem, porque a prudência versa sobre atos situados no aqui e agora", declara Lauand.

Cidades ganham importância e novas escolas

Com sua teoria do conhecimento, que "convoca" a vontade e a iniciativa de cada um na direção do aperfeiçoamento, São Tomás de Aquino legou à educação sobretudo a idéia de autodisciplina. Foi essa a marca do ensino cristão, que alcançaria sua máxima eficiência, em termos de doutrinação,

com os jesuítas, já no século 16. Embora a obra de Tomás de Aquino apontasse para o auto-aprendizado, a idéia não foi abraçada pelas rígidas hierarquias da Igreja Católica. No período em que o filósofo viveu, a religião seguia sendo a principal fonte de instrução, como em toda a Idade Média. Sobreviviam as escolas monásticas em mosteiros afastados da cidade, que inicialmente visavam a formação de monges, mas depois também de leigos das classes proprietárias. Com o surgimento da economia mercantil nas cidades, aparecem também as escolas episcopais, urbanas, destinadas a formar o clero secular (aquele que participava da vida social) e leigos. A palavra latina schola ganhou, nessa época, o significado de centro de encontro e de estudos. Vem daí o adjetivo escolástico, relativo à filosofia da época.

Biografia

Tomás de Aquino nasceu em 1224 ou 1225 perto da cidade de Aquino, no reino da Sicília (hoje parte da Itália). Sua família era proprietária de um pequeno feudo e ligada politicamente ao imperador Frederico II. Tomás foi encaminhado ainda criança para o monastério de Monte Cassino, com o objetivo de seguir carreira religiosa. Nove anos depois, devido a um conflito entre o imperador e o papa, ele foi tirado do monastério e enviado para a Universidade de Nápoles, onde entrou em contato com a obra de Aristóteles. Pouco depois, decidiu juntar-se à ordem mendicante dos frades dominicanos. Quando seus superiores o enviaram para a Universidade de Paris, os pais do noviço chegaram a seqüestrá-lo no caminho. Apesar de ter ficado um ano proibido de sair da propriedade da família, a vontade de Tomás prevaleceu e ele se mudou para Paris. O resto de sua vida se resumiu à atividade acadêmica, com uma interrupção de alguns anos para trabalhar como conselheiro da Cúria Papal, em Roma. Já perto do fim da vida, Tomás voltou à Universidade de Nápoles, para dar aula. Sua passagem pela Universidade de Paris foi marcada por polêmicas com outros pensadores. Morreu em 1274, na abadia de Fossanova (hoje centro da Itália). Foi canonizado em 1323 e nomeado "doutor da Igreja" em 1567.

Para pensar

Tomás de Aquino ressaltou o valor da razão humana e de conhecer como ela funciona, a começar pela importância de ordenar para entender. Já pensou nisso ao planejar suas aulas? Tente avaliar o interesse de ligar os conteúdos, mesmo aqueles mais abstratos (como os da Matemática), a experiências concretas anteriores. Isso é sempre possível e recomendável ou há exceções?

Quer saber mais?

Cultura e Educação na Idade Média, Luiz Jean Lauand (org.), 347 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 40,50 reais

Sobre o Ensino (De Magistro)/Os Sete Pecados Capitais, Tomás de Aquino, 160 págs., Ed. Martins Fontes, 26,50 reais

Tomás de Aquino – A Razão a Serviço da Fé, José Silveira da Costa, 128 págs., Ed. Moderna, tel. 0800-172-002 (edição esgotada)

Verdade e Conhecimento, Tomás de Aquino, 390 págs., Ed. Martins Fontes, 48 reais

No site www.jeanlauand.com, você encontra artigos sobre filosofia medieval e Tomás de Aquino, além de notícias sobre estudos na área.

Erasmus de Roterdã - O porta-voz do humanismo

Holandês anunciou o fim da predominância religiosa na educação, defendeu a importância da leitura dos clássicos e o desenvolvimento do homem em todo o seu potencial

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

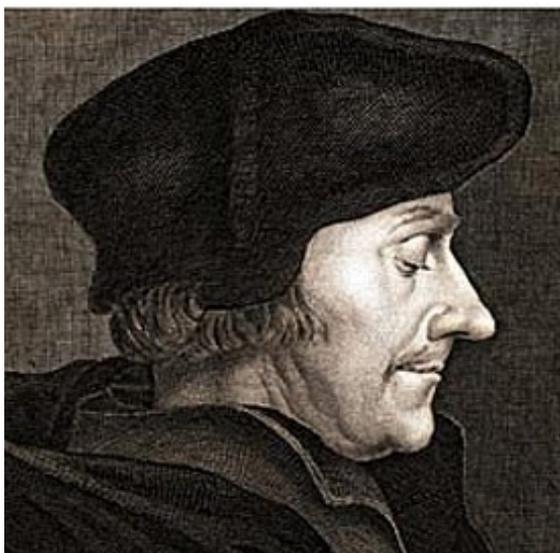


Foto: Bettman/Corbis /Stock Photos

Embora fosse clérigo e profundamente cristão, o filósofo holandês Erasmo de Roterdã (1469-1536) passou para a história por se opor ao domínio da Igreja sobre a educação, a cultura e a ciência. A influência religiosa vigorou praticamente sem contestação durante toda a Idade Média no Ocidente e ainda no tempo de Erasmo era preciso ousadia para ir contra ela. De qualquer modo, ousadia individual fazia parte das atitudes que um número crescente de intelectuais começava a enaltecer no período de transição para a Idade Moderna, entre eles o filósofo holandês. O pensamento nascente defendia a liberação da criatividade e da vontade do ser humano, em oposição ao pensamento escolástico, segundo o qual todas as questões terrenas deviam subordinar-se à religião.

O antropocentrismo – o predomínio do humano sobre o transcendente – era o eixo dessa nova filosofia, que seria posteriormente conhecida sob o nome de humanismo. A palavra deriva da expressão latina *studia humanitatis*, que se referia ao aprendizado, nas universidades, de poética, retórica, história, ética e filosofia, entre outras disciplinas. Elas eram conhecidas como artes

liberais, porque se acreditava que dariam ao ser humano instrumentos para exercer sua liberdade pessoal.

Biografia

Geert Geertz – que depois adotaria o nome literário de Erasmo – nasceu em 1469 em Roterdã, Holanda. Era filho ilegítimo de um padre e também se ordenou monge. Aos 26 anos, foi a Paris para se doutorar e hospedou-se entre os frades do Colégio Montaigu, mas não suportou o regime de austeridade. Isso o levou a procurar sustento dando aulas e organizando compêndios de provérbios latinos. Em 1499 foi para a Inglaterra, onde fez amizade com intelectuais como Thomas More. Na casa dele, escreveria sua obra-prima, O Elogio da Loucura. Convites de nobres e atividades acadêmicas levaram Erasmo a viajar pela Europa até o fim da vida. Acusado de inspirar Martinho Lutero a se rebelar contra a Igreja, Erasmo se viu obrigado a entrar em polêmica pública com o religioso alemão. O episódio se desdobrou em outras disputas teológicas até sua morte, em 1536, em Basileia, na Suíça. A obra mais importante de Erasmo sobre educação é Civilidade Pueril.

Influência continental

A mais típica cultura humanista se desenvolveu nas cidades do norte da Itália, mas o mesmo espírito irradiou-se por toda a Europa. Entre os não-italianos, Erasmo foi o representante mais influente dessa corrente de pensamento. "Ele era o intelectual mais respeitado e prestigiado de seu tempo e sempre esteve ligado aos círculos de poder europeus", diz César de Alencar Arnaut de Toledo, professor da Universidade Estadual de Maringá.

A fonte original de todo humanismo foi a literatura clássica. A época era de redescoberta e reinterpretação da produção cultural da antigüidade greco-romana. O interesse por esse período da história foi acompanhado por uma série de mudanças profundas na vida européia: a revitalização das cidades, a formação de redes de comércio entre centros distantes, a consolidação de uma classe mercantil muito abastada, a criação de bancos e a centralização do poder político em torno de cidades ou de reinos. Tudo isso ocasionou a abertura de brechas na autoridade da Igreja, antes onipresente. Por razões evidentes, esse período histórico de grandes transições ficou conhecido como Renascimento, dando origem a uma produção cultural das mais ricas e fecundas de todos os tempos (leia quadro abaixo).

A perfeição por meio do conhecimento



Entrada da biblioteca Medicea-Laurenziana, em Florença, na Itália, um símbolo renascentista: tempo de valorização do livro. Foto: Bettman/Corbis /Stock Photos

Erasmus criticava as escolas de seu tempo, em geral administradas por clérigos que baseavam sua pedagogia em manuais imutáveis, repetições de conceitos e princípios de disciplina com traços de sadismo. O filósofo via nos livros um imenso tesouro cultural, que deveria constituir a base do ensino. "Para Erasmo, a linguagem era o começo de toda boa educação, já que é sinal da razão humana", afirma César de Toledo. Não se trata apenas de alfabetização e leitura, mas de interpretar os textos criticamente, prática que os humanistas e reformadores religiosos introduziram na história da pedagogia. Erasmo acreditava que um bom aprendizado das artes liberais até os 18 anos prepararia o jovem para entender qualquer coisa com facilidade. Como todo humanista, o pensador holandês defendia a possibilidade de chegar à perfeição por via do conhecimento. "Erasmus prenuncia novos rumos para a pedagogia ao deter um olhar mais acurado na infância", diz Toledo. Para o filósofo, ao ensinar era necessário levar em conta a pouca idade da criança – e por isso cercá-la de cuidados específicos – e também a índole de cada uma. O programa pedagógico do pensador era generoso, mas de modo algum democrático. Segundo ele, apenas a instrução religiosa deveria ser para todos, enquanto os estudos das artes liberais estariam restritos aos filhos da elite, que futuramente teriam cargos decisórios.

Erasmus se inseria no panorama cultural como um símbolo da nova era. Num tempo em que os papas insuflavam guerras e acumulavam fortunas e o clero dava fartas mostras de ostentação, hipocrisia e arrogância, Erasmo pregou a volta aos valores cristãos originais, a começar pela paz. Sua obra mais célebre, *O Elogio da Loucura*, é uma sátira à inversão de valores que detectava na sociedade de seu tempo. A moralidade estava no centro das

preocupações do filósofo e deveria, de acordo com ele, ser a fonte e o objetivo final da educação.

História no centro do saber

As críticas de Erasmo ao clero, assim como seu interesse pelos estudos da linguagem, o aproximaram de Martinho Lutero (1483-1546), o monge alemão que deu origem ao protestantismo. Mas o filósofo holandês combatia a idéia de predestinação de Lutero por acreditar firmemente no livre-arbítrio dos seres humanos – todos são capazes de distinguir o bem e o mal, segundo ele. Além disso, sempre pregou o diálogo entre as facções discordantes no interior do cristianismo.

No campo propriamente pedagógico, o interesse de Erasmo pelo conhecimento das línguas antigas semeou o terreno para o estudo do passado, em particular do Novo Testamento e dos primeiros pensadores da fé cristã. A ênfase na história do homem e o estudo dos acontecimentos pretéritos ergueram um dos principais pilares da educação moderna. A cultura medieval, ao contrário, se construía em torno do ideal de intemporalidade.

Arte como Filosofia



Detalhe de O Nascimento da Vênus, do pintor italiano Sandro Botticelli: tema da mitologia grega com abordagem e alcance universais.

Foto: Summerfield Press/Corbis / Stock Photos

Cultivo simultâneo do corpo e do espírito; procura da harmonia e do equilíbrio; elogio da vida ativa; busca do realismo, em todas as dimensões (incluindo as negativas e abjetas); e surgimento do conceito de dignidade

do ser humano. Todos esses pilares humanistas, aliados aos investimentos materiais de comerciantes e nobres, deram às artes – mais especificamente à literatura e às artes plásticas – o ponto de convergência dos interesses do humanismo. A filosofia e a ciência ficaram, até certo ponto, em segundo plano, porque a obra artística passou a ser considerada manifestação filosófica. Em particular na Itália, a pintura e a escultura atingiram a perfeição pelas mãos de artistas como Sandro Botticelli, Rafael, Leonardo da Vinci e Michelangelo.

A então recente invenção da impressora de tipos móveis, pelo alemão Johannes Gutenberg, entusiasmava Erasmo com a promessa de ampla circulação de textos da literatura clássica. Ele via o conhecimento dos livros como alternativa saudável à educação religiosa que recebera. Segundo Erasmo, o ensino que havia conhecido "tentava ensinar humildade destruindo o espírito das crianças".

Outros valores renascentistas, como a exaltação da beleza e do prazer, se encontravam em profusão nos clássicos greco-romanos. Para Erasmo, esses princípios eram mais interessantes do que as abstrações da filosofia escolástica. Além disso, dizia ele, o prazer físico e o bom humor não conflitam com o cristianismo.

Apesar da notoriedade de que desfrutou em vida, Erasmo foi desprezado pelas gerações seguintes. Suas idéias seriam retomadas cerca de um século depois pelo educador tcheco João Comênio (1592-1670), considerado o pai da didática moderna.

Para pensar

Erasmo recuperou a noção de que um dos objetivos do ensino é levar às novas gerações o patrimônio da cultura humana contido nos livros.

Costuma-se dizer que as crianças e os jovens não gostam de ler. Mas você já pensou que, quando os alunos se alfabetizam, eles ganham acesso a todo o conhecimento acumulado ao longo da história? Dizer que podem fazer uso disso como preferirem não seria um modo de estimulá-los a procurar os livros?

Quer saber mais?

[César de Alencar Arnaut de Toledo](#)

BIBLIOGRAFIA

Erasmus da Cristandade, Roland H. Bainton, 385 págs., Ed. Calouste Gulbenkian, tel. (11) 3107-0017 (Livraria Portugal, importadora), 25,20 reais

O Elogio da Loucura, Erasmo de Rotterdam, 223 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 35,30 reais

Martinho Lutero - O autor do conceito de educação útil

Fundador do protestantismo foi também um dos responsáveis por formular o sistema de ensino público que serviu de modelo para a escola moderna no Ocidente

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: Time Life Pictures/Getty Images

Movido pela indignação e pela discordância com os costumes da Igreja de seu tempo, o monge alemão Martinho Lutero (1483-1546) foi o responsável pela reforma protestante, que originou uma das três grandes vertentes do cristianismo (ao lado do catolicismo e da Igreja Ortodoxa). O nascimento do protestantismo teve profundas implicações sociais, econômicas e políticas. Na educação, o pensamento de Lutero produziu uma reforma global do sistema de ensino alemão, que inaugurou a escola moderna. Seus reflexos se estenderam pelo Ocidente e chegam aos dias de hoje.

A idéia da escola pública e para todos, organizada em três grandes ciclos (fundamental, médio e superior) e voltada para o saber útil nasce do projeto educacional de Lutero. "A distinção clara entre a esfera espiritual e as coisas do mundo propiciou um avanço para o conhecimento e o exercício funcional das coisas práticas", diz o pastor Walter Altmann, presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

Biografia

Martinho Lutero nasceu em 1483 em Eisleben, norte da Alemanha. Seus pais queriam que fosse advogado, mas ele procurou formação num mosteiro em Erfurt. Aos 25 anos, foi para a Universidade de Wittenberg, onde se formou em estudos bíblicos. Numa viagem a Roma, ficou escandalizado com os costumes do clero. Ao voltar, iniciou carreira de professor e pregador, sob proteção do príncipe Frederico, o Sábio. Em 1517, Lutero publicou suas 95 teses teológicas. Quatro anos depois foi

excomungado pelo papa Leão X e reafirmou suas convicções perante os governantes alemães, na Dieta (reunião parlamentar) de Worms, de onde saiu proscrito. Após um ano refugiado, sob proteção de amigos, retomou a vida religiosa em Wittenberg. Em 1525, casou-se com a ex-freira Katherina von Bora. Nas duas últimas décadas de vida, ganhou prestígio popular, enquanto o apoio dos governantes variava com as circunstâncias. Em 1546, morreu durante visita a sua cidade natal.

Venda de indulgências

Embora nunca tivesse planejado uma cisão na Igreja, Lutero dedicou a maior parte de sua vida à polêmica doutrinária em torno da fé cristã. Sua produção intelectual foi intensa e erudita, e seus atos, graças ao surgimento da imprensa e do clima de descontentamento social, ganharam vasta repercussão. Apesar da complexidade do cenário, pode-se identificar dois fatores que desencadearam a dissidência de Lutero.

Instrução para fortalecer a cidade



Camponeses alemães durante a revolta do século 16: luta por ascensão social e instrução.

Foto: Bettman/Corbis/Stock Photos

Tão importante quanto Lutero para a educação foi Philipp Melanchthon (1497-1560). Durante o período que Lutero passou impedido de se manifestar publicamente, Melanchthon foi o porta-voz da causa reformista e se encarregou de reorganizar as igrejas dos principados que aderiram ao luteranismo. Esse trabalho resultou no projeto de criação de um sistema de escolas públicas, depois copiado em quase toda a Alemanha. A reforma da instrução era uma das principais reivindicações das camadas mais pobres da população, insatisfeitas com as más condições de vida e com o ensino escasso e ineficaz oferecido pela Igreja. Esses foram alguns dos motivos da

revolta armada dos camponeses, sangrentamente reprimida em 1525. Tanto Melanchthon quanto Lutero viam na educação um assunto do interesse dos governantes. "A maior força de uma cidade é ter muitos cidadãos instruídos", escreveu Lutero. Para isso, foi criado um sistema que atendia à finalidade de preparar para o trabalho e à possibilidade de prosseguir os estudos para elevação cultural. O currículo era baseado nas ciências humanas, com ênfase na história.

O primeiro foi a venda de indulgências pela Igreja. Segundo esse costume, que se iniciou na última fase da Idade Média, os fiéis podiam comprar, de um representante do clero, parte da absolvição de seus pecados. A prática era oficial, aprovada pelo papa e vinha acompanhada de um ritual solene. O comércio de indulgências representava uma espécie de resumo do que havia de mais condenável no comportamento da Igreja daquele tempo: ganância, ostentação, arbitrariedade e mundanismo. As deturpações do cristianismo incomodavam os poderes locais e repugnavam os intelectuais.

Lutero sempre havia pregado contra as indulgências, mas o que o levou a realizar um protesto público, em 1517, foi a venda de uma indulgência especial, que oferecia privilégios específicos, lançada pelo Vaticano para financiar a reconstrução da Basílica de São Pedro. Contra ela, Lutero elaborou 95 teses, criticando as práticas eclesásticas, e afixou-as na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg. Foi o início do conflito entre o monge alemão e a autoridade papal.

Uma nova classe

A segunda grande inquietação de Lutero tinha origem doutrinária e o atormentou durante seus anos de formação. Ele não aceitava o princípio, então dominante no cristianismo, de que a justiça divina se manifestava, no plano terreno, como um julgamento dos atos dos homens. Para Lutero, isso produzia medo e tornava praticamente impossível o sentimento espontâneo de amor a Deus. A indignação de Lutero só se dissipou quando, ao interpretar os Evangelhos, concluiu que os homens vivem por uma graça de Deus e que a justiça divina é revelada pela leitura das escrituras, de modo passivo e independentemente dos méritos ou ações de cada um durante a vida. Foi o que se tornou conhecido como doutrina da salvação pela fé.

Tempo de revolta contra os vícios da Igreja



Lutero (de batina escura) é ouvido por Carlos V na Dieta de Worms: religião como assunto de Estado. Foto: Getty Images

A reforma luterana foi o mais importante, mas não o único, movimento religioso a confrontar a Igreja entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Outras cisões do período foram o calvinismo, liderado pelo francês João Calvino (1509-1564), e o anglicanismo, oficializado em 1558. Todas essas rupturas misturavam teologia, política e nacionalismo. Elas tinham em comum a reação contra o autoritarismo das estruturas medievais da Igreja e também seus desvios morais. Todas pretenderam renovar o cristianismo, com o ressurgimento da fé considerada autêntica, isto é, individual e interiorizada. Do ramo protestante do cristianismo nasceram várias subdivisões: luteranos, metodistas, batistas e os pentecostais e neopentecostais, conhecidos popularmente no Brasil como evangélicos. O golpe desferido pela reforma luterana na Igreja de Roma foi o tema central do Concílio de Trento, reunião de cúpula do catolicismo que durou 18 anos (de 1545 a 1563). Dele nasceu o movimento conhecido como Contra-Reforma, para recobrar a imagem de austeridade e o respeito dos fiéis.

A reivindicação de liberdade para interpretar a Bíblia tornou-se não só um dos pilares da reforma protestante como o princípio fundador do projeto educacional de Lutero, que valorizou a alfabetização e o ensino de línguas – e, mais importante, pregou o acesso de todos a esse conhecimento. Os renovadores religiosos defendiam a formação de uma nova classe de homens cultos, dando origem ao conceito de utilidade social da educação.

Lutero tinha um projeto inovador, mas abominava a possibilidade de se tornar porta-voz de qualquer idéia ou ambição revolucionária. Mesmo assim, o surgimento do protestantismo foi ao encontro dos desejos da classe economicamente emergente de comerciantes, para quem a educação representava uma possibilidade de aceitação e ascendência social. Nas primeiras décadas do século 16, o Sacro Império Romano-Germânico era um mosaico de principados mais ou menos independentes. Os interesses político-econômicos do imperador, da Igreja e dos príncipes emperravam uns aos outros. Os príncipes, menos obrigados ao poder papal do que o imperador, viram em Lutero uma possibilidade de se afirmar politicamente

contra a autoridade central e de contestar os direitos da Igreja sobre riquezas que se encontravam em seus territórios.

O fato de Lutero não acreditar que a salvação da alma estivesse vinculada às ações durante a vida não implicava descaso pelas coisas mundanas. Ao separar as esferas do poder espiritual e do poder temporal, o líder religioso alemão atribuía ao último a responsabilidade de administração da vontade de Deus – por isso a obediência civil seria um dever moral e a rebelião um pecado. "A ligação entre os dois mundos é a fé, porque os que crêem são também vocacionados para servir o próximo na sociedade", afirma o pastor Walter Altmann.

Para pensar

A criação de uma rede de ensino público foi planejada pelos reformadores luteranos a pedido de governantes que perceberam a urgência de oferecer instrução ao povo. O interesse dos príncipes era fortalecer seus domínios num tempo de constantes hostilidades entre os Estados. "Lutero argumentou que o dinheiro investido em educação seria menor que o gasto com armas e traria mais benefícios", diz o pastor Altmann. E você, que argumento utilizaria, hoje, a favor da educação para todos?

Quer saber mais?

BIBLIOGRAFIA

História da Educação, Mario Alighiero Manacorda, 382 págs., Ed. Cortez, tel. (11) 3611-9616, 42 reais

Lutero e Libertação, Walter Altmann, 352 págs., Ed. Sinodal, tel. (51) 3590-2366(edição esgotada)

FILMOGRAFIA

Lutero (Luther), Alemanha, 2003, 121 min., direção de Eric Till, Casablanca Filmes, 29,90 reais

Michel de Montaigne - O investigador de si mesmo

Interiorizar-se, duvidar e entrar em contato com outros costumes e pontos de vista são as recomendações do filósofo francês para uma boa formação

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: AFP/Roger Viollet

O período histórico da Renascença estava em sua última fase quando o escritor francês Michel de Montaigne (1533-1592) chegou à vida adulta. O otimismo e a confiança nas possibilidades humanas já não eram os mesmos e a Europa se desestabilizava em consequência dos conflitos entre católicos e protestantes. Esse ambiente refletiu-se na produção do filósofo, marcada pela dúvida e pelo ceticismo. Seus Ensaios são leitura de cabeceira de um grande número de intelectuais contemporâneos, entre eles Claude Lévi-Strauss, Edgar Morin e Harold Bloom.

A obra, originalmente em três volumes, é, a rigor, a única de Montaigne – mais alguns escritos pessoais foram publicados depois de sua morte – e inaugurou um gênero literário. A palavra "ensaio" passou desde então a designar textos em torno de um assunto que vai sendo explorado por meio de tentativas (esse é o significado da palavra *essais* em francês), mas sem rigores de método. Muitas vezes, não chegam a nenhuma conclusão definitiva, mas convidam o leitor a considerar alguns pontos de vista. No caso de Montaigne, o gênero serve à perfeição ao propósito de contestar certezas absolutas.

Biografia

Michel de Montaigne nasceu em 1533 perto de Bordeaux, no sudoeste da França. Foi educado em casa e até os 6 anos só falava e entendia latim. Formou-se em Direito na Universidade de Toulouse e imediatamente ingressou na magistratura. Aos 24 anos, conheceu o escritor Étienne de la Boétie (1530-1563), com quem desenvolveu fortes laços de amizade. A morte de La Boétie causou um abalo emocional que o levou a começar a escrever. Em 1570, ele vendeu sua vaga no Parlamento (que na verdade tinha funções de tribunal) de Bordeaux, como era costume na época, e retirou-se da vida pública. Passou então a dedicar-se a escrever os Ensaios, que ele reelaborou e ampliou continuamente. Durante esse período,

Montaigne alternou o recolhimento a seu castelo com idas a Paris para dar conselhos aos funcionários do reino sobre os conflitos religiosos. Em 1580, começou uma viagem de 15 meses por vários países da Europa. No ano seguinte, soube que havia sido escolhido prefeito de Bordeaux. Assumiu o cargo e manteve-o durante quatro anos. Morreu em 1592, em seu castelo, de uma inflamação nas amígdalas.

Dois dos Ensaios tratam especificamente de educação: Do Pedantismo e Da Educação das Crianças. Neles está claro que o autor pertencia a uma classe emergente, a burguesia, e que se rebelava contra certos padrões de erudição e exibicionismo intelectual ligados à aristocracia. Montaigne assumia também o papel de crítico tanto dos excessos de abstração da filosofia escolástica da Idade Média – que ainda sobrevivia nas universidades – quanto da cultura livresca do humanismo renascentista.

Essas circunstâncias históricas não necessariamente limitam os argumentos do autor, que foi o primeiro a falar numa "cabeça bem-feita" (expressão que Morin escolheu para título de um de seus livros) como objetivo do ensino, em detrimento de uma "cabeça cheia". "Trabalhamos apenas para encher a memória, deixando o entendimento e a consciência vazias", escreveu. Saber articular conhecimentos, tirar conclusões, acostumar-se à aquisição e ao uso da informação – todas essas questões tão problematizadas pelos teóricos da educação de hoje em dia estão no cerne das preocupações de Montaigne. "Para ele, a verdadeira formação residia em saber procurar, duvidar, investigar e exercitar o que é inteiramente próprio de cada pessoa", diz Maria Cristina Theobaldo, professora da Universidade Federal de Mato Grosso.

Longe dos pais e perto da vida



O castelo onde Montaigne se isolou para escrever: introspecção pedagógica.

Foto: AFP/Roger Viollet

Para Montaigne, as crianças não devem ser educadas perto dos pais, porque sua afeição torna os filhos "demasiadamente relaxados" e isso não os prepara "para a aventura da vida". O objetivo principal da educação seria permitir à criança a formulação de julgamentos próprios sem ter que aceitar acriticamente as leituras que a escola recomenda. "No trabalho de transformar o que está nos livros em letra viva, o preceptor tem papel fundamental", diz Maria Cristina Theobaldo. A receita ideal para treinar a capacidade de análise é acostumar-se a considerar opiniões diferentes e acima de tudo conhecer culturas e experiências diversas daquelas a que o aluno se familiarizou. É o que Montaigne descreve como "atritar e polir nosso cérebro contra o de outros". O filósofo se rebelava contra a cobrança de memorização mecânica dos conteúdos ensinados aos alunos. "É prova de crueza e de indigestão regurgitar o alimento como foi engolido", escreveu. Segundo ele, as crianças devem aprender o quanto antes a filosofia, porque assim entram em contato com a necessidade de conhecer a prudência e a moderação. E também conhecer a si mesmos por meio da introspecção. O pensador relegava a segundo plano o ensino das Ciências, recomendando-o apenas aos que tivessem habilidade natural para ocupar-se dela profissionalmente. Já a História e a Literatura teriam função formadora mais ampla, inclusive do caráter.

"Que sei eu?"

O projeto intelectual do filósofo teve a finalidade de testar maneiras de pensar que escapassem do caminho da erudição e da aplicação de idéias alheias. Quando se recolheu para escrever os Ensaios, sua decisão era voltar-se para si mesmo e reconstruir a própria história por intermédio de temas escolhidos ao acaso. "Em Montaigne, o processo formativo coincide com o conhecimento de si, lançar-se nas experiências e tomar posição perante os acontecimentos da vida", informa Maria Cristina.

Ao mergulhar em assuntos tão díspares quanto a perseverança e os odores, o autor realizou investigações que misturam experiências de vida a conhecimentos adquiridos por todos os meios, dos formais (tratados e clássicos literários) aos informais (conversas, leituras ligeiras, lendas populares). A primeira pergunta é "que sei eu?", para começar com uma grande dúvida e não com uma grande certeza – nem mesmo a certeza de não saber nada. Como cronista, Montaigne invariavelmente se declara ignorante e inculto, embora seus ensaios estejam recheados de citações gregas e latinas – uma das muitas contradições propositais que os tornam tão ricos.

A sabedoria dos canibais



Tupinambás em ritual de antropofagia retratado por Théodore de Bry: Montaigne desafia o senso comum.

Foto: Corbis /Stock Photos

Em 1582, Nicolas Durand de Villegagnon, o líder da expedição naval que tentou fundar no Brasil a França Antártica, levou três caciques tupinambás à corte do rei Carlos IX. Montaigne estava presente e a visita originou o ensaio *Dos Canibais*. Em vez de manifestar horror aos costumes dos indígenas, como seria esperado de um intelectual católico, o pensador comparou-os aos europeus e concluiu que os supostos selvagens lhes eram superiores, graças à coerência com a própria cultura, à dignidade e ao senso de beleza. Os verdadeiros selvagens, segundo eles, eram os europeus, que estavam promovendo banhos de sangue não só em suas conquistas na América como nas guerras religiosas. Sobre o encontro com os tupinambás, Montaigne narra duas observações feitas pelos índios, uma sobre a estranheza que lhes causava o fato de tantos homens adultos, barbudos e armados se submeterem à autoridade de uma criança (o monarca tinha 12 anos) e outra a respeito de ter-lhes chamado a atenção que algumas pessoas na França eram visivelmente bem-alimentadas, enquanto outras mendigavam. Diz o escritor que os visitantes indagavam como os miseráveis "podiam suportar tal injustiça sem agarrar os outros pelo pescoço ou atear fogo em suas casas".

Leitor devoto da tradição filosófica cética, Montaigne foi partidário da idéia de que a razão por si mesma não garante a existência de nada nem sustenta argumento algum. O homem, para ele, não era o centro do universo, como queriam os renascentistas, mas um elemento ínfimo e ignorante de um todo misterioso e muito mais próximo dos animais e das plantas do que de Deus. A escrita amena e ponderada dos Ensaaios muitas vezes impede que, numa primeira leitura, se perceba seu potencial demolidor – tanto que a obra só foi proibida pela Igreja mais de 80 anos após a morte do autor. Não que ele fosse ateu. Considerava-se cristão, mas não aceitava dogmas nem, sobretudo, a lógica que a religião costuma imputar aos desígnios divinos. Daí que só resta ao ser humano voltar-se para si, porque as únicas certezas que tem de antemão se referem aos

limites do corpo e à inevitabilidade da morte. Sobre o mundo exterior, a melhor atitude é comportar-se sempre como um estrangeiro em seu primeiro dia numa terra estranha – pelo menos evitam-se as idéias preconcebidas e legitimadas apenas pela tradição.

Coerentemente com tais idéias, Montaigne chegou a uma concepção de ética que também difere muito das idéias estabelecidas em sua época sob a influência do platonismo e do cristianismo. Para o filósofo, os valores morais não podem ser objetivos e universais, mas dependem do sujeito e da situação em que ele se encontra.

Para pensar

A escola costuma dar, com razão, muita ênfase à sociabilidade. Afinal, essa é a essência da instituição ao reunir pessoas em torno de objetivos comuns. Mas a vida humana se faz também de reflexão e introspecção. Você já pensou que é importante deixar esse caminho aberto a seus alunos mesmo num ambiente movimentado como a sala de aula?

Quer saber mais?

A Educação das Crianças, Michel de Montaigne, 144 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 19,40 reais

Ensaio, Michel de Montaigne, vols. 1 e 2, coleção Os Pensadores, 512 págs. e 400 págs., Ed. Nova Cultural, tel. (11) 3039-0933, 19,90 reais, cada volume

Montaigne, Marcelo Coelho, 96 págs., Ed. Publifolha, tel. (11) 3224-2186, 17,90 reais

Montaigne em Movimento, Jean Starobinski, 328 págs., Ed. Companhia das Letras, tel. (11) 3707-3500, 35 reais

Comênio - O pai da didática moderna

O filósofo tcheco combateu o sistema medieval, defendeu o ensino de "tudo para todos" e foi o primeiro teórico a respeitar a inteligência e os sentimentos da criança

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: Corbis /Stock Photos

Quando se fala de uma escola em que as crianças são respeitadas como seres humanos dotados de inteligência, aptidões, sentimentos e limites, logo pensamos em concepções modernas de ensino. Também acreditamos que o direito de todas as pessoas – absolutamente todas – à educação é um princípio que só surgiu há algumas dezenas de anos. De fato, essas idéias se consagraram apenas no século 20, e assim mesmo não em todos os lugares do mundo. Mas elas já eram defendidas em pleno século 17 por Comênio (1592-1670), o pensador tcheco que é considerado o primeiro grande nome da moderna história da educação.

A obra mais importante de Comênio, *Didactica Magna*, marca o início da sistematização da pedagogia e da didática no Ocidente. A obra, à qual o autor se dedicou ao longo de sua vida, tinha grande ambição. "Comênio chama sua didática de 'magna' porque ele não queria uma obra restrita, localizada", diz João Luiz Gasparin, professor do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá. "Ela tinha de ser grande, como o mundo que estava sendo descoberto naquele momento, com a expansão do comércio e das navegações."



Gravura do próprio Comênio para um de seus livros de texto: aprender brincando.

Foto: HULTON ARCHIVE/Getty Images

No livro, o pensador realiza uma racionalização de todas as ações educativas, indo da teoria didática até as questões do cotidiano da sala de aula. A prática escolar, para ele, deveria imitar os processos da natureza. Nas relações entre professor e aluno, seriam consideradas as possibilidades e os interesses da criança. O professor passaria a ser visto como um profissional, não um missionário, e seria bem remunerado por isso. E a organização do tempo e do currículo levaria em conta os limites do corpo e a necessidade, tanto dos alunos quanto dos professores, de ter outras atividades.

Ruptura com a escolástica

Comênio era cristão protestante e pertencia ao grupo religioso Irmãos Boêmios, ao qual se manteve vinculado por toda a vida, tornando-se, em 1648, bispo dos morávios. Embora profundamente religioso, o pensador propôs uma ruptura radical com o modelo de escola até então praticado pela Igreja Católica, aquele voltado apenas para a elite e dedicado primordialmente aos estudos abstratos. Ainda vigoravam as doutrinas escolásticas da Idade Média, pelas quais todas as questões teóricas se subordinavam à teologia cristã.

Biografia

O nome Comênio é o aportuguesamento da assinatura latina (Comenius) de Jan Amos Komensky, nascido em 1592 em Nivnice, Morávia (então domínio dos Habsburgos, hoje República Tcheca). O pensador Comênio foi filho único de um casal de membros do grupo protestante Irmãos Boêmios. Na Universidade de Heidelberg (Alemanha), se entusiasmou com as idéias de filósofos que criavam uma concepção de ciência baseada no empirismo. Seguiu carreira religiosa e teve de fugir para a Polônia quando, no início da Guerra dos 30 Anos, em 1618, o rei Ferdinando II decidiu reimpor o catolicismo na Boêmia. Sua revolta com a situação o levou a escrever obras filosóficas e pedagógicas satirizando a ordem vigente e propondo mudanças radicais. Essas idéias seduziram pensadores da Inglaterra, que o convidaram a trabalhar no país, mas o projeto foi abortado pela eclosão da Guerra Civil Inglesa, em 1642. Tentativas de reforma escolar a pedido dos governos da Suécia e da Hungria acabaram fracassando – em parte por causa da insistência do pensador em divulgar sua "pansofia", sem sucesso – e ele voltou para a Polônia. Comênio teve novamente de fugir de uma guerra civil e estabeleceu-se em Amsterdã, onde permaneceu até morrer, em 1670. Por essa época, seus livros de texto ilustrados para o aprendizado de línguas e ciências tinham se tornado uma bem-sucedida novidade nas escolas da Europa.

Comênio não foi o único pensador de seu tempo a combater o pedantismo literário e o sadismo pedagógico, mas ousou ser o principal teórico de um

modelo de escola que deveria ensinar "tudo a todos", aí incluídos os portadores de deficiência mental e as meninas, na época alijados da educação. "Ele defendia o acesso irrestrito à escrita, à leitura e ao cálculo, para que todos pudessem ler a Bíblia e comerciar", diz Gasparin. Comênio respondia assim a duas urgências de seu tempo: o aparecimento da burguesia mercantil nas cidades européias e o direito, reivindicado pelos protestantes, à livre interpretação dos textos religiosos, proibida pela Igreja Católica.

A obra de Comênio corresponde também a outras novidades, entre elas "o despertar de uma nova concepção de criança", como diz Gasparin. "Ele a trata em seus livros com muita delicadeza, num tempo em que a escola existia sob a égide da palmatória", continua o professor. "A educação era vista e praticada como um castigo e não oferecia elementos para que depois as pessoas se situassem de forma mais ampla na sociedade. Comênio reagiu a esse quadro com uma pergunta: por que não se aprende brincando?"

Salvação da alma

Sob influência de seitas protestantes e do filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), Comênio acreditava que a salvação da alma poderia ser alcançada durante a vida terrena e que o caminho para isso poderia ter a ajuda da ciência. Para ele, a criatura humana correspondia ao ideal de perfeição. Comênio acreditava que, por ser dotado de razão, o homem pode entender a si e a todas as coisas. Portanto, deve se dedicar a aprender e a ensinar. Seguindo esse pensamento, Comênio conclui que o mais importante na vida não é a contemplação e sim a ação, o "fazer".

Para pensar



Gráficos do século 16 na Itália, em gravura da época: a técnica a serviço do saber.

Foto: Rischgitz/Getty Images

A maior contribuição de Comênio para a educação dos dias de hoje é, segundo o professor Gasparin, a idéia de "trazer a realidade social para a sala de aula, fazendo uso dos meios tecnológicos mais avançados à disposição". De tão fascinado pela invenção da imprensa e pela possibilidade de disseminação de conhecimento que ela representava,

Comênio criou a expressão "didacografia" para designar o método universal de ensino que ele pretendia inaugurar. Nos dias de hoje, a tecnologia da informação seria capaz de realizar essa revolução? Qual é sua opinião?

No pensamento humanista do pedagogo tcheco, a instrução e o trabalho diferenciavam o homem burguês do homem feudal. Em sua trajetória, o novo indivíduo deveria imitar a natureza, porque, emulando Deus e respeitando as aptidões de cada um, não haveria possibilidade de erro. De Bacon, Comênio adotou o método empírico de explorar o mundo, em contraposição às verdades impostas pelo ensino medieval. Pela experimentação, ele acreditava que todos poderiam vir a enxergar a harmonia do universo sob o caos aparente. "Comênio queria mudar a escola com a didática e a sociedade com a educação", diz Gasparin. "Era um grande idealista."

Em busca da harmonia universal

Comênio viveu a maior parte da vida cercado de guerras. Algumas delas, como a Guerra dos 30 Anos, de protestantes contra católicos, lhe diziam respeito diretamente. Toda sua obra foi marcada profundamente por isso, uma vez que o fim último de seu pensamento era a compreensão universal, que uniria toda a humanidade. Ele perseguiu desde a juventude a unificação da totalidade do conhecimento humano, porque imaginava que ele era finito e imutável. A construção de uma enciclopédia do saber e sua adaptação às capacidades infantis são o grande tema da pedagogia de Comênio, e para sustentá-la ele criou uma base filosófica que denominou "pansofia", a procura de um princípio básico que harmonizasse todo o saber. Ao contrário de seu pensamento educacional, que suscitou interesse pela Europa afora, a pansofia não teve seguidores.

Quer saber mais?

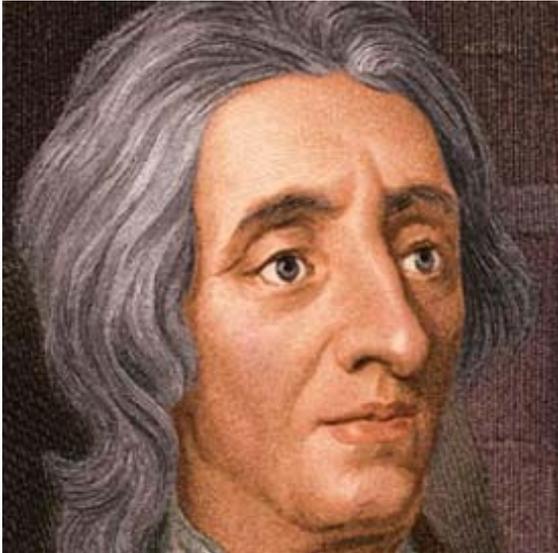
Comênio: A Emergência da Modernidade na Educação, João Luiz Gasparin, 147 págs., Ed. Vozes, tel. (24) 2246-5552, 20 reais

Comenius: a Persistência da Utopia em Educação, Wojciech A. Kulesza, 214 págs., Ed. Unicamp, tel. (19) 3521-7718 (edição esgotada)

John Locke - Um explorador do entendimento humano

Pensador inglês via na mente da criança uma tela em branco que o professor deveria preencher, fornecendo informações e vivências

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Fotos: Getty Images

A influência do inglês **John Locke** (1632-1704) costuma ser separada em três grandes áreas. Na política, ele foi o pai do liberalismo como o conhecemos hoje: é o autor de dois tratados de governo que sustentaram a implantação da monarquia parlamentarista na Inglaterra, inspiraram a Constituição dos Estados Unidos e anteciparam as idéias dos iluministas franceses. Na filosofia, construiu uma teoria do conhecimento inovadora, que investigou o modo como a mente capta e traduz o mundo exterior. Na educação, compilou uma série de preceitos sobre aprendizado e desenvolvimento, com base em sua experiência de médico e preceptor, que teve grande repercussão nas classes emergentes de seu tempo.

Mas essas três vertentes não são estanques. A grande e duradoura importância de Locke para a história do pensamento está no entrecruzamento de suas áreas de estudo. Assim, a defesa da liberdade individual, que ocupa lugar central na doutrina política lockiana, encontra correspondência na prioridade que ele confere, no campo da educação, ao desenvolvimento de um pensamento próprio pela criança.

E suas investigações sobre o conhecimento o levaram a conceber um aprendizado coerente com sua mais famosa afirmação: a mente humana é tabula rasa, expressão latina análoga à idéia de uma tela em branco. "A razão, inicialmente, encontra-se apenas em potência na criança", diz Clenio Lago, da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Biografia

John Locke nasceu em Wrington, no sudoeste da Inglaterra, em 1632. Aos 20 anos, entrou para a Universidade de Oxford, onde orientou os estudos para as ciências naturais e a medicina. Em 1666, numa visita a Oxford, o lorde Anthony Ashley-Cooper, futuro conde de Shaftesbury, precisou de

cuidados médicos e foi atendido por Locke. No ano seguinte, ele se tornou conselheiro do lorde para questões de saúde, política e economia. Por influência de Ashley, Locke ajudou a elaborar a Constituição do estado norte-americano da Carolina. Depois de uma temporada na França, o filósofo foi chamado por Ashley a assumir um cargo de conselheiro no governo do rei Carlos II. Uma reviravolta política afastou ambos do poder. Perseguido, Locke se refugiou na Holanda. Com a Revolução Gloriosa na Inglaterra, voltou na comitiva do novo rei, Guilherme de Orange. Em seus últimos anos, viveu no campo, perto de Oates, e foi mentor intelectual do Partido Liberal. Morreu de causas naturais em 1704.

Treino para a razão

É por isso que, para Locke, o aprendizado depende primordialmente das informações e vivências às quais a criança é submetida e que ela absorve de modo relativamente previsível e passivo. É, portanto, um aprendizado de fora para dentro, ao contrário do que defenderam alguns pensadores de linha idealista, como o suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), e a maioria dos teóricos da educação contemporâneos.

"A concepção construtivista, por exemplo, institui-se com base na relação entre sujeito e objeto, enquanto a visão lockiana enfatiza apenas o objeto", explica Lago. Embora considerasse que a origem de todas as idéias estava fora do indivíduo, Locke via a capacidade de entendimento como inata e variável de pessoa para pessoa.

O triunfo liberal sobre o poder absoluto



Alegoria do desembarque de Guilherme de Orange na Inglaterra: vitória da burguesia.

A volta de Locke à Inglaterra, em 1688, na comitiva do novo rei, Guilherme de Orange, teve um forte aspecto simbólico. Significou o triunfo das idéias liberais do filósofo a respeito da organização do Estado e a consolidação do poder político da burguesia. Guilherme de Orange desembarcou no país com o propósito de recorrer às armas contra o rei Jaime II, que acabou fugindo para a França. O monarca, católico e

impopular, havia atraído o descontentamento da cúpula da Igreja Anglicana, que articulou o retorno do futuro soberano. O episódio, que passou para a história como Revolução Gloriosa, foi na verdade uma transição pacífica, mas significou uma mudança profunda no sistema político, antes baseado no poder absoluto do rei. Assim que assumiu, Guilherme de Orange convocou um Parlamento. A nova casa legislativa publicou uma declaração de direitos, inaugurando a monarquia constitucional, que, atualizada, vigora até hoje no país. A deposição de um rei por descontentamento popular foi ao encontro das idéias que Locke expôs no Segundo Tratado sobre o Governo. Na obra, o filósofo defende que a administração do Estado se sustenta num pacto social entre o rei e o povo, tendo em vista o bem-comum. Se os interesses do povo são contrariados, justifica-se a deposição do monarca. Locke, para relativizar o poder do trono, argumentava que todos os cidadãos têm o direito natural à liberdade e à propriedade, ainda que, no último caso, excluísse, na prática, aqueles que vendiam sua força de trabalho aos donos de terras.

Os dois fundamentos iniciais de sua obra mais importante, Ensaio sobre o Entendimento Humano, são a negação da existência de idéias inatas - o que contrariava o legado do filósofo mais influente da época, o francês René Descartes (1596-1650) - e o princípio de que todas as idéias nascem da experiência, refundando, na ciência moderna, o empirismo. Ao combater o inatismo, Locke se opunha às correntes de pensamento que encontravam no ser humano a idéia natural de Deus e noções de moral ou bondade intrínsecas. Tudo isso seria atingido apenas pela razão. Os princípios morais derivariam de considerações a respeito do que é vantajoso para o indivíduo e para a coletividade.

A educação ganhava, desse modo, importância incontornável na formação da criança, uma vez que, sozinha, ela se encontra desprovida de matéria-prima para o raciocínio e sem orientação para adquiri-lo, estando fadada ao egocentrismo e à ignorância moral.

Apesar do valor que dava à racionalidade, Locke era cético quanto ao alcance da compreensão da mente. O objetivo de sua obra principal foi tentar determinar quais são os mecanismos e os limites da capacidade de apreensão do mundo pelo homem. Segundo o filósofo, como todo conhecimento advém, em última instância, dos sentidos, só se pode captar as coisas e os fenômenos em sua superfície, sendo impossível chegar a suas causas primordiais. Do material fornecido pelos sentidos nasceriam as idéias simples que, combinadas, formariam as mais complexas. O conhecimento não passaria de "concordância ou discordância entre as idéias".

Para Locke, as crianças não são dotadas de motivação natural para o

aprendizado. É necessário oferecer o conhecimento a elas de modo convidativo - mediante jogos, por exemplo. E, embora desse primazia teórica às sensações, não via nelas função didática: educar com prêmios e punições (para provocar prazer e mal-estar) seria manter os pequenos no estágio mais primário do entendimento humano. Levá-los a pensar faria com que rompessem a dependência dos sentidos. Embora não descartasse a possibilidade de castigos, inclusive corporais, Locke afirmava que seu uso poderia fazer com que as crianças se tornassem adultos frágeis e medrosos.

Guia para a formação do cavalheiro



Retrato de um típico gentleman do século 18: educação para a virtude e as boas maneiras

No livro *Alguns Pensamentos Referentes à Educação*, Locke afirma que "é possível levar, facilmente, a alma das crianças numa ou noutra direção, como a água". Formar um aluno, sob o aspecto intelectual ou moral, seria exclusivamente um resultado do trabalho das pessoas que os educam - pais e professores, a quem caberia sobretudo dar o exemplo de como pensar e se comportar, treinando a criança para agir adequadamente. O aprendizado deveria ser feito por meio de atividades. A idéia era que a criança, pelo hábito, acabaria por entender o que está fazendo. Para Locke, a educação ideal seria promovida em casa, por um preceptor, papel que ele próprio desempenhou para os filhos de alguns amigos. "Locke pensou somente nos homens burgueses, destinados a ser os novos governantes, pois acreditava que por intermédio do exemplo dado por eles seriam educados os demais", diz Clenio Lago. A conduta e a ética do gentleman (o cavalheiro burguês), incluindo as boas maneiras, tinham prioridade sobre a instrução. A saúde e o controle do corpo também ganharam destaque porque Locke preconizava certo endurecimento físico para facilitar a autodisciplina e o domínio das paixões.

Para pensar

Locke acreditava que as crianças vêm ao mundo sem nenhum conhecimento, mas já trazendo inclinações e principalmente um temperamento. O educador deveria observar as características emocionais do aluno para submetê-lo a diferentes métodos de aprendizado. Mesmo que as concepções de conhecimento do filósofo estejam parcialmente ultrapassadas, essa é uma recomendação que ainda pode ser levada em conta. Você, como professor, costuma observar e analisar o temperamento de seus alunos?

Quer saber mais?

História da Educação e da Pedagogia, Lorenzo Luzuriaga, 312 págs., Cia. Ed. Nacional, tel. (11) 2799-7999, 44,90 reais

John Locke, coleção Os Pensadores, 320 págs., Ed. Nova Cultural, tel. (11) 3039-0933 (edição esgotada)

Locke e a Educação, Clenio Lago, 130 págs., Ed. Argos, tel. (49) 3321-8218, 21,20 reais

Jean-Jacques Rousseau - O filósofo da liberdade como valor supremo

Em sua obra sobre educação, o pensador suíço prega o retorno à natureza e o respeito ao desenvolvimento físico e cognitivo da criança

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

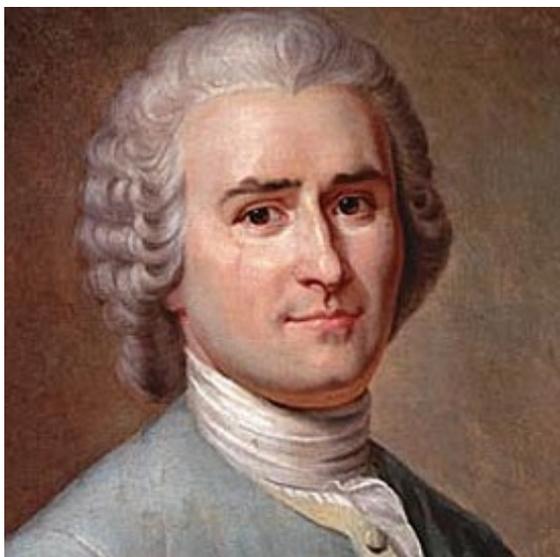


Foto: Archivo Iconografico, S.A./Corbis /Stock Photos

Na história das idéias, o nome do suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) se liga inevitavelmente à Revolução Francesa. Dos três lemas dos revolucionários – liberdade, igualdade e fraternidade –, apenas o último não foi objeto de exame profundo na obra do filósofo, e os mais apaixonados líderes da revolta contra o regime monárquico francês, como Robespierre, o admiravam com devoção.

O princípio fundamental de toda a obra de Rousseau, pelo qual ela é definida até os dias atuais, é que o homem é bom por natureza, mas está submetido à influência corruptora da sociedade. Um dos sintomas das falhas da civilização em atingir o bem comum, segundo o pensador, é a desigualdade, que pode ser de dois tipos: a que se deve às características individuais de cada ser humano e aquela causada por circunstâncias sociais. Entre essas causas, Rousseau inclui desde o surgimento do ciúme nas relações amorosas até a institucionalização da propriedade privada como pilar do funcionamento econômico.

O primeiro tipo de desigualdade, para o filósofo, é natural; o segundo deve ser combatido. A desigualdade nociva teria suprimido gradativamente a liberdade dos indivíduos e em seu lugar restaram artifícios como o culto das aparências e as regras de polidez.

Ao renunciar à liberdade, o homem, nas palavras de Rousseau, abre mão da própria qualidade que o define como humano. Ele não está apenas impedido de agir, mas privado do instrumento essencial para a realização do espírito. Para recobrar a liberdade perdida nos descaminhos tomados pela sociedade, o filósofo preconiza um mergulho interior por parte do indivíduo rumo ao autoconhecimento. Mas isso não se dá por meio da razão, e sim da emoção, e traduz-se numa entrega sensorial à natureza.

Biografia

Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra, Suíça, em 1712. Sua mãe morreu no parto. Viveu primeiro com o pai, depois com parentes da mãe e aos 16 anos partiu para uma vida de aventureiro. Foi acolhido por uma baronesa benfeitora na província francesa de Savoy, de quem se tornou amante. Converteu-se à religião dela, o catolicismo (era calvinista). Até os 30 anos, alternou atividades que foram de pequenos furtos à tutoria de crianças ricas. Ao chegar a Paris, ficou amigo dos filósofos iluministas e iniciou uma breve mas bem-sucedida carreira de compositor. Em 1745, conheceu a lavadeira Thérèse Levasseur, com quem teria cinco filhos, todos entregues a adoção – os remorsos decorrentes marcariam grande parte de sua obra. Em 1756, já famoso por seus ensaios, Rousseau recolheu-se ao campo, até 1762. Foram os anos em que produziu as obras mais célebres (*Do Contrato Social*, *Emílio* e o romance *A Nova Heloísa*), que despertaram a ira de monarquistas e religiosos. Viveu, a partir daí, fugindo de perseguições até que, nos últimos anos de vida, recobrou a paz. Morreu em 1778 no interior da França. Durante a Revolução Francesa, 11 anos depois, foi homenageado com o traslado de seus ossos para o Panteão de Paris.

Bom selvagem

Até aqui o pensamento de Rousseau pode ser tomado como uma doutrina individualista ou uma denúncia da falência da civilização, mas não é bem isso. O mito criado pelo filósofo em torno da figura do bom selvagem – o ser humano em seu estado natural, não contaminado por constrangimentos sociais – deve ser entendido como uma idealização teórica. Além disso, a obra de Rousseau não pretende negar os ganhos da civilização, mas sugerir caminhos para reconduzir a espécie humana à felicidade.

Um pensamento rebelde na Era da Razão



Já adulto, Emílio, o personagem de Rousseau, ouve preleção sobre a natureza: religião natural. Ilustração: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

Havia mais desacordo do que harmonia entre Rousseau e os outros pensadores iluministas que inspiraram os ideais da Revolução Francesa (1789). Voltaire (1694-1778), Denis Diderot (1713-1784) e seus pares exaltavam a razão e a cultura acumulada ao longo da história da humanidade, mas Rousseau defendia a primazia da emoção e afirmava que a civilização havia afastado o ser humano da felicidade. Enquanto Diderot organizava a Enciclopédia, que pretendia sistematizar todo o saber do mundo de uma perspectiva iluminista, Rousseau pregava a experiência direta, a simplicidade e a intuição em lugar da erudição – embora, mesmo assim, tenha se encarregado do verbete sobre música na obra conjunta dos filósofos das luzes. Também o misticismo os opunha: Rousseau rejeitava o racionalismo ateu e recomendava a religião natural, pela qual cada um deve buscar Deus em si mesmo e na natureza. Com o tempo, as relações entre Rousseau e seus contemporâneos chegou ao conflito aberto. Voltaire fez campanha pública contra ele, divulgando o fato de ter entregue os filhos a

adoção. Os seguidores mais fiéis de Rousseau seriam os artistas filiados ao Romantismo. Por meio deles, suas idéias influenciaram profundamente o espírito da época. No Brasil, por exemplo, José de Alencar escorou seus romances indigenistas no mito rousseauiano do bom selvagem.

Não basta a via individual. Como a vida em sociedade é inevitável, a melhor maneira de garantir o máximo possível de liberdade para cada um é a democracia, concebida como um regime em que todos se submetem à lei, porque ela foi elaborada de acordo com a vontade geral. Não foi por acaso que Rousseau escolheu publicar simultaneamente, em 1762, suas duas obras principais, *Do Contrato Social* – em que expõe sua concepção de ordem política – e *Emílio* – minucioso tratado sobre educação, no qual prescreve o passo-a-passo da formação de um jovem fictício, do nascimento aos 25 anos. "O objetivo de Rousseau é tanto formar o homem como o cidadão", diz Maria Constança Peres Pissarra, professora de filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. "A dimensão política é crucial em seus princípios de educação."

Não há escola em *Emílio*, mas a descrição, em forma vaga de romance, dos primeiros anos de vida de um personagem fictício, filho de um homem rico, entregue a um preceptor para que obtenha uma educação ideal. O jovem *Emílio* é educado no convívio com a natureza, resguardado ao máximo das coerções sociais. O objetivo de Rousseau, revolucionário para seu tempo, é não só planejar uma educação com vistas à formação futura, na idade adulta, mas também com a intenção de propiciar felicidade à criança enquanto ela ainda é criança.

Dependência das coisas

Rousseau via o jovem como um ser integral, e não uma pessoa incompleta, e intuiu na infância várias fases de desenvolvimento, sobretudo cognitivo. Foi, portanto, um precursor da pedagogia de Maria Montessori (1870-1952) e John Dewey (1859-1952). "Rousseau sistematizou toda uma nova concepção de educação, depois chamada de 'escola nova' e que reúne vários pedagogos dos séculos 19 e 20", diz Maria Constança.

Método natural e educação negativa

Rousseau dividiu a vida do jovem – e seu livro *Emílio* – em cinco fases: lactância (até 2 anos), infância (de 2 a 12), adolescência (de 12 a 15), mocidade (de 15 a 20) e início da idade adulta (de 20 a 25). Para a pedagogia, interessam particularmente os três primeiros períodos, para os quais Rousseau desenvolve sua idéia de educação como um processo subordinado à vida, isto é, à evolução natural do discípulo, e por isso chamado de método natural. O objetivo do mestre é interferir o menos possível no desenvolvimento próprio do jovem, em especial até os 12 anos, quando, segundo Rousseau, ele ainda não pode contar com a razão. O

filósofo chamou o procedimento de educação negativa, que consiste, em suas palavras, não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro. Desse modo, quando adulto, o ex-aluno saberá se defender sozinho de tais perigos.

Para Rousseau, a criança devia ser educada sobretudo em liberdade e viver cada fase da infância na plenitude de seus sentidos – mesmo porque, segundo seu entendimento, até os 12 anos o ser humano é praticamente só sentidos, emoções e corpo físico, enquanto a razão ainda se forma. Liberdade não significa a realização de seus impulsos e desejos, mas uma dependência das coisas (em oposição à dependência da vontade dos adultos). "Vosso filho nada deve obter porque pede, mas porque precisa, nem fazer nada por obediência, mas por necessidade", escreveu o filósofo em *Emílio*.

Um dos objetivos do livro era criticar a educação elitista de seu tempo, que tinha nos padres jesuítas os expoentes. Rousseau condenava em bloco os métodos de ensino utilizados até ali, por se escorarem basicamente na repetição e memorização de conteúdos, e pregava sua substituição pela experiência direta por parte dos alunos, a quem caberia conduzir pelo próprio interesse o aprendizado. Mais do que instruir, no entanto, a educação deveria, para Rousseau, se preocupar com a formação moral e política.

Para pensar

Por incrível que pareça, Rousseau, ao criar o mito do bom selvagem, acabou dando argumentos para negar a importância ou o valor da educação. Afinal, a educação é antes de tudo ação intencional para moldar o homem de acordo com um ideal ou um modelo que a sociedade, ou um segmento dela, valoriza. A educação aceita a natureza, mas não a toma como suficiente e boa em princípio. Se tomasse, não seria necessária... Se você comparar, por exemplo, as idéias de Rousseau e as de Émile Durkheim (1858-1917), verá que, nesse sentido, eles estão em extremos opostos. Para o sociólogo francês, tema de outro capítulo desta edição (leia na página 59), a função da educação era introduzir a criança na sociedade.

Quer saber mais?

De Emílio a Emilia, Marisa del Cioppo Elias, 208 págs., Ed. Scipione, tel. 0800-161-700, 39,90 reais

Emílio ou Da Educação, Jean-Jacques Rousseau, 742 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 73,90 reais

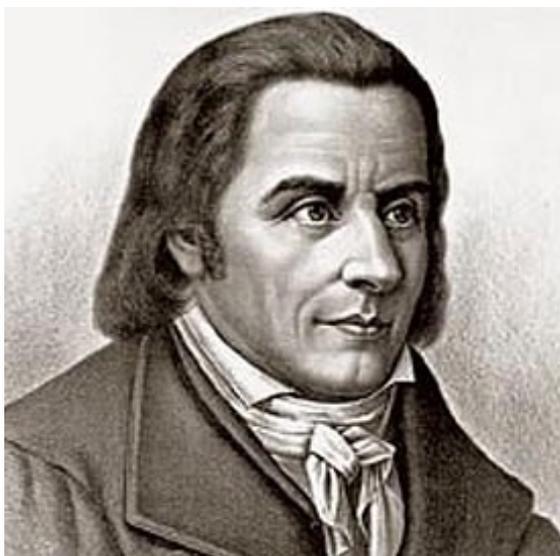
Rousseau – A Educação na Infância, 176 págs., Ana Beatriz Cerisara, Ed. Scipione, tel. 0800-161-700, 36,50 reais

Rousseau – A Política como Exercício Pedagógico, Maria Constança Peres Pissarra, 120 págs., Ed. Moderna, tel. 0800-172-002, 20,50 reais

Pestalozzi - O teórico que incorporou o afeto à sala de aula

Para o educador suíço, os sentimentos tinham o poder de despertar o processo de aprendizagem autônoma na criança

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Fotos: Corbis/StockPhotos

Para a mentalidade contemporânea, amor talvez não seja a primeira palavra que venha à cabeça quando se fala em ciência, método ou teoria. Mas o afeto teve papel central na obra de pensadores que lançaram os fundamentos da pedagogia moderna. Nenhum deles deu mais importância ao amor, em particular ao amor materno, do que o suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827).

Antecipando concepções do movimento da Escola Nova, que só surgiria na virada do século 19 para o 20, Pestalozzi afirmava que a função principal do ensino é levar as crianças a desenvolver suas habilidades naturais e inatas. "Segundo ele, o amor deflagra o processo de auto-educação", diz a escritora Dora Incontri, uma das poucas estudiosas de Pestalozzi no Brasil.

A escola idealizada por Pestalozzi deveria ser não só uma extensão do lar como inspirar-se no ambiente familiar, para oferecer uma atmosfera de segurança e afeto. Ao contrário de muitos de seus contemporâneos, o pensador suíço não concordava totalmente com o elogio da razão humana. Para ele, só o amor tinha força salvadora, capaz de levar o homem à plena realização moral – isto é, encontrar conscientemente, dentro de si, a essência divina que lhe dá liberdade. "Pestalozzi chega ao ponto de afirmar que a religiosidade humana nasce da relação afetiva da criança com a mãe, por meio da sensação de providência", diz Dora Incontri.

Biografia

Johann Heinrich Pestalozzi nasceu em 1746 em Zurique, na Suíça. Na juventude, ele abandonou os estudos religiosos para se dedicar à

agricultura. Quando a empreitada se tornou o primeiro de muitos fracassos materiais de sua vida, Pestalozzi levou algumas crianças pobres para casa, onde encontraram escola e trabalho como tecelãs, aprendendo a se sustentar. Alguns anos depois, a escola se inviabilizou e Pestalozzi passou a explorar suas idéias em livros, entre eles Os Crepúsculos de um Eremita e o romance Leonardo e Gertrudes. Uma nova chance de exercitar seu método só surgiu quando ele já tinha mais de 50 anos, ao ser chamado para dar aulas aos órfãos da batalha de Stans. Mais duas experiências se seguiram, em escolas de Burgdorf e Yverdon. Nesta última, que existiu de 1805 a 1825, Pestalozzi desenvolveu seu projeto mais abrangente, dando aulas para estudantes de várias origens e comandando uma equipe de professores. Divergências entre eles levaram a escola a fechar. Yverdon projetou o nome de Pestalozzi no exterior e foi visitada por muitos dos grandes educadores da época.

Inspiração na natureza

A vida e obra de Pestalozzi estão intimamente ligadas à religião. Cristão devoto e seguidor do protestantismo, ele se preparou para o sacerdócio, mas abandonou a idéia em favor da necessidade de viver junto da natureza e de experimentar suas idéias a respeito da educação. Seu pensamento permaneceu impregnado da crença na manifestação da divindade no ser humano e na caridade, que ele praticou principalmente em favor dos pobres.

Sem notas, castigos ou prêmios



Escola pestalozziana contemporânea na Suíça: educação integral

Ao contrário de Rousseau, cuja teoria é idealizada, Pestalozzi, segundo a educadora Dora Incontri, "experimentava sua teoria e tirava a teoria da prática", nas várias escolas que criou. Pestalozzi aplicou em classe seu princípio da educação integral – isto é, não limitada à absorção de informações. Segundo ele, o processo educativo deveria englobar três dimensões humanas, identificadas com a cabeça, a mão e o coração. O objetivo final do aprendizado deveria ser uma formação também tripla: intelectual, física e moral. E o método de estudo deveria reduzir-se a seus três elementos mais simples: som, forma e número. Só depois da percepção

viria a linguagem. Com os instrumentos adquiridos desse modo, o estudante teria condições de encontrar em si mesmo liberdade e autonomia moral. Como alcançar esse objetivo dependia de uma trajetória íntima, Pestalozzi não acreditava em julgamento externo. Por isso, em suas escolas não havia notas ou provas, castigos ou recompensas, numa época em que chicotear os alunos era comum. "A disciplina exterior, na escola de Pestalozzi, era substituída pelo cultivo da disciplina interior, essencial à moral protestante", diz Alessandra Arce.

A criança, na visão de Pestalozzi, se desenvolve de dentro para fora – idéia oposta à concepção de que a função do ensino é preenchê-la de informação. Para o pensador suíço, um dos cuidados principais do professor deveria ser respeitar os estágios de desenvolvimento pelos quais a criança passa. Dar atenção à sua evolução, às suas aptidões e necessidades, de acordo com as diferentes idades, era, para Pestalozzi, parte de uma missão maior do educador, a de saber ler e imitar a natureza – em que o método pedagógico deveria se inspirar.

Bondade potencial

Tanto a defesa de uma volta à natureza quanto a construção de novos conceitos de criança, família e instrução a que Pestalozzi se dedicou devem muito a sua leitura do filósofo franco-suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), nome central do pensamento iluminista. Ambos consideravam o ser humano de seu tempo excessivamente cerceado por convenções sociais e influências do meio, distanciado de sua índole original – que seria essencialmente boa para Rousseau e potencialmente fértil, mas egoísta e submissa aos sentidos, para Pestalozzi.

Um liberal na Era das Revoluções



A Liberdade Conduzindo o Povo, de Delacroix: França exporta revolução

Embora durante a maior parte de sua vida Pestalozzi tenha escolhido viver em relativo isolamento, com a mulher e um filho que morreu aos 31 anos, ele nunca se alienou dos acontecimentos de sua época – chamada pelo historiador britânico Eric Hobsbawm de "Era das Revoluções". Na juventude, Pestalozzi militou num grupo que defendia a moralização da política suíça. Mais tarde, por simpatizar com o pensamento liberal e republicano, se alinhou aos defensores da Revolução Francesa. Em 1798, os franceses, em apoio aos republicanos suíços, passaram a sufocar os focos de resistência à nova ordem no país vizinho, e levaram à frente um massacre na cidade de Stans. Pestalozzi, embora chocado com os acontecimentos, atendeu à convocação do governo e montou uma escola para os órfãos da batalha, que acabou sendo uma de suas experiências pedagógicas mais produtivas. Pestalozzi não foi um iluminista típico, até por ser religioso demais para isso. Por outro lado, a importância que dava à vivência e à experimentação aproximam seu trabalho de um pioneiro enfoque científico para a educação, num reflexo da defesa da razão que caracterizou o "século das luzes". "A arte da educação deve ser cultivada em todos os aspectos, para se tornar uma ciência construída a partir do conhecimento profundo da natureza humana", escreveu Pestalozzi.

"A criança, na concepção de Pestalozzi, era um ser puro, bom em sua essência e possuidor de uma natureza divina que deveria ser cultivada e descoberta para atingir a plenitude", diz Alessandra Arce, professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto. O pensador suíço costumava comparar o ofício do professor ao do jardineiro, que devia providenciar as melhores condições externas para que as plantas seguissem seu desenvolvimento natural. Ele gostava de lembrar que a semente traz em si o "projeto" da árvore toda.

Desse modo, o aprendizado seria, em grande parte, conduzido pelo próprio aluno, com base na experimentação prática e na vivência intelectual, sensorial e emocional do conhecimento. É a idéia do "aprender fazendo", amplamente incorporada pela maioria das escolas pedagógicas posteriores a Pestalozzi. O método deveria partir do conhecido para o novo e do concreto para o abstrato, com ênfase na ação e na percepção dos objetos, mais do que nas palavras. O que importava não era tanto o conteúdo, mas o desenvolvimento das habilidades e dos valores.

Para pensar

A pesquisadora Dora Incontri vê na obra dos filósofos da educação anteriores ao século 19 uma concepção do ser humano "mais integral" do que a que passou a prevalecer então. Segundo Dora, naquela época a ciência, incluindo a pedagogia, se tornou materialista. "Pensadores como

Pestalozzi levavam em conta aspectos hoje negligenciados, como o espiritual. " Ela lamenta a ausência dessa dimensão. No seu dia-a-dia na escola ou em seus estudos sobre educação, você já sentiu a sensação de que falta algo à teoria pedagógica? Chegou a pensar que carência é essa? De que forma ela se reflete na prática?

Quer saber mais?

A Pedagogia na Era das Revoluções, Alessandra Arce, Ed. Autores Associados, 238 págs., tel. (19) 3289-5930, 37 reais

História da Educação: da Antiguidade aos Nossos Dias, Mario Alighiero Manacorda, Ed. Cortez, 382 págs., tel. (11) 3611-9616, 42 reais

Pestalozzi: Educação e Ética, Dora Incontri, Ed. Scipione, 184 págs., tel. 0800-161-700, 41,90 reais

Herbart - O organizador da pedagogia como ciência

O filósofo alemão do século 19 inaugurou a análise sistemática da educação e mostrou a importância da psicologia na teorização do ensino

novaescola@atleitor.com.br

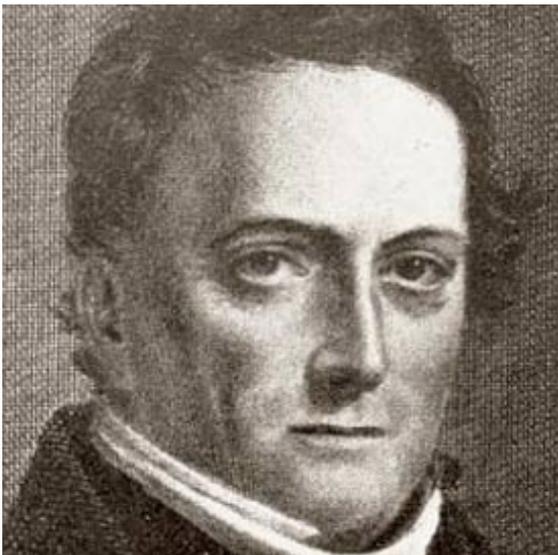


Foto: Reprodução

Com o filósofo alemão **Johann Friedrich Herbart** (1776-1841), a pedagogia foi formulada pela primeira vez como uma ciência, sobriamente organizada, abrangente e sistemática, com fins claros e meios definidos. A estrutura teórica construída por Herbart se baseia numa filosofia do funcionamento da mente, o que a torna duplamente pioneira: não só por seu caráter científico mas também por adotar a psicologia aplicada como eixo central da educação. Desde então, e até os dias de hoje, o pensamento pedagógico se vincula fortemente às teorias de aprendizagem e à psicologia do desenvolvimento – um exemplo é a obra do suíço Jean Piaget (1896-1980).

Para Herbart, a mente funciona com base em representações – que podem ser imagens, idéias ou qualquer outro tipo de manifestação psíquica isolada. O filósofo negava a existência de faculdades inatas. A dinâmica da mente estaria nas relações entre essas representações, que nem sempre são conscientes. Elas podem se combinar e produzir resultados manifestos ou entrar em conflito entre si e permanecer, em forma latente, numa espécie de domínio do inconsciente. A descrição desse processo viria, muitos anos depois, a influenciar a teoria psicanalítica de Sigmund Freud (1856-1939).

Uma das contribuições mais duradouras de Herbart para a educação é o princípio de que a doutrina pedagógica, para ser realmente científica, precisa comprovar-se experimentalmente – uma idéia do filósofo Immanuel Kant (1724-1804) que ele desenvolveu. Surgiram daí as escolas de aplicação, que conhecemos até hoje. Elas respondem à necessidade de alimentar a teoria com a prática e vice-versa, num processo de atualização e aperfeiçoamento constantes. "Herbart fez um trabalho de grande influência porque aprofundou suas concepções até as últimas conseqüências", diz Maria Nazaré Amaral, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Biografia

Johann Friedrich Herbart nasceu em Oldenburg, na Alemanha, em 1776, e conheceu alguns dos mais importantes intelectuais de seu tempo. Aos 18 anos, já era aluno do filósofo Johann Fichte (1762-1814) na Universidade de Iena. Logo em seguida, trabalhou durante quatro anos como professor particular em Interlaken, na Suíça, período em que ficou amigo do educador Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827). Tornou-se professor na Universidade de Göttingen em 1802. Seis anos depois, assumiu a cátedra deixada vaga por Immanuel Kant em Königsberg, onde lecionou até 1833, quando reassumiu o posto de professor de filosofia em Göttingen. Em Königsberg, fundou um seminário pedagógico com uma escola de aplicação e um internato. Os estudos mais importantes de Herbart foram no campo da filosofia da mente, à qual subordinou suas obras pedagógicas (entre elas, Pedagogia Geral e Esboço de um Curso de Pedagogia). A influência de sua teoria se estendeu a uma legião de pensadores, dando origem a várias interpretações, até entrar em declínio no início do século 20.

Moral como objetivo

Na teoria herbartiana, memória, sentimentos e desejos são apenas modificações das representações mentais. Agir sobre elas, portanto, significa influenciar em todas as esferas da vida de uma pessoa. Desse modo, Herbart criou uma teoria da educação que pretende interferir

diretamente nos processos mentais do estudante como meio de orientar sua formação.

Gênios em profusão na Alemanha



Goethe retratado como patinador e entre admiradoras: cultura para o bem comum.

Foto: Rischgitz/Getty Images

Herbart viveu numa época em que a Alemanha produziu, década após década, alguns dos mais importantes intelectuais da história da humanidade. Alguns deles redefiniram seus campos de atuação, como Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) na literatura e Kant na filosofia. Curiosamente, o país naquele período era constituído por dezenas de minúsculos principados, virtualmente independentes, mas subservientes aos grandes centros de poder, como Paris e Londres. No entanto, uma cultura sólida se desenvolvia nas universidades alemãs. A influência protestante e a tendência dos governantes alemães de se cercarem de funcionários cultos também ajudaram a criar um contexto em que os intelectuais costumavam ser chamados a contribuir para o bem comum, mesmo que o sistema político estivesse longe de ser democrático. Nas universidades, os professores de filosofia tinham de ocupar também cátedras de pedagogia. Várias gerações de intelectuais – agrupados sob as correntes idealista, romântica e realista – deixaram, assim, contribuições fundamentais para a educação.

Embora profundamente intelectualista, a pedagogia herbartiana tem como objetivo maior nem tanto o acúmulo de informações, mas a formação moral do estudante. Por considerar a criança um ser moldado intelectual e psicologicamente por forças externas, Herbart dá ênfase primordial ao conceito de instrução. Ela é o instrumento pelo qual se alcançam os objetivos da educação. "Para Herbart, só o ignorante comete erros", diz a

pedagoga Maria Nazaré.

A instrução é o elemento central dos três procedimentos que, para Herbart, constituem a ação pedagógica. O primeiro é o que chamou de governo, ou seja, a manutenção da ordem pelo controle do comportamento da criança, uma atribuição inicialmente dos pais e depois dos professores. Trata-se de um conjunto de regras imposto de fora, com o objetivo de manter a criança ocupada. O segundo procedimento é a instrução educativa propriamente dita e seu motor é o interesse, que deve ser múltiplo, variado e harmonicamente repartido. O terceiro é a disciplina, que tem a função de preservar a vontade no caminho da virtude. Nessa etapa se fortalece a autodeterminação como pré-requisito da formação do caráter. Ao contrário do governo, consiste em um processo interno do aluno.

Muitas das contribuições de Herbart para a psicologia e a pedagogia continuam valiosas, mas seu pensamento e a prática que dele se originou no século 19 se tornaram ultrapassados, sobretudo com o aparecimento do movimento da escola ativa. Seu principal representante, o norte-americano John Dewey (1859-1952), fez duras críticas à doutrina herbartiana. A pedagogia contemporânea tornou o o aluno sujeito do ensino e substituiu o individualismo do século 18 por uma visão mais complexa dos fatores envolvidos no trabalho de ensinar. "Hoje, admite-se no plano teórico que a mente humana é originalmente ativa, enquanto na prática, no Brasil, ainda se costuma despejar conhecimento sobre o aluno, como queria Herbart", critica Maria Nazaré.

Um padrão escolar para o Século 19



Classe britânica do século 19, auge do herbartianismo: disciplina e métodos rígidos.

Foto: Hulton Archive/Getty Images

A obra pedagógica de Herbart teve enorme influência em todo o mundo ocidental (e também no Japão) na segunda metade do século 19. Por se basear no princípio de que a mente humana apenas apreende novos conhecimentos e só participa do aprendizado passivamente, o herbartianismo resultou num ensino que hoje qualificamos de tradicional. "As escolas herbartianas transmitiam um ensino totalmente receptivo, sem diálogo entre professor e aluno e com aulas que obedeciam a esquemas

rígidos e preestabelecidos", diz a educadora Maria Nazaré. Herbart previa cinco etapas para o ato de ensinar. A primeira, preparação, é o processo de relacionar o novo conteúdo a conhecimentos ou lembranças que o aluno já possuía, para que ele adquira interesse na matéria. Em seguida vem a apresentação ou demonstração do conteúdo. A terceira fase é a associação, na qual a assimilação do assunto se completa por meio de comparações minuciosas com conteúdos prévios. A generalização, quarto passo do processo, parte do conteúdo recém-aprendido para a formulação de regras globais; é especialmente importante para desenvolver a mente além da percepção imediata. A quinta etapa é a da aplicação, que tem como objetivo mostrar utilidade para o que se aprendeu.

Para pensar

John Dewey criticou a teoria herbartiana dizendo que ela previa um "mestre todo-poderoso", encarregado de manipular os processos mentais do aluno por meio da instrução. Para Dewey e a maioria dos pedagogos do século 20, o pensamento de Herbart subestima e até ignora a ação do próprio aluno e sua capacidade de auto-educar-se. Mas não se pode negar que Herbart foi um dos pensadores que mais se interessaram pela psicologia do educando e o modo como ela influi em seu aprendizado. Você considera satisfatório seu conhecimento dos processos psíquicos das crianças em geral e de seus alunos em particular? Se acha que sim, de que modo pode utilizá-lo para aprimorar suas aulas?

Quer saber mais?

História da Educação e da Pedagogia, Lorenzo Luzuriaga, 312 págs., Cia. Ed. Nacional, tel. (11) 2799-7999, 44,90 reais

História Geral da Pedagogia, Francisco Larroyo, 501 págs., Ed. Mestre Jou (edição esgotada)

Friedrich Froebel - O formador das crianças pequenas

O criador dos jardins-de-infância defendia um ensino sem obrigações porque o aprendizado depende dos interesses de cada um e se faz por meio da prática

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: Massimo Listri/Corbis/Stock Photos

O alemão Friedrich Froebel (1782-1852) foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas – idéia hoje consagrada pela psicologia, ciência da qual foi precursor. Froebel viveu em uma época de mudança de concepções sobre as crianças (leia quadro na página 49) e esteve à frente desse processo na área pedagógica, como fundador dos jardins-de-infância, destinado aos menores de 8 anos. O nome reflete um princípio que Froebel compartilhava com outros pensadores de seu tempo: o de que a criança é como uma planta em sua fase de formação, exigindo cuidados periódicos para que cresça de maneira saudável. "Ele procurava na infância o elo que igualaria todos os homens, sua essência boa e divina ainda não corrompida pelo convívio social", diz Alessandra Arce, professora da Universidade Federal de São Carlos.

Conteúdo relacionado

Reportagens

- [Jean Piaget, O biólogo que pôs a aprendizagem no microscópio](#)
- [Emília Ferreiro, a estudiosa que revolucionou a alfabetização](#)
- [Condorcet - A luz da Revolução Francesa na escola](#)

As técnicas utilizadas até hoje em Educação Infantil devem muito a Froebel. Para ele, as brincadeiras são o primeiro recurso no caminho da aprendizagem. Não são apenas diversão, mas um modo de criar representações do mundo concreto com a finalidade de entendê-lo. Com base na observação das atividades dos pequenos com jogos e brinquedos, Froebel foi um dos primeiros pedagogos a falar em auto-educação, um conceito que só se difundiria no início do século 20, graças ao movimento da Escola Nova, de Maria Montessori (1870-1952) e Célestin Freinet (1896-1966), entre outros.

Biografia

Filho de um pastor protestante, Friedrich Froebel nasceu em Oberweissbach, no sudeste da Alemanha, em 1782. Nove meses depois de seu nascimento, sua mãe morreu. Adotado por um tio, viveu uma infância solitária, em que se empenhou em aprender matemática e linguagem e a explorar as florestas perto de onde morava. Após cursar informalmente algumas matérias na Universidade de Jena, tornou-se professor e ainda jovem fez uma visita à escola do pedagogo Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), em Yverdon, na Suíça. Em 1811, foi convocado a lutar nas guerras napoleônicas. Fundou sua primeira escola em 1816, na cidade alemã de Griesheim. Dois anos depois, a escola foi transferida para Keilhau, onde Froebel pôs em prática suas teorias pedagógicas. Em 1826, publicou seu livro mais importante, *A Educação do Homem*. Em seguida, foi morar na Suíça, onde treinou professores e dirigiu um orfanato. Todas essas experiências serviram de inspiração para que ele fundasse o primeiro jardim-de-infância, na cidade alemã de Blankenburg. Paralelamente, administrou uma gráfica que imprimiu instruções de brincadeiras e canções para serem aplicadas em escolas e em casa. Em 1851, confundindo Froebel com um sobrinho esquerdista, o governo da Prússia proibiu as atividades dos jardins-de-infância. O educador morreu no ano seguinte, mas o banimento só foi suspenso em 1860, oito anos mais tarde. Os jardins-de-infância rapidamente se espalharam pela Europa e nos Estados Unidos, onde foram incorporados aos preceitos educacionais do filósofo John Dewey (1859-1952).

Treino de habilidades

Por meio de brinquedos que desenvolveu (leia quadro na página 48) depois de analisar crianças de diferentes idades, Froebel previu uma educação que ao mesmo tempo permite o treino de habilidades que elas já possuem e o surgimento de novas. Dessa forma seria possível aos alunos exteriorizar seu mundo interno e interiorizar as novidades vindas de fora – um dos fundamentos do aprendizado, segundo o pensador.

Brinquedos criados para aprender



Crianças de um jardim-de-infância brasileiro:
brincadeiras para desenvolver a criatividade.
Foto: Masao Goto Filho

Froebel considerava a Educação Infantil indispensável para a formação da criança – e essa idéia foi aceita por grande parte dos teóricos da educação que vieram depois dele. O objetivo das atividades nos jardins-de-infância era possibilitar brincadeiras criativas. As atividades e o material escolar eram determinados de antemão, para oferecer o máximo de oportunidades de tirar proveito educativo da atividade lúdica. Froebel desenhou círculos, esferas, cubos e outros objetos que tinham por objetivo estimular o aprendizado. Eles eram feitos de material macio e manipulável, geralmente com partes desmontáveis. As brincadeiras eram acompanhadas de músicas, versos e dança. Os objetos criados por Froebel eram chamados de "dons" ou "presentes" e havia regras para usá-los, que precisariam ser dominadas para garantir o aproveitamento pedagógico. As brincadeiras previstas por Froebel eram, quase sempre, ao ar livre para que a turma interagisse com o ambiente. "Todos os jogos que envolviam os 'dons' começavam com as pessoas formando círculos, movendo-se e cantando, pois assim conseguiam atingir a perfeita unidade", diz Alessandra Arce. Para Froebel, era importante acostumar as crianças aos trabalhos manuais. A atividade dos sentidos e do corpo despertariam o germe do trabalho, que, segundo o educador alemão, seria uma imitação da criação do universo por Deus.

Ao mesmo tempo que pensou sobre a prática escolar, ele se dedicou a criar um sistema filosófico que lhe desse sustentação. Para Froebel, a natureza era a manifestação de Deus no mundo terreno e expressava a unidade de todas as coisas. Da totalidade em Deus decorria uma lei da convivência dos contrários. Isso tudo levava ao princípio de que a educação deveria trabalhar os conceitos de unidade e harmonia, pelos quais as crianças alcançariam a própria identidade e sua ligação com o eterno. A importância do autoconhecimento não se limitava à esfera individual, mas seria ainda um meio de tornar melhor a vida em sociedade.

Além do misticismo e da unidade, a natureza continha, de acordo com

Froebel, um sistema de símbolos conferido por Deus. Era necessário desvendar tais símbolos para conhecer o que é o espírito divino e como ele se manifesta no mundo. A criança, segundo o educador, trazia em si a semente divina de tudo o que há de melhor no ser humano. Cabia à educação desenvolver esse germe e não deixar que se perdesse.

Educação espontânea

O caminho para isso seria deixar a criança livre para expressar seu interior e perseguir seus interesses. Froebel adotava, assim, a idéia contemporânea do "aprender a aprender". Para ele, a educação se desenvolve espontaneamente. Quanto mais ativa é a mente da criança, mais ela é receptiva a novos conhecimentos.

O ponto de partida do ensino seriam os sentidos e o contato que eles criam com o mundo. Portanto, a educação teria como fundamento a percepção, da maneira como ela ocorre naturalmente nos pequenos. Isso não quer dizer que ele descartasse totalmente o ensino diretivo, visto como um recurso legítimo caso o aluno não apresentasse o desenvolvimento esperado. De modo geral, no entanto, a pedagogia de Froebel pode ser considerada como defensora da liberdade.

Novo conceito de infância na Europa



Retrato da família de Maximiliano I, da Áustria, do século 15: crianças com feições de adultos. Foto: Hulton/Getty Images

Duas tendências históricas são essenciais para a compreensão da obra de Froebel. Uma é a valorização da infância – que passou, entre os séculos 18 e 19, a ser encarada como uma fase da vida com particularidades bem marcantes e com duração longa (é dessa época também o surgimento do conceito de adolescência). Havia pouco tempo, era comum meninos

europeus de 7 anos entrarem para as Forças Armadas. Cerca de um século antes do nascimento de Froebel, tamanha era a mortalidade infantil que a infância não passava de um período de "teste" para candidatos a adultos. Na Idade Média, segundo o historiador francês Philippe Ariès, a idéia de infância simplesmente não existia: as crianças eram adultos à espera de adquirir a estatura "normal". Outra tendência histórica marcante do período em que Froebel viveu foi o individualismo burguês, simbolizado pela figura de Napoleão, que encarnava o ideal do homem que se fez sozinho e se tornou imperador da França.

O educador acreditava que as crianças trazem consigo uma metodologia natural que as leva a aprender de acordo com seus interesses e por meio de atividade prática. Ele combatia o excesso de abstração da educação de seu tempo, argumentando que ele afastava os alunos do aprendizado. Na primeira infância, dizia, o importante é trabalhar a percepção e a aquisição da linguagem. No período propriamente escolar, seria a vez de trabalhar religião, ciências naturais, matemática, linguagem e artes.

Froebel defendia a educação sem imposições às crianças porque, segundo sua teoria, elas passam por diferentes estágios de capacidade de aprendizado, com características específicas, antecipando as idéias do suíço Jean Piaget (1896-1980). Froebel detectou três estágios: primeira infância, infância e idade escolar. "Em seus escritos, ele demonstra como a brincadeira e a fala, observadas pelo adulto, permitem apreender o nível de desenvolvimento e a forma de relacionamento infantil com o mundo exterior", diz Alessandra Arce.

Froebel não fez a separação entre religião e ensino, consagrada atualmente, mas via a educação como uma atividade em que escola e família caminham juntas, outra característica que o aproxima da prática contemporânea.

Para pensar

Froebel chegou a suas conclusões sobre a psicologia infantil observando as brincadeiras e os jogos das crianças. Diante das atividades espontâneas de seus alunos, você já pensou que tem a oportunidade de entender a psicologia de cada um e também de apreender algumas características da faixa etária a que eles pertencem?

Quer saber mais?

A Educação do Homem, Friedrich Froebel, 238 págs., Ed. UPF, tel. (54) 3316-8100, 28 reais

50 Grandes Educadores: de Confúcio a Dewey, Joy A. Palmer, 308 págs., Ed. Contexto, tel. (11) 3832-5838, 49 reais

Friedrich Froebel: o Pedagogo dos Jardins-de-Infância, Alessandra Arce, 120 págs., Ed. Vozes, tel. (24) 2246-5552, 20 reais

História Social da Criança e da Família, Philippe Ariès, 280 págs., Ed.

LTC, tel. (21) 3970-9450, 67 reais

Auguste Comte - O homem que quis dar ordem ao mundo

Pai do positivismo, ele acreditava que era possível planejar o desenvolvimento da sociedade e do indivíduo com critérios das ciências exatas e biológicas

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: Hulton Archive/Getty Images

O nome do pensador francês Auguste Comte (1798-1857) está indissociavelmente ligado ao positivismo, corrente filosófica que ele fundou com o objetivo de reorganizar o conhecimento humano e que teve grande influência no Brasil. Comte também é considerado o grande sistematizador da sociologia.

O filósofo viveu num período da história francesa em que se alternavam regimes despóticos e revoluções. A turbulência levou não só a um descontentamento geral com a política como a uma crise dos valores tradicionais. Comte procurou dar uma resposta a esse estado de ânimo pela combinação de elementos da obra de pensadores anteriores a ele e também de alguns contemporâneos, resultando num corpo teórico a que chamou de positivismo. "Ele reviu as ciências para definir o que, nelas, decorria da realidade dos fatos e permitia a formulação de leis naturais, que orientariam os homens a agir para modificar a natureza", diz Arthur Virmond de Lacerda, professor da Faculdade Internacional de Curitiba.

Disciplina, hierarquia e ciência na escola

Como Comte tinha a ordem na conta de valor supremo, para ele era fundamental que os membros de uma sociedade aprendessem desde pequenos a importância da obediência e da hierarquia. A imposição da disciplina era, para os positivistas, uma função primordial da escola.

Segundo Comte, a evolução do indivíduo segue um trajeto semelhante à evolução das sociedades. Assim, na infância passa-se por uma espécie de estágio teológico, quando a criança tende a atribuir a forças sobrenaturais o que acontece a seu redor. A maturidade do espírito seria encontrada na ciência. Por isso, na escola de inspiração positivista, os estudos científicos prevalecem sobre os literários. O filósofo acreditava ainda que todos os seres humanos guardam em si instintos tanto egoístas quanto altruístas. A educação deveria assumir a responsabilidade de desenvolver nos jovens o altruísmo em detrimento do egoísmo, mostrando a eles que o objetivo existencial mais nobre é dedicar a vida às outras pessoas. "A educação positivista visa a informar o aluno sobre a ordem - isto é, como o mundo funciona - e formar seu caráter, tornando-o mais bondoso", diz Virmond de Lacerda. O pensamento de Comte tinha forte aspecto empirista, por levar em conta apenas os fenômenos observáveis e considerar anticientíficos os estudos dos processos mentais do observador.

Na educação, isso acarreta ênfase na aferição da eficiência dos métodos de ensino e do desempenho do aluno. No século 20, a psicologia comportamental aperfeiçoaria ao máximo esses procedimentos, com experimentos e testes aplicados em grande escala.

Um dos fundamentos do positivismo é a idéia de que tudo o que se refere ao saber humano pode ser sistematizado segundo os princípios adotados como critério de verdade para as ciências exatas e biológicas. Isso se aplicaria também aos fenômenos sociais, que deveriam ser reduzidos a leis gerais como as da física. Para Comte, a análise científica aplicada à sociedade é o cerne da sociologia, cujo objetivo seria o planejamento da organização social e política.

Planejamento social traria o bem-estar

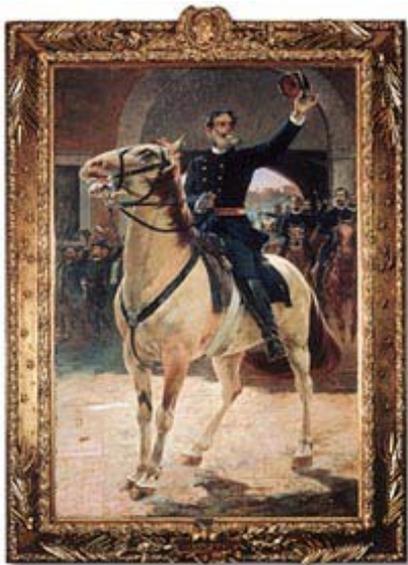
O funcionamento da sociedade, para Comte, obedeceria a diretrizes predeterminadas para promover o bem-estar do maior número possível de indivíduos. Além de uma reformulação geral das ciências e da organização sociopolítica, o filósofo planejou uma nova ordem espiritual, inspirada na hierarquia e na disciplina da Igreja Católica, que considerava muito eficientes. A nova doutrina, porém, se dissociava totalmente da teologia cristã, que Comte rejeitava por se basear no sobrenatural, e não no materialismo científico. No fim da vida, ele chegou a preconizar a construção de templos positivistas, onde a humanidade, e não a divindade, seria venerada. O filósofo via a humanidade como uma entidade una, que chamou de Grande Ser.

Comte formulou uma lei histórica de três estágios. Segundo essa lei, o

pensamento humano partiu de um estágio teológico, quando recorria às idéias de deuses e espíritos para explicar os fenômenos naturais, e passou para um estágio metafísico, caracterizado por fundamentar o conhecimento em abstrações - como essências, causas finais ou concepções idealizadas da natureza. De acordo com Comte, a humanidade só alcançaria plenitude intelectual ao chegar ao estágio positivo, que pressupõe a admissão das limitações do entendimento humano. Para ele, a razão não é capaz de operar a não ser pela via da experiência concreta. Todo esforço da ciência e da filosofia deveria se restringir, portanto, a encontrar as leis que regem os fenômenos observáveis.

Antes de Comte, a sociologia já havia dado os primeiros passos, mas foi ele quem a organizou como ciência. O pensador a dividiu em duas áreas: estática social e dinâmica social. A primeira estuda as forças que mantêm a sociedade unida, enquanto a segunda se volta para as mudanças sociais e suas causas. A estática social se fundamenta na ordem e a dinâmica no progresso - daí o lema "ordem e progresso", que figura na bandeira brasileira por inspiração comtiana (leia quadro acima). Conhecidos a estrutura e os processos de transformação da sociedade, seria possível, para o pensador, reformar as instituições e aperfeiçoá-las. "As leis sociológicas permitem planejar o futuro porque indicam critérios de atuação política", diz Virmond de Lacerda.

Proclamação da República teve influência positivista



Pintura de Henrique Bernardelli representa a proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca: Comte nos quartéis.
Foto: Reprodução/Lula Rodrigues

O projeto sociopolítico de Comte pressupunha uma evolução ordeira da sociedade, incompatível com revoluções e mudanças bruscas. Curiosamente, no Brasil os ideais positivistas serviram para alavancar uma troca de regime, com a proclamação da República. O aparente paradoxo se explica, em parte, pelo fato de a influência positivista ter resultado em pensamentos muito diversos no Brasil, conforme se combinou com outras correntes ideológicas. Nenhum setor teve maior presença da ideologia comtiana do que as Forças Armadas, de onde saiu o vitorioso movimento republicano e a idéia de adotar o lema "ordem e progresso". Várias das medidas governamentais dos primeiros anos da República tiveram inspiração positivista, como a reforma educativa de 1891 e, no mesmo ano, a separação oficial entre Igreja e Estado. O positivismo ficou de tal forma conhecido no Brasil que o prenome de Comte foi aportuguesado para Augusto e a corrente filosófica tornou-se tema de um samba de Noel Rosa e Orestes Barbosa. A canção, intitulada Positivismo e lançada em 1933, termina com os versos: "O amor vem por princípio, a ordem por base/O progresso é que deve vir por fim/Desprezaste esta lei de Augusto Comte/E foste ser feliz longe de mim".

Cientistas deveriam formar elite dirigente

A concepção planejada das reformas sociais que o filósofo julgava necessárias não era compatível com a democracia, imprevisível por natureza, e por isso Comte a rejeitou. Ele acreditava que a ciência positiva seria o fundamento da fraternidade entre os homens, mas a responsabilidade por conduzir o aperfeiçoamento das instituições estaria restrita a uma elite de cientistas.

O filósofo via todas as sociedades constituídas por núcleos permanentes, como a família e a propriedade, que devem promover o progresso. O positivismo compara a sociedade a um organismo biológico, no qual nenhuma parte tem existência independente. Num estágio positivo, próximo da perfeição, não haveria lugar para o individualismo, apenas para o desenvolvimento da solidariedade e do altruísmo (termo cunhado por Comte) de cada um em favor da coletividade.

O pensamento de Comte foi alvo de desconfiança e até de escárnio - em especial a criação da religião da humanidade. Mas o positivismo teve grande influência em seu tempo e peso decisivo no surgimento de correntes de pensamento futuras, como o evolucionismo.

Biografia



Clotilde de Vaux: musa de Comte tornou-se símbolo da humanidade. Foto: Acervo e Publicação da Igreja Positivista do Brasil

Auguste Comte nasceu em 1798 em Montpellier, na França. Seus pais eram católicos e monarquistas fervorosos. Comte, que rejeitou as convicções dos pais ainda bem jovem, foi aluno brilhante, dos estudos básicos aos superiores, na Escola Politécnica de Paris. Nesse período, seu melhor amigo foi Henri de Saint-Simon (1760-1825), expoente do socialismo utópico, com quem viria a romper mais tarde por questões ideológicas. Comte trabalhava intensamente na criação de uma "filosofia positiva" quando sofreu um colapso nervoso, em 1826. Recuperado, mergulhou na redação do Curso de Filosofia Positiva, que lhe tomou 12 anos. Em 1842, por divergências com os superiores, perdeu o emprego de pesquisador na Politécnica e começou a ser ajudado por admiradores, como o pensador escocês John Stuart Mill (1773-1826). No mesmo ano, Comte se separou de Caroline Massin, após 17 anos de casamento. Em 1845, apaixonou-se por Clotilde de Vaux, que morreria de tuberculose no ano seguinte. Clotilde seria idealizada por Comte como a expressão perfeita da humanidade. O filósofo, que dedicou os anos seguintes a escrever Sistema de Política Positiva, morreu de câncer em 1857, em Paris.

"Toda educação humana deve preparar cada um a viver para os outros"

Para pensar

O modelo de escola rígida e autoritária que os positivistas defendiam está ultrapassado, mas vale a pena refletir sobre as idéias de Comte. Ele acreditava que a solidariedade era um impulso natural no ser humano e que a escola é um dos órgãos sociais responsáveis por promovê-la. Numa época individualista como a atual, você já pensou em conversar com seus alunos

sobre a importância de sempre ter em mente que todos fazemos parte de uma sociedade?

Quer saber mais?

Augusto Comte - Criador da Física Social, Lelita Oliveira Benoit, 144 págs., Ed. Moderna, tel. 0800-172002, 21,50 reais

Augusto Comte e o Positivismo, João Ribeiro Jr., 330 págs., Ed. Edicamp, tel. (19) 3235-2500, 46 reais

Discurso sobre o Espírito Positivo, Auguste Comte, 132 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 26,50 reais

Karl Marx - O filósofo da revolução

O pensador alemão, um dos mais influentes de todos os tempos, investigou a mecânica do capitalismo e previu que o sistema seria superado pela emancipação dos trabalhadores

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

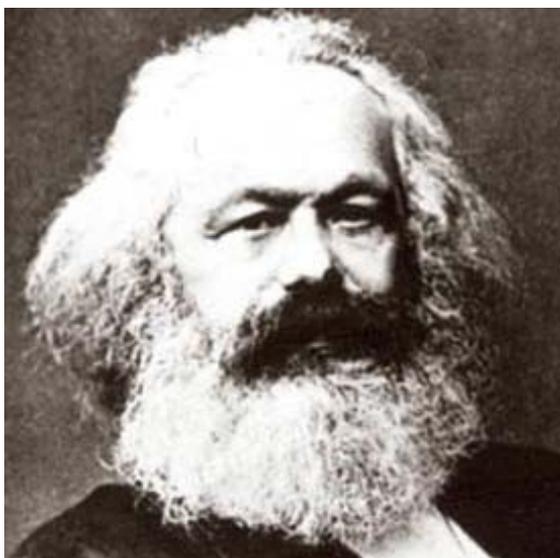


Foto: Hulton Archive/Getty Images

Numa de suas frases mais famosas, escrita em 1845, o pensador alemão Karl Marx (1818-1883) dizia que, até então, os filósofos haviam interpretado o mundo de várias maneiras. "Cabe agora transformá-lo", concluía. Coerentemente com essa idéia, durante sua vida combinou o estudo das ciências humanas com a militância revolucionária, criando um dos sistemas de idéias mais influentes da história. Direta ou indiretamente, a obra do filósofo alemão originou várias vertentes pedagógicas comprometidas com a mudança da sociedade (leia quadro na página 54). "A educação, para Marx, participa do processo de transformação das condições sociais, mas, ao mesmo tempo, é condicionada pelo processo", diz Leandro Konder, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

No século 20, o pensamento de Marx foi submetido a numerosas

interpretações, agrupadas sob a classificação de "marxismo". Algumas sustentaram regimes políticos duradouros, como o comunismo soviético (1917-1991) e o chinês (em vigor desde 1949). Muitos governos comunistas entraram em colapso, por oposição popular, nas décadas de 1980 e 1990. Em recente pesquisa da rádio BBC, que mobilizou grande parte da imprensa inglesa, Marx foi eleito o filósofo mais importante de todos os tempos.

Luta de classes

Na base do pensamento de Marx está a idéia de que tudo se encontra em constante processo de mudança. O motor da mudança são os conflitos resultantes das contradições de uma mesma realidade. Para Marx, o conflito que explica a história é a luta de classes. Segundo o filósofo, as sociedades se estruturam de modo a promover os interesses da classe economicamente dominante. No capitalismo, a classe dominante é a burguesia; e aquela que vende sua força de trabalho e recebe apenas parte do valor que produz é o proletariado.

O marxismo prevê que o proletariado se libertará dos vínculos com as forças opressoras e, assim, dará origem a uma nova sociedade. Segundo Marx, o conflito de classes já havia sido responsável pelo surgimento do capitalismo, cujas raízes estariam nas contradições internas do feudalismo medieval. Em ambos os regimes (feudalismo e capitalismo), as forças econômicas tiveram papel central. "O moinho de vento nos dá uma sociedade com senhor feudal; o motor a vapor, uma sociedade com o capitalista industrial", escreveu Marx.

A obra de Marx reúne uma grande variedade de textos: reflexões curtas sobre questões políticas imediatas, estudos históricos, escritos militantes – como O Manifesto Comunista, parceria com Friedrich Engels – e trabalhos de grande fôlego, como sua obra-prima, O Capital, que só teve o primeiro de quatro volumes lançado antes de sua morte. A complexidade da obra de Marx, com suas constantes autocríticas e correções de rota, é responsável, em parte, pela variedade de interpretações feitas por seus seguidores.

Trabalho e alienação

Em O Capital, Marx realiza uma investigação profunda sobre o modo de produção capitalista e as condições de superá-lo, rumo a uma sociedade sem classes e na qual a propriedade privada seja extinta. Para Marx, as estruturas sociais e a própria organização do Estado estão diretamente ligadas ao funcionamento do capitalismo. Por isso, para o pensador, a idéia de revolução deve implicar mudanças radicais e globais, que rompam com todos os instrumentos de dominação da burguesia.

Marx abordou as relações capitalistas como fenômeno histórico, mutável e contraditório, trazendo em si impulsos de ruptura. Um desses impulsos resulta do processo de alienação a que o trabalhador é submetido, segundo o pensador. Por causa da divisão do trabalho – característica do industrialismo, em que cabe a cada um apenas uma pequena etapa da produção –, o empregado se aliena do processo total.

Além disso, o retorno da produção de cada homem é uma quantia de dinheiro, que, por sua vez, será trocada por produtos. O comércio seria uma engrenagem de trocas em que tudo – do trabalho ao dinheiro, das máquinas ao salário – tem valor de mercadoria, multiplicando o aspecto alienante.

Por outro lado, esse processo se dá à custa da concentração da propriedade por aqueles que empregam a mão-de-obra em troca de salário. As necessidades dos trabalhadores os levarão a buscar produtos fora de seu alcance. Isso os pressiona a querer romper com a própria alienação.

Um dos objetivos da revolução prevista por Marx é recuperar em todos os homens o pleno desenvolvimento intelectual, físico e técnico. É nesse sentido que a educação ganha ênfase no pensamento marxista. "A superação da alienação e da expropriação intelectual já está sendo feita, segundo Marx", diz Leandro Konder. "O processo atual se aceleraria com a revolução proletária para alcançar, afinal, as metas maiores na sociedade comunista."

Tempo de utopias e rebeliões na Europa



Militares cercam estátua de Napoleão derrubada durante a Comuna de Paris:
Marx chega às ruas.

Foto: Hulton Archive /Getty Images

Marx viveu numa época em que a Europa se debatia em conflitos, tanto no campo das idéias como no das instituições. Já na universidade, as doutrinas socialistas e anarquistas se encontravam no centro das discussões dos

grupos que Marx freqüentava. Alguns dos pensadores que então alimentavam as esperanças transformadoras dos estudantes hoje são chamados de "socialistas utópicos", como o britânico Robert Owen (1771-1858) e os franceses Charles Fourier (1772-1837) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Dois momentos da história européia foram vividos por Marx intensamente e tiveram importantes reflexos em sua obra: as revoltas antimonárquicas de 1848 – na Itália, na França, na Alemanha e na Áustria – e a Comuna de Paris, que, durante pouco mais de três meses em 1871, levou os operários ao poder, influenciados pelas idéias do próprio Marx. A insurreição acabou reprimida, com um saldo de 20 mil mortes, 38 mil prisões e 7 mil deportações.

Aprendizado para a mente, o corpo e as mãos



Litografia do século 19 mostra metalúrgica italiana: Marx aprovava ensino nas fábricas.

Foto: Corbis/Stock Photos

Combater a alienação e a desumanização era, para Marx, a função social da educação. Para isso seria necessário aprender competências que são indispensáveis para a compreensão do mundo físico e social. O filósofo alertava para o risco de a escola ensinar conteúdos sujeitos a interpretações "de partido ou de classe". Ele valorizava a gratuidade da educação, mas não o atrelamento a políticas de Estado – o que equivaleria a subordinar o ensino à religião. Marx via na instrução das fábricas, criada pelo capitalismo, qualidades a ser aproveitadas para um ensino transformador – principalmente o rigor com que encarava o aprendizado para o trabalho. O mais importante, no entanto, seria ir contra a tendência "profissionalizante", que levava as escolas industriais a ensinar apenas o estritamente necessário para o exercício de determinada função. Marx entendia que a educação deveria ser ao mesmo tempo intelectual, física e técnica. Essa concepção, chamada de "onilateral" (múltipla), difere da visão de educação "integral" porque esta tem uma conotação moral e afetiva que, para Marx, não deveria ser trabalhada pela escola, mas por "outros adultos". O filósofo não chegou a fazer uma análise profunda da educação com base na teoria que ajudou a criar. Isso ficou para seguidores como o italiano Antonio Gramsci (1891-1937), o ucraniano Anton Makarenko (1888-1939) e a russa Nadia Krupskaja (1869-1939).

Biografia

Karl Marx nasceu em 1818 em Trier, sul da Alemanha (então Prússia). Seu pai, advogado, e sua mãe descendiam de judeus, mas haviam se convertido ao protestantismo. Estudou direito em Bonn e depois em Berlim, mas se interessou mais por filosofia e história. Na universidade, aproximou-se de grupos dedicados à política. Aos 23 anos, quando voltou a Trier, percebeu que não seria bem-vindo nos meios acadêmicos e passou a viver da venda de artigos. Em 1843, casou-se com a namorada de infância, Jenny von Westphalen. O casal se mudou para Paris, onde Marx aderiu à militância comunista, atraindo a atenção de Friedrich Engels, depois amigo e parceiro. Foi expulso de Paris em 1845, indo morar na Bélgica, de onde também seria deportado. Nos anos seguintes, se engajou cada vez mais na organização da política operária, o que despertou a ira de governos e da imprensa. A Justiça alemã o acusou de delito de imprensa e incitação à rebelião armada, mas ele foi absolvido nos dois casos. Expulso da Prússia e novamente da França, Marx se estabeleceu em Londres em 1849, onde viveu na miséria durante 15 anos, ajudado, quando possível, por Engels. Dois de seus quatro filhos morreram no período. O isolamento político terminou em 1864, com a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (depois conhecida como Primeira Internacional Socialista), que o adotou como líder intelectual, após a derrota do anarquista Mikhail Bakunin. Em 1871, a eclosão da Comuna de Paris o tornou conhecido internacionalmente. Na última década de vida, sua militância tornou-se mais crítica e indireta. Marx morreu em 1883, em Londres.

Para pensar

A alienação de que fala Marx é conseqüência do afastamento entre os interesses do trabalhador e aquilo que ele produz. De modo mais amplo, trata-se também do abismo entre o que se aprende apenas para cumprir uma função no sistema de produção e uma formação que realmente ajude o ser humano a exercer suas potencialidades. Você já pensou se a educação, como é praticada a seu redor, procura dar condições ao aluno para que se desenvolva por inteiro ou se responde apenas a objetivos limitados pelas circunstâncias?

Quer saber mais?

A Ideologia Alemã, Karl Marx e Friedrich Engels, 168 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 27,10 reais

Marx – Ciência e Revolução, Márcio Bilharinho Naves, 144 págs., Ed. Moderna, tel. 0800-172-002 (edição esgotada)

Marx e a Pedagogia Moderna, Mario Alighiero Manacorda, 200 págs., Ed. Cortez, tel. (11) 3864-0111 (edição esgotada)

Marx – Vida e Obra, Leandro Konder, 126 págs., Ed. Paz e Terra, tel. (11) 3337-8399, 25 reais

Herbert Spencer - O ideólogo da luta pela vida

Teórico inglês buscou no evolucionismo os mecanismos e objetivos da sociedade, e defendeu o ensino da ciência para formar adultos competitivos

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

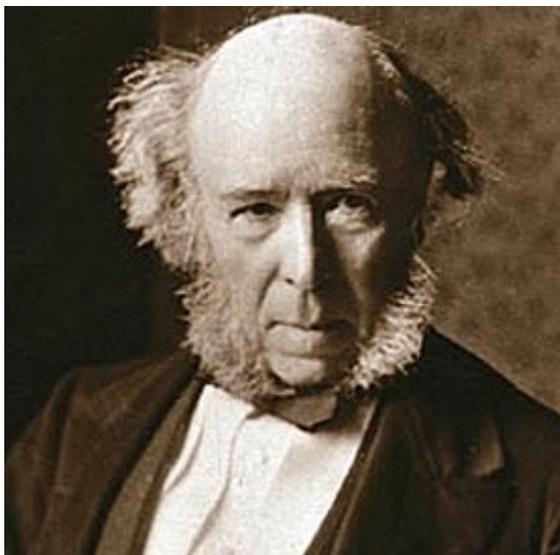


Foto: Hulton Archive/Getty Images

Tendo vivido num tempo de grandes avanços científicos, o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903) foi o principal representante do evolucionismo nas ciências humanas. Ele intuiu a existência de regras evolucionistas na natureza antes de seu compatriota, o naturalista Charles Darwin (1809-1882), formular a revolucionária teoria da evolução das espécies. É ele o autor da expressão "sobrevivência do mais apto", muitas vezes atribuída a Darwin.

O filósofo aplicou à sociologia idéias que retirou das ciências naturais, criando um sistema de pensamento muito influente a seu tempo. Suas conclusões o levaram a defender a primazia do indivíduo perante a sociedade e o Estado, e a natureza como fonte da verdade, incluindo a verdade moral. No campo pedagógico, Spencer fez campanha pelo ensino da ciência, combateu a interferência do Estado na educação e afirmou que o principal objetivo da escola era a construção do caráter (leia quadro na página 58). "Ele dizia que os conhecimentos úteis, que serviriam para formar os homens de negócios e produzir o bemestar pessoal, eram desprezados em favor do ensino das humanidades, que davam mais prestígio", diz a professora Maria Angélica Lucas, da Universidade Estadual de Maringá.

Para Spencer, havia uma lei fundamental da matéria, que ele chamou de lei da persistência da força. Segundo ela, a tendência natural de todas as coisas é, desde a primeira interação com forças externas, sair da homogeneidade rumo à heterogeneidade e à variedade. À medida que as forças vindas de

fora continuam a agir sobre o que antes era homogêneo, maior se torna o grau de variedade.

Biografia

Herbert Spencer nasceu em Derby, Inglaterra, em 1820, e desde a adolescência mostrou ter uma personalidade anticonformista. Aos 13 anos, tentou fugir da educação oferecida por um tio que era pastor protestante, mas teve que voltar à escola, onde se manteve até os 16. Depois disso, deu continuidade sozinho a sua formação, com leituras que se concentraram acima de tudo em ciências. Queria ser inventor e acabou, pelo conhecimento que adquiriu sozinho, trabalhando como engenheiro ferroviário. Paralelamente, começou a publicar artigos em que já defendia idéias liberais, argumentando que a ação dos governos não deveria ir além de garantir os direitos naturais dos cidadãos. Em 1848, tornou-se subeditor da revista *The Economist*, onde trabalhou até 1853, quando recebeu uma herança do tio e passou a se dedicar apenas a escrever livros – atividade que manteve até a morte, em 1903. Spencer relacionou-se com os principais intelectuais ingleses de seu tempo e manteve um romance com a escritora George Eliot (pseudônimo de Marian Evans). Sua obra teve enorme repercussão dentro e fora da Grã-Bretanha. Alguns dos principais livros de Spencer são: *Filosofia Sintética* (que publicou em série, com pagamento de assinatura antecipada por seus admiradores), *O Homem contra o Estado*, *Educação Intelectual, Moral e Física* e *Autobiografia*.

Conhecer, só pela razão

Baseado nessa observação, Spencer deduziu um princípio para todo desenvolvimento, que é a lei da multiplicação dos efeitos, causada por uma força absoluta que não pode ser conhecida pelo entendimento humano. Tratase, para Spencer, de uma lei da natureza, uma vez que ele se recusava a levar em conta, para efeito científico, a possibilidade de forças sobrenaturais. O filósofo, herdeiro da linhagem empirista britânica e também influenciado pelo positivismo, era agnóstico e combatia a influência religiosa no ensino e na ciência. O próprio termo agnosticismo, para se referir a uma postura filosófica que só admite os conhecimentos adquiridos pela razão, foi criado por um amigo e defensor de Spencer e Darwin, o naturalista Thomas Huxley (1825-1895).

Período vitoriano marca fim de uma era



A rainha Vitória: governante de uma época famosa pelo puritanismo.

Foto: Time Life Pictures /Getty Images

Herbert Spencer foi, com John Stuart Mill (1806-1873), um dos dois mais importantes pensadores ingleses da era vitoriana, e o que melhor encarnou as características tradicionalmente relacionadas ao período. O reinado da rainha Vitória (1819-1901), que subiu ao trono em 1837 e governou até a morte, gerou o adjetivo "vitoriano", ao qual se associam puritanismo, austeridade, otimismo e autoridade. Politicamente, o vitorianismo costuma ser lembrado como um tempo de hegemonia do liberalismo. Na realidade, o período foi bem mais complexo, principalmente depois da década de 1880. A partir dessa época, vieram à tona os contrastes sociais, as revoltas operárias, o questionamento das religiões e do imperialismo e as idéias socialistas, antes mantidas mais ou menos na obscuridade – e que inauguraram uma nova era. O período vitoriano assistiu a um acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, com a expansão das ferrovias e do telégrafo. Mas nada se comparou ao impacto da teoria evolucionista de Charles Darwin, que pôs em xeque tanto as explicações religiosas para a criação da vida quanto a idéia de que o ser humano ocuparia posição central no Universo. Um dos méritos do pensamento de Herbert Spencer foi propor novas posturas filosóficas com base nesse conhecimento.

Conteúdo relacionado

Reportagens

- [Evolução: a ideia que revolucionou o sentido da vida](#)
- [Viagem em busca de nossas origens](#)
- [As grandes teorias e a sala de aula](#)
- [Fritz Müller e evolucionismo no Brasil](#)
- [Como montar um clube de ciências](#)

- [Consulte o especial dos Grandes Pensadores](#)

Infográfico animado

- [Árvore da vida](#)

Planos de aula

- [A evolução continua, e mais rápida](#)
- [Mendel e Darwin](#)

De acordo com Spencer, o processo de desenvolvimento segue a mesma lei em todos os campos, da formação do universo à transformação das espécies. Seu entendimento inicial da evolução biológica se baseava na concepção errônea de que as sucessivas gerações de uma mesma espécie herdavam das anteriores as características adquiridas do ambiente. Essa era a teoria do naturalista francês Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), derrubada por Darwin. Ele mostrou que o mecanismo da evolução é a seleção natural, pela qual sobrevivem as variedades animais e vegetais mais adaptáveis às condições ambientais. Tão logo conheceu as conclusões de Darwin, Spencer reformulou sua teoria.

Perfeição industrial

Aplicado à sociedade, o princípio evolucionista universal do filósofo o levou a perceber um processo de individuação permanente, que levaria à crescente divisão do trabalho nos agrupamentos humanos. Desse modo, hordas primitivas e indiferenciadas evoluem para se tornar civilizações cada vez mais complexas, nas quais especialização e cooperação avançam lado a lado. A história dos povos, segundo Spencer, contrapõe sociedades guerreiras, mantidas coesas à força, e sociedades industriais, fundamentadas na competição, mas também na cooperação espontânea.

Ensino dependia da iniciativa privada



Escola britânica do fim do século 19: novidades da ciência influenciam uma nova mentalidade.

Foto: Hulton Archive/Getty Images

Ao contrário do que acontecia na Europa continental, na Grã-Bretanha do início do século 19 o ensino era um assunto privado. A primeira ingerência pública na educação foi uma resolução aprovada pelo Parlamento em 1802,

pedindo aos empregadores que providenciassem instrução para seus funcionários – como não havia obrigação atrelada, o efeito foi nulo. Quando não era paga, a educação britânica dependia da filantropia. Só na década de 1830 o governo passou a reservar uma parte do orçamento para o ensino. Na virada para o século 20, no entanto, quase toda a formação elementar (equivalente ao Ensino Fundamental) já era provida pelo Estado. Herbert Spencer defendeu a escola privada até o fim da vida, porque considerava que a interferência do Estado, sendo igual para todos, poderia sustentar estudantes que não estariam, por natureza, aptos a competir em sociedade. "De acordo com a filosofia spenceriana, seria fatal se o regime da família, em que a solidariedade faz com que o mais apto ajude o menos apto, regulasse a sociedade, onde o que conta é a luta pela vida", diz a professora Maria Angélica. Seguindo outra tradição britânica, Spencer acreditava que a função principal da educação era formar o caráter. Sua defesa do ensino prioritário da ciência tinha o objetivo de fornecer aos jovens um conhecimento sobre o funcionamento da natureza que lhes desse meios de se ajustar às exigências do mundo.

Um prolongamento da dicotomia entre sociedades guerreiras e industriais, para Spencer, seria o contraste entre o despotismo, associado a estágios primitivos, e o individualismo, associado ao avanço civilizador. A sociedade industrial corresponderia, assim, a um aperfeiçoamento natural do sistema econômico e das instituições.

O pensamento de Spencer corresponde a um desejo, muito vivo em sua época, de explicações globais que organizassem os fatos de modo a simplificá-los. No período, foram produzidas numerosas teorias que hoje chamamos de deterministas, por almejarem, no campo das ciências humanas, a exatidão matemática. A noção de que tudo se encaminha para resultados previsíveis e inevitáveis, uma vez que deixadas ao sabor de seu suposto curso natural, levou Spencer e muitos de seus contemporâneos (e também alguns pensadores de outros tempos, anteriores e posteriores) a supor que esses resultados eram também moralmente desejáveis. Nasce daí a idéia, ainda hoje vigorosa, de que a interferência do Estado na vida cotidiana impede os desenvolvimentos considerados normais. "Spencer acreditava que a lei da oferta e da procura devia estender-se da esfera econômica para a esfera educacional", diz a professora Maria Angélica.

Para pensar

Nos dias de hoje, é difícil encontrar seguidores fiéis do evolucionismo de Herbert Spencer, mas muito se fala de uma tendência de pensamento bem semelhante, que é chamada, um pouco caricaturalmente, de darwinismo social. A educação voltada sobretudo para formar jovens competitivos costuma estar relacionada a essa concepção de mundo. Você já pensou até que ponto sua atuação profissional se vincula à idéia de formar jovens para a competição?

Quer saber mais?

BIBLIOGRAFIA

A História da Filosofia, Will Durant, 482 págs., Ed. Nova Cultural, tel. (11) 3039-0900, 19,90 reais

50 Grandes Educadores, Joy A. Palmer, 310 págs., Ed. Contexto, tel. (11) 3832-5838, 49 reais

Émile Durkheim - O criador da sociologia da educação

Para o sociólogo francês, a principal função do professor é formar cidadãos capazes de contribuir para a harmonia social

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

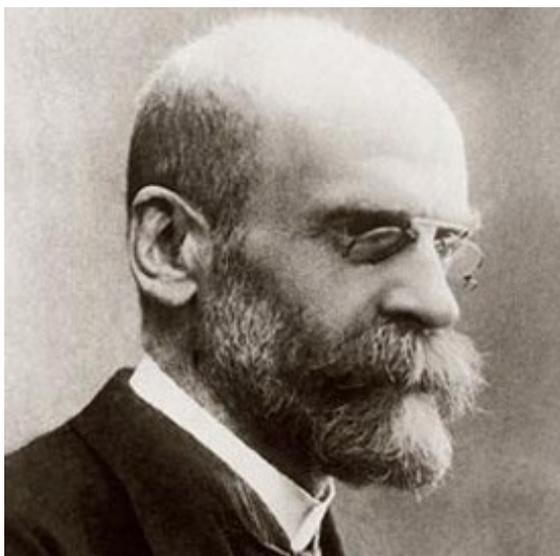


Foto: Bettmann/Corbis

Em cada aluno há dois seres inseparáveis, porém distintos. Um deles seria o que o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) chamou de individual. Tal porção do sujeito – o jovem bruto –, segundo ele, é formada pelos estados mentais de cada pessoa. O desenvolvimento dessa metade do homem foi a principal função da educação até o século 19. Principalmente por meio da psicologia, entendida então como a ciência do indivíduo, os professores tentavam construir nos estudantes os valores e a moral. A caracterização do segundo ser foi o que deu projeção a Durkheim. "Ele ampliou o foco conhecido até então, considerando e estimulando também o que concebeu como o outro lado dos alunos, algo formado por um sistema de idéias que exprimem, dentro das pessoas, a sociedade de que fazem parte", explica Dermeval Saviani, professor emérito da Universidade Estadual de Campinas.

Dessa forma, Durkheim acreditava que a sociedade seria mais beneficiada pelo processo educativo. Para ele, "a educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta". E quanto mais eficiente for o processo, melhor será o desenvolvimento da comunidade em que a escola esteja

inserida.

Nessa concepção durkheimiana – também chamada de funcionalista –, as consciências individuais são formadas pela sociedade. Ela é oposta ao idealismo, de acordo com o qual a sociedade é moldada pelo "espírito" ou pela consciência humana. "A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios – sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento – que baliza a conduta do indivíduo num grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela", escreveu Durkheim.

Essa teoria, além de caracterizar a educação como um bem social, a relacionou pela primeira vez às normas sociais e à cultura local, diminuindo o valor que as capacidades individuais têm na constituição de um desenvolvimento coletivo. "Todo o passado da humanidade contribuiu para fazer o conjunto de máximas que dirigem os diferentes modelos de educação, cada uma com as características que lhe são próprias. As sociedades cristãs da Idade Média, por exemplo, não teriam sobrevivido se tivessem dado ao pensamento racional o lugar que lhe é dado atualmente", exemplificou o pensador.

Ensino público e laico

Durkheim não desenvolveu métodos pedagógicos, mas suas idéias ajudaram a compreender o significado social do trabalho do professor, tirando a educação escolar da perspectiva individualista, sempre limitada pelo psicologismo idealista – influenciado pelas escolas filosóficas alemãs de Kant (1724-1804) e Hegel (1770-1831). "Segundo Durkheim, o papel da ação educativa é formar um cidadão que tomará parte do espaço público, não somente o desenvolvimento individual do aluno", explica José Sérgio Fonseca de Carvalho, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Biografia

Émile Durkheim nasceu em 1858, em Épinal, no noroeste da França, próximo à fronteira com a Alemanha. Era filho de judeus e optou por não seguir o caminho do rabinato, como era costume na sua família. Mais tarde declarou-se agnóstico. Depois de formar-se, lecionou pedagogia e ciências sociais na Faculdade de Letras de Bordeaux, de 1887 a 1902. A cátedra de ciências sociais foi a primeira em uma universidade francesa e foi concedida justamente àquele que criaria a Escola Sociológica Francesa. Seus alunos eram, sobretudo, professores do ensino primário. Durkheim não repartiu o seu tempo nem o pensamento entre duas atividades distintas por mero acaso. Abordou a educação como um fato social. "Estou convicto de que não há método mais apropriado para pôr em evidência a verdadeira

natureza da educação", declarou. A partir de 1902, foi auxiliar de Ferdinand Buisson na cadeira de ciência da educação na Sorbonne e o sucedeu em 1906. Estava plenamente preparado para o posto, pois não parara de dedicar-se aos problemas do ensino. Dentro da educação moral, psicologia da criança ou história das doutrinas pedagógicas, não há campos que ele não tenha explorado. Suas obras mais famosas são A Divisão do Trabalho Social e O Suicídio. Morreu em 1917, supostamente pela tristeza de ter perdido o filho na Primeira Guerra Mundial, no ano anterior.

Nas palavras de Durkheim, "a educação tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança estados físicos e morais que são requeridos pela sociedade política no seu conjunto". Tais exigências, com forte influência no processo de ensino, estão relacionadas à religião, às normas e sanções, à ação política, ao grau de desenvolvimento das ciências e até mesmo ao estado de progresso da indústria local.

Se a educação for desligada das causas históricas, ela se tornará apenas exercício da vontade e do desenvolvimento individual, o que para ele era incompreensível: "Como é que o indivíduo pode pretender reconstruir, por meio do único esforço da sua reflexão privada, o que não é obra do pensamento individual?" E ele mesmo respondeu: "O indivíduo só poderá agir na medida em que aprender a conhecer o contexto em que está inserido, a saber quais são suas origens e as condições de que depende. E não poderá sabê-lo sem ir à escola, começando por observar a matéria bruta que está lá representada". Por tudo isso, Durkheim é também considerado um dos mentores dos ideais republicanos de uma educação pública, monopolizada pelo Estado e laica, liberta da influência do clero romano.

Autoridade do professor

Durkheim sugeria que a ação educativa funcionasse de forma normativa. A criança estaria pronta para assimilar conhecimentos – e o professor bem preparado, dominando as circunstâncias. "A criança deve exercitar-se a reconhecer [a autoridade] na palavra do educador e a submeter-se ao seu ascendente; é por meio dessa condição que saberá, mais tarde, encontrá-la na sua consciência e aí se conformar a ela", propôs ele. "Em Durkheim, a autonomia da vontade só existe como obediência consentida", diz Heloísa Fernandes, da Faculdade de Ciências Sociais da USP. O sociólogo francês foi criticado por Jean Piaget (1896-1980) e Pierre Bourdieu (1930-2002), defensores da idéia de que a criança determina seus juízos e relações apenas com estímulos de seus educadores, sem que estes exerçam, necessariamente, força autoritária sobre ela.

Durkheim e a educação: padrão social



Sala de aula na França: adultos como responsáveis pela socialização dos jovens.

Foto: Bert Hardy/Getty Images

A elaboração, adoção e socialização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foi uma grande conquista para a educação brasileira. Houve padronização na indicação dos conteúdos curriculares e uma clara demonstração do que o governo espera dos jovens que deixarão os bancos escolares nos próximos anos. Para o professor Dermeval Saviani, da Unicamp, esse fato tem certa relação com as concepções de Durkheim. "Os currículos são sugeridos para todos. Esses documentos mostram as necessidades da sociedade. Agora, cabe aos estabelecimentos de ensino pegar essas indicações e moldá-las aos estudantes", explica. "A idéia de fundo é colocar as pessoas certas nos lugares certos, onde a comunidade precisa", diz.

Tempo de mudanças

A segunda metade do século 19 marca o nascimento de algumas ciências humanas, como antropologia, sociologia, psicanálise e lingüística. Charles Darwin (1809-1882), Karl Marx (1818-1883) e Sigmund Freud (1856-1939), para citar apenas alguns clássicos, estavam formulando as idéias que reorientariam o pensamento mundial mais tarde, assim como fez Durkheim no campo da sociologia. A França vivia um período de conflitos – parte da região da Lorena, onde Durkheim nasceu, foi tomada pela Alemanha em 1871, o que levou à guerra entre os dois países. Nesse mesmo ano, foi proclamada a Terceira República Francesa, que implantou medidas políticas inovadoras, como a instituição da lei do divórcio. Na educação, devido também à influência das concepções de Durkheim, a Terceira República trouxe a obrigatoriedade escolar para crianças de 6 a 13 anos e a proibição do ensino religioso nas escolas públicas, ideais que até hoje estão entre os pilares educacionais naquele país. Tais transformações foram fundamentais para a preocupação de Durkheim com a formação de professores para a nova escola laica republicana. Ele viveu também no período da chamada Segunda Revolução Industrial, quando o motor de combustão interna, o dínamo, a eletricidade, o telégrafo e o petróleo

tomaram a atenção do mundo todo. Morreu durante a Primeira Guerra Mundial, no ano da Revolução Russa.

Para pensar

Durkheim dizia que a criança, ao nascer, trazia consigo só a sua natureza de indivíduo. "A sociedade encontra-se, a cada nova geração, na presença de uma tábua rasa sobre a qual é necessário construir novamente", escreveu. Os professores, como parte responsável pelo desenvolvimento dos indivíduos, têm um papel determinante e delicado. Devem transmitir os conhecimentos adquiridos, com cuidado para não tirar a autonomia de pensamento dos jovens. A proposta de Durkheim levará o aluno a avançar sozinho? Esse modelo de formação externa contraria a independência nos estudos? Ou será uma condição para que a educação cumpra seu papel social e político?

Quer saber mais?

A Evolução Pedagógica, Émile Durkheim, 325 págs., Ed. Artmed, tel. 0800-703-3444 (edição esgotada)

Durkheim, José Albertino Rodrigues (org.), 208 págs., Ed. Ática, tel. 0800-115-152, 27,50 reais

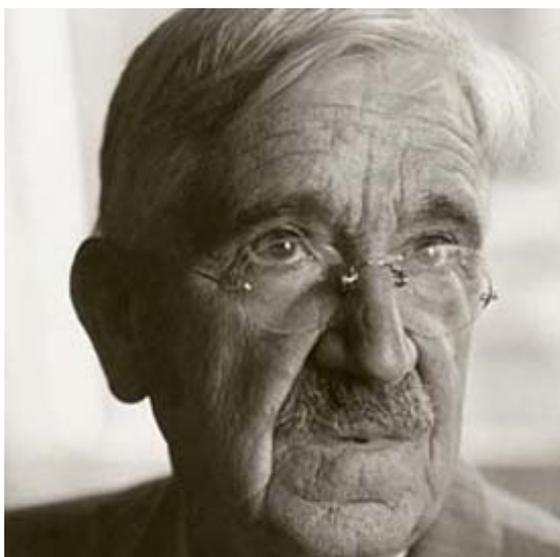
Educação e Sociologia, Émile Durkheim, 132 págs., Edições 70, tel. (11) 3107-0017 (Livraria Portugal, importadora), 47 reais

Sintoma Social Dominante e Moralização Infantil, Heloísa Rodrigues Fernandes, 219 págs., Edusp e Ed. Escuta, tel. (11) 3865-8950, 33,70 reais

John Dewey - O pensador que pôs a prática em foco

O filósofo norte-americano defendia a democracia e a liberdade de pensamento como instrumentos para a maturação emocional e intelectual das crianças

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Fotos: Bettmann/Corbis

Quantas vezes você já ouviu falar na necessidade de valorizar a capacidade de pensar dos alunos? De prepará-los para questionar a realidade? De unir teoria e prática? De problema-tizar? Se você se preocupa com essas questões, já esbarrou, mesmo sem saber, em algumas das concepções de John Dewey (1859-1952), filósofo norte-americano que influenciou educadores de várias partes do mundo. No Brasil inspirou o movimento da Escola Nova, liderado por Anísio Teixeira, ao colocar a atividade prática e a democracia como importantes ingredientes da educação.

Dewey é o nome mais célebre da corrente filosófica que ficou conhecida como pragmatismo, embora ele preferisse o nome instrumentalismo – uma vez que, para essa escola de pensamento, as idéias só têm importância desde que sirvam de instrumento para a resolução de problemas reais. No campo específico da pedagogia, a teoria de Dewey se inscreve na chamada educação progressiva. Um de seus principais objetivos é educar a criança como um todo. O que importa é o crescimento – físico, emocional e intelectual.

O princípio é que os alunos aprendem melhor realizando tarefas associadas aos conteúdos ensinados. Atividades manuais e criativas ganharam destaque no currículo e as crianças passaram a ser estimuladas a experimentar e pensar por si mesmas. Nesse contexto, a democracia ganha peso, por ser a ordem política que permite o maior desenvolvimento dos indivíduos, no papel de decidir em conjunto o destino do grupo a que pertencem. Dewey defendia a democracia não só no campo institucional mas também no interior das escolas.

Estímulo à cooperação

Influenciado pelo empirismo, Dewey criou uma escola-laboratório ligada à universidade onde lecionava para testar métodos pedagógicos. Ele insistia na necessidade de estreitar a relação entre teoria e prática, pois acreditava que as hipóteses teóricas só têm sentido no dia-a-dia. Outro ponto-chave de sua teoria é a crença de que o conhecimento é construído de consensos, que por sua vez resultam de discussões coletivas. "O aprendizado se dá quando compartilhamos experiências, e isso só é possível num ambiente democrático, onde não haja barreiras ao intercâmbio de pensamento", escreveu. Por isso, a escola deve proporcionar práticas conjuntas e promover situações de cooperação, em vez de lidar com as crianças de forma isolada.

Seu grande mérito foi ter sido um dos primeiros a chamar a atenção para a capacidade de pensar dos alunos. Dewey acreditava que, para o sucesso do processo educativo, bastava um grupo de pessoas se comunicando e trocando idéias, sentimentos e experiências sobre as situações práticas do

dia-a-dia. Ao mesmo tempo, reconhecia que, à medida que as sociedades foram ficando complexas, a distância entre adultos e crianças se ampliou demais. Daí a necessidade da escola, um espaço onde as pessoas se encontram para educar e ser educadas. O papel dessa instituição, segundo ele, é reproduzir a comunidade em miniatura, apresentar o mundo de um modo simplificado e organizado e, aos poucos, conduzir as crianças ao sentido e à compreensão das coisas mais complexas. Em outras palavras, o objetivo da escola deveria ser ensinar a criança a viver no mundo.

"Afinal, as crianças não estão, num dado momento, sendo preparadas para a vida e, em outro, vivendo", ensinou, argumentando que o aprendizado se dá justamente quando os alunos são colocados diante de problemas reais. A educação, na visão deweyana, é "uma constante reconstrução da experiência, de forma a dar-lhe cada vez mais sentido e a habilitar as novas gerações a responder aos desafios da sociedade". Educar, portanto, é mais do que reproduzir conhecimentos. É incentivar o desejo de desenvolvimento contínuo, preparar pessoas para transformar algo.

A experiência educativa é, para Dewey, reflexiva, resultando em novos conhecimentos. Deve seguir alguns pontos essenciais: que o aluno esteja numa verdadeira situação de experimentação, que a atividade o interesse, que haja um problema a resolver, que ele possua os conhecimentos para agir diante da situação e que tenha a chance de testar suas idéias. Reflexão e ação devem estar ligadas, são parte de um todo indivisível. Dewey acreditava que só a inteligência dá ao homem a capacidade de modificar o ambiente a seu redor.

Liberdade intelectual para os alunos

A filosofia deweyana remete a uma prática docente baseada na liberdade do aluno para elaborar as próprias certezas, os próprios conhecimentos, as próprias regras morais. Isso não significa reduzir a importância do currículo ou dos saberes do educador. Para Dewey, o professor deve apresentar os conteúdos escolares na forma de questões ou problemas e jamais dar de antemão respostas ou soluções prontas. Em lugar de começar com definições ou conceitos já elaborados, deve usar procedimentos que façam o aluno raciocinar e elaborar os próprios conceitos para depois confrontar com o conhecimento sistematizado. Pode-se afirmar que as teorias mais modernas da didática, como o construtivismo e as bases teóricas dos Parâmetros Curriculares Nacionais, têm inspiração nas idéias do educador.

A defesa irrestrita do experimentalismo

Em quase um século, Dewey presenciou muitas transformações. Viu o fim da Guerra Civil Americana, o desenvolvimento tecnológico, a Revolução Russa de 1917, a crise econômica de 1929. Em parte nasceu dessa efervescência mundial sua concepção mutável da realidade e dos valores, além da convicção de que só a inteligência dá ao homem o poder de alterar

sua existência. "Idealizar e racionalizar o universo em geral é uma confissão de incapacidade de dominar os cursos das coisas que especificamente nos dizem respeito", escreveu. Essa perspectiva levou Dewey a rejeitar a idéia de leis morais fixas e imutáveis. Como boa parte dos intelectuais de seu tempo, o filósofo norte-americano sofreu forte influência tanto do evolucionismo das ciências naturais quanto do positivismo das ciências humanas. Defendia a utilização, diante dos problemas sociais, dos métodos e atitudes experimentais que foram bem-sucedidos nas ciências naturais. Ele próprio procurou aplicar essa abordagem em relação à investigação filosófica e à didática.

Biografia

John Dewey nasceu em 1859 em Burlington, uma pequena cidade agrícola do estado norte-americano de Vermont. Na escola, teve uma educação desinteressante e desestimulante, o que foi compensado pela formação que recebeu em casa. Ainda criança, via sua mãe confiar aos filhos pequenas tarefas para despertar o senso de responsabilidade. Foi professor secundário por três anos antes de cursar a Universidade Johns Hopkins, em Baltimore. Estudou artes e filosofia e tornou-se professor da Universidade de Minnesota. Escreveu sobre filosofia e educação, além de arte, religião, moral, teoria do conhecimento, psicologia e política. Seu interesse por pedagogia nasceu da observação de que a escola de seu tempo continuava, em grande parte, orientada por valores tradicionais, e não havia incorporado as descobertas da psicologia, nem acompanhara os avanços políticos e sociais. Fiel à causa democrática, participou de vários movimentos sociais. Criou uma universidade-exílio para acolher estudantes perseguidos em países de regime totalitário. Morreu em 1952, aos 93 anos.

Para pensar



A escola-laboratório criada por Dewey em Chicago: a prática acima de tudo

Uma das principais lições deixadas por John Dewey é a de que, não havendo separação entre vida e educação, esta deve preparar para a vida, promovendo seu constante desenvolvimento. Como ele dizia, "as crianças não estão, num dado momento, sendo preparadas para a vida e, em outro,

vivendo". Então, qual é a diferença entre preparar para a vida e para passar de ano? Como educar alunos que têm realidades tão diferentes entre si e que, provavelmente, terão também futuros tão distintos?

Quer saber mais?

Conhecimento, Valor e Educação em John Dewey, Maria Isabel Pitombo, 176 págs., Ed. Pioneira, tel. (11) 3665-9900 (edição esgotada)
Dewey: Filosofia e Experiência Democrática, Maria Nazaré Amaral, 136 págs., Ed. Perspectiva, tel. (11) 3885-8388, 25 reais
John Dewey: a Utopia Democrática, Maria Isabel Pitombo, 176 págs., Ed. Pioneira, tel. (11) 3665-9900 (edição esgotada)
John Dewey: uma Filosofia para Educadores em Sala de Aula, Marcus Vinícius da Cunha, 92 págs., Ed. Vozes, tel. (24) 2246-5552, 20 reais

Maria Montessori - A médica que valorizou o aluno

Segundo a visão pedagógica da pesquisadora italiana, o potencial de aprender está em cada um de nós

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: Hulton Archive/Getty Images

Poucos nomes da história da educação são tão difundidos fora dos círculos de especialistas como Montessori. Ele é associado, com razão, à Educação Infantil, ainda que não sejam muitos os que conhecem profundamente esse método ou sua fundadora, a italiana Maria Montessori (1870-1952).

Primeira mulher a se formar em medicina em seu país, foi também pioneira no campo pedagógico ao dar mais ênfase à auto-educação do aluno do que ao papel do professor como fonte de conhecimento. "Ela acreditava que a educação é uma conquista da criança, pois percebeu que já nascemos com a capacidade de ensinar a nós mesmos, se nos forem dadas as condições", diz Talita de Oliveira Almeida, presidente da Associação Brasileira de

Educação Montessoriana.

Individualidade, atividade e liberdade do aluno são as bases da teoria, com ênfase para o conceito de indivíduo como, simultaneamente, sujeito e objeto do ensino. Montessori defendia uma concepção de educação que se estende além dos limites do acúmulo de informações. O objetivo da escola é a formação integral do jovem, uma "educação para a vida". A filosofia e os métodos elaborados pela médica italiana procuram desenvolver o potencial criativo desde a primeira infância, associando-o à vontade de aprender – conceito que ela considerava inerente a todos os seres humanos.

O método Montessori é fundamentalmente biológico. Sua prática se inspira na natureza e seus fundamentos teóricos são um corpo de informações científicas sobre o desenvolvimento infantil. Segundo seus seguidores, a evolução mental da criança acompanha o crescimento biológico e pode ser identificada em fases definidas, cada uma mais adequada a determinados tipos de conteúdo e aprendizado.

Maria Montessori acreditava que nem a educação nem a vida deveriam se limitar às conquistas materiais. Os objetivos individuais mais importantes seriam: encontrar um lugar no mundo, desenvolver um trabalho gratificante e nutrir paz e densidade interiores para ter capacidade de amar. A educadora acreditava que esses seriam os fundamentos de quaisquer comunidades pacíficas, constituídas de indivíduos independentes e responsáveis. A meta coletiva é vista até hoje por seus adeptos como a finalidade maior da educação montessoriana.

Ambientes de liberdade

Ao defender o respeito às necessidades e aos interesses de cada estudante, de acordo com os estágios de desenvolvimento correspondentes às faixas etárias, Montessori argumentava que seu método não contrariava a natureza humana e, por isso, era mais eficiente do que os tradicionais. Os pequenos conduziram o próprio aprendizado e ao professor caberia acompanhar o processo e detectar o modo particular de cada um manifestar seu potencial.

Biografia

Maria Montessori nasceu em 1870 em Chiaravalle, no norte da Itália, filha única de um casal de classe média. Desde pequena se interessou pelas ciências e decidiu enfrentar a resistência do pai e de todos à sua volta para estudar medicina na Universidade de Roma. Direcionou a carreira para a psiquiatria e logo se interessou por crianças com retardo mental, o que mudaria sua vida e a história da educação. Ela percebeu que aqueles meninos e meninas proscritos da sociedade por serem considerados ineducáveis respondiam com rapidez e entusiasmo aos estímulos para

realizar trabalhos domésticos, exercitando as habilidades motoras e experimentando autonomia. Em pouco tempo, a atividade combinada de observação prática e pesquisa acadêmica levou a médica a experiências com as crianças ditas normais. Montessori graduou-se em pedagogia, antropologia e psicologia e pôs suas idéias em prática na primeira Casa dei Bambini (Casa das crianças), aberta numa região pobre no centro de Roma. A esta se seguiram outras em diversos lugares da Itália. O sucesso das "casas" tornou Montessori uma celebridade nacional. Em 1922 o governo a nomeou inspetora-geral das escolas da Itália. Com a ascensão do regime fascista, porém, ela decidiu deixar o país em 1934. Continuou trabalhando na Espanha, no Ceilão (hoje Sri Lanka), na Índia e na Holanda, onde morreu aos 81 anos, em 1952.

Por causa dessa perspectiva desenvolvimentista, Montessori elegeu como prioridade os anos iniciais da vida. Para ela, a criança não é um pretendente a adulto e, como tal, um ser incompleto. Desde seu nascimento, já é um ser humano integral, o que inverte o foco da sala de aula tradicional, centrada no professor. Não foi por acaso que as escolas que fundou se chamavam Casa dei Bambini (Casa das crianças), evidenciando a prevalência do aluno. Foi nessas "casas" que ela explorou duas de suas idéias principais: a educação pelos sentidos e a educação pelo movimento.

Descobrir o mundo

Nas escolas montessorianas, o espaço interno era (e é) cuidadosamente preparado para permitir aos alunos movimentos livres, facilitando o desenvolvimento da independência e da iniciativa pessoal. Assim como o ambiente, a atividade sensorial e motora desempenha função essencial – ou seja, dar vazão à tendência natural que a garotada tem de tocar e manipular tudo o que está ao seu alcance.

Escola sem lugar marcado



Método montessoriano na sala de aula:
material específico. Foto: Kurt Hutton/
Picture Post/Getty Images

As salas de aula tradicionais eram vistas com desprezo por Maria Montessori. Ela dizia que pareciam coleções de borboletas, com cada aluno

preso no seu lugar. Quem entra numa sala de aula de uma escola montessoriana encontra crianças espalhadas, sozinhas ou em pequenos grupos, concentradas nos exercícios. Os professores estão misturados a elas, observando ou ajudando. Não existe hora do recreio, porque não se faz a diferença entre o lazer e a atividade didática. Nessas escolas as aulas não se sustentam num único livro de texto. Os estudantes aprendem a pesquisar em bibliotecas (e, hoje, na internet) para preparar apresentações aos colegas. Atualmente existem escolas montessorianas nos cinco continentes, em geral agrupadas em associações que trocam informações entre si. Calcula-se em torno de 100 o número dessas instituições no Brasil.

Maria Montessori defendia que o caminho do intelecto passa pelas mãos, porque é por meio do movimento e do toque que as crianças exploram e decodificam o mundo ao seu redor. "A criança ama tocar os objetos para depois poder reconhecê-los", disse certa vez. Muitos dos exercícios desenvolvidos pela educadora – hoje utilizados largamente na Educação Infantil – objetivam chamar a atenção dos alunos para as propriedades dos objetos (tamanho, forma, cor, textura, peso, cheiro, barulho).

O método Montessori parte do concreto rumo ao abstrato. Baseia-se na observação de que meninos e meninas aprendem melhor pela experiência direta de procura e descoberta. Para tornar esse processo o mais rico possível, a educadora italiana desenvolveu os materiais didáticos que constituem um dos aspectos mais conhecidos de seu trabalho. São objetos simples, mas muito atraentes, e projetados para provocar o raciocínio. Há materiais pensados para auxiliar todo tipo de aprendizado, do sistema decimal à estrutura da linguagem.

Efervescência intelectual

As idéias de educação de Maria Montessori refletem a concepção positiva do conhecimento que caracterizou a época em que viveu – sobretudo a virada do século 19 para o 20, marcada por efervescência intelectual e fascínio pela mente humana. Na primeira metade da vida dela, o mundo conheceu a luz elétrica, o rádio, o telefone, o cinema. As descobertas da ciência criavam expectativas ilimitadas para o futuro. A psiquiatria, que fascinou a jovem médica em Roma, se encontrava num ponto de inflexão. Pesquisas tornavam mais eficaz e mais humano o tratamento dos doentes mentais e lançavam luz sobre o funcionamento do cérebro de "loucos" e "sãos". Montessori se interessou em particular pelos estudos de um dos desbravadores dos mecanismos do aprendizado infantil, o médico francês Édouard Séguin. Do ponto de vista dos costumes, ela também esteve na vanguarda. Escolheu uma profissão "de homens" e mais tarde teve um filho sem se casar – o que a obrigou a afastar-se dele nos primeiros anos de vida, para não causar escândalo. No auge de sua carreira, a educadora viu, na

ascensão do regime fascista de Benito Mussolini, o triunfo momentâneo dos valores opostos aos que defendeu. Abandonou seu país, mas não a batalha por uma educação melhor.

Para pensar

O principal legado da italiana Maria Montessori foi afirmar que as crianças trazem dentro de si o potencial criador que permite que elas mesmas conduzam o aprendizado e encontrem um lugar no mundo. "Todo conhecimento passa por uma prática e a escola deve facilitar o acesso a ela", diz a educadora Talita de Oliveira Almeida. É o que Montessori chamou de "ajude-me a agir por mim mesmo". Outro aspecto fundamental da teoria montessoriana é deslocar o enfoque educacional do conteúdo para a forma do pensamento. As críticas mais comuns ao montessorianismo referem-se ao enfoque individualista e ao excesso de materiais e procedimentos construídos dentro da escola – o que dificultaria a adaptação dos alunos a outros sistemas de ensino e ao "mundo real". Os montessorianos argumentam que, ao contrário, o método se volta para a vida em comunidade e enfatiza a cooperação. E você? Acha que dar atenção individual aos alunos é um modo de contrabalançar a tendência contemporânea à massificação, inclusive do ensino?

Quer saber mais?

BIBLIOGRAFIA

Educação Montessori: de um Homem Novo para um Mundo Novo, Izaltina de Lourdes Machado, 90 págs., Ed. Pioneira, tel. (11) 3665-9900 (edição esgotada)

Estudo do Sistema Montessori, Vera Lagoa, 192 págs., Ed. Loyola, tel. (11) 6914-1922, 23,30 reais

Mente Absorvente, Maria Montessori, 318 págs., Ed. Nórdica (edição esgotada)

INTERNET

No [site](#), você encontra informações sobre a Associação Montessoriana Brasileira de Educação. [Site](#) da Organização Montessori do Brasil

Ovide - Decroly - O primeiro a tratar o saber de forma única

O médico e educador belga defendia a idéia de que as crianças apreendem o mundo com base em uma visão do todo

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Fotos: reprodução

Entre os pensadores da educação que, na virada do século 19 para o 20, contestaram o modelo de escola que existia até então e propuseram uma nova concepção de ensino, o belga Ovide Decroly (1871-1932) foi provavelmente o mais combativo. Por ter sido, na infância, um estudante indisciplinado, que não se adaptava ao autoritarismo da sala de aula nem do próprio pai, Decroly dedicou-se apaixonadamente a experimentar uma escola centrada no aluno, e não no professor, e que preparasse as crianças para viver em sociedade, em vez de simplesmente fornecer a elas conhecimentos destinados a sua formação profissional.

Decroly foi um dos precursores dos métodos ativos, fundamentados na possibilidade de o aluno conduzir o próprio aprendizado e, assim, aprender a aprender. Alguns de seus pensamentos estão bem vivos nas salas de aula e coincidem com propostas pedagógicas difundidas atualmente. É o caso da idéia de globalização de conhecimentos – que inclui o chamado método global de alfabetização – e dos centros de interesse.

O princípio de globalização de Decroly se baseia na idéia de que as crianças apreendem o mundo com base em uma visão do todo, que posteriormente pode se organizar em partes, ou seja, que vai do caos à ordem. O modo mais adequado de aprender a ler, portanto, teria seu início nas atividades de associação de significados, de discursos completos, e não do conhecimento isolado de sílabas e letras. "Decroly lança a idéia do caráter global da vida intelectual, o princípio de que um conhecimento evoca outro e assim sucessivamente", diz Marisa del Cioppo Elias, professora da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



A École de l'Ermitage, de Bruxelas, fundada por Decroly: trabalhos manuais

Os centros de interesse são grupos de aprendizado organizados segundo faixas de idade dos estudantes. Eles também foram concebidos com base nas etapas da evolução neurológica infantil e na convicção de que as crianças entram na escola dotadas de condições biológicas suficientes para procurar e desenvolver os conhecimentos de seu interesse. "A criança tem espírito de observação; basta não matá-lo", escreveu Decroly.

Necessidade e interesse

O conceito de interesse é fundamental no pensamento de Decroly. Segundo ele, a necessidade gera o interesse e só este leva ao conhecimento.

Fortemente influenciado pelas idéias sobre a natureza intrínseca do ser humano preconizadas por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Decroly atribuía às necessidades básicas a determinação da vida intelectual. Para ele, as quatro necessidades humanas principais são comer, abrigar-se, defender-se e produzir.

Biografia

Ovide Decroly nasceu em 1871, em Renaix, na Bélgica, filho de um industrial e de uma professora de música. Como estudante, não teve dificuldade de aprendizado, mas, por causa de indisciplina, foi expulso de várias escolas. Recusava-se a freqüentar as aulas de catecismo. Mais tarde preconizaria um modelo de ensino não-autoritário e não-religioso. Formou-se em medicina e estudou neurologia na Bélgica e na Alemanha. Sua atenção voltou-se desde o início para as crianças deficientes mentais. Esse interesse o levou a fazer a transição da medicina para a educação. Por essa época criou uma disciplina, a "pedotecnia", dirigida ao estudo das atividades pedagógicas coordenadas ao conhecimento da evolução física e mental das crianças. Casou-se e teve três filhos. Em 1907, fundou a École de l'Ermitage, em Bruxelas, para crianças consideradas "normais". A escola, que se tornou célebre em toda a Europa, serviu de espaço de experimentação para o próprio Decroly. A partir de então, viajou pela

Europa e pela América, fazendo contatos com diversos educadores, entre eles o norte-americano John Dewey (1859-1952). Decroly escreveu mais de 400 livros, mas nunca sistematizou seu método por escrito, por julgá-lo em construção permanente. Morreu em 1932, em Uccle, na região de Bruxelas.

A trajetória intelectual e profissional de Decroly se assemelha à da contemporânea Maria Montessori (1870-1952). Como a italiana, o educador belga se formou em medicina. Encaminhando-se para a neurologia, também como ela trabalhou com deficientes mentais, criou métodos baseados na observação e aplicou-os à educação de crianças consideradas "normais". Ambos acreditavam que o ensino deveria se aproveitar das aptidões naturais de cada faixa etária.

Mas, ao contrário de Montessori, cujo método previa o atendimento individual na sala de aula, Decroly preferia o trabalho em grupos, uma vez que a escola, para ele, deveria preparar para o convívio em sociedade. Outra diferença é que a escola montessoriana recebe as crianças em ambientes preparados para tornar produtivos os impulsos naturais dos alunos, enquanto a escola-oficina de Decroly trabalha com elementos reais, saídos do dia-a-dia.

Os métodos e as atividades propostos pelo educador têm por objetivo, fundamentalmente, desenvolver três atributos: a observação, a associação e a expressão. A observação é compreendida como uma atitude constante no processo educativo. A associação permite que o conhecimento adquirido pela observação seja entendido em termos de tempo e de espaço. E a expressão faz com que a criança externar e compartilhe o que aprendeu.

Linguagens múltiplas

No campo da expressão, Decroly dedicou cuidadosa atenção à questão da linguagem. Para ele, não só a palavra é meio de expressão mas também, entre outros, o corpo, o desenho, a construção e a arte.

Sob o efeito do terremoto darwiniano



Centro de interesse: precursor do princípio da interdisciplinaridade

Nos anos de formação de Decroly, as ciências naturais – e, por tabela, a filosofia e as religiões – continuavam sob efeito do terremoto causado pela teoria da evolução das espécies, divulgada em 1859 pelo naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882). O educador belga acreditava que o meio natural e a saúde física condicionam a evolução intelectual. A idéia de que há uma lógica no desenvolvimento dos organismos, implícita na teoria darwinista, guarda relação com a crença de que o desenvolvimento de uma criança pode ser ditado "naturalmente" por seus interesses e suas necessidades. Decroly também defendia a universalização do ensino, como John Dewey. Idéias como as dos centros de interesses e a defesa de que o aprendizado deve ser prazeroso e responder aos interesses do aluno fizeram com que a obra de Decroly exercesse forte influência na pedagogia de Célestin Freinet (1896-1966).

Com a ampliação do conceito de linguagem, que a lingüística viria a corroborar, Decroly pretendia dissociar a idéia de inteligência da capacidade de dominar a linguagem convencional, valorizando expressões "concretas" como os trabalhos manuais, os esportes e os desenhos.

Escolas que são oficinas

A marca principal da escola decroliana são os centros de interesse, nos quais os alunos escolhem o que querem aprender. São eles também que constroem o próprio currículo, segundo sua curiosidade e sem a separação tradicional entre as disciplinas. "Hoje se fala tanto em interdisciplinaridade e projetos didáticos. Isso nada mais é do que os centros de interesse", diz a professora Marisa del Cioppo Elias. Os planos de estudo dos centros de interesse podem surgir, entre as crianças menores, das questões mais corriqueiras.

Da necessidade de comer pode decorrer o estudo dos alimentos, da história de seu preparo, dos mecanismos econômicos da agricultura e do comércio etc. Para os estudantes, os centros de interesse se estruturam como oficinas. As atividades manuais – entre elas os jogos e as brincadeiras – têm destaque especial. Os exercícios, ao ar livre e em grupo, são estimulados. Decroly criticava a supervalorização do trabalho intelectual e da expressão verbal. "A escola (tradicional) engorda fisicamente e entorpece mentalmente", escreveu.

Para pensar

Decroly ficou chocado com a realidade que conheceu ao trabalhar com deficientes – a maioria recém-saída de uma experiência de marginalização e fracasso nas escolas públicas. O médico equiparava parte dos institutos de educação dos bairros pobres a hospícios e casas de correção para delinqüentes. Decroly concebia as relações dentro da escola como uma sociedade em miniatura. Elas teriam função preventiva, de garantir

formação intelectual, física e moral sólida para construir uma vida de cidadão. Essa formação deveria ser conduzida pelas próprias crianças desde os primeiros anos de escola. E você, o que acha? A melhor forma de a escola se organizar é mesmo por meio dos interesses dos alunos?

Quer saber mais?

BIBLIOGRAFIA

De Emílio a Emilia – A Trajetória da Alfabetização, Marisa del Cioppo Elias, 208 págs., Ed. Scipione, tel. 0800-161-700, 49,90 reais

INTERNET

No [site](#), você encontra informações sobre a vida de Decroly e as atividades de seus seguidores na Bélgica (em francês)

Édouard Claparède - Um pioneiro da psicologia infantil

Édouard Claparède cientista suíço defendia a necessidade de estudar o funcionamento da mente infantil e de estimular na criança um interesse ativo pelo conhecimento

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

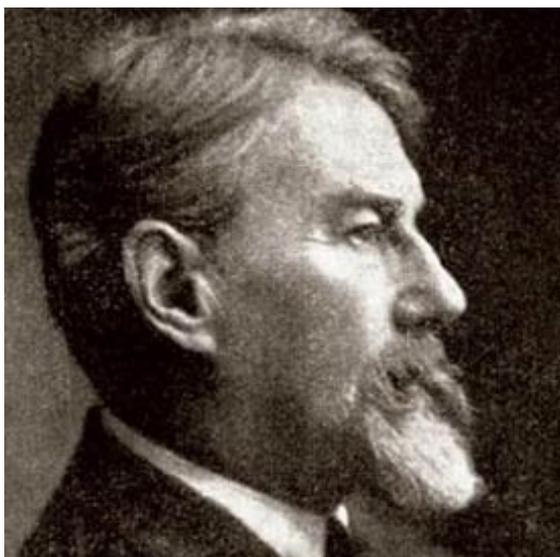


Foto: acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil

Na história da educação, o nome do psicólogo suíço Édouard Claparède (1873-1940) se encontra num ponto de confluência de várias correntes de pensamento. Em sua formação, ele absorveu influências tanto da filosofia como da ciência da época. E sua obra favoreceu o desenvolvimento de duas das mais importantes linhas educacionais do século 20, a Escola Nova, cuja representante mais conhecida foi Maria Montessori (1870-1952), e o cognitivismo de Jean Piaget (1896-1980), que foi seu discípulo.

Muitos pensadores antes de Claparède pregaram a importância de, na prática pedagógica, se levar em conta os processos mentais e a evolução das crianças, mas o faziam de um ponto de vista eminentemente intuitivo.

Claparède, ao contrário, tinha formação em medicina e pretendeu construir uma teoria científica da infância.

Mais sobre crianças

Reportagens

- [Entrevista com Juan Delval](#)
- [Leia um clássico](#)
- [Pensador: Lev Vygotsky](#)
- [Pensador: Jean Piaget](#)

Na introdução de seu livro *Psicologia da Criança e Pedagogia Experimental*, o psicólogo diz que o ensino precisaria se basear no conhecimento das crianças tanto quanto a horticultura se baseia no conhecimento das plantas. "Ele achava que a educação deveria passar por uma 'revolução copernicana', deixando de ter o professor como centro para gravitar em torno do aluno", diz Regina Helena de Freitas Campos, professora de psicologia da educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Biografia

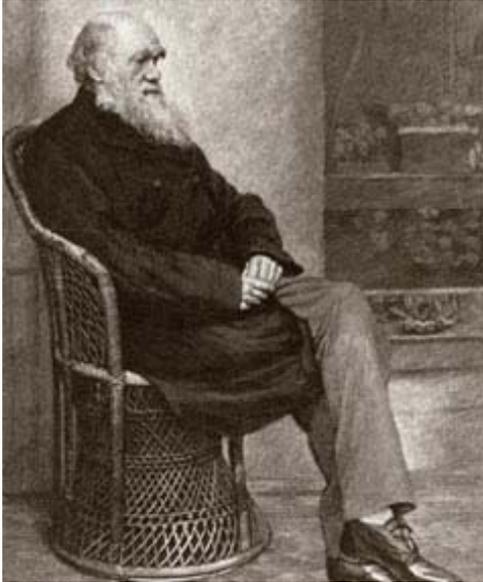
Édouard Claparède nasceu em Genebra, Suíça, em 1873, numa tradicional família calvinista. Logo depois de formar-se em medicina, direcionou sua carreira para o campo da psicologia experimental. Alguns de seus estudos influenciaram a teoria psicanalítica de Sigmund Freud (1856-1939). Em 1905, publicou *Psicologia da Criança e Pedagogia Experimental*, que teve grande repercussão. Em 1912, criou o Instituto Jean-Jacques Rousseau (ou Academia de Genebra), para o estudo da psicologia infantil e sua aplicação no ensino. Seu trabalho foi continuado pelo discípulo Jean Piaget, que, como chefe do instituto, reformulou-o e integrou-o à Universidade de Genebra. Em 1924, Claparède foi um dos redatores do primeiro esboço de uma carta internacional dos direitos da criança e, no ano seguinte, foi co-fundador do Escritório Internacional de Educação, hoje órgão da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). O psicólogo esteve no Brasil, em 1930, a convite de uma ex-aluna, a educadora Helena Antipoff, de Minas Gerais, e aqui terminou de escrever um de seus principais livros, *A Educação Funcional*. Morreu em Genebra em 1940.

Adequação ao ambiente

Claparède defendia uma abordagem funcionalista da psicologia, pela qual o ser humano é, acima de tudo, um organismo que "funciona". Os fenômenos psicológicos, para ele, deviam ser abordados "do ponto de vista do papel que exercem na vida, do seu lugar no padrão geral de comportamento num determinado momento". Com base nisso, o pensamento é tido como uma

atividade biológica a serviço do organismo humano, que é acionado diante de situações com as quais não se pode lidar por meio de comportamento reflexo. "Claparède defendia o estudo dos processos psicológicos como funções de adaptação ao ambiente", afirma Regina Campos.

O crescimento como adaptação contínua



Retrato de Charles Darwin: teoria da evolução das espécies influenciou Claparède e toda uma geração de cientistas.

Foto: Hulton Archive/Getty Images

A infância estava em alta como objeto de investigação científica nas últimas décadas do século 19. De um lado, a urbanização, a sofisticação dos processos industriais e a disseminação das redes públicas de ensino criavam um interesse inédito pelas crianças. De outro, as ciências da natureza viviam uma fase de euforia sob o impacto das descobertas de Charles Darwin (1809-1882). Foi o próprio Darwin o primeiro cientista a se dedicar ao estudo do desenvolvimento das crianças, quando, em 1840, começou a observar e anotar sistematicamente o processo de crescimento de um de seus filhos. Trabalhos de acompanhamento semelhantes, típico da psicologia experimental, foram aprofundados por outros pioneiros do estudo da criança, como o norte-americano Stanley Hall (1844-1924). Claparède faz parte dessa linhagem e é um típico representante da psicologia influenciada pela biologia e pelo evolucionismo, para quem o conceito de vida corresponde a um processo de adaptação contínuo guiado pela lógica da utilidade e da eficiência. Para Claparède, assim como para os demais representantes do movimento da Escola Nova, o desenvolvimento de cada ser humano e de toda a espécie significa uma luta ou uma procura pela conservação da vida, o que ocorre pela interação com o ambiente. Ao

longo do século 20, a infância seria vista segundo outros parâmetros por diferentes escolas de pensamento.

Esse raciocínio levou Claparède a formular a lei da necessidade e do interesse, ou princípio funcional, que o tornou conhecido. Segundo ela, toda atividade desenvolvida pela criança é sempre suscitada por uma necessidade a ser satisfeita e pela qual ela está disposta a mobilizar energias. "O interesse é considerado a tradução psicológica da necessidade do sujeito", explica Regina Campos. Cabe então ao professor colocar o aluno na situação adequada para que seu interesse seja despertado e permitir que ele adquira o conhecimento que vá ao encontro do que procura.

"É a necessidade que põe em movimento os indivíduos – animais e homens – e que faz vibrar os estímulos interiores para suas atividades", escreveu Claparède. "É isso que se pode notar em todo lugar e sempre, exceto, é verdade, nas escolas, porque estas estão fora da vida."

Aprendizado ativo

Claparède criticava a escola de seu tempo com os mesmos argumentos do filósofo norte-americano John Dewey (1859-1952) – com quem compartilhava a pregação por uma escola que chamavam de "ativa", na qual a aprendizagem se dá pela resolução de problemas – e dos pedagogos do movimento da Escola Nova. Todos eles condenavam a escola tradicional por considerar o aluno como receptáculo de informações e defendiam a prioridade da educação sobre a instrução. "O saber não tem nenhum valor funcional e não é um fim em si mesmo", defendia Claparède.

Escolas talhadas para os alunos

Claparède justificava sua proposta de uma "escola sob medida" (título de um de seus livros) dizendo que, na impossibilidade de haver uma escola para cada criança ou para cada tipo de inteligência, o sistema mais próximo disso seria o que permitisse a cada aluno "reagrupar o mais livremente possível os elementos favoráveis ao desenvolvimento de suas condutas pessoais". Para isso, o psicólogo pregava reduzir o currículo obrigatório a conteúdos suficientes para a transmissão de um conhecimento que constituísse "uma espécie de legado espiritual de uma mesma geração", deixando a maior parte do período letivo para atividades escolhidas pelo próprio aluno. Claparède recomendava ainda a adoção de outras estratégias, isoladamente ou combinadas, para o melhor aproveitamento das potencialidades intelectuais dos alunos, como as classes paralelas (uma para os estudantes mais inteligentes, outra para aqueles com maior dificuldade de aprendizado) e as classes móveis (que dariam a possibilidade de um mesmo aluno acompanhar diferentes disciplinas em

ritmos diferentes, mais acelerados ou mais lentos, de acordo com suas aptidões).

Surge com esses pensadores a noção de que a atividade, e não a memorização, é o vetor do aprendizado. Daí a importância que Claparède conferia à brincadeira e ao jogo. Eles seriam recursos na estratégia de despertar, no ambiente da escola, as necessidades e os interesses do aluno. "Seja qual for a atividade que se queira realizar na sala de aula, deve-se encontrar um meio de apresentá-la como um jogo", sugeriu Claparède. "Ele sustentava a idéia, totalmente nova para sua época, de que o sujeito psicológico é um sujeito ativo", diz Regina Campos. Segundo o psicólogo, conforme a criança cresce, a idéia de jogo vai sendo substituída pela de trabalho, seu complemento natural.

Como os demais defensores da escola ativa, Claparède condenava o ensino de seu tempo por não dar suficiente infra-estrutura aos educadores para uma prática profissional metódica, amparada pela ciência e que permitisse a atualização constante. Mas ele tinha uma visão bem mais utilitária da escola do que seus pares. Em vez de dar à criança condições de viver da melhor forma possível a infância, ele acreditava que a escola deveria priorizar o "rendimento" do aluno, ou seja, justificar os recursos fartos que, naquela época, os governos europeus começavam a canalizar para a educação. A escola, segundo Claparède, deveria formar bons quadros profissionais para servir a uma sociedade que investia nessa formação. O cientista defendia até uma atenção diferenciada para os estudantes que se revelassem mais aptos, de tal forma que pudessem ser submetidos a exigências maiores em classes constituídas apenas de "bons alunos".

Para pensar

Com sua abordagem funcionalista, Claparède foi um dos primeiros cientistas a chegar a uma conclusão a que outros pensadores, de diferentes escolas, também chegaram: o que diferencia o ser humano dos outros animais é a capacidade de transformar a natureza (e os ambientes que o cercam em geral). "É isso que produz cultura", diz a psicóloga Regina Campos. Portanto, é preciso promover atividade na escola para que as crianças construam seu acesso ao aprendizado. Você, professor, costuma ter isso em mente? Você tem o hábito de observar que tipo de atividade faz com que seus alunos transformem necessidade em interesse? E costuma dar condições para que eles possam satisfazer a curiosidade?

Quer saber mais?

Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil, Regina Helena de Freitas Campos (org.), 464 págs., Ed. Imago, tel. (21) 2242-0627, 88 reais
Educação Funcional, Édouard Claparède, 322 págs., Cia. Ed. Nacional (edição esgotada)

Psicologia da Criança e Pedagogia Experimental, Édouard Claparède, 539 págs., Ed. do Brasil (edição esgotada)

Henri Wallon - O educador integral

Militante apaixonado, o médico, psicólogo e filósofo francês mostrou que as crianças têm também corpo e emoções (e não apenas cabeça) na sala de aula

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: Roger Viollet

Falar que a escola deve proporcionar formação integral (intelectual, afetiva e social) às crianças é comum hoje em dia. No início do século passado, porém, essa idéia foi uma verdadeira revolução no ensino. Uma revolução comandada por um médico, psicólogo e filósofo francês chamado Henri Wallon (1879-1962). Sua teoria pedagógica, que diz que o desenvolvimento intelectual envolve muito mais do que um simples cérebro, abalou as convicções numa época em que memória e erudição eram o máximo em termos de construção do conhecimento.

Wallon foi o primeiro a levar não só o corpo da criança mas também suas emoções para dentro da sala de aula. Fundamentou suas idéias em quatro elementos básicos que se comunicam o tempo todo: a afetividade, o movimento, a inteligência e a formação do eu como pessoa. Militante apaixonado (tanto na política como na educação), dizia que reprovar é sinônimo de expulsar, negar, excluir. Ou seja, "a própria negação do ensino".

As emoções, para Wallon, têm papel preponderante no desenvolvimento da pessoa. É por meio delas que o aluno exterioriza seus desejos e suas vontades. Em geral são manifestações que expressam um universo

importante e perceptível, mas pouco estimulado pelos modelos tradicionais de ensino.

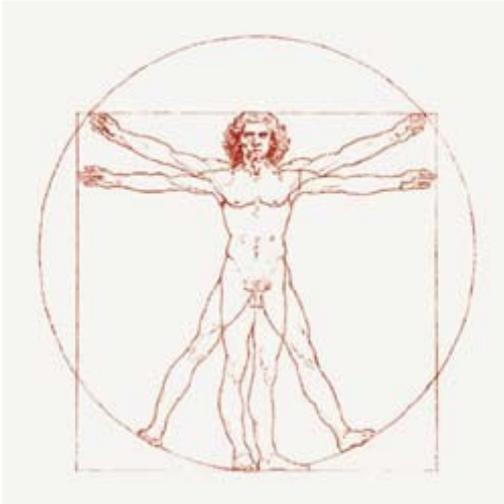
Biografia

Henri Wallon nasceu em Paris, França, em 1879. Graduou-se em medicina e psicologia. Fez também filosofia. Atuou como médico na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ajudando a cuidar de pessoas com distúrbios psiquiátricos. Em 1925, criou um laboratório de psicologia biológica da criança. Quatro anos mais tarde, tornou-se professor da Universidade Sorbonne e vice-presidente do Grupo Francês de Educação Nova – instituição que ajudou a revolucionar o sistema de ensino daquele país e da qual foi presidente de 1946 até morrer, também em Paris, em 1962. Ao longo de toda a vida, dedicou-se a conhecer a infância e os caminhos da inteligência nas crianças. Militante de esquerda, participou das forças de resistência contra Adolf Hitler e foi perseguido pela Gestapo (a polícia política nazista) durante a Segunda Guerra (1939-1945). Em 1947, propôs mudanças estruturais no sistema educacional francês. Coordenou o projeto Reforma do Ensino, conhecido como Langevin-Wallon – conjunto de propostas equivalente à nossa Lei de Diretrizes e Bases. Nele, por exemplo, está escrito que nenhum aluno deve ser reprovado numa avaliação escolar. Em 1948, lançou a revista *Enfance*, que serviria de plataforma de novas idéias no mundo da educação – e que rapidamente se transformou numa espécie de bíblia para pesquisadores e professores.

Afetividade

As transformações fisiológicas em uma criança (ou, nas palavras de Wallon, em seu sistema neurovegetativo) revelam traços importantes de caráter e personalidade. "A emoção é altamente orgânica, altera a respiração, os batimentos cardíacos e até o tônus muscular, tem momentos de tensão e distensão que ajudam o ser humano a se conhecer", explica Heloysa Dantas, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), estudiosa da obra de Wallon há 20 anos. Segundo ela, a raiva, a alegria, o medo, a tristeza e os sentimentos mais profundos ganham função relevante na relação da criança com o meio. "A emoção causa impacto no outro e tende a se propagar no meio social", completa a pedagoga Izabel Galvão, também da USP. Ela diz que a afetividade é um dos principais elementos do desenvolvimento humano.

Wallon na escola: humanizar a inteligência



Desenho ilustra a proporção do corpo: pessoa como um todo

Diferentemente dos métodos tradicionais (que priorizam a inteligência e o desempenho em sala de aula), a proposta walloniana põe o desenvolvimento intelectual dentro de uma cultura mais humanizada. A abordagem é sempre a de considerar a pessoa como um todo. Elementos como afetividade, emoções, movimento e espaço físico se encontram num mesmo plano. As atividades pedagógicas e os objetos, assim, devem ser trabalhados de formas variadas. Numa sala de leitura, por exemplo, a criança pode ficar sentada, deitada ou fazendo coreografias da história contada pelo professor. Os temas e as disciplinas não se restringem a trabalhar o conteúdo, mas a ajudar a descobrir o eu no outro. Essa relação dialética ajuda a desenvolver a criança em sintonia com o meio.

Movimento

Segundo a teoria de Wallon, as emoções dependem fundamentalmente da organização dos espaços para se manifestarem. A motricidade, portanto, tem caráter pedagógico tanto pela qualidade do gesto e do movimento quanto por sua representação. Por que, então, a disposição do espaço não pode ser diferente? Não é o caso de quebrar a rigidez e a imobilidade adaptando a sala de aula para que as crianças possam se movimentar mais? Mais que isso, que tipo de material é disponibilizado para os alunos numa atividade lúdica ou pedagógica? Conforme as idéias de Wallon, a escola infelizmente insiste em imobilizar a criança numa carteira, limitando justamente a fluidez das emoções e do pensamento, tão necessária para o desenvolvimento completo da pessoa.

Estudos realizados por Wallon com crianças entre 6 e 9 anos mostram que o desenvolvimento da inteligência depende essencialmente de como cada uma faz as diferenciações com a realidade exterior. Primeiro porque, ao mesmo tempo, suas idéias são lineares e se misturam – ocasionando um

conflito permanente entre dois mundos, o interior, povoado de sonhos e fantasias, e o real, cheio de símbolos, códigos e valores sociais e culturais.

Um mundo em crise



Soldados celebram o fim da Primeira Guerra em Paris: conflitos em série.

Foto: HULTON ARCHIVE/Getty Images

Crises sociais e instabilidades políticas foram fundamentais para o francês Henri Wallon construir sua teoria pedagógica. As duas grandes guerras mundiais, o avanço dos regimes fascista e nazista na Europa, a revolução comunista na Rússia e as guerras pela libertação das colônias africanas, na primeira metade do século 20, serviram de estímulo para que ele organizasse suas idéias. A valorização da afetividade (emoções) como elemento essencial no desenvolvimento da pessoa trouxe um novo alento à filosofia da educação. Isso explica, em parte, a visão marxista que deu à sua obra e por que aderiu, no período anterior à Primeira Guerra, aos movimentos de esquerda e ao Partido Socialista Francês. "Ditadura e educação", dizia ele, "são inimigos eternos."

Nesse conflito entre situações antagônicas ganha sempre a criança. É na solução dos confrontos que a inteligência evolui. Wallon diz que o sincretismo (mistura de idéias num mesmo plano), bastante comum nessa fase, é fator determinante para o desenvolvimento intelectual. Daí se estabelece um ciclo constante de boas e novas descobertas.

O eu e o outro

A construção do eu na teoria de Wallon depende essencialmente do outro. Seja para ser referência, seja para ser negado. Principalmente a partir do instante em que a criança começa a viver a chamada crise de oposição, em que a negação do outro funciona como uma espécie de instrumento de descoberta de si própria. Isso se dá aos 3 anos de idade, a hora de saber que "eu" sou. "Manipulação (agredir ou se jogar no chão para alcançar o objetivo), sedução (fazer chantagem emocional com pais e professores) e imitação do outro são características comuns nessa fase", diz a professora Angela Bretas, da Escola de Educação Física da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. "Até mesmo a dor, o ódio e o sofrimento são elementos

estimuladores da construção do eu", emenda Heloysa Dantas. Isso justifica o espírito crítico da teoria walloniana aos modelos convencionais de educação.

Para pensar

A teoria de Henri Wallon ainda é um desafio para muitos pais, escolas e professores. Sua obra faz uma resistência contumaz aos métodos pedagógicos tradicionais. Numa época de crises, guerras, separações e individualismos como a nossa, não seria melhor começar a pôr em prática nas escolas idéias mais humanistas, que valorizem desde cedo a importância das emoções?

Quer saber mais?

Henri Wallon: uma Concepção Dialética do Desenvolvimento Infantil, Izabel Galvão, 136 págs., Ed. Vozes, tel. (24) 2246-5552, 20 reais

A Infância da Razão: Uma Introdução à Psicologia da Inteligência de Henri Wallon, Heloysa Dantas, 112 págs., Ed. Manole, tel. (11) 4196-6000 (edição esgotada)

As Origens do Caráter na Criança, Henri Wallon, 278 págs., Ed. Nova Alexandria, tel. (11) 5571-5637 (edição esgotada)

As Origens do Pensamento na Criança, Henri Wallon, 540 págs., Ed. Manole (edição esgotada)

Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão, Yves de la Taille, Marta Kohl de Oliveira e Heloysa Dantas, 120 págs., Summus Editorial, tel. (11) 3865-9890, 26,90 reais

[Comente](#)

Alexander Neill - O promotor da felicidade na sala de aula

O educador escocês defendia o fim da hierarquia e da rigidez como meio de formar indivíduos livres e criativos

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: Popperfoto/Intercontinental Press

Venerado pelos amantes da liberdade irrestrita, abominado pelos partidários de uma educação tradicional e respeitado pelos que reconhecem a importância de flexibilizar a hierarquia escolar. Assim o educador, escritor e jornalista Alexander Sutherland Neill (1883-1973) – fundador da Summerhill School, na Inglaterra – viveu boa parte de seus 90 anos. Sua escola tornou-se ícone das pedagogias alternativas ao concretizar um sistema educativo em que o importante é a criança ter liberdade para escolher e decidir o que aprender e, com base nisso, desenvolver-se no próprio ritmo.

A época em que ele viveu justifica grande parte de suas idéias. "Depois da Primeira Guerra Mundial, a humanidade sentiu-se desapontada consigo mesma ao ver as grandes invenções utilizadas para a destruição", conta Luiz Fernando Sangenis, professor de filosofia da educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutrinas totalitárias como o fascismo, o nazismo e o comunismo se estabeleceram, fazendo com que diversos pensadores começassem a clamar por liberdade de pensamento e de ação.

"Nossa cultura não tem tido grande sucesso. Nossa educação, nossa política, nossa economia levam à guerra. Nossa medicina não põe fim às moléstias. Nossa religião não aboliu a usura, o roubo... Os progressos da época são progressos da mecânica em rádio e televisão, em eletrônica, em aviões a jato. Ameaçam-nos novas guerras mundiais, pois a consciência social do mundo ainda é primitiva", escreveu Neill no livro *Liberdade sem Medo*.

Disposto a construir um mundo melhor por meio da escola, Neill tornou-se um dos mais importantes educadores das décadas de 1960 e 1970. Seu

respeito pela infância e sua coragem em manter uma posição de independência fazem com que até hoje ele mereça ser revisto e estudado.

Educação libertária

Homem prático e pouco afeito a teorias, Neill desenvolveu suas idéias pedagógicas baseando-se no filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que acreditava na bondade inata do homem. As descobertas no campo da psicologia no início do século 20 também exerceram forte influência sobre ele, com destaque para os estudos dos psicanalistas austríacos Sigmund Freud (1856-1939) e Wilhelm Reich (1897-1957), com quem fazia terapia. De acordo com Neill, a educação deveria trabalhar basicamente com a dimensão emocional do aluno, para que a sensibilidade ultrapassasse sempre a racionalidade. Ele acreditava que a convivência com os pais, com sua natural superproteção, impedia os filhos de desenvolver a segurança suficiente para reconhecer o mundo, seja de forma intelectual, emocional ou artística. Por isso, os alunos tinham de morar em Summerhill e recebiam a visita dos pais esporadicamente.

Felicidade X sucesso

Neill queria que seu método fosse utilizado como remédio para a infelicidade causada pela repressão e pelo sistema de modelos imposto pela sociedade de consumo, pela família e pela educação tradicional. Ter sucesso era, em sua opinião, ser capaz de trabalhar com alegria e viver positivamente. É célebre sua afirmação: "Gostaria antes de ver a escola produzir um varredor de ruas feliz do que um erudito neurótico". Neill acreditava que as crianças eram naturalmente sensatas, realistas, boas e criativas. Quando educadas sem interferências dos mais velhos, seriam capazes de se desenvolver de acordo com sua capacidade, seus limites e seus interesses, sem nenhum tipo de trauma. "Toda e qualquer interferência por parte dos adultos só as torna robôs", afirmava. As intervenções, segundo ele, roubavam a alegria da descoberta e a autoconfiança necessária para a superação de obstáculos, causando sentimentos de inferioridade e dependência, duas fortes barreiras para a felicidade completa.

Summerhill: progressista aos 87 anos



Alunos de Summerhill freqüentam oficinas, usam ferramentas e brincam livremente: para A.S. Neill, tudo o que a criança precisava era de liberdade para criar.

Foto: Divulgação

Fundada em 1921, Summerhill já passou por diversas ameaças de fechamento. Na última, há nove anos, os fiscais da rainha Elizabeth II alegaram que os alunos estavam atrasados em relação ao ensino oficial. Zoe Readhead, filha de A.S. Neill e atual diretora, afirmou na época que preferia trancar as portas a trair as idéias do pai. Abaixo-assinados do mundo todo garantiram o funcionamento do lugar. Em 2007, porém, em uma nova inspeção, o governo deu parecer favorável ao funcionamento da escola. Os alunos assistem às aulas que querem, podendo demorar dias, semanas, meses ou anos para se interessar por um ou outro conteúdo. Testes, exames e prêmios são abominados, pois Neill acreditava que eles desviam o desenvolvimento da personalidade ao estabelecer modelos a seguir. "Os livros são o material menos importante da escola. Tudo que a criança precisa aprender é ler, escrever e contar. O resto deveria compor-se de ferramentas, argila, esporte, teatro, pintura e liberdade", escreveu numa de suas publicações. Apesar do culto à liberdade total, regras devem ser seguidas, sim. As leis do país não podem ser desrespeitadas e normas de conduta são criadas e aprovadas em assembléias semanais, nas quais alunos de todas as idades, professores e funcionários têm direito a voz e a voto. Enquanto diretor, Neill instituiu as lições particulares: conversas ao lado da lareira, espécie de psicoterapia, agendadas por quem precisasse conversar.

Gestão democrática e auto-avaliação



Neill na escola, nos anos 60: relação aberta entre professores e alunos. Foto: Divulgação

Hoje mais de 200 escolas espalhadas pelo mundo seguem os ensinamentos de Neill (50 só nos Estados Unidos). A educação em geral aproveitou muito de seu pensamento: uma relação mais aberta entre alunos e professores, que juntos podem decidir regras de conduta, o conceito de que a educação deve ser uma preparação para a vida e a escolha de conteúdos que levem em conta o interesse prévio de cada um são alguns dos legados da pedagogia de Summerhill. Mas esses seriam apenas detalhes, pois, na essência, os princípios desse educador estariam em xeque. "As discussões sobre as causas da violência e da indisciplina têm apontado para uma omissão da

família e da escola em relação ao estabelecimento de limites. Procura-se hoje fazer com que pais e professores exerçam sua autoridade, sem sentir-se culpados", analisa Luiz Fernando Sanguis.

Biografia

Alexander Sutherland Neill nasceu em 1883 na Escócia. Apesar de ser filho de um professor da zona rural, não fez o curso secundário no período regular como seus sete irmãos. Tímido e pouco amigo dos livros, adorava trabalhar com as mãos. Foi editor de arte de uma revista em Londres e diretor de uma escola primária no sul da Escócia, onde começou a aplicar seus preceitos libertários. Com o fim da Primeira Guerra, deu aulas em King's Alfred, um colégio londrino considerado progressista, mas não pôde fazer grandes transformações no ensino. Em agosto de 1921, fundou a International School. As dificuldades do pós-guerra fizeram com que a instituição mudasse de sede várias vezes, até estabelecer-se num casarão de estilo vitoriano em Leiston, no condado de Suffolk, a 160 quilômetros da capital britânica. Seus princípios se opunham até às propostas da Escola Nova, considerada de vanguarda. Segundo Neill, ela propunha mudanças didáticas mas não fazia referência a modificações na sociedade. Morreu em 1973.

Para pensar

Muitas das idéias de Neill foram incorporadas a diferentes teorias pedagógicas. Na maioria dos casos, de forma relativizada. Cada vez menos colégios mantêm um esquema totalmente rígido de controle dos alunos, mas também não são muitos os que adotam a liberdade radical. No mundo violento e complexo de hoje, como conciliar o desenvolvimento da responsabilidade com a liberdade? Como educar para o bem comum e, ao mesmo tempo, respeitar a individualidade de todos? Neill diria que o importante são o indivíduo e seu bem-estar. Cabe a cada um agir de acordo com as próprias convicções e os objetivos e valores da escola em que trabalha.

Quer saber mais?

Liberdade sem Medo, A.S. Neill, 375 págs., Ed. Ibrasa, tel. (11) 3284-8382 (edição esgotada)

Liberdade sem Excesso, A.S. Neill, 168 págs., Ed. Ibrasa, 28 reais

República de Crianças, Helena Singer, 179 págs., Ed. Hucitec, tel. (11) 3083-7419 (edição esgotada)

No site da Summerhill School (www.summerhillschool.co.uk), você encontra textos sobre a pedagogia de A.S. Neill e fotos atuais e antigas da escola

Anton Makarenko - O professor do coletivo

O mestre ucraniano Anton Makarenko concebeu um modelo de escola baseado na vida em grupo, na autogestão, no trabalho e na disciplina que contribuiu para a recuperação de jovens infratores

Roberta Bencini (novaescola@atleitor.com.br)



"É preciso mostrar aos alunos que o trabalho e a vida deles são uma parte do trabalho e da vida do país" Foto: Alexandre Sasaki

Imagine um educador que tem como missão dirigir um colégio interno (na zona rural) cheio de crianças e jovens infratores, muitos órfãos, que mal sabiam ler e escrever, numa época em que o modelo de escola e de sociedade estavam em xeque. Como educar? Por onde começar? Anton Semionovich Makarenko, professor na Ucrânia, país do leste europeu que era parte da União Soviética na época, foi um dos homens que ajudaram a responder a essas questões e a repensar o papel da escola e da família na recém-criada sociedade comunista, no início do século 20. Sua pedagogia tornou-se conhecida por transformar centenas de crianças e adolescentes marginalizados em cidadãos.

O método criado por ele era uma novidade porque organizava a escola como coletividade e levava em conta os sentimentos dos alunos na busca pela felicidade aliás, um conceito que só teria sentido se fosse para todos. O que importava eram os interesses da comunidade e a criança tinha privilégios impensáveis na época, como opinar e discutir suas necessidades no universo escolar. "Foi a primeira vez que a infância foi encarada com respeito e direitos", diz Cecília da Silveira Luedemann, educadora e autora do livro Anton Makarenko, Vida e Obra A Pedagogia na Revolução.

Mais que educar, com rigidez e disciplina, ele quis formar personalidades, criar pessoas conscientes de seu papel político, cultas, sadias e que se tornassem trabalhadores preocupados com o bem-estar do grupo, ou seja, solidários. Na sociedade socialista de então, o trabalho era considerado

essencial para a formação do homem, não apenas um valor econômico. Makarenko aprendeu tudo na prática, na base de acertos e erros, primeiro na escola da Colônia Gorki e, em seguida, na Comuna Dzerjinski. Cada etapa de suas experiências foi registrada em relatórios, textos e livros. As dificuldades e os desafios têm muitos paralelos com os dos professores de hoje. A saída encontrada há quase um século correspondia às necessidades da época, mas servem de reflexão para buscar soluções atuais e entender a educação no mundo.

Proteger a infância

A idéia do coletivo surge como respeito a cada aluno, oposta à visão de massificação que despersonaliza a criança. O grupo estimula o desenvolvimento individual. Como a instituição familiar (e tudo o mais na então União Soviética) estava em crise, essa foi a alternativa encontrada pelo educador para proteger a infância de seu país. O sentimento de grupo não era uma idéia abstrata. Tinha raízes nos ideais revolucionários e Makarenko soube como transformá-la em algo concreto. A colônia era auto-suficiente e a sobrevivência de cada um dependia do trabalho de todos. Caso contrário, não haveria comida nem condições de habitação aceitáveis.

Valorizar a disciplina

Para que a vida em comunidade desse certo, era essencial que cada aluno tivesse claras suas responsabilidades. "Nunca mais ladrões nem mendigos: somos os dirigentes." Makarenko era conhecido como um educador aberto, mas rígido e duro. Ele acreditava que o planejamento e o cumprimento das metas estabelecidas por todos só se concretizariam com uma direção muito firme. Por isso, os alunos tinham consciência de que a disciplina não era um fim, mas um meio para o sucesso da vida na escola. O descumprimento de uma norma podia ser punido severamente, desde que alunos e professores assim o desejassem, depois de muita discussão.

Envolver a família

Makarenko publicou em 1938, incompleto, o Livro dos Pais. O objetivo era mostrar a importância da participação da família na escola e como educar as crianças em tempos difíceis. Alguns estudantes moravam nas escolas dirigidas por ele. O educador ucraniano fazia questão da presença dos pais, que eram estimulados a participar de atividades culturais e recreativas. A escola tinha o papel de orientar a família, que deveria encará-la como um órgão normativo. Pais muito "melosos" ou ausentes seriam incapazes de educar uma pessoa forte, madura e inteligente. "O carinho, como o jogo e a comida, exige certa dosagem", dizia.

Makarenko na escola: o aluno ganha voz



O trabalho em oficinas fazia parte do método: recurso para a autogestão da escola

Makarenko queria formar crianças capazes de dirigir a própria vida no presente e a vida do país no futuro. Exercícios físicos, trabalhos manuais, recreação, excursões, aulas de música e idas ao teatro faziam parte da rotina. A escola tinha que permitir o contato com a sociedade e com a natureza, ou seja, ser um lugar para o jovem viver a realidade concreta e participar das decisões sociais. O estudo do meio já era comum na escola de Makarenko, ainda que sem esse nome. Na Colônia Gorki, meninos e meninas eram divididos em grupos de dez, de diferentes faixas etárias. Um representante de cada turma participava de assembléias e reuniões em que se discutiam as situações da escola: um objeto roubado, a melhoria do prédio, a compra de materiais, a limpeza dos banheiros, os problemas particulares. Sexo e namoro também tinham espaço nas reuniões. Normas e decisões não podiam ser predeterminadas. O primeiro e o último voto eram sempre dos alunos.

Um tempo de transformações



"Você já se alistou como voluntário?": cartaz convoca trabalhadores para defender a Revolução Russa.

Foto: Divulgação Centro Cultural Banco do Brasil

Anton Makarenko viveu as grandes transformações históricas do fim do século 19 e do começo do 20: o nascimento das grandes cidades e suas indústrias, as longas jornadas de trabalho, os movimentos revolucionários contra o império do czar Nicolau II, a Primeira Guerra Mundial e a revolução de outubro de 1917 que pôs fim à monarquia e instituiu a ditadura do proletariado na União Soviética. Em meio a tantas mudanças, o papel da criança, dos pais e da escola também estava em xeque. Que ser humano formar para viver nesse novo mundo? Makarenko conhecia, na prática, as necessidades da grande massa pobre da Ucrânia. Seus problemas não eram diferentes dos enfrentados hoje: a carência afetiva e material dos filhos dos operários; a audácia dos filhos dos burocratas, que não queriam fazer os trabalhos manuais e intelectuais, tão valorizados na sociedade socialista; e a ausência da família. Por isso, ele acreditava que a escola tinha que formar seres participativos por meio de uma organização coletiva e democrática, com muita disciplina e trabalho. E os pais que não conseguiam educar seus filhos deveriam ser reeducados por essa escola.

Biografia

Anton Semionovich Makarenko nasceu em 1888 na Ucrânia, filho de um operário ferroviário e de uma dona de casa. Aprendeu a ler e escrever com a mãe, como a maioria das crianças da época, e logo depois foi matriculado numa escola primária. Lá teve acesso às disciplinas de Língua Russa, Aritmética, Geografia, História, Ciências Naturais, Física, Desenho, Canto, Ginástica e Catecismo, mas não pôde estudar sua língua materna, a ucraniana, proibida pelo império czarista na Rússia, nem Lógica e Filosofia, exclusivas da elite. Aos 17 anos, Makarenko concluiu o curso de Magistério e entrou em contato com as idéias revolucionárias de Lênin e Máximo Gorki, que influenciaram sua visão de mundo e de educação. Sua primeira experiência em sala de aula ocorreu em 1906, na Escola Primária das Oficinas Ferroviárias, onde lecionou por oito anos. Em seguida assumiu a direção de uma escola secundária. Mais consciente do modelo de educação que queria aplicar, ampliou o espaço cultural e mudou o currículo com a ajuda de pais e professores. E estabeleceu o ensino da língua ucraniana. Sua mais marcante experiência deu-se de 1920 a 1928, na direção da Colônia Gorki, instituição rural que atendia crianças e jovens órfãos que haviam vivido na marginalidade. Lá ele pôs em prática um ensino que privilegiava a vida em comunidade, a participação da criança na organização da escola, o trabalho e a disciplina. Publicou novelas, peças de teatro e livros sobre educação, sendo Poema Pedagógico o mais importante. Morreu de ataque cardíaco durante uma viagem de trem em 1939, ano que ficaria marcado pelo início da Segunda Guerra Mundial.

Para pensar

Makarenko talvez tenha sido o educador que levou às conseqüências mais

radicais as questões do espírito de grupo e do trabalho coletivo. Tudo era discutido entre alunos, professores e a direção da Colônia Gorki e da Comuna Dzerzinski. Por essa razão, embora tenha vivido numa época e num contexto totalmente diferentes dos atuais, vale a pena conhecer suas idéias e pensar sobre elas. Mas será que as crianças e os jovens atuais conhecem de fato o significado de grupo? Ou a idéia de coletivo é abstrata? Os jovens se sentem responsáveis pela escola e pelo bem-estar de seus colegas? "Precisamos pensar se estamos formando pessoas cada vez mais individualistas ou coletivas", diz a educadora Cecília da Silveira Luedemann. Estamos realmente educando para a colaboração e a solidariedade?

A obra de Makarenko provoca ainda uma reflexão sobre a disciplina.

Estamos sendo permissivos demais? Como atingir o equilíbrio entre limites e liberdade? Makarenko dá algumas respostas. Podemos não concordar totalmente com elas, mas é inegável que seu trabalho produziu resultados positivos num momento de grandes dificuldades sociais. Não estaremos nós em momento equivalente?

Quer saber mais?

Anton Makarenko, Vida e Obra A Pedagogia na Revolução, Cecília da Silveira Luedemann, 432 págs., Ed. Expressão Popular, tel. (0__11) 3105-9500, 15 reais

Poema Pedagógico, 3 vols., Anton Makarenko, Ed. Brasiliense, 1983 (disponível apenas em bibliotecas)

Conferências sobre Educação Infantil, Anton Makarenko, Ed. Moraes, 1981 (disponível apenas em bibliotecas)

Antonio Gramsci - Um apóstolo da emancipação das massas

O filósofo italiano atribuía à escola a função de dar acesso à cultura das classes dominantes, para que todos pudessem ser cidadãos plenos

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: MP/LEEMAGE/OTHERIMAGESPRESS

Co-fundador do Partido Comunista Italiano, Antonio Gramsci (1891-1937) foi uma das referências essenciais do pensamento de esquerda no século 20. Embora comprometido com um projeto político que deveria culminar com uma revolução proletária, Gramsci se distinguia de seus pares por desacreditar de uma tomada do poder que não fosse precedida por mudanças de mentalidade. Para ele, os agentes principais dessas mudanças seriam os intelectuais e um dos seus instrumentos mais importantes, a escola.

Alguns conceitos criados ou valorizados por Gramsci hoje são de uso corrente em várias partes do mundo. Um deles é o de cidadania. Foi ele quem trouxe à discussão pedagógica a conquista da cidadania como um objetivo da escola. Ela deveria ser orientada para o que o pensador chamou de elevação cultural das massas, ou seja, livrá-las de uma visão de mundo que, por se assentar em preconceitos e tabus, predispõe à interiorização acrítica da ideologia das classes dominantes.

Biografia

Nascido em Ales, na ilha da Sardenha, em 1891, numa família pobre e numerosa, Antonio Gramsci foi vítima, antes dos 2 anos, de uma doença que o deixou corcunda e prejudicou seu crescimento. Na idade adulta, não media mais do que 1,50 metro e sua saúde sempre foi frágil. Aos 21 anos, foi estudar letras em Turim, onde trabalhou como jornalista de publicações de esquerda. Militou em comissões de fábrica e ajudou a fundar o Partido Comunista Italiano em 1921. Conheceu a mulher, Julia Schucht, em Moscou, para onde foi enviado como representante da Internacional Comunista. Em 1926, foi preso pelo regime fascista de Benito Mussolini. Ficou célebre a frase dita pelo juiz que o condenou: "Temos que impedir esse cérebro de funcionar durante 20 anos". Gramsci cumpriu dez anos, morrendo numa clínica de Roma em 1937. Na prisão, escreveu os textos reunidos em Cadernos do Cárcere e Cartas do Cárcere. A obra de Gramsci

inspirou o eurocomunismo – a linha democrática seguida pelos partidos comunistas europeus na segunda metade do século 20 – e teve grande influência no Brasil nos anos 1970 e 1980.

Ao contrário da maioria dos teóricos que se dedicaram à interpretação e à continuidade do trabalho intelectual do filósofo alemão Karl Marx (1818-1883), que concentraram suas análises nas relações entre política e economia, Gramsci deteve-se particularmente no papel da cultura e dos intelectuais nos processos de transformação histórica. Suas idéias sobre educação surgem desse contexto.

Para entendê-las, é preciso conhecer o conceito de hegemonia, um dos pilares do pensamento gramsciano. Antes, deve-se lembrar que a maior parte da obra de Gramsci foi escrita na prisão e só veio a público depois de sua morte. Para despistar a censura fascista, Gramsci adotou uma linguagem cifrada, que se desenvolve em torno de conceitos originais (como bloco histórico, intelectual orgânico, sociedade civil e a citada hegemonia, para mencionar os mais célebres) ou de expressões novas em lugar de termos tradicionais (como filosofia da práxis para designar o marxismo). Seus escritos têm forma fragmentária, com muitos trechos que apenas indicam reflexões a serem desenvolvidas.

A mente antes do poder

Hegemonia significa, para Gramsci, a relação de domínio de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. O domínio se caracteriza por dois elementos: força e consenso. A força é exercida pelas instituições políticas e jurídicas e pelo controle do aparato policial-militar. O consenso diz respeito sobretudo à cultura: trata-se de uma liderança ideológica conquistada entre a maioria da sociedade e formada por um conjunto de valores morais e regras de comportamento. Segundo Gramsci, "toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica", isto é, de aprendizado.

Elogio do "ensino desinteressado"



Saudação fascista diante da residência de Mussolini em 1938: escola como privilégio de classe. Foto: HULTON ARCHIVE/Getty Images

Uma parte importante das reflexões de Gramsci sobre educação foi motivada pela reforma empreendida por Giovanni Gentile, ministro da Educação de Benito Mussolini, que reservava aos alunos das classes altas o ensino tradicional, "completo", e aos das classes pobres uma escola voltada principalmente para a formação profissional. Em reação, Gramsci defendeu a manutenção de "uma escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa". Para ele, a Reforma Gentile visava predestinar o aluno a um determinado ofício, sem dar-lhe acesso ao "ensino desinteressado" que "cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo, liberta de toda magia ou bruxaria". Ao contrário dos pedagogos da escola ativa, que defendiam a construção do aprendizado pelos estudantes, Gramsci acreditava que, pelo menos nos primeiros anos de estudo, o professor deveria transmitir conteúdos aos alunos. "A escola unitária de Gramsci é a escola do trabalho, mas não no sentido estreito do ensino profissionalizante, com o qual se aprende a operar", diz o pedagogo Paolo Nosella. "Em termos metafóricos, não se trata de colocar um torno em sala de aula, mas de ler um livro sobre o significado, a história e as implicações econômicas do torno."

A hegemonia é obtida, segundo Gramsci, por meio de uma luta "de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política". Ou seja, é necessário primeiro conquistar as mentes, depois o poder. Isso nada tem a ver com propaganda ou manipulação ideológica. Para Gramsci, a função do intelectual (e da escola) é mediar uma tomada de consciência (do aluno, por exemplo) que passa pelo autoconhecimento individual e implica reconhecer, nas palavras do pensador, "o próprio valor histórico". "Não se trata de um doutrinamento abstrato", diz Paolo Nosella, professor de filosofia da educação da Universidade Federal de São Carlos.

Acesso ao código dominante

O terreno da luta de hegemonias é a sociedade civil, que compreende instituições de legitimação do poder do Estado, como a Igreja, a escola, a família, os sindicatos e os meios de comunicação. Ao contrário do pensamento marxista tradicional, que tende a considerar essas instituições como reprodutoras mecânicas da ideologia do Estado, Gramsci via nelas a possibilidade do início das transformações, por intermédio do surgimento de uma nova mentalidade ligada às classes dominadas.

Na escola prevista por Gramsci, as classes desfavorecidas poderiam se inteirar dos códigos dominantes, a começar pela alfabetização. A construção de uma visão de mundo que desse acesso à condição de cidadão teria a finalidade inicial de substituir o que Gramsci chama de senso comum – conceitos desagregados, vindos de fora e impregnados de equívocos decorrentes da religião e do folclore. Com o termo folclore, o

pensador designa tradições que perderam o significado mas continuam se perpetuando. Para que o aluno adquira criticidade, Gramsci defende para os primeiros anos de escola um currículo que lhe apresente noções instrumentais (ler, escrever, fazer contas, conhecer os conceitos científicos) e seus direitos e deveres de cidadão.

A experiência prática das contradições

Durante sua curta vida, Gramsci testemunhou de perto os dois extremos totalitários do século 20. Conheceu em Moscou a Revolução Russa no calor de seus primeiros anos e, pouco tempo depois, foi uma das vozes pioneiras a denunciar a degeneração da política soviética para a tirania, sob Josef Stalin. No outro extremo, a ditadura fascista em seu país natal fez de Gramsci um alvo precoce de perseguição, que resultou em seu aprisionamento. A trajetória do pensador pela Itália durante a infância e a juventude – do sul atrasado, camponês e tradicionalista ao norte industrial onde se engajou na política – também não podia ter sido mais emblemática das contradições de seu tempo. A lucidez com que Gramsci refletiu sobre essas experiências fez seu pensamento sobreviver não só a ele mesmo como ao próprio socialismo real, como era chamado o regime característico do conjunto de países comunistas do Leste Europeu, que desmoronou em bloco na virada dos anos 1980 para os anos 1990. Seu pensamento, que havia sido uma alternativa ao marxismo predominante nos meios acadêmicos de todo o mundo até então, continua atual, já que não conflita com o sistema democrático.

Para pensar

Muitos pensadores clássicos da educação, entre eles Comênio (1592-1670) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), subordinavam o processo pedagógico à natureza. A própria evolução das crianças daria conta de grande parte do aprendizado. Gramsci tinha outra idéia. "A educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, para dominá-la e criar o homem 'atual' à sua época", escreveu. Você concorda com ele ou considera equivocada a tese de que a cultura distancia o homem da natureza? Ou será possível conciliar as duas correntes de pensamento?

Quer saber mais?

BIBLIOGRAFIA

Cadernos do Cárcere, Volume 2, Antonio Gramsci, 334 págs., Ed.

Civilização Brasileira, tel. 0800-704-1720, 56 reais

Escola de Gramsci, Paolo Nosella, 208 págs., Ed. Cortez, tel. (11) 3864-0111, 27 reais

Gramsci e a Escola, Luna Galano Mochcovitch, 80 págs., Ed. Ática, tel. 0800-115-152 (edição esgotada)

INTERNET

No [site](#) Gramsci e o Brasil, você encontra artigos, bibliografia e calendário de eventos relacionados ao pensador italiano

Célestin Freinet - O mestre do trabalho e do bom senso

O educador francês desenvolveu atividades hoje comuns, como as aulas-passeio e o jornal de classe, e criou um projeto de escola popular, moderna e democrática

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: divulgação/Editions du Seuil/Jean Marquis

Muitos dos conceitos e atividades escolares idealizados pelo pedagogo francês Célestin Freinet (1896-1966) se tornaram tão difundidos que há educadores que os utilizam sem nunca ter ouvido falar no autor. É o caso das aulas-passeio (ou estudos de campo), dos cantinhos pedagógicos e da troca de correspondência entre escolas. Não é necessário conhecer a fundo a obra de Freinet para fazer bom uso desses recursos, mas entender a teoria que motivou sua criação deverá possibilitar sua aplicação integrada e torná-los mais férteis.

Freinet se inscreve, historicamente, entre os educadores identificados com a corrente da Escola Nova, que, nas primeiras décadas do século 20, se insurgiu contra o ensino

tradicionalista, centrado no professor e na cultura enciclopédica, propondo em seu lugar uma educação ativa em torno do aluno. O pedagogo francês somou ao ideário dos escolanovistas uma visão marxista e popular tanto da organização da rede de ensino como do aprendizado em si. "Freinet sempre acreditou que é preciso transformar a escola por dentro, pois é exatamente ali que se manifestam as contradições sociais", diz Rosa Maria Whitaker Sampaio, coordenadora do pólo São Paulo da Federação Internacional dos Movimentos da Escola Moderna (Fimem), que congrega seguidores de

Freinet.

Na teoria do educador francês, o trabalho e a cooperação vêm em primeiro plano, a ponto de ele defender, em contraste com outros pedagogos, incluindo os da Escola Nova, que "não é o jogo que é natural da criança, mas sim o trabalho". Seu objetivo declarado é criar uma "escola do povo".

Biografia

Célestin Freinet nasceu em 1896 em Gars, povoado na região da Provença, sul da França. Foi pastor de rebanhos antes de começar a cursar o magistério. Lutou na Primeira Guerra Mundial em 1914, quando os gases tóxicos do campo de batalha afetaram seus pulmões para o resto da vida. Em 1920, começou a lecionar na aldeia de Bar-sur-Loup, onde pôs em prática alguns de seus principais experimentos, como a aula-passeio e o livro da vida. Em 1925, filiou-se ao Partido Comunista Francês. Dois anos depois, fundou a Cooperativa do Ensino Leigo, para desenvolvimento e intercâmbio de novos instrumentos pedagógicos. Em 1928, já casado com Élise Freinet (que se tornaria sua parceira e divulgadora), mudou-se para Saint-Paul de Vence, iniciando intensa atividade. Cinco anos depois, foi exonerado do cargo de professor. Em 1935, o casal Freinet construiu uma escola própria em Vence. Durante a Segunda Guerra, o educador foi preso e adoeceu num campo de concentração alemão. Libertado depois de um ano, aderiu à resistência francesa ao nazismo. Recobrada a paz, Freinet reorganizou a escola e a cooperativa em Vence. Em 1956, liderou a vitoriosa campanha 25 Alunos por Classe. No ano seguinte, os seguidores de Freinet fundaram a Federação Internacional dos Movimentos da Escola Moderna (Fimem), que hoje reúne educadores de cerca de 40 países. Freinet morreu em 1966.

Importância do êxito

Não foi por acaso que Freinet criou uma pedagogia do trabalho. Para ele, a atividade é o que orienta a prática escolar e o objetivo final da educação é formar cidadãos para o trabalho livre e criativo, capaz de dominar e transformar o meio e emancipar quem o exerce. Um dos deveres do professor, segundo Freinet, é criar uma atmosfera laboriosa na escola, de modo a estimular as crianças a fazer experiências, procurar respostas para suas necessidades e inquietações, ajudando e sendo ajudadas por seus colegas e buscando no professor alguém que organize o trabalho.

Outra função primordial do professor, segundo Freinet, é colaborar ao máximo para o êxito de todos os alunos. Diferentemente da maioria dos pedagogos modernos, o educador francês não via valor didático no erro. Ele acreditava que o fracasso desequilibra e desmotiva o aluno, por isso o professor deve ajudá-lo a superar o erro. "Freinet descobriu que a forma

mais profunda de aprendizado é o envolvimento afetivo", diz Rosa Sampaio.

Coerência num tempo de extremos



Crianças na Paris ocupada, em 1940, lêem instruções sobre o uso de máscaras de gás: tempo de perseguições ideológicas.

Foto: HULTON ARCHIVE/
Getty Images

A medida da independência do pensamento de Freinet pode ser deduzida do fato de ele ter sido perseguido, ao longo da vida, por forças políticas de tendências totalmente opostas. Embora pacifista, o educador envolveu-se nas duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945). O primeiro conflito ideológico de que participou, no entanto, se deu na cidade de Saint-Paul de Vence, habitada por uma comunidade conservadora, que reprovou seus métodos didáticos e conseguiu que fosse exonerado do cargo de professor, em 1933. Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1940, com a França ocupada pela Alemanha nazista, foi preso como subversivo, tanto por sua filiação ao Partido Comunista como por suas atividades inovadoras no campo pedagógico. Depois do fim da guerra, passou a ser chamado freqüentemente a colaborar com políticas oficiais e foi tachado de pensador burguês pela cúpula do PC, do qual se desligou na década de 1950.

Pessoalmente, Freinet nunca abandonou sua crença no socialismo nem seus planos de colaborar para a criação de um ensino de caráter popular na França e em outros países.

Ao lado da pedagogia do trabalho e da pedagogia do êxito, Freinet propôs, finalmente, uma pedagogia do bom senso, pela qual a aprendizagem resulta de uma relação dialética entre ação e pensamento, ou teoria e prática. O professor se pauta por uma atitude orientada tanto pela psicologia quanto

pela pedagogia – assim, o histórico pessoal do aluno interage com os conhecimentos novos e essa relação constrói seu futuro na sociedade.

Livre expressão

Esse aspecto muito particular que atribuía ao aprendizado de cada criança é a razão de Freinet não ter criado um método pedagógico rígido, nem uma teoria propriamente científica. Mesmo assim, seu entendimento sobre os mecanismos do aprendizado mereceu elogios do biólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), cuja teoria do conhecimento se baseou em minuciosa observação científica.

Freinet dedicou a vida a elaborar técnicas de ensino que funcionam como canais da livre expressão e da atividade cooperativa, com o objetivo de criar uma nova educação. Lançou-se a essa tarefa por considerar a escola de seu tempo uma instituição alienada da vida e da família, feita de dogmas e de acumulação estéril de informação – e, além disso, em geral a serviço apenas das elites. "Freinet colocou professor e alunos no mesmo nível de igualdade e camaradagem", diz Rosa Sampaio. O educador não se opunha, porém, às aulas teóricas.

Cooperação sim, manuais não

Com a intenção de propor uma reforma geral no ensino francês, Freinet reuniu suas experiências didáticas num sistema que denominou Escola Moderna. Entre as principais "técnicas Freinet" estão a correspondência entre escolas (para que os alunos possam não apenas escrever, mas ser lidos), os jornais de classe (mural, falado e impresso), o texto livre (nascido do estímulo para que os alunos registrem por escrito suas idéias, vivências e histórias), a cooperativa escolar, o contato freqüente com os pais (Freinet defendia que a escola deveria ser extensão da família) e os planos de trabalho. O pedagogo era contrário ao uso de manuais em sala de aula, sobretudo as cartilhas, por considerá-los genéricos e alheios às necessidades de expressão das crianças. Defendia que os alunos fossem em busca do conhecimento de que necessitassem em bibliotecas (que deveriam existir na própria escola) e que confeccionassem fichários de consulta e de autocorreção (para exercícios de Matemática, por exemplo). Para Freinet, todo conhecimento é fruto do que chamou de tateamento experimental – a atividade de formular hipóteses e testar sua validade – e cabe à escola proporcionar essa possibilidade a toda criança.

A primeira das novas técnicas didáticas desenvolvidas por Freinet foi a aula-passeio, que nasceu justamente da observação de que as crianças para quem lecionava, que se comportavam tão vividamente quando ao ar livre, pareciam desinteressadas dentro da escola. Uma segunda criação célebre, a imprensa na escola, respondeu à necessidade de eliminar a distância entre alunos e professores e de trazer para a classe a vida "lá fora". "É necessário

fazer nossos filhos viver em república desde a escola", escreveu Freinet.

A pedagogia de Freinet se fundamenta em quatro eixos: a cooperação (para construir o conhecimento comunitariamente), a comunicação (para formalizá-lo, transmiti-lo e divulgá-lo), a documentação, com o chamado livro da vida (para registro diário dos fatos históricos), e a afetividade (como vínculo entre as pessoas e delas com o conhecimento).

Para pensar

A utilização de técnicas desenvolvidas por Freinet, em particular as aulas-passeio e os cantinhos temáticos na sala de aula, não significam por si só que o professor adotou uma prática freinetiana. É preciso lembrar que o educador francês criou tais recursos para atingir um objetivo maior, que é o despertar, nas crianças, de uma consciência de seu meio, incluindo os aspectos sociais, e de sua história. Quando você promove atividades em sua escola, costuma ter consciência de como elas se inserem num plano pedagógico mais amplo?

Quer saber mais?

Célestin Freinet – Uma Pedagogia de Atividade e Cooperação, Marisa del Cioppo Elias, 112 págs., Ed. Vozes, tel. (24) 2246-5552, 20 reais

Freinet – Evolução Histórica e Atualidades, Rosa Maria Whitaker Ferreira Sampaio, 240 págs., Ed. Scipione, tel. 0800-161-700, 49,90 reais

Para uma Escola do Povo, Célestin Freinet, 144 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 29,30 reais

Pedagogia do Bom Senso, Célestin Freinet, 164 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 32,60 reais

Jean Piaget - O biólogo que pôs a aprendizagem no microscópio

O cientista suíço revolucionou o modo de encarar a educação de crianças ao mostrar que elas não pensam como os adultos e constroem o próprio aprendizado

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

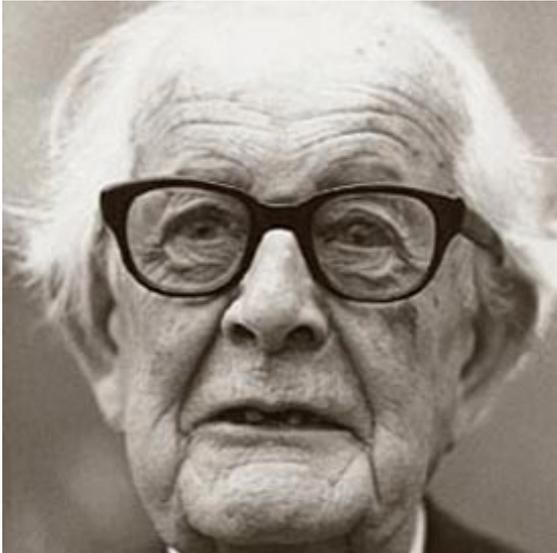


Foto: Camera Press

Jean Piaget (1896-1980) foi o nome mais influente no campo da educação durante a segunda metade do século 20, a ponto de quase se tornar sinônimo de pedagogia. Não existe, entretanto, um método Piaget, como ele próprio gostava de frisar. Ele nunca atuou como pedagogo. Antes de mais nada, Piaget foi biólogo e dedicou a vida a submeter à observação científica rigorosa o processo de aquisição de conhecimento pelo ser humano, particularmente a criança.

Do estudo das concepções infantis de tempo, espaço, causalidade física, movimento e velocidade, Piaget criou um campo de investigação que denominou epistemologia genética – isto é, uma teoria do conhecimento centrada no desenvolvimento natural da criança. Segundo ele, o pensamento infantil passa por quatro estágios, desde o nascimento até o início da adolescência, quando a capacidade plena de raciocínio é atingida.

"A grande contribuição de Piaget foi estudar o raciocínio lógico-matemático, que é fundamental na escola mas não pode ser ensinado, dependendo de uma estrutura de conhecimento da criança", diz Lino de Macedo, professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Conteúdo relacionado

Reportagens

- [Friedrich Froebel, o formador das crianças pequenas](#)
- [Emília Ferreiro, a estudiosa que revolucionou a alfabetização](#)
- [Condorcet - A luz da Revolução Francesa na escola](#)
- [Edição Especial - Grandes Pensadores](#)
- [Disciplina é um conteúdo como qualquer outro](#)

As descobertas de Piaget tiveram grande impacto na pedagogia, mas, de certa forma, demonstraram que a transmissão de conhecimentos é uma possibilidade limitada. Por um lado, não se pode fazer uma criança aprender o que ela ainda não tem condições de absorver. Por outro, mesmo tendo essas condições, não vai se interessar a não ser por conteúdos que lhe façam falta em termos cognitivos.

Isso porque, para o cientista suíço, o conhecimento se dá por descobertas que a própria criança faz – um mecanismo que outros pensadores antes dele já haviam intuído, mas que ele submeteu à comprovação na prática. Vem de Piaget a idéia de que o aprendizado é construído pelo aluno e é sua teoria que inaugura a corrente construtivista.

Educar, para Piaget, é "provocar a atividade" – isto é, estimular a procura do conhecimento. "O professor não deve pensar no que a criança é, mas no que ela pode se tornar", diz Lino de Macedo.

Assimilação e acomodação

Com Piaget, ficou claro que as crianças não raciocinam como os adultos e apenas gradualmente se inserem nas regras, valores e símbolos da maturidade psicológica. Essa inserção se dá mediante dois mecanismos: assimilação e acomodação.

O primeiro consiste em incorporar objetos do mundo exterior a esquemas mentais preexistentes. Por exemplo: a criança que tem a idéia mental de uma ave como animal voador, com penas e asas, ao observar um avestruz vai tentar assimilá-lo a um esquema que não corresponde totalmente ao conhecido. Já a acomodação se refere a modificações dos sistemas de assimilação por influência do mundo externo. Assim, depois de aprender que um avestruz não voa, a criança vai adaptar seu conceito "geral" de ave para incluir as que não voam.

Estágios de desenvolvimento

Um conceito essencial da epistemologia genética é o egocentrismo, que explica o caráter mágico e pré-lógico do raciocínio infantil. A maturação do pensamento rumo ao domínio da lógica consiste num abandono gradual do egocentrismo. Com isso se adquire a noção de responsabilidade individual, indispensável para a autonomia moral da criança.

Segundo Piaget, há quatro estágios básicos do desenvolvimento cognitivo. O primeiro é o estágio sensório-motor, que vai até os 2 anos. Nessa fase, as crianças adquirem a capacidade de administrar seus reflexos básicos para que gerem ações prazerosas ou vantajosas. É um período anterior à linguagem, no qual o bebê desenvolve a percepção de si mesmo e dos

objetos a sua volta.

O estágio pré-operacional vai dos 2 aos 7 anos e se caracteriza pelo surgimento da capacidade de dominar a linguagem e a representação do mundo por meio de símbolos. A criança continua egocêntrica e ainda não é capaz, moralmente, de se colocar no lugar de outra pessoa.

O estágio das operações concretas, dos 7 aos 11 ou 12 anos, tem como marca a aquisição da noção de reversibilidade das ações. Surge a lógica nos processos mentais e a habilidade de discriminar os objetos por similaridades e diferenças. A criança já pode dominar conceitos de tempo e número.

Por volta dos 12 anos começa o estágio das operações formais. Essa fase marca a entrada na idade adulta, em termos cognitivos. O adolescente passa a ter o domínio do pensamento lógico e dedutivo, o que o habilita à experimentação mental. Isso implica, entre outras coisas, relacionar conceitos abstratos e raciocinar sobre hipóteses.

Para pensar

Os críticos de Piaget costumam dizer que ele deu importância excessiva aos processos individuais e internos de aquisição do aprendizado. Os que afirmam isso em geral contrapõem a obra piagetiana à do pensador bielorrusso Lev Vygotsky (1896-1934). Para ele, como para Piaget, o aprendizado se dá por interação entre estruturas internas e contextos externos. A diferença é que, segundo Vygotsky, esse aprendizado depende fundamentalmente da influência ativa do meio social, que Piaget tendia a considerar apenas uma "interferência" na construção do conhecimento. "É preciso lembrar que Piaget queria abordar o conhecimento do ponto de vista de qualquer criança", diz Lino de Macedo em defesa do cientista suíço. Pela sua experiência em sala de aula, que peso o meio social tem nos processos propriamente cognitivos das crianças? Como você pode influir nisso?

Ajudando o desenvolvimento do aluno



Brincadeira de casinha: estímulo aos alunos na idade da representação.

Foto: Masao Goto Filho

A obra de Piaget leva à conclusão de que o trabalho de educar crianças não se refere tanto à transmissão de conteúdos quanto a favorecer a atividade mental do aluno. Conhecer sua obra, portanto, pode ajudar o professor a tornar seu trabalho mais eficiente. Algumas escolas planejam as suas atividades de acordo com os estágios do desenvolvimento cognitivo. Nas classes de Educação Infantil com crianças entre 2 e 3 anos, por exemplo, não é difícil perceber que elas estão em plena descoberta da representação. Começam a brincar de ser outra pessoa, com imitação das atividades vistas em casa e dos personagens das histórias. A escola fará bem em dar vazão a isso promovendo uma ampliação do repertório de referências. Mas é importante lembrar que os modelos teóricos são sempre parciais e que, no caso de Piaget em particular, não existem receitas para a sala de aula.

Biografia

Jean Piaget nasceu em Neuchâtel, Suíça, em 1896. Aos 10 anos publicou seu primeiro artigo científico, sobre um pardal albino. Desde cedo interessado em filosofia, religião e ciência, formou-se em biologia na universidade de Neuchâtel e, aos 23 anos, mudou-se para Zurique, onde começou a trabalhar com o estudo do raciocínio da criança sob a ótica da psicologia experimental. Em 1924, publicou o primeiro de mais de 50 livros, *A Linguagem e o Pensamento na Criança*. Antes do fim da década de 1930, já havia ocupado cargos importantes nas principais universidades suíças, além da diretoria do Instituto Jean-Jacques Rousseau, ao lado de seu mestre, Édouard Claparède (1873-1940). Foi também nesse período que acompanhou a infância dos três filhos, uma das grandes fontes do trabalho de observação do que chamou de "ajustamento progressivo do saber". Até o fim da vida, recebeu títulos honorários de algumas das principais universidades européias e norte-americanas. Morreu em 1980 em Genebra, Suíça.

Quer saber mais?

Atualidade de Jean Piaget, Emilia Ferreiro, 144 págs., Ed. Artmed, tel. 0800-703-3444 (edição esgotada)

Biologia e Conhecimento, Jean Piaget, 423 págs., Ed. Vozes, tel. (24) 2246-5552, 59,50 reais

Epistemologia Genética, de Jean Piaget, 124 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 25,40 reais **Piaget – O Diálogo com a Criança e o Desenvolvimento do Raciocínio**, Maria da Glória Seber, 248 págs., Ed. Scipione, tel. 0800-161-700, 49,90 reais

Por que Piaget?, Lauro de Oliveira Lima, 72 págs., Ed. Vozes, tel. (24) 2246-5552, 16,40 reais

Lev Vygotsky - O teórico do ensino como processo social

A obra do psicólogo resalta o papel da escola no desenvolvimento mental das crianças e é uma das mais estudadas pela pedagogia contemporânea

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: reprodução

O psicólogo bielo-russo Lev Vygotsky (1896-1934) morreu há 74 anos, mas sua obra ainda está em pleno processo de descoberta e debate em vários pontos do mundo, incluindo o Brasil. "Ele foi um pensador complexo e tocou em muitos pontos nevrálgicos da pedagogia contemporânea", diz Teresa Rego, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Ela resalta, como exemplo, os pontos de contato entre os estudos de Vygotsky sobre a linguagem escrita e o trabalho da argentina Emilia Ferreiro, a mais influente dos educadores vivos.

A parte mais conhecida da extensa obra produzida por Vygotsky em seu curto tempo de vida converge para o tema da criação da cultura. Aos educadores interessa em particular os estudos sobre desenvolvimento intelectual. Vygotsky atribuía um papel preponderante às relações sociais nesse processo, tanto que a corrente pedagógica que se originou de seu pensamento é chamada de socioconstrutivismo ou sociointeracionismo.

Mais sobre desenvolvimento infantil

Reportagens

- [Entrevista com Juan Delval](#)
- [Leia um clássico](#)
- [Pensador: Henri Wallon](#)
- [Pensador: Jean Piaget](#)

Surge da ênfase no social uma oposição teórica em relação ao biólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), que também se dedicou ao tema da evolução da capacidade de aquisição de conhecimento pelo ser humano e chegou a conclusões que atribuem bem mais importância aos processos internos do que aos interpessoais. Vygotsky, que, embora discordasse de Piaget, admirava seu trabalho, publicou críticas ao suíço em 1932. Piaget só tomaria contato com elas nos anos 1960 e lamentou não ter podido conhecer Vygotsky em vida. Muitos estudiosos acreditam que é possível conciliar as obras dos dois.

Biografia

Lev Semenovitch Vygotsky nasceu em 1896 em Orsha, pequena cidade perto de Minsk, a capital da Bielo-Rússia, região então dominada pela Rússia (e que só se tornou independente em 1991, com a desintegração da União Soviética, adotando o nome de Belarus). Seus pais eram de uma família judaica culta e com boas condições econômicas, o que permitiu a Vygotsky uma formação sólida desde criança. Ele teve um tutor particular até entrar no curso secundário e se dedicou desde cedo a muitas leituras. Aos 18 anos, matriculou-se no curso de medicina em Moscou, mas acabou cursando a faculdade de direito. Formado, voltou a Gomel, na Bielo-Rússia, em 1917, ano da revolução bolchevique, que ele apoiou. Lecionou literatura, estética e história da arte e fundou um laboratório de psicologia – área em que rapidamente ganhou destaque, graças a sua cultura enciclopédica, seu pensamento inovador e sua intensa atividade, tendo produzido mais de 200 trabalhos científicos. Em 1925, já sofrendo da tuberculose que o mataria em 1934, publicou *A Psicologia da Arte*, um estudo sobre Hamlet, de William Shakespeare, cuja origem é sua tese de mestrado.

Relação homem-ambiente

Os estudos de Vygotsky sobre aprendizado decorrem da compreensão do homem como um ser que se forma em contato com a sociedade. "Na ausência do outro, o homem não se constrói homem", escreveu o psicólogo. Ele rejeitava tanto as teorias inatistas, segundo as quais o ser humano já carrega ao nascer as características que desenvolverá ao longo da vida, quanto as empiristas e comportamentais, que vêem o ser humano como um produto dos estímulos externos. Para Vygotsky, a formação se dá numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade a seu redor – ou seja, o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem. Essa relação não é passível de muita generalização; o que interessa para a teoria de Vygotsky é a interação que cada pessoa estabelece com determinado ambiente, a chamada experiência pessoalmente significativa.

Tempo de revolução



Lênin discursa em São Petersburgo (então Petrogrado) em março de 1917: agitação política e cultural.

Foto: HULTON ARCHIVE/Getty Images

Em menos de 38 anos de vida, Vygotsky conheceu momentos políticos drasticamente diferentes, que tiveram forte influência em seu trabalho. Nascido sob o regime dos czares russos, Vygotsky acompanhou de perto, como estudante e intelectual, os acontecimentos que levaram à revolução comunista de 1917. O período que se seguiu foi marcado, entre outras coisas, por um clima de efervescência intelectual, com a abertura de espaço para as vanguardas artísticas e o pensamento inovador nas ciências, além de uma preocupação em promover políticas educacionais eficazes e abrangentes. Logo após a revolução, Vygotsky intensificou seus estudos sobre psicologia. Visitou comunidades rurais, onde pesquisou a relação entre nível de escolaridade e conhecimento e a influência das tradições no desenvolvimento cognitivo. Com a ascensão ao poder de Josef Stalin, em 1924, o ambiente cultural ficou cada vez mais limitado. Vygotsky usou a dialética marxista para sua teoria de aprendizado, mas sua análise da importância da esfera social no desenvolvimento intelectual era criticada por não se basear na luta de classes, como se tornara obrigatório na produção científica soviética. Em 1936, dois anos após sua morte, toda a obra de Vygotsky foi censurada pela ditadura de Stalin e assim permaneceu por 20 anos.

Segundo Vygotsky, apenas as funções psicológicas elementares se caracterizam como reflexos. Os processos psicológicos mais complexos – ou funções psicológicas superiores, que diferenciam os humanos dos outros animais – só se formam e se desenvolvem pelo aprendizado. Entre as funções complexas se encontram a consciência e o discernimento. "Uma criança nasce com as condições biológicas de falar, mas só desenvolverá a fala se aprender com os mais velhos da comunidade", diz Teresa Rego.

Outro conceito-chave de Vygotsky é a mediação. Segundo a teoria vygotskiana, toda relação do indivíduo com o mundo é feita por meio de instrumentos técnicos – como, por exemplo, as ferramentas agrícolas, que

transformam a natureza – e da linguagem – que traz consigo conceitos consolidados da cultura à qual pertence o sujeito.

O papel do adulto

Todo aprendizado é necessariamente mediado – e isso torna o papel do ensino e do professor mais ativo e determinante do que o previsto por Piaget e outros pensadores da educação, para quem cabe à escola facilitar um processo que só pode ser conduzido pelo próprio aluno. Segundo Vygotsky, ao contrário, o primeiro contato da criança com novas atividades, habilidades ou informações deve ter a participação de um adulto. Ao internalizar um procedimento, a criança "se apropria" dele, tornando-o voluntário e independente.

Expansão dos horizontes mentais

Como Piaget, Vygotsky não formulou uma teoria pedagógica, embora o pensamento do psicólogo bielorusso, com sua ênfase no aprendizado, ressalte a importância da instituição escolar na formação do conhecimento. Para ele, a intervenção pedagógica provoca avanços que não ocorreriam espontaneamente. Ao formular o conceito de zona proximal, Vygotsky mostrou que o bom ensino é aquele que estimula a criança a atingir um nível de compreensão e habilidade que ainda não domina completamente, "puxando" dela um novo conhecimento. "Ensinar o que a criança já sabe desmotiva o aluno e ir além de sua capacidade é inútil", diz Teresa Rego. O psicólogo considerava ainda que todo aprendizado amplia o universo mental do aluno. O ensino de um novo conteúdo não se resume à aquisição de uma habilidade ou de um conjunto de informações, mas amplia as estruturas cognitivas da criança. Assim, por exemplo, com o domínio da escrita, o aluno adquire também capacidades de reflexão e controle do próprio funcionamento psicológico.

Desse modo, o aprendizado não se subordina totalmente ao desenvolvimento das estruturas intelectuais da criança, mas um se alimenta do outro, provocando saltos de nível de conhecimento. O ensino, para Vygotsky, deve se antecipar ao que o aluno ainda não sabe nem é capaz de aprender sozinho, porque, na relação entre aprendizado e desenvolvimento, o primeiro vem antes. É a isso que se refere um de seus principais conceitos, o de zona de desenvolvimento proximal, que seria a distância entre o desenvolvimento real de uma criança e aquilo que ela tem o potencial de aprender – potencial que é demonstrado pela capacidade de desenvolver uma competência com a ajuda de um adulto. Em outras palavras, a zona de desenvolvimento proximal é o caminho entre o que a criança consegue fazer sozinha e o que ela está perto de conseguir fazer sozinha. Saber identificar essas duas capacidades e trabalhar o percurso de cada aluno entre ambas são as duas principais habilidades que um professor precisa ter, segundo Vygotsky.

Para pensar

Vygotsky atribuiu muita importância ao papel do professor como impulsionador do desenvolvimento psíquico das crianças. A idéia de um maior desenvolvimento conforme um maior aprendizado não quer dizer, porém, que se deve apresentar uma quantidade enciclopédica de conteúdos aos alunos. O importante, para o pensador, é apresentar às crianças formas de pensamento, não sem antes detectar que condições elas têm de absorvê-las. E você? Já pensou em elaborar critérios para avaliar as habilidades que seus alunos já têm e aquelas que eles poderão adquirir? Percebe que certas atividades estimulam as crianças a pensar de um modo novo e que outras não despertam o mesmo entusiasmo?

Quer saber mais?

A Formação Social da Mente, Lev S. Vygotsky, 224 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 39,80 reais

Vygotsky – Aprendizado e Desenvolvimento, Marta Kohl de Oliveira, 112 págs., Ed. Scipione, tel. 0800-161-700, 37,90 reais

Vygotsky – Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação, Teresa Cristina Rego, 140 págs., Ed. Vozes, tel. (24) 2246-5552, 20 reais

Vygotsky – Uma Síntese, René van der Veer e Jaan Valsiner, 480 págs., Ed. Loyola, tel. (11) 6914-1922, 70,70 reais

Anísio Teixeira - O inventor da escola pública no Brasil

O educador propôs e executou medidas para democratizar o ensino brasileiro e defendeu a experiência do aluno como base do aprendizado

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: Divulgação / Instituto Anísio Teixeira

Considerado o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século 20, Anísio Teixeira (1900-1971) foi pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis, que refletiam seu

objetivo de oferecer educação gratuita para todos. Como teórico da educação, Anísio não se preocupava em defender apenas suas idéias. Muitas delas eram inspiradas na filosofia de John Dewey (1852-1952), de quem foi aluno ao fazer um curso de pós-graduação nos Estados Unidos.

Dewey considerava a educação uma constante reconstrução da experiência. Foi esse pragmatismo, observa a professora Maria Cristina Leal, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que impulsionou Anísio a se projetar para além do papel de gestor das reformas educacionais e atuar também como filósofo da educação. A marca do pensador Anísio era uma atitude de inquietação permanente diante dos fatos, considerando a verdade não como algo definitivo, mas que se busca continuamente.

Para o pragmatismo, o mundo em transformação requer um novo tipo de homem consciente e bem preparado para resolver seus próprios problemas acompanhando a tríplice revolução da vida atual: intelectual, pelo incremento das ciências; industrial, pela tecnologia; e social, pela democracia. Essa concepção exige, segundo Anísio, "uma educação em mudança permanente, em permanente reconstrução".

Didática da ação

As novas responsabilidades da escola eram, portanto, educar em vez de instruir; formar homens livres em vez de homens dóceis; preparar para um futuro incerto em vez de transmitir um passado claro; e ensinar a viver com mais inteligência, mais tolerância e mais felicidade. Para isso, seria preciso reformar a escola, começando por dar a ela uma nova visão da psicologia infantil.

O próprio ato de aprender, dizia Anísio, durante muito tempo significou simples memorização; depois seu sentido passou a incluir a compreensão e a expressão do que fora ensinado; por último, envolveu algo mais: ganhar um modo de agir. Só aprendemos quando assimilamos uma coisa de tal jeito que, chegado o momento oportuno, sabemos agir de acordo com o aprendido.

Para o pensador, não se aprendem apenas idéias ou fatos mas também atitudes, ideais e senso crítico – desde que a escola disponha de condições para exercitá-los. Assim, uma criança só pode praticar a bondade em uma escola onde haja condições reais para desenvolver o sentimento. A nova psicologia da aprendizagem obriga a escola a se transformar num local onde se vive e não em um centro preparatório para a vida. Como não aprendemos tudo o que praticamos, e sim aquilo que nos dá satisfação, o interesse do aluno deve orientar o que ele vai aprender. Portanto, é preciso que ele escolha suas atividades.

Por tudo isso, na escola progressiva as matérias escolares – Matemática, Ciências, Artes etc. – são trabalhadas dentro de uma atividade escolhida e projetada pelos alunos, fornecendo a eles formas de desenvolver sua personalidade no meio em que vivem. Nesse tipo de escola, estudo é o esforço para resolver um problema ou executar um projeto, e ensinar é guiar o aluno em uma atividade.

Quanto à disciplina, Anísio afirmava que o homem educado é aquele que sabe ir e vir com segurança, pensar com clareza, querer com firmeza e agir com tenacidade. Numa escola democrática, mestres e alunos devem trabalhar em liberdade, desenvolvendo a confiança mútua, e o professor deve incentivar o aluno a pensar e julgar por si mesmo. "Estamos passando de uma civilização baseada em uma autoridade externa para uma baseada na autoridade interna de cada um de nós", diz ele em seu livro *Pequena Introdução à Filosofia da Educação*.

Como preparar o professor para essa tarefa hercúlea da escola de hoje, ocupada por tantos alunos que não se contentam em aprender apenas as técnicas e conhecimentos mais simples mas também as últimas conquistas da ciência e da cultura? O que fazer quando eles exigem informações até mesmo sobre tendências indefinidas e problemas sem solução? Para responder a tantas questões, os educadores do mundo todo precisarão de novos elementos de cultura, de estudos e de recursos, propôs o pensador, que na prática instalou novos cursos para professores. Só assim, dizia, os mestres tentarão renovar a humanidade para "a grande aventura de democracia que ainda não foi tentada".

Para pensar

As escolas comunitárias americanas inspiraram a concepção de ensino de tempo integral de Anísio Teixeira. Lá, no entanto, a jornada dificilmente tem mais do que seis horas diárias. O conceito entre nós ampliou-se consideravelmente: escola de pelo menos oito horas e, no caso dos Cieps, uma instituição que deveria dar conta de todas as necessidades das crianças, até mesmo de cuidados maternos e moradia. Numa realidade na qual os recursos são limitados, o problema é de prioridades e decisões difíceis: manter uma escola com esse modelo para uma minoria ou manter um modelo menos ambicioso para a maioria? Afinal, Anísio também propunha uma escola para todos.

Educação como meta política



Fernando de Azevedo, reformador do ensino público, com normalistas da Escola Caetano de Campos: Manifesto da Escola Nova.

Foto: Caderno de Pesquisas/FCC

Nos anos 1920, com a crescente industrialização e a urbanização em todo o mundo, a necessidade de preparar o país para o desenvolvimento levou um grupo de intelectuais brasileiros a se interessar pela educação – vista como elemento central para remodelar o país. Os novos teóricos viam num sistema estatal de ensino livre e aberto o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais. Esse movimento chamado de Escola Nova ganhou força nos anos 1930, principalmente após a divulgação, em 1932, do Manifesto da Escola Nova. O documento pregava a universalização da escola pública, laica e gratuita. Entre os nomes de vanguarda que o assinaram estavam, além de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo (1894-1974), que aplicou a sociologia à educação e reformou o ensino em São Paulo nos anos 1930, o professor Lourenço Filho (1897-1970) e a poetisa Cecília Meireles (1901-1964). A atuação desses pioneiros se estendeu por décadas, muitas vezes criticada pelos defensores da escola particular e religiosa. Mas eles ampliaram sua atuação e influenciaram uma nova geração de educadores como Darcy Ribeiro (1922-1997) e Florestan Fernandes (1920-1995). Anísio foi mentor de duas universidades: a do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, desmembrada pela ditadura de Getúlio Vargas, e a de Brasília, da qual era reitor quando do golpe militar de 1964.

A escola pública e integral como solução



A Escola Parque de Salvador, em 1950: projeto piloto de ensino integral. Foto: CPDOC/FGV

Para ser eficiente, dizia Anísio, a escola pública para todos deve ser de tempo integral para professores e alunos, como a Escola Parque por ele fundada em 1950 em Salvador, que mais tarde inspiraria os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) do Rio de Janeiro e as demais propostas de escolas de tempo integral que se sucederam. Cuidando desde a higiene e saúde da criança até sua preparação para a cidadania, essa escola é apontada como solução para a educação primária no livro *Educação Não É Privilégio*. Além de integral, pública, laica e obrigatória, ela deveria ser também municipalizada, para atender aos interesses de cada comunidade. O ensino público deveria ser articulado numa rede até a universidade. Anísio propôs ainda a criação de fundos financeiros para a educação, mas, mesmo com o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), os recursos são insuficientes para sustentar esse modelo de escola.

Biografia

Anísio Spínola Teixeira nasceu em 12 de julho de 1900 em Caetitê (BA). Filho de fazendeiro, estudou em colégios de jesuítas na Bahia e cursou direito no Rio de Janeiro. Diplomou-se em 1922 e em 1924 já era inspetor-geral do Ensino na Bahia. Viajando pela Europa em 1925, observou os sistemas de ensino da Espanha, Bélgica, Itália e França e com o mesmo objetivo fez duas viagens aos Estados Unidos entre 1927 e 1929. De volta ao Brasil, foi nomeado diretor de Instrução Pública do Rio de Janeiro, onde criou entre 1931 e 1935 uma rede municipal de ensino que ia da escola primária à universidade. Perseguido pela ditadura Vargas, demitiu-se do cargo em 1936 e regressou à Bahia – onde assumiu a pasta da Educação em 1947. Sua atuação à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a partir de 1952, valorizando a pesquisa educacional no país, chegou a ser considerada tão significativa quanto a Semana da Arte Moderna ou a fundação da Universidade de São Paulo. Com a instauração do governo militar em 1964, deixou o instituto – que hoje leva seu nome – e foi lecionar em universidades americanas, de onde voltou em 1965 para continuar atuando como membro do Conselho Federal de Educação. Morreu no Rio de Janeiro em março de 1971.

Quer saber mais?

Educação Não É Privilégio, Anísio Teixeira, 253 págs., Ed. UFRJ, tel. (21) 2295-1595, 35 reais

Pequena Introdução à Filosofia da Educação, Anísio Teixeira, 176 págs., Ed. DP&A, tel. (21) 2232-1768, 25 reais

Trajetórias de Liberais e Radicais pela Educação Pública, Diana Couto Pinto, Maria Cristina Leal e Marília Pimentel, 152 págs., Ed. Loyola, tel. (11) 6914-1922, 17 reais

Carl Rogers - Um psicólogo a serviço do estudante

Para o fundador da terapia não-diretiva, a tarefa do professor é liberar o caminho para que o estudante aprenda o que quiser

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

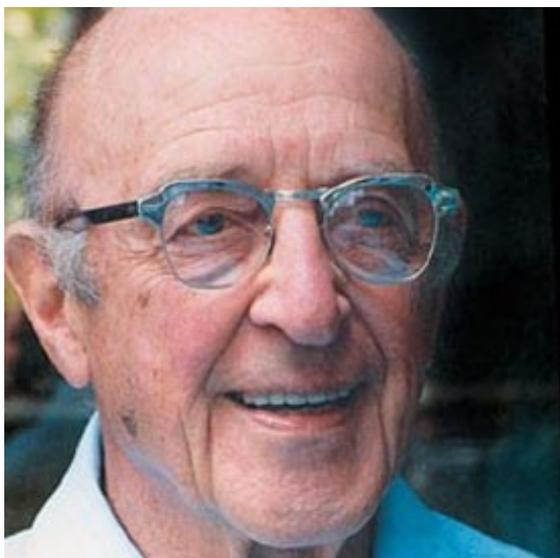


Foto: reprodução / arquivo pessoal

As idéias do norte-americano Carl Rogers (1902-1987) para a educação são uma extensão da teoria que desenvolveu como psicólogo. Nos dois campos sua contribuição foi muito original, opondo-se às concepções e práticas dominantes nos consultórios e nas escolas. A terapia rogeriana se define como não-diretiva e centrada no cliente (palavra que Rogers preferia a paciente), porque cabe a ele a responsabilidade pela condução e pelo sucesso do tratamento. Para Rogers, o terapeuta apenas facilita o processo. Em seu ideal de ensino, o papel do professor se assemelha ao do terapeuta e o do aluno ao do cliente. Isso quer dizer que a tarefa do professor é facilitar o aprendizado, que o aluno conduz a seu modo.

A teoria rogeriana – que tem como característica um extenso repertório de expressões próprias – surgiu como uma terceira via entre os dois campos predominantes da psicologia em meados do século 20. De um lado havia a psicanálise, criada por Sigmund Freud (1856-1939), com sua prática balizada pela ortodoxia, e, de outro, o behaviorismo, que na época tinha B. F. Skinner (1904-1990) como expoente e se caracteriza pela submissão à biologia. A corrente de Rogers ficou conhecida como humanista, porque, em acentuado contraste com a teoria freudiana, ela se baseia numa visão otimista do homem.

Para Rogers, a sanidade mental e o desenvolvimento pleno das potencialidades pessoais são tendências naturais da evolução humana. Removidos eventuais obstáculos nesse processo, as pessoas retomam a progressão construtiva. "Ele chamou a atenção para a formação da pessoa, a importância de viver em busca de uma harmonia consigo mesma e com o

entorno social", diz Ana Gracinda Queluz, pró-reitora adjunta de pesquisa e pós-graduação da Universidade Cidade de São Paulo.

Rogers sustentava que o organismo humano – assim como todos os outros, incluindo o das plantas – possui uma tendência à atualização, que tem como fim a autonomia. Na teoria rogeriana, essa é a única força motriz dos seres vivos. No caso particular dos seres humanos, segundo Rogers, o processo constante de atualização gerou a sociedade e a cultura, que se tornam forças independentes dos indivíduos e podem trabalhar contra o desenvolvimento de suas potencialidades.

O saudável é natural

Uma crença básica de Rogers é que o organismo humano sabe o que é melhor para ele e para isso conta com sentidos aprimorados ao longo da evolução da espécie. Tato, olfato e paladar reconhecem como prazeroso (sabor e cheiro agradáveis, por exemplo) o que é saudável. Igualmente, nossos instintos estão prontos a valorizar a "consideração positiva", conceito rogeriano que engloba atitudes como cuidado, carinho, atenção etc.

Até aqui, tudo bem – as pessoas sabem o que é bom para elas e podem encontrar aquilo de que necessitam na natureza e na família. O problema, segundo Rogers, é que a sociedade e a cultura desenvolvem mecanismos que contrariam essas relações potencialmente harmoniosas. Entre os mais nocivos está a "valorização condicional", o hábito que a família, a escola e outras instituições sociais têm de apenas atender às necessidades do indivíduo se ele se provar merecedor. Decorrem disso a "consideração positiva condicional" – cujo exemplo típico é o carinho dos pais dado como recompensa por bom comportamento – e a "autoconsideração positiva condicional" – originada pela tendência que as pessoas têm a absorver os valores culturais e utilizá-los como parâmetro para a valorização de si mesmas.

Funcionalidade plena

Do conflito entre o indivíduo ("sou") e o que se exige dele ("devo ser") nasce o que Rogers chama de incongruência, que gera sofrimento. Esse é o processo que, para ele, define neurose. Ao se ver pressionada a corresponder às expectativas sociais, a pessoa se vê numa situação de ameaça, o que a leva a desenvolver defesas psicológicas.

Diante disso, o objetivo do terapeuta e do professor é permitir que seus clientes e alunos se tornem pessoas "plenamente funcionais", ou seja, saudáveis. As principais marcas desse estado de funcionalidade são a abertura a novas experiências, capacidade de viver o aqui e o agora,

confiança nos próprios desejos e intuições, liberdade e responsabilidade de agir e disponibilidade para criar.

Já que se tornar uma pessoa saudável é, basicamente, uma questão de ouvir a si mesma e satisfazer os próprios desejos (ou interesses), as melhores qualidades de um terapeuta ou de um professor são saber facilitar esses processos e interferir o menos possível. É esse o significado do termo "não-diretivo", a marca registrada do rogerianismo. Para que o terapeuta ou o professor seja capaz de exercer tal papel, três qualidades são requeridas: congruência – ser autêntico com o cliente/aluno; empatia – compreender seus sentimentos; e respeito – "consideração positiva incondicional", no jargão rogeriano. "O difícil na teoria rogeriana é mudar a postura diante do outro e não se surpreender com o que é humano", diz Ana Gracinda. Em grande parte, para Rogers, a chave do ensino produtivo é uma questão de ética.

Para pensar

Uma crítica que se costuma fazer à influência de Rogers na educação é que suas idéias incentivam uma liberdade sem limites, permitindo que os alunos façam o que querem, levando à indisciplina e ao individualismo. Outra objeção comum, desta vez no campo teórico, é que Rogers via os seres humanos com excessiva benevolência, sem levar em consideração possíveis impulsos inatos para a agressividade, a competição ou a autodestruição. Baseado em sua experiência em sala de aula, qual é sua opinião? É possível fundamentar a prática pedagógica na idéia de que todo aluno tem tendência natural ao aprendizado e a relações interpessoais construtivas?

O mais importante é a relação aluno-professor

No campo da educação, Carl Rogers pouco se preocupou em definir práticas. Chegou a afirmar que "os resultados do ensino ou não têm importância ou são perniciosos". Acreditava ser impossível comunicar diretamente a outra pessoa o conhecimento que realmente importa e que ele definiu como "a verdade que foi captada e assimilada pela experiência pessoal". Além disso, Rogers estava convencido de que as pessoas só aprendem aquilo de que necessitam ou o que querem aprender. Sua atenção recaiu sobre a relação aluno-professor, que deve ser impregnada de confiança e destituída de noções de hierarquia. Instituições como avaliação, recompensa e punição estão completamente excluídas, exceto na forma de auto-avaliação. Embora anticonvencional, a pedagogia rogeriana não significa abandonar os alunos a si mesmos, mas dar apoio para que caminhem sozinhos.

Teoria adequada a um tempo de contestação



Hippies norte-americanos dos anos 1960: contracultura adotou as idéias de Rogers.

Foto: John Dominis/Getty Images

Nascido no meio rural, Carl Rogers foi marcado por toda a vida pela idéia da natureza e pelo fenômeno do crescimento – o objetivo de sua terapia era crescimento pessoal e não uma idéia estática de maturidade emocional –, o que o levou a se aprofundar no estudo da obra do educador e filósofo norte-americano John Dewey (1859-1952). Como alguém cujo tempo de vida quase coincidiu com o século 20, Rogers teve a possibilidade de testemunhar o surgimento de várias correntes psicológicas e a disseminação da psicoterapia – um conhecimento indispensável para que, por oposição, ele criasse a sua própria corrente. O aspecto marcadamente antiautoritário e anticonvencional de seu pensamento o tornou muito atraente nos anos 1960, durante o auge da contracultura, representada em parte pelo movimento hippie. No Brasil, a influência de Rogers também se deu por essa época, em particular na formação de orientadores educacionais. "Os orientadores agiam em grande parte como mediadores de conflito e o conhecimento de Rogers permitia que eles pudessem exercer a função sem punições, mas também sem fechar os olhos para os problemas", diz a educadora Ana Gracinda Queluz.

Biografia

Carl Ransom Rogers nasceu em Oak Park, perto de Chicago, em 1902. Teve uma infância isolada e uma educação fortemente marcada pela religião. Tornou-se pastor e encaminhou os estudos para a teologia, quando começou a se interessar por psicologia. Na nova carreira, o primeiro foco de trabalho foram crianças submetidas a abusos e maus-tratos. Por essa época começou, por observação, a desenvolver suas teorias sobre personalidade e prática terapêutica. Aos 40 anos publicou o primeiro livro.

Seguiram-se mais de 100 publicações destinadas a divulgar suas idéias, que ganharam seguidores em todo o mundo. Rogers quis provocar uma ruptura na psicologia, dando a condução do tratamento ao cliente, e não temeu acusar de autoritários a maioria dos métodos hegemônicos na área. O pilar da terapia rogeriana são os "grupos de encontro", em que vários clientes interagem. Rogers foi um dos primeiros a gravar e filmar as sessões de terapia. Morreu de um ataque cardíaco em 1987, em San Diego, Califórnia.

Quer saber mais?

Liberdade para Aprender, Carl R. Rogers, 330 págs., Ed. Interlivros (edição esgotada)

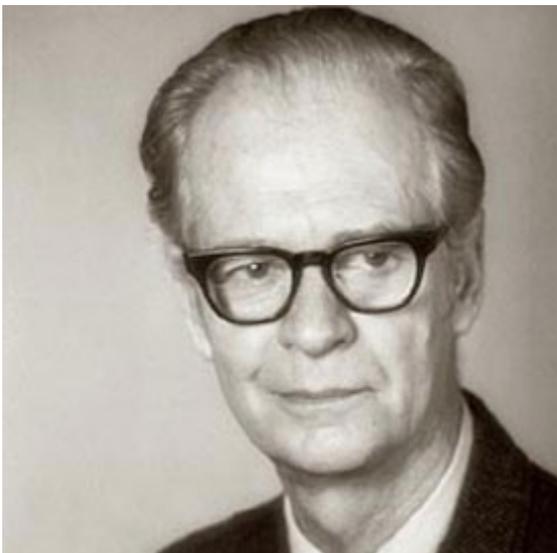
Psicologia & Educação: Revendo Contribuições, Vera Maria Nigro de Souza Placco (org.), 180 págs., Ed. Educ/Fapesp, tel. (11) 3670- 8558, 22 reais

Tornar-se Pessoa, Carl R. Rogers, 514 págs., Ed. Martins Fontes, tel. (11) 3241-3677, 66,80 reais

B. F. Skinner - O cientista do comportamento e do aprendizado

Para o psicólogo behaviorista norteamericano, a educação deve ser planejada passo a passo, de modo a obter os resultados desejados na "modelagem" do aluno

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Fotos: Corbis /Stock Photos

Nenhum pensador ou cientista do século 20 levou tão longe a crença na possibilidade de controlar e moldar o comportamento humano como o norte-americano Burrhus Frederic Skinner (1904-1990). Sua obra é a expressão mais célebre do behaviorismo, corrente que dominou o pensamento e a prática da psicologia, em escolas e consultórios, até os anos 1950.

O behaviorismo restringe seu estudo ao comportamento (behavior, em

inglês), tomado como um conjunto de reações dos organismos aos estímulos externos. Seu princípio é que só é possível teorizar e agir sobre o que é cientificamente observável. Com isso, ficam descartados conceitos e categorias centrais para outras correntes teóricas, como consciência, vontade, inteligência, emoção e memória – os estados mentais ou subjetivos.

Os adeptos do behaviorismo costumam se interessar pelo processo de aprendizado como um agente de mudança do comportamento. "Skinner revela em várias passagens a confiança no planejamento da educação, com base em uma ciência do comportamento humano, como possibilidade de evolução da cultura", diz Maria de Lourdes Bara Zanotto, professora de psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Condicionamento operante

O conceito-chave do pensamento de Skinner é o de condicionamento operante, que ele acrescentou à noção de reflexo condicionado, formulada pelo cientista russo Ivan Pavlov. Os dois conceitos estão essencialmente ligados à fisiologia do organismo, seja animal ou humano. O reflexo condicionado é uma reação a um estímulo casual. O condicionamento operante é um mecanismo que premia uma determinada resposta de um indivíduo até ele ficar condicionado a associar a necessidade à ação. É o caso do rato faminto que, numa experiência, percebe que o acionar de uma alavanca levará ao recebimento de comida. Ele tenderá a repetir o movimento cada vez que quiser saciar sua fome.

A diferença entre o reflexo condicionado e o condicionamento operante é que o primeiro é uma resposta a um estímulo puramente externo; e o segundo, o hábito gerado por uma ação do indivíduo. No comportamento respondente (de Pavlov), a um estímulo segue-se uma resposta. No comportamento operante (de Skinner), o ambiente é modificado e produz conseqüências que agem de novo sobre ele, alterando a probabilidade de ocorrência futura semelhante.

O condicionamento operante é um mecanismo de aprendizagem de novo comportamento – um processo que Skinner chamou de modelagem. O instrumento fundamental de modelagem é o reforço – a conseqüência de uma ação quando ela é percebida por aquele que a pratica. Para o behaviorismo em geral, o reforço pode ser positivo (uma recompensa) ou negativo (ação que evita uma conseqüência indesejada). Skinner considerava reforço apenas as contingências de estímulo. "No condicionamento operante, um mecanismo é fortalecido no sentido de tornar uma resposta mais provável, ou melhor, mais freqüente", escreveu o cientista.

Sem livre-arbítrio

Segundo Skinner, a ciência psicológica – e também o senso comum – costumava, antes do aparecimento do behaviorismo, apelar para explicações baseadas nos estados subjetivos por causa da dificuldade de verificar as relações de condicionamento operante – ou seja, todas as circunstâncias que produzem e mantêm a maioria dos comportamentos dos seres humanos. Isso porque elas formam cadeias muito complexas, que desafiam as tentativas de análise se elas não forem baseadas em métodos rigorosos de isolamento de variáveis.

Nos usos que projetou para suas conclusões científicas – em especial na educação –, Skinner pregou a eficiência do reforço positivo, sendo, em princípio, contrário a punições e esquemas repressivos. Ele escreveu um romance, *Walden II*, que projeta uma sociedade considerada por ele ideal, em que um amplo planejamento global, incumbido de aplicar os princípios do reforço e do condicionamento, garantiria uma ordem harmônica, pacífica e igualitária. Num de seus livros mais conhecidos, *Além da Liberdade e da Dignidade*, ele rejeitou noções como a do livre-arbítrio e defendeu que todo comportamento é determinado pelo ambiente, embora a relação do indivíduo com o meio seja de interação, e não passiva. Para Skinner, a cultura humana deveria rever conceitos como os que ele enuncia no título da obra.

Para pensar

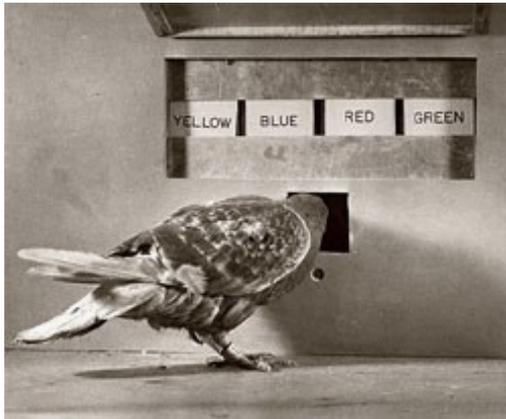
Ainda que Skinner considerasse importante levar em conta as diferenças entre os alunos de um mesmo professor, o behaviorismo se baseia fundamentalmente na previsibilidade das reações aos estímulos e reforços. Seus objetivos educacionais buscam resultados definidos antecipadamente, para que seja possível, diante de uma criança ou adolescente, projetar a modelagem de um adulto. Você considera importante, como professor, saber de antemão exatamente o que deseja de seus alunos? É possível planejar o aprendizado em detalhes?

Máquinas para fazer o aluno estudar

A Educação foi uma das preocupações centrais de Skinner, à qual ele se dedicou com seus estudos sobre a aprendizagem e a linguagem. No livro *Tecnologia do Ensino*, de 1968, o cientista desenvolveu o que chamou de máquinas de aprendizagem – a organização de material didático de maneira que o aluno pudesse utilizar sozinho, recebendo estímulos à medida que avançava no conhecimento. Grande parte dos estímulos se baseava na satisfação de dar respostas corretas aos exercícios propostos. A idéia nunca chegou a ser aplicada de modo sistemático, mas influenciou procedimentos da educação norte-americana. Skinner considerava o sistema escolar um fracasso por se basear na presença obrigatória, sob pena de punição. Ele

defendia que se dessem aos alunos "razões positivas" para estudar. "Para Skinner, o ensino deve ser planejado para levar o aluno a emitir comportamentos progressivamente próximos do objetivo final, sem que para isso precise cometer erros", diz Maria de Lourdes Zanotto. "A idéia é que a máquina de aprendizado se ocupe das questões factuais e deixe ao professor a tarefa fundamental de ensinar o aluno a pensar."

Comportamento condicionado em laboratório



Pombo tem seu comportamento condicionado em laboratório: controle e planejamento

Precursores da psicologia, como o filósofo norte-americano William James (1842-1910), já haviam previsto a utilidade de um ramo da ciência que estudasse os comportamentos puramente externos, mas a psicologia comportamental (behaviorismo) como a conhecemos começou mesmo com o médico russo Ivan Pavlov (1849-1936). Motivado por experiências com cães, Pavlov criou a teoria dos reflexos condicionados. Foi o primeiro cientista a trabalhar na área psicológica que não se utilizou de referências a estados subjetivos como instrumento teórico. O fundador do behaviorismo como escola, porém, foi o psicólogo norteamericano John B. Watson (1878-1958), que formulou as estritas exigências metodológicas que deveriam nortear seus seguidores. O compromisso de verificação concreta de hipóteses e a recusa da introspecção aproximam o ideário de Watson do positivismo nas ciências humanas. Watson foi o principal inspirador de Skinner, por sua vez o maior divulgador do behaviorismo, prevendo a utilização de seus princípios na psicoterapia, na educação e até na formulação de políticas públicas. O behaviorismo clássico abraçou a idéia de que todo comportamento humano é infalivelmente controlável por meio do padrão de estímulo-resposta. Mais recentemente, o princípio da infalibilidade estatística foi substituído pelo da probabilidade. No imaginário ficcional do século 20, a ênfase nos conceitos de controle e planejamento aproximou o behaviorismo e as táticas dos regimes totalitários – a terapia behaviorista, por exemplo, usou comumente choques elétricos e substâncias químicas para condicionar comportamentos.

Algumas das principais metáforas do terror de estado do período fizeram referências a métodos behavioristas, como os romances 1984 (de George Orwell) e A Laranja Mecânica (de Anthony Burgess, adaptado para o cinema por Stanley Kubrick).

Biografia

Burrhus Frederic Skinner nasceu em Susquehanna, no estado norteamericano da Pensilvânia, em 1904. Criado num ambiente de disciplina severa, foi um estudante rebelde, cujos interesses, na adolescência, eram a poesia e a filosofia. Formou-se em língua inglesa na Universidade de Nova York antes de redirecionar a carreira para a psicologia, que cursou em Harvard – onde tomou contato com o behaviorismo. Seguiram-se anos dedicados a experiências com ratos e pombos, paralelamente à produção de livros. O método desenvolvido para observar os animais de laboratório e suas reações aos estímulos levou-o a criar pequenos ambientes fechados que ficaram conhecidos como caixas de Skinner, depois adotadas para experimentos pela indústria farmacêutica. Quando sua filha nasceu, Skinner criou um berço climatizado, o que originou um boato de que a teria submetido a experiências semelhantes às que fazia em laboratório. Em 1948, aceitou o convite para ser professor em Harvard, onde ficou até o fim da vida. Morreu em 1990, em ativa militância a favor do behaviorismo.

Quer saber mais?

Compreender o Behaviorismo, William M. Baum, 312 págs., Ed. Artmed, tel. 0800-703-3444, 58 reais

Formação de Professores – A Contribuição da Análise do Comportamento, Maria de Lourdes Bara Zanotto, 183 págs., Ed. Educ/Fapesp/Comped, tel. (11) 3670-8558 (edição esgotada)

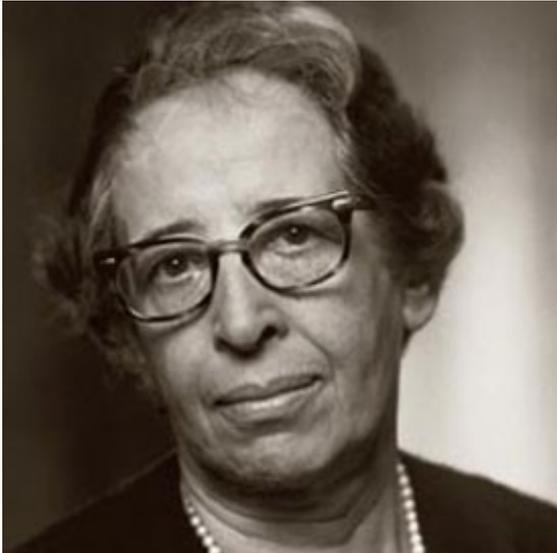
Pavlov/Skinner – Coleção Os Pensadores, 400 págs., Ed. Abril Cultural (edição esgotada)

Tecnologia do Ensino, Burrhus Skinner, 272 págs., Editora Pedagógica e Universitária Ltda., tel. (11) 3168-6077, 55 reais

Hannah Arendt - A voz de apoio à autoridade do professor

Para a cientista política, os adultos devem assumir a responsabilidade de conduzir as crianças por caminhos que elas desconhecem

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Fotos: Corbis /Stock Phot

Hannah Arendt (1906-1975) foi uma das principais pensadoras da política no século 20, mas sua obra inspira estudos em outras áreas, entre elas a educação. Poucos intelectuais atuaram tão diretamente em seu tempo como Arendt, que foi vítima, ainda jovem, da perseguição nazista em sua Alemanha natal.

Como uma filósofa (designação que a desagradava) interessada em particular no fenômeno do pensamento e no modo como ele opera em "tempos sombrios", Arendt não poderia deixar de se ocupar do ensino. A pensadora abordou o assunto em dois textos, *A Crise na Educação* (incluído no livro *Entre o Passado e o Futuro*) e, mais indiretamente, *Reflexões sobre Little Rock*, escritos em 1958 e 1959 respectivamente. Na época, as salas de aula nos Estados Unidos – para onde se mudou em 1940 – se viam invadidas por questões sociais como a violência, o conflito de gerações e o racismo.

É no primeiro dos dois textos que Arendt apresenta, com a habitual veemência e coragem, uma visão bastante crítica do tipo de educação considerada "moderna", naquela época e também hoje. Em poucas páginas, ela questiona em profundidade alguns dos conceitos pedagógicos mais difundidos desde fins do século 19, e que se originam do movimento da Escola Nova e da concepção do trabalho educativo como um aprendizado "para a vida".

"A função da escola é ensinar às crianças como o mundo é, e não instruí-las na arte de viver", escreve Arendt. Sua argumentação é a favor da autoridade na sala de aula e sua visão educativa é assumidamente conservadora. "Isso não quer dizer que ela defenda um professor autoritário", diz Maria de Fátima Simões Francisco, professora de filosofia da educação da Universidade de São Paulo. Nem se trata de ser favorável à escola como

um agente da manutenção da ordem estabelecida. Ao contrário, Arendt acreditava que o aluno deve ser apresentado ao mundo e estimulado a mudá-lo.

Educação sem política



Tensão racial em Little Rock, EUA, nos anos 1950: crise inspira reflexão

Arendt defendia o conservadorismo na educação, mas não na política. Para ela, o campo político deveria se renovar constantemente, movido pelos objetivos da igualdade e da liberdade civil. Ao reivindicar a total separação entre política e educação, Arendt rejeita linhas de pensamento que partem de filósofos como Platão (427-347 a.C.) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Segundo a pensadora, a política é uma área que pertence apenas aos adultos, agindo como iguais – igualdade que não poderia existir entre crianças e adultos. Ela critica a educação moderna por ter posto em prática "o absurdo tratamento das crianças como uma minoria oprimida carente de libertação". "Hannah Arendt defende que cabe aos adultos conduzir as crianças", diz Maria de Fátima Simões Francisco.

O papel da tradição

Dessas considerações nasce a defesa da autoridade, uma vez que a escola deverá trazer instrução, isto é, conhecimentos que o aluno não tem. Esse processo não é apenas de aprendizado, mas de preservação do mundo, entendido como a cultura em sua totalidade. Numa formulação ousada, a pensadora defende que é preciso proteger "a criança do mundo e o mundo da criança" – uma vez que o "assédio do novo" é potencialmente destrutivo.

A preocupação com a perda da "tradição", definida como "o fio que nos

guia com segurança através dos vastos domínios do passado", foi o que levou Arendt a escrever sobre educação. A relação entre crianças e adultos não pode, segundo ela, ficar restrita "à ciência específica da pedagogia", já que se trata de preservar o patrimônio global da humanidade. "Está presente a idéia de que o planeta não pertence só a nós que vivemos nele agora, mas a todos que já estiveram aqui", diz Maria de Fátima.

"A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele", escreve Arendt, acrescentando que "a educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos".

O mal da irreflexão

A obra mais difundida de Hannah Arendt origina-se de uma reportagem que lhe foi encomendada pela revista New Yorker. No ano de 1961, ela foi enviada a Israel para cobrir o julgamento do alto burocrata nazista Adolf Eichmann. No livro Eichmann em Jerusalém, a pensadora cunhou a expressão que a celebrizou: "a banalidade do mal", em referência aos códigos aparentemente lógicos e até sensatos com que o totalitarismo se propaga e ganha poder.

Durante o julgamento, chamou a atenção da pensadora a figura prosaica do réu. Em Eichmann, um homem de aparência equilibrada e comum, Arendt identificou alguém habituado a não pensar. Os perigos da irreflexão, como sinal de alienação da realidade, constituem um dos principais eixos de uma obra que pode trazer contribuições para a educação em muitos aspectos.

No artigo A Crise na Educação, Arendt dá ênfase ao conceito de responsabilidade dos adultos tanto em relação ao mundo como às crianças. "Formar para o mundo significa, entre outras coisas, adquirir a noção do coletivo", diz a educadora Maria de Fátima Simões Francisco. É um processo que só se realiza, em cada aluno, com a intervenção do pensamento para a criação de uma ética perante o grupo.

Para pensar

Hannah Arendt defendia que os adultos têm dois tipos de obrigação em relação às crianças. Uma recai sobre a família, responsável pelo "bem-estar vital" de seus filhos. Outra fica a cargo da escola, a quem cabe o "livre desenvolvimento de qualidades e talentos pessoais". Ela acusa a educação praticada nos Estados Unidos à época da publicação do artigo de abrir mão de sua função ao rejeitar a autoridade que decorre dela. "Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças e é preciso proibi-la de tomar parte na educação", escreve

Arendt. Você, professor, concorda com ela? Qual é, a seu ver, a principal responsabilidade de sua profissão?

Uma testemunha do terror de Estado



O julgamento de Adolf Eichmann em
Jerusalém: banalidade do mal

No início de sua vida acadêmica, mal saída da adolescência, Hannah Arendt era uma apaixonada pela filosofia de Immanuel Kant (1724-1804), filho mais célebre da cidade em que foi criada, Königsberg (hoje Kaliningrado, na Rússia). Ela mesma admitia que foram os acontecimentos – a começar pela perseguição nazista à sua família – que a fizeram migrar da filosofia mais abstrata para a ciência política e a refletir sobre as questões urgentes de seu tempo. Em *As Origens do Totalitarismo*, ela analisa e descreve o regime típico do século 20, representado pelo nazismo e pelo stalinismo, dois sistemas de princípios opostos e estratégias muito semelhantes, como o terror, o papel marcante da ideologia e o uso de polícias secretas. Toda sua obra dialogou com os dilemas morais e políticos mais graves do século 20, com ênfase nas possibilidades do indivíduo diante do poder.

Biografia

Hannah Arendt nasceu em 1906, em Hannover, na Alemanha, de uma família judia. Cedo ela direcionou seus estudos para a filosofia, passando a se dedicar à ciência política. Na Universidade de Marburg, foi aluna do filósofo Martin Heidegger (1889-1976), com quem manteve uma ligação amorosa que se estendeu por 50 anos – período durante o qual ela foi casada duas vezes e ele uma. O nazismo levou Arendt a emigrar, em 1933, para Paris, de onde teve novamente de fugir em 1940, indo para Nova York. Naturalizou-se norte-americana em 1951, ano em que publicou seu primeiro livro, *As Origens do Totalitarismo*. Ao adotar uma perspectiva liberal, que não se alinhava com os extremos ideológicos, Arendt construiu um pensamento independente e crítico, até mesmo, às vezes, em relação a grupos com os quais compartilhava idéias, como os sionistas e a esquerda não-marxista. Morreu em 1975 em Nova York, onde era professora universitária.

Quer saber mais?

Entre o Passado e o Futuro, Hannah Arendt, 352 págs., Ed. Perspectiva, tel. (11) 3885-8388, 34 reais

Maria de Fátima Simões Francisco

Florestan Fernandes - Um militante do ensino democrático

O sociólogo não só refletiu sobre a escola brasileira, apontando seu caráter elitista, como atuou pessoalmente em defesa da educação para todos

novaescola@atleitor.com.br

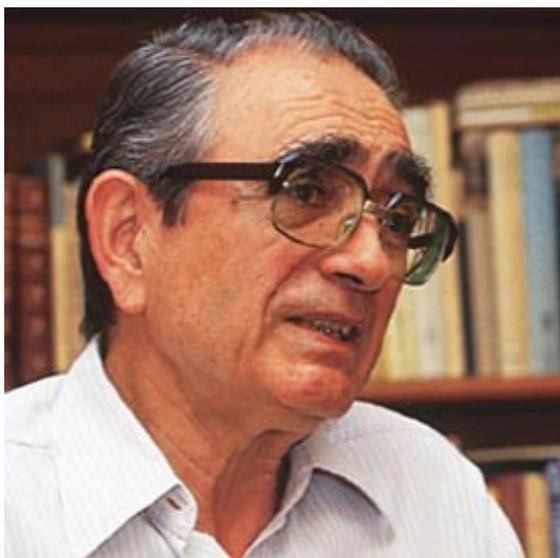


Foto: Luis Dantas

Florestan Fernandes (1920-1995) foi um dos mais influentes sociólogos brasileiros, mas muitos o chamavam de educador sem saber que isso o incomodava em sua modéstia. O equívoco tinha razão de ser. Vários escritos de Florestan tiveram a educação como tema e sua atuação na Câmara dos Deputados, já no fim da vida, se concentrou na área do ensino. Além disso, a preocupação com a instrução era um desdobramento natural de sua obra de sociólogo. "Em nossa época, o cientista precisa tomar consciência da utilidade social e do destino prático reservado a suas descobertas", escreveu.

Como o italiano Antonio Gramsci (1891-1937), Florestan militava em favor do socialismo e não separava o trabalho teórico de suas convicções ideológicas. Ainda que com abordagens diferentes, ambos acreditavam que a educação e a ciência têm, potencialmente, uma grande capacidade transformadora. Por isso, deveriam ser instrumentos de elevação cultural e desenvolvimento social das camadas mais pobres da população. "Um povo educado não aceitaria as condições de miséria e desemprego como as que temos", disse ele em entrevista a NOVA ESCOLA em 1991. "A escola de qualidade, para Florestan, não era redentora da humanidade, mas um

instrumento fundamental para a emancipação dos trabalhadores", diz Ana Heckert, docente da Universidade Federal do Espírito Santo.

Florestan tomou para si a tarefa de romper com a tradição de pseudoneutralidade das ciências humanas e reconstruir uma análise do Brasil abertamente comprometida com a mudança social. Segundo sua análise, uma classe burguesa controlava os mecanismos sociais no Brasil, como acontecia em quase todos os países do Ocidente. No entanto – por causa de fatores históricos como a escravidão tardia, a herança colonial e a dependência em relação ao capital externo –, a burguesia brasileira era mais resistente às mudanças sociais do que as classes dominantes dos países desenvolvidos.

Revolução incompleta

Segundo Florestan, a revolução burguesa, cujo exemplo emblemático é a de 1789 na França, não teria se completado no Brasil. Enquanto os revolucionários franceses do século 18 exigiam ensino público e universal, as elites brasileiras do século 20 ainda queriam controlar a educação para manter a maioria da população culturalmente alienada e afastada das decisões políticas. Por isso, uma das principais lutas de Florestan foi pela manutenção e pela ampliação do ensino público (leia quadro na página 109). "Ele acreditava que o sucateamento da escola, com péssimas condições de trabalho e estudo, fazia parte das tentativas de sufocar a democratização da sociedade por meio da restrição do acesso à cultura e à pesquisa", diz a pesquisadora Ana Heckert.

O Brasil, dizia o sociólogo, era atrasado também em relação ao que ele chamava de cultura cívica, ou seja, um compromisso em torno do mínimo interesse comum. Para Florestan, não havia tal cultura no Brasil por dois motivos: ela estimularia as massas populares a participar politicamente e ao mesmo tempo tiraria das classes dominantes a prerrogativa de fazer tudo o que quisessem sem precisar dar satisfações ao conjunto da população.

Florestan bateu-se também pela democratização do ensino, entendendo a democracia como liberdade de educar e direito irrestrito de estudar. Em seus dois mandatos de deputado federal, nos anos 1980 e 1990, o sociólogo esteve envolvido em todos os debates mais importantes que ocorreram no Congresso no campo da educação. Participou ativamente da discussão, elaboração e tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que só seria aprovada em 1996, um ano depois de sua morte.

Florestan defendia propostas mais radicais do que as que acabaram incluídas na lei aprovada, cujo mentor foi o antropólogo e senador Darcy Ribeiro (1922-1997). O sociólogo propunha que a lei incluísse o princípio

de escola única, que abrangesse Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, conjugada com educação profissional, e possibilitasse uma escolaridade maior aos setores carentes da população. Florestan também pretendia, como meio de dar autonomia às escolas, que os diretores fossem eleitos por professores, pais e alunos. Ele queria ainda incluir na LDB um piso salarial para os professores.

Contra o autoritarismo

Não eram só as condições estruturais do sistema educacional que atraíam a atenção rigorosa do cientista social. No intervalo democrático entre 1945 e 1964 no Brasil, Florestan notou que a educação havia ganhado papel crucial na busca "do equilíbrio e da paz social", mas isso se devia a conquistas sociais e não a políticas dos governos, que, segundo ele, continuavam não investindo em educação pública. Além da destinação de verbas, o passo mais urgente então seria integrar as escolas para que sua função progressista se multiplicasse e ganhasse solidez. Ao lado do trabalho propriamente didático, as escolas deveriam formar "um sistema comunitário de instituições sociais".

Florestan também se preocupou em criticar a prática em sala de aula, com ênfase em três pontos: a concepção do professor como mero transmissor do saber, que, para ele, fragilizava o profissional da educação; a idéia de que o aluno é apenas receptor do conhecimento, quando o aprendizado deveria ser construído conjuntamente na escola; e o ensino discriminatório, que trata o aluno pobre como cidadão de segunda classe. "Para Florestan Fernandes, a educação transformadora se faz com uma escola capaz de se desfazer, por si mesma, do autoritarismo, da hierarquização e das práticas de servidão", diz Ana Heckert.

Para pensar

Florestan Fernandes acreditava que a educação deveria ser, para os alunos, uma experiência transformadora que desenvolvesse a criatividade, dando condições de se libertar da opressão social. Mas, para isso, a escola deveria deixar de reproduzir os mecanismos de dominação de classe da sociedade. Você já se analisou sob esse ângulo? Será que, vez ou outra, já não confundiu sua legítima autoridade de professor com autoritarismo?

Mestre de uma geração desbravadora



Juscelino Kubitschek (à dir.) comemora a vitória na eleição presidencial: oásis democrático. Foto: Orlando Brito

Florestan Fernandes integrou a primeira geração de sociólogos formados pela Universidade de São Paulo, da qual também fez parte o crítico literário Antonio Candido. Foi mestre da terceira geração, que incluía Octavio Ianni e o futuro presidente Fernando Henrique Cardoso. De um modo ou de outro, tanto veteranos quanto seus discípulos viveram grande parte de sua existência sob longas ditaduras – primeiro a de Getúlio Vargas (1937-1945), que havia sido precedida de governos apenas parcialmente democráticos, e depois o regime militar, iniciado em 1964 e encerrado com eleições indiretas em 1984. Não é de espantar que o período de liberdade civil anterior a 1964, em especial o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), tenha sido tão produtivo para todos esses intelectuais. Algumas das mais importantes reflexões sobre o Brasil datam dessa época, tanto nas ciências humanas como nas artes (com exemplos como a Bossa Nova e o Cinema Novo).

A briga política pela escola pública



Lacerda: a serviço dos interesses do ensino privado e religioso. Foto: Agência Estado

Muitos intelectuais participaram, nas décadas de 1940 e 1950, da Campanha em Defesa da Escola Pública, que teve origem nas discussões para a aprovação da primeira LDB. Nenhum foi mais ativo do que Florestan Fernandes. De início, o tema principal do debate era a centralização ou descentralização do ensino. A polêmica seguiu acirrada até que, em seu ponto máximo de tensão, o deputado Carlos Lacerda apresentou no Congresso um substitutivo para atender aos interesses das escolas particulares e das instituições religiosas de ensino, que pretendiam ganhar o direito a embolsar verbas do Estado. Florestan publicou nessa época vários escritos em que combatia as pretensões da escola privada e também desenvolvia suas idéias sobre a necessidade de democratizar o ensino. O substitutivo de Lacerda acabou sendo aprovado. Mas, no longo prazo, quem ganhou foi Florestan – suas idéias são, hoje, praticamente consenso entre os dirigentes da educação pública.

Biografia

Florestan Fernandes nasceu em 1920 em São Paulo, filho de uma imigrante portuguesa analfabeta, que o criou sozinho, trabalhando como empregada doméstica. Aos 6 anos, Florestan também começou a trabalhar, primeiro como engraxate, depois em vários outros ofícios. Mais tarde, ele diria que esse foi o início de sua aprendizagem sociológica, pelo contato que teve com os habitantes da cidade. Aos 9 anos, a necessidade de ganhar dinheiro o fez abandonar os estudos, que só recuperaria com um curso supletivo. Aos 18, foi aprovado para o curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e, por essa época, iniciou sua militância em grupos de esquerda. Depois do golpe militar de 1964, Florestan enviou uma carta à polícia protestando contra o tratamento dado a seus colegas presos e foi, ele também, para a prisão. Em 1969 foi cassado pelo regime militar. Sem poder trabalhar, deixou o Brasil e lecionou em universidades do Canadá e dos Estados Unidos. Depois da redemocratização, filiado ao Partido dos Trabalhadores, elegeu-se deputado federal em 1986 e 1990. Florestan morreu em 1995, de câncer. Publicou quase 80 livros durante a vida, nos campos da sociologia, da antropologia e da educação. *A Revolução Burguesa no Brasil* e *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* estão entre os títulos mais importantes.

Quer saber mais?

Democracia e Educação em Florestan Fernandes, Osmar Fávero, 256 págs., Ed. Autores Associados/EdUff, tel. (19) 3289-5930, 39 reais

Educação e Sociedade no Brasil, Florestan Fernandes, 614 págs., Ed. Dominus/Edusp, tel. (11) 3091-2911 (edição esgotada)

O Desafio Educacional, Florestan Fernandes, 264 págs., Ed. Cortez, tel. (11) 3611-9616 (edição esgotada)

Paulo Freire - O mentor da educação para a consciência

O mais célebre educador brasileiro, autor da pedagogia do oprimido, defendia como objetivo da escola ensinar o aluno a "ler o mundo" para poder transformá-lo

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

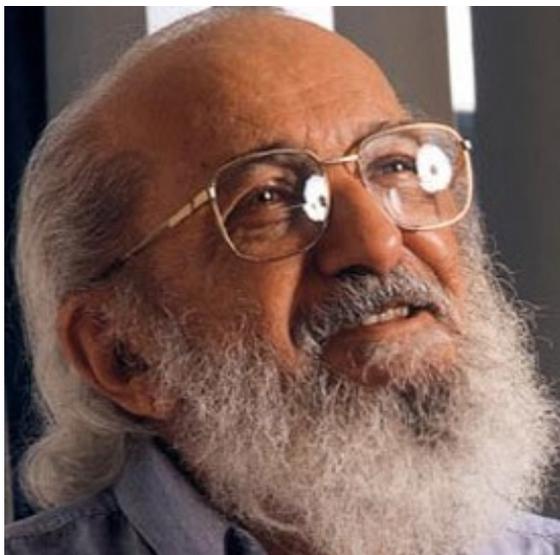


Foto: Mauricio Nahas

Paulo Freire (1921-1997) foi o mais célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais. Conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, ele desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político. Para Freire, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno. Isso significa, em relação às parcelas desfavorecidas da sociedade, levá-las a entender sua situação de oprimidas e agir em favor da própria libertação. O principal livro de Freire se intitula justamente Pedagogia do Oprimido e os conceitos nele contidos baseiam boa parte do conjunto de sua obra.

Ao propor uma prática de sala de aula que pudesse desenvolver a criticidade dos alunos, Freire condenava o ensino oferecido pela ampla maioria das escolas (isto é, as "escolas burguesas"), que ele qualificou de educação bancária. Nela, segundo Freire, o professor age como quem deposita conhecimento num aluno apenas receptivo, dócil. Em outras palavras, o saber é visto como uma doação dos que se julgam seus detentores. Trata-se, para Freire, de uma escola alienante, mas não menos ideologizada do que a que ele propunha para despertar a consciência dos oprimidos. "Sua tônica fundamentalmente reside em matar nos educandos a curiosidade, o espírito investigador, a criatividade", escreveu o educador. Ele dizia que, enquanto a escola conservadora procura acomodar os alunos ao mundo existente, a educação que defendia tinha a intenção de inquietá-los.

Biografia

Paulo Freire nasceu em 1921 em Recife, numa família de classe média. Com o agravamento da crise econômica mundial iniciada em 1929 e a morte de seu pai, quando tinha 13 anos, Freire passou a enfrentar dificuldades econômicas. Formou-se em direito, mas não seguiu carreira, encaminhando a vida profissional para o magistério. Suas idéias pedagógicas se formaram da observação da cultura dos alunos – em particular o uso da linguagem – e do papel elitista da escola. Em 1963, em Angicos (RN), chefiou um programa que alfabetizou 300 pessoas em um mês. No ano seguinte, o golpe militar o surpreendeu em Brasília, onde coordenava o Plano Nacional de Alfabetização do presidente João Goulart. Freire passou 70 dias na prisão antes de se exilar. Em 1968, no Chile, escreveu seu livro mais conhecido, *Pedagogia do Oprimido*. Também deu aulas nos Estados Unidos e na Suíça e organizou planos de alfabetização em países africanos. Com a anistia, em 1979, voltou ao Brasil, integrando-se à vida universitária. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e, entre 1989 e 1991, foi secretário municipal de Educação de São Paulo. Freire foi casado duas vezes e teve cinco filhos. Foi nomeado doutor honoris causa de 28 universidades em vários países e teve obras traduzidas em mais de 20 idiomas. Morreu em 1997, de enfarte.

Aprendizado conjunto

Freire criticava a idéia de que ensinar é transmitir saber porque para ele a missão do professor era possibilitar a criação ou a produção de conhecimentos. Mas ele não comungava da concepção de que o aluno precisa apenas de que lhe sejam facilitadas as condições para o auto-aprendizado. Freire previa para o professor um papel diretivo e informativo – portanto, ele não pode renunciar a exercer autoridade. Segundo o pensador pernambucano, o profissional de educação deve levar os alunos a conhecer conteúdos, mas não como verdade absoluta. Freire dizia que ninguém ensina nada a ninguém, mas as pessoas também não aprendem sozinhas. "Os homens se educam entre si mediados pelo mundo", escreveu. Isso implica um princípio fundamental para Freire: o de que o aluno, alfabetizado ou não, chega à escola levando uma cultura que não é melhor nem pior do que a do professor. Em sala de aula, os dois lados aprenderão juntos, um com o outro – e para isso é necessário que as relações sejam afetivas e democráticas, garantindo a todos a possibilidade de se expressar. "Uma das grandes inovações da pedagogia freireana é considerar que o sujeito da criação cultural não é individual, mas coletivo", diz José Eustáquio Romão, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo.

Tempos de mobilização e conflito



Aula em Angicos, em 1963: 300 pessoas alfabetizadas pelo método Paulo Freire em um mês. Foto: acervo fotográfico dos arquivos Paulo Freire do Instituto Paulo Freire

O ambiente político-cultural em que Paulo Freire elaborou suas idéias e começou a experimentá-las na prática foi o mesmo que formou outros intelectuais de primeira linha, como o economista Celso Furtado e o antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997). Todos eles despertaram intelectualmente para o Brasil no período iniciado pela revolução de 1930 e terminado com o golpe militar de 1964. A primeira data marca a retirada de cena da oligarquia cafeeira e a segunda, uma reação de força às contradições criadas por conflitos de interesses entre grandes grupos da sociedade. Durante esse intervalo de três décadas ocorreu uma mobilização inédita dos chamados setores populares, com o apoio engajado da maior parte da intelectualidade brasileira. Especialmente importante nesse processo foi a ação de grupos da Igreja Católica, uma inspiração que já marcara Freire desde casa (por influência da mãe). O Plano Nacional de Alfabetização do governo João Goulart, assumido pelo educador, se inseria no projeto populista do presidente e encontrava no Nordeste – onde metade da população de 30 milhões era analfabeta – um cenário de organização social crescente, exemplificado pela atuação das Ligas Camponesas em favor da reforma agrária. No exílio e, depois, de volta ao Brasil, Freire faria uma reflexão crítica sobre o período, tentando incorporá-la a sua teoria pedagógica.

A valorização da cultura do aluno é a chave para o processo de conscientização preconizado por Paulo Freire e está no âmago de seu método de alfabetização, formulado inicialmente para o ensino de adultos. Basicamente, o método propõe a identificação e catalogação das palavras-chave do vocabulário dos alunos – as chamadas palavras geradoras. Elas devem sugerir situações de vida comuns e significativas para os integrantes da comunidade em que se atua, como por exemplo "tijolo" para os operários da construção civil.

Diante dos alunos, o professor mostrará lado a lado a palavra e a representação visual do objeto que ela designa. Os mecanismos de

linguagem serão estudados depois do desdobramento em sílabas das palavras geradoras. O conjunto das palavras geradoras deve conter as diferentes possibilidades silábicas e permitir o estudo de todas as situações que possam ocorrer durante a leitura e a escrita. "Isso faz com que a pessoa incorpore as estruturas lingüísticas do idioma materno", diz Romão. Embora a técnica de silabação seja hoje vista como ultrapassada, o uso de palavras geradoras continua sendo adotado com sucesso em programas de alfabetização em diversos países do mundo.

Seres inacabados

O método Paulo Freire não visa apenas tornar mais rápido e acessível o aprendizado, mas pretende habilitar o aluno a "ler o mundo", na expressão famosa do educador. "Trata-se de aprender a ler a realidade (conhecê-la) para em seguida poder reescrever essa realidade (transformá-la)", dizia Freire. A alfabetização é, para o educador, um modo de os desfavorecidos romperem o que chamou de "cultura do silêncio" e transformar a realidade, "como sujeitos da própria história".

Três etapas rumo à conscientização

Embora o trabalho de alfabetização de adultos desenvolvido por Paulo Freire tenha passado para a história como um "método", a palavra não é a mais adequada para definir o trabalho do educador, cuja obra se caracteriza mais por uma reflexão sobre o significado da educação. "Toda a obra de Paulo Freire é uma concepção de educação embutida numa concepção de mundo", diz José Eustáquio Romão. Mesmo assim, distinguem-se na teoria do educador pernambucano três momentos claros de aprendizagem. O primeiro é aquele em que o educador se inteira daquilo que o aluno conhece, não apenas para poder avançar no ensino de conteúdos mas principalmente para trazer a cultura do educando para dentro da sala de aula. O segundo momento é o de exploração das questões relativas aos temas em discussão – o que permite que o aluno construa o caminho do senso comum para uma visão crítica da realidade. Finalmente, volta-se do abstrato para o concreto, na chamada etapa de problematização: o conteúdo em questão apresenta-se "dissecado", o que deve sugerir ações para superar impasses. Para Paulo Freire, esse procedimento serve ao objetivo final do ensino, que é a conscientização do aluno.

No conjunto do pensamento de Paulo Freire encontra-se a idéia de que tudo está em permanente transformação e interação. Por isso, não há futuro a priori, como ele gostava de repetir no fim da vida, como crítica aos intelectuais de esquerda que consideravam a emancipação das classes desfavorecidas como uma inevitabilidade histórica. Esse ponto de vista implica a concepção do ser humano como "histórico e inacabado" e conseqüentemente sempre pronto a aprender. No caso particular dos professores, isso se reflete na necessidade de formação rigorosa e

permanente. Freire dizia, numa frase famosa, que "o mundo não é, o mundo está sendo".

Para pensar

Um conceito a que Paulo Freire deu a máxima importância, e que nem sempre é abordado pelos teóricos, é o de coerência. Para ele, não é possível adotar diretrizes pedagógicas de modo conseqüente sem que elas orientem a prática, até em seus aspectos mais corriqueiros. "As qualidades e virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e fazemos", escreveu o educador. "Como, na verdade, posso eu continuar falando no respeito à dignidade do educando se o ironizo, se o discrimino, se o inibo com minha arrogância?" Você, professor, tem a preocupação de agir na escola de acordo com os princípios em que acredita? E costuma analisar as próprias atitudes sob esse ponto de vista?

Quer saber mais?

Convite à Leitura de Paulo Freire, Moacir Gadotti, 176 págs., Ed. Scipione, tel. 0800-161-700, 41,90 reais

Pedagogia da Esperança – Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire, 254 págs., Ed. Paz e Terra, tel. (11) 3337-8399, 40,50 reais

Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire, 218 págs., Ed. Paz e Terra, 35 reais

INTERNET

No [site](#), você encontra informações sobre Paulo Freire e escritos de e sobre o educador, além de notícias de eventos e atividades relacionadas a ele

Edgar Morin - O arquiteto da complexidade

Sociólogo francês propõe a religação dos saberes com novas concepções sobre o conhecimento e a educação

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

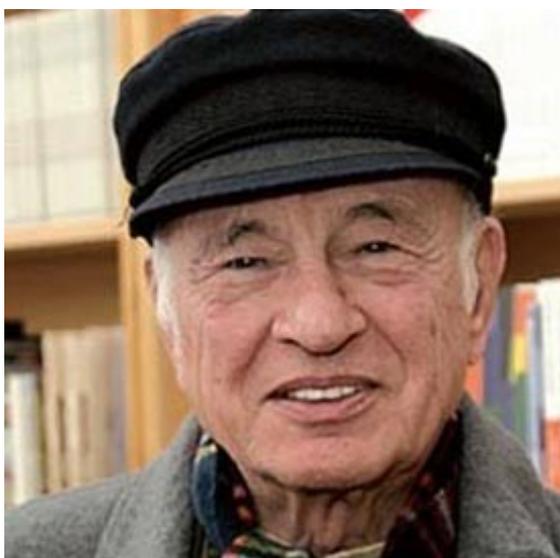


Foto: Edison Vara

Mudanças profundas ocorreram em escala mundial nas últimas décadas do século 20, entre elas o avanço da tecnologia de informação, a globalização econômica e o fim da polarização ideológica entre capitalismo e comunismo nas relações internacionais. Diante desse cenário, o sociólogo francês **Edgar Morin**, hoje com 87 anos, percebeu que a maior urgência no campo das idéias não é rever doutrinas e métodos, mas elaborar uma nova concepção do próprio conhecimento. No lugar da especialização, da simplificação e da fragmentação de saberes, Morin propõe o conceito de complexidade.

Ela é a idéia-chave de *O Método*, a obra principal do sociólogo, que se compõe de seis volumes, publicados a partir de 1977. A palavra é tomada em seu sentido etimológico latino, "aquilo que é tecido em conjunto". O pensamento complexo, segundo Morin, tem como fundamento formulações surgidas no campo das ciências exatas e naturais, como as teorias da informação e dos sistemas e a cibernética, que evidenciaram a necessidade de superar as fronteiras entre as disciplinas. "Ele considera a incerteza e as contradições como parte da vida e da condição humana e, ao mesmo tempo, sugere a solidariedade e a ética como caminho para a religação dos seres e dos saberes", diz Izabel Cristina Petraglia, professora do Centro Universitário Nove de Julho, em São Paulo.

Para o pensador, os saberes tradicionais foram submetidos a um processo reducionista que acarretou a perda das noções de multiplicidade e diversidade. A simplificação, de acordo com Morin, está a serviço de uma falsa racionalidade, que passa por cima da desordem e das contradições existentes em todos os fenômenos e nas relações entre eles.

Biografia

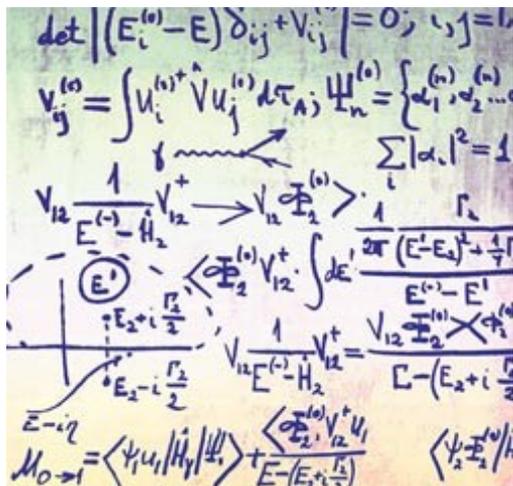
Edgar Morin nasceu em 1921 em Paris. Seu nome verdadeiro é Edgar Nahoum. Fez os estudos universitários de História, Geografia e Direito na Sorbonne, onde se aproximou do Partido Comunista, ao qual se filiou em 1941. Teve papel ativo no movimento de resistência à ocupação nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Depois do fim da guerra, participou da ocupação da Alemanha. Em 1949, distanciou-se do PC, que o expulsou dois anos depois. Ingressou no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), onde realizou um dos primeiros estudos etnológicos produzidos na França, sobre uma comunidade da região da Bretanha. Criou o Centro de Estudos de Comunicações de Massa e as revistas *Arguments* e *Communication*. Em 1961 rodou o filme *Crônica de um Verão* em parceria com o documentarista Jean Rouch. Em seguida, fez uma série de viagens à América Latina. Em 1968 começou a lecionar na Universidade de Nanterre. Passou um ano no Instituto Salk de Estudos Biológicos em La Jolla, na Califórnia, onde acompanhou descobertas da genética. Redigiu em

1994, com o semiólogo português Lima de Freitas e o físico romeno Basarab Nicolescu, um manifesto a favor da transdisciplinaridade. Em 1998, promoveu, com o governo francês, jornadas temáticas que originaram o livro *A Religação dos Saberes*. Em 2002, a Justiça o condenou por difamação racial devido a um artigo no qual dizia que "os judeus, que foram vítimas de uma ordem impiedosa, impõem sua ordem impiedosa aos palestinos". Morin, que é judeu, pagou 1 euro como pena simbólica. Ainda diretor de pesquisas no CNRS, ele é doutor honoris causa em universidades de vários países e presidente da Associação para o Pensamento Complexo.

Pré-história do saber

Acima de tudo, o sociólogo francês defende a introdução da incerteza e da falibilidade na rigidez cultural do Ocidente. As limitações causadas pela compartimentação do conhecimento, de acordo com o educador, são responsáveis por manter o espírito humano em sua pré-história. Além disso, a tendência de aplicar conceitos abstratos vindos das ciências exatas e naturais ao universo humano resulta em desconsideração por aspectos como o ambiente, a história e a psicologia, entre outros. Um exemplo, diz o pensador, é a economia, a mais avançada das ciências sociais em termos matemáticos e a menos capaz de trabalhar com regularidades e previsões.

A Era da Incerteza



Equação da física de partículas, parte da teoria quântica: novas visões de mundo.

Foto: Ria Novosti/Science Photo Library/Stock Photos

O início do século 20 foi marcado por duas revoluções científicas: a teoria da relatividade de Albert Einstein (1879-1955) e a mecânica quântica de Max Planck (1879-1955). Ambas obrigaram a humanidade a rever doutrinas e tiveram aplicações nas mais diversas áreas, da filosofia à indústria bélica. A teoria quântica, por exemplo, derrubou certezas da Física e as substituiu pela noção de probabilidade. A relatividade pôs em questão os conceitos de espaço e tempo. Para completar, na termodinâmica, Niels

Bohr (1885-1962) chegou à necessidade de tratar as partículas físicas tanto como corpúsculos quanto como ondas. Quando tudo parecia incerto e relativo, a teoria do caos, já na segunda metade do século, veio, de certa forma, na direção oposta, ao demonstrar que também nos sistemas caóticos existe ordem. Essas e outras reformulações do conhecimento humano levaram Morin a definir sete "princípios-guia" da complexidade, interdependentes e complementares. São eles os princípios sistêmico (o todo é mais do que a soma das partes), hologramático (o todo está em cada parte), do ciclo retroativo (a causa age sobre o efeito e vice-versa), do ciclo recorrente (produtos também originam aquilo que os produz), da auto-eco-organização (o homem se recria em trocas com o ambiente), dialógico (associação de noções contraditórias) e de reintrodução do conhecido em todo conhecimento.

Para recuperar a complexidade da vida nas ciências e nas atividades humanas, Morin recomenda um pensamento crítico sobre o próprio pensar e seus métodos, o que implica sempre voltar ao começo. Não se trata de círculo vicioso, mas de um procedimento em espiral, que amplia o conhecimento a cada retorno e, assim, se coaduna com o fato de o homem ser sempre incompleto – o aprendizado é para toda a vida. "A reforma do pensamento pressupõe a consciência de si e do mundo", diz Izabel Cristina. "Ela decorre da reforma das instituições e vice-versa."

Nos processos em espiral, é necessário conhecer os conceitos de ordem, desordem e organização. Do ponto de vista da complexidade, ordem e desordem convivem nos sistemas. O que diferencia o todo da soma das partes é o que Morin denomina comportamento emergente. Nos seres humanos, a dinâmica entre ordem e desordem se subordina à idéia de auto-eco-organização: a transformação extrapola o indivíduo, se estendendo ao ambiente circundante. Uma vez que tudo está interligado, a solidariedade é tida pelo sociólogo como peça fundamental para superar aquilo que denomina crise planetária – uma situação de impotência diante de incertezas que se acumulam.

Ouvir os jovens

Não há espaço em que a fragmentação do conhecimento esteja tão explícita quanto na escola, com sua estrutura tradicional de parcelamento do tempo em função de disciplinas estanques. Por outro lado, a diversidade de sujeitos e objetos em busca de conexões fazem da sala de aula um fenômeno complexo, ideal para iniciar o processo de mudança de mentalidades defendida por Morin. A meta é a transdisciplinaridade. "Só convencido de que tudo se liga a tudo e de que é urgente aprender a aprender, o educador adquirirá uma nova postura diante da realidade, necessária para uma prática pedagógica libertadora", observa Izabel Cristina.

Sete Saberes Indispensáveis



Tecnologia na escola: tópico para lidar com a fatura de informações.

Foto: JupiterImages/AFP

Em sua defesa da religação dos saberes, Morin tocou numa inquietação disseminada nos dias atuais, quando a tecnologia permite um acesso inédito às informações. Por isso a Organização das Nações Unidas pediu a ele uma relação dos temas que não poderiam faltar para formar o cidadão do século 21. Assim nasceu o texto *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. A lista começa com o estudo do próprio conhecimento. O segundo ponto é a pertinência dos conteúdos, para que levem a "apreender problemas globais e fundamentais". Em seguida vem o estudo da condição humana, entendida como unidade complexa da natureza dos indivíduos. Ensinar a identidade terrena é o quarto ponto e refere-se a abordar as relações humanas de um ponto de vista global. O tópico seguinte é enfrentar as incertezas com base nos aportes recentes das ciências. O aprendizado da compreensão, sexto item, pede uma reforma de mentalidades para superar males como o racismo. Finalmente, uma ética global, baseada na consciência do ser humano como indivíduo e parte da sociedade e da espécie.

Contra a idéia arraigada de que a decomposição do conhecimento responde à suposta limitação intelectual das crianças, o pensador afirma que elas têm as mesmas inquietações dos adultos. Ouvir os alunos, naturalmente sintonizados com o presente, é a melhor maneira de o professor investir na própria formação. Esse também é o caminho para construir um programa de ensino focado no próprio estudante e suas referências culturais, porque as grandes metas da educação deveriam ser o desenvolvimento da compreensão e da condição humana. Segundo Morin, o profissional mais preparado para operar essa mudança de enfoque é o professor generalista dos primeiros anos do Ensino Fundamental, por ter uma visão ampla do processo.

Para pensar

Na opinião de Edgar Morin, cabe aos professores do Ensino Fundamental começar a derrubar as barreiras entre os conhecimentos, por duas razões principais: eles têm a experiência generalista (pelo menos os que trabalham

nas séries iniciais) e lidam com as crianças mais novas, que guardam uma curiosidade e um modo de pensar ainda não influenciados pela separação dos conteúdos em disciplinas. Você, como professor, se dá a liberdade de preparar aulas sem necessariamente parcelar o horário em períodos estanques?

Quer saber mais?

A Cabeça Bem-Feita, Edgar Morin, 128 págs., Ed. Cortez, tel. (11) 3611-9616, 25 reais

A Religação dos Saberes, Edgar Morin, 588 págs., Ed. Bertrand Brasil, tel. (21) 2585-2000, 69 reais

Edgar Morin - A Educação e a Complexidade do Ser e do Saber, Izabel Cristina Petraglia, 120 págs., Ed. Vozes, tel. (24) 2246-5552, 20 reais

Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro, Edgar Morin, 118 págs., Ed. Cortez, 22 reais

Michel Foucault - Um crítico da instituição escolar

Por meio de uma análise histórica inovadora, o filósofo francês viu na educação moderna atitudes de vigilância e adestramento do corpo e da mente

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

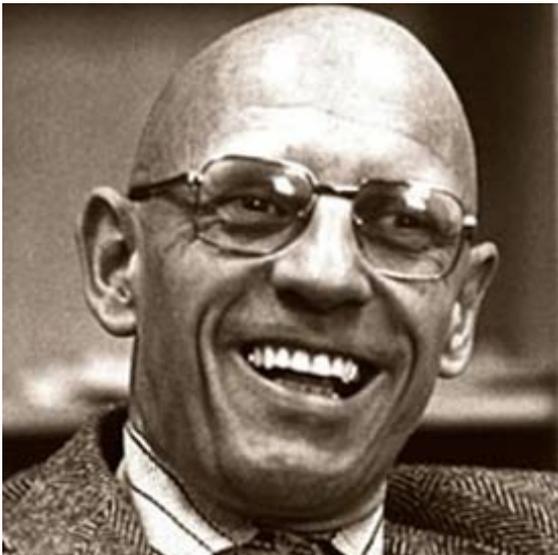


Foto: Bettmann/Corbis /Stock Photos

Poucos pensadores da segunda metade do século 20 alcançaram repercussão tão rápida e ampla quanto o francês **Michel Foucault** (1926-1984). Por ter proposto abordagens inovadoras para entender as instituições e os sistemas de pensamento, a obra de Foucault tornou-se referência em uma grande abrangência de campos do conhecimento. Em seus estudos de investigação histórica, o filósofo tratou diretamente das escolas e das idéias pedagógicas na Idade Moderna. Além disso, vem inspirando uma grande variedade de pesquisas sobre educação em diversos países. "Foi Foucault quem pela primeira vez mostrou que, antes de reproduzir, a escola moderna

produziu, e continua produzindo, um determinado tipo de sociedade", diz Alfredo Veiga-Neto, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em vez de tentar responder ou discutir as questões filosóficas tradicionais, Foucault desenvolveu critérios de questionamento e crítica ao modo como elas são encaradas. A primeira consequência desse procedimento é mostrar que categorias como razão, método científico e até mesmo a noção de homem não são eternas, mas vinculadas a sistemas circunscritos historicamente. Para ele, não há universalidade nem unidade nessas categorias e também não existe uma evolução histórica linear. O peso das circunstâncias não significa, no entanto, que o pensador identificasse mecanismos que determinam o curso dos fatos e os acontecimentos, como o positivismo e o marxismo.

Investigando o conceito de homem no qual se sustentavam as ciências naturais e humanas desde o iluminismo, Foucault observou um discurso em que coexistem o papel de objeto, submetido à ação da natureza, e de sujeito, capaz de apreender o mundo e modificá-lo. Mas o filósofo negou a possibilidade dessa convivência. Segundo ele, há apenas sujeitos, que variam de uma época para outra ou de um lugar para outro, dependendo de suas interações.

Biografia

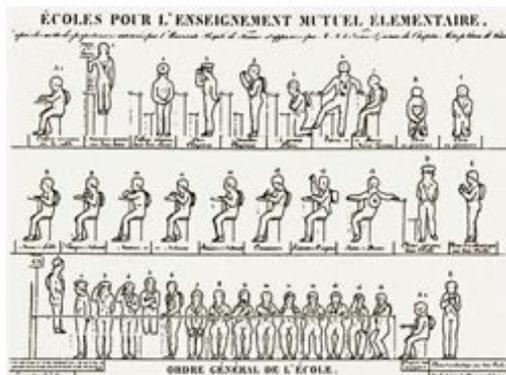
Michel Foucault nasceu em 1926 em Poitiers, no sul da França, numa rica família de médicos. Aos 20 anos foi estudar psicologia e filosofia na École Normale Supérieure, em Paris, período de uma passagem relâmpago pelo Partido Comunista. Obteve o diploma em psicopatologia em 1952, passando a lecionar na Universidade de Lille. Dois anos depois, publicou o primeiro livro, *Doença Mental e Personalidade*. Em 1961, defendeu na Universidade Sorbonne a tese que deu origem ao livro *A História da Loucura*. Entre 1963 e 1977, integrou o conselho editorial da revista *Critique*. Em meados dos anos 1960, sua obra começou a repercutir fora dos círculos acadêmicos. Lecionou entre 1968 e 1969 na Universidade de Vincennes e em seguida assumiu a cadeira de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France, alternando intensas pesquisas com longos períodos no exterior. A partir dos anos 1970, militou no Grupo de Informações sobre Prisões. Entre suas principais obras estão *História da Sexualidade* e *Vigiar e Punir*. Foucault morreu de aids, em 1984.

Disciplina e modernidade

Foucault concluiu, no entanto, que a concepção do homem como objeto foi necessária na emergência e manutenção da Idade Moderna, porque dá às instituições a possibilidade de modificar o corpo e a mente. Entre essas instituições se inclui a educação. O conceito definidor da modernidade,

segundo o francês, é a disciplina – um instrumento de dominação e controle destinado a suprimir ou domesticar os comportamentos divergentes. Portanto, ao mesmo tempo que o iluminismo consolidou um grande número de instituições de assistência e proteção aos cidadãos – como família, hospitais, prisões e escolas –, também inseriu nelas mecanismos que os controlam e os mantêm na iminência da punição (leia o quadro acima). Esses mecanismos formariam o que Foucault chamou de tecnologia política, com poderes de manejar espaço, tempo e registro de informações – tendo como elemento unificador a hierarquia. "As sociedades modernas não são disciplinadas, mas disciplinares: o que não significa que todos nós estejamos igual e irremediavelmente presos às disciplinas", diz Veiga-Neto.

A docilização do corpo no espaço e no tempo



Esquema de postura corporal da escola francesa de Port-Mahon do século 19: triunfo da disciplina. Foto: Reprodução Ed. Vozes

Para Foucault, a escola é uma das "instituições de seqüestro", como o hospital, o quartel e a prisão. "São aquelas instituições que retiram compulsoriamente os indivíduos do espaço familiar ou social mais amplo e os internam, durante um período longo, para moldar suas condutas, disciplinar seus comportamentos, formatar aquilo que pensam etc.", diz Alfredo Veiga-Neto. Com o advento da Idade Moderna, tais instituições deixam de ser lugares de suplício, como castigos corporais, para se tornarem locais de criação de "corpos dóceis". A docilização do corpo tem uma vantagem social e política sobre o suplício, porque este enfraquece ou destrói os recursos vitais. Já a docilização torna os corpos produtivos. A invenção-síntese desse processo, segundo Foucault, é o panóptico, idealizado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832): uma construção de vários compartimentos em forma circular, com uma torre de vigilância no centro. Embora não tenha sido concretizado imediatamente, o panóptico inspirou o projeto arquitetônico de inúmeras prisões, fábricas, asilos e escolas. Uma das muitas "vantagens" apresentadas pelo aparelho para o funcionamento da disciplina é que as pessoas distribuídas no círculo não têm como ver se há alguém ou não na torre. Por isso, internalizam a

disciplina. Ampliada a situação para o âmbito social, a disciplina se exerce por meio de redes invisíveis e acaba ganhando aparência de naturalidade.

O filósofo não acreditava que a dominação e o poder sejam originários de uma única fonte – como o Estado ou as classes dominantes –, mas que são exercidos em várias direções, cotidianamente, em escala múltipla (um de seus livros se intitula *Microfísica do Poder*). Esse exercício também não era necessariamente opressor, podendo estar a serviço, por exemplo, da criação. Foucault via na dinâmica entre diversas instituições e idéias uma teia complexa, em que não se pode falar do conhecimento como causa ou efeito de outros fenômenos. Para dar conta dessa complexidade, o pensador criou o conceito de poder-conhecimento. Segundo ele, não há relação de poder que não seja acompanhada da criação de saber e vice-versa. "Com base nesse entendimento, podemos agir produtivamente contra aquilo que não queremos ser e ensaiar novas maneiras de organizar o mundo em que vivemos", explica Veiga-Neto.

Arqueologia do saber

A contestação e a revisão de conceitos operadas por Foucault criaram a necessidade de refazer percursos históricos. Não é sobre os governos e as nações que ele concentra seus estudos, mas sobre os sistemas prisionais, a sexualidade, a loucura, a medicina etc.

Época fértil para novas idéias



Impasse entre a polícia e estudantes franceses em 1968: espírito de contestação.

Foto: HULTON/Getty Images

Embora Foucault estivesse na Tunísia em maio de 1968, suas idéias estão profundamente ligadas à revolta estudantil ocorrida nas ruas de Paris naquele famoso mês. As manifestações antiautoritárias começaram em apoio aos alunos que haviam tomado a Universidade de Nanterre num protesto contra a reitoria. Esta reagiu fechando os portões do campus. Em pouco tempo as ruas da capital francesa estavam lotadas de estudantes, intelectuais e operários, unidos, entre outros lemas, pela defesa da "imaginação no poder". A movimentação não teve conseqüências práticas imediatas, mas anunciou diversas mudanças, principalmente no campo das idéias. Uma delas foi a substituição, na preferência dos jovens intelectuais,

de pensadores ligados ao marxismo e ao existencialismo por uma geração aparentada com o espírito contestador de Foucault, liderada por nomes como Roland Barthes (1915-1980) e Gilles Deleuze (1925-1995). Por deslocar a noção de poder para uma dimensão múltipla e localizada, Foucault favoreceu um princípio político caro aos partidos alternativos do fim do século 20: o de que não é preciso revoluções para modificar a realidade, porque isso é possível de forma gradual no âmbito cotidiano.

Três fases se sucederam em sua obra. A da arqueologia do conhecimento é marcada pela análise dos discursos ao longo do tempo, de acordo com as circunstâncias históricas, em busca de um saber que não foi sistematizado. A genealógica corresponde a um conjunto de investigações das correlações de forças que permitem a emergência de um discurso, com ênfase na passagem do que é interdito para o que se torna legítimo ou tolerado. Finalmente, a fase ética centra o foco nas práticas por meio das quais os seres humanos exercem a dominação e a subjetivação, conceito que corresponde, aproximadamente, a assumir um papel histórico.

Para pensar

É comum a educação ser encarada como um valor único, invariável e redentor. Mas Foucault a via enredada em seu contexto cultural. Por isso, o ensino que em uma época é considerado a salvação do ser humano, em outra pode ser visto como nocivo. Você já pensou nas implicações políticas e sociais da educação atual, com base em sua experiência? Se sim, você leva em conta as conclusões ao planejar o trabalho em sala de aula?

Quer saber mais?

Foucault e a Educação, Alfredo Veiga-Neto, 160 págs., Ed. Autêntica, tel. (31) 3222-6819, 27 reais

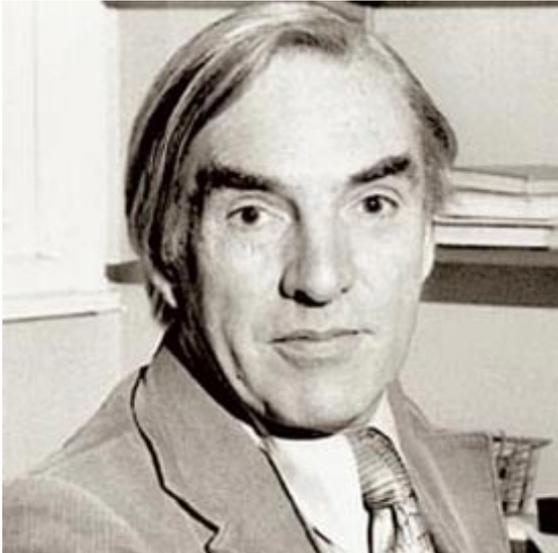
O Sujeito da Educação, Tomaz Tadeu da Silva (org.), 258 págs., Ed. Vozes, tel. (24) 2246-5552, 49,40 reais

Vigiar e Punir, Michel Foucault, 264 págs., Ed. Vozes, 43,90 reais

Lawrence Stenhouse - O defensor da pesquisa do dia-a-dia

Para o educador inglês, todo professor deveria atuar como um investigador para ser capaz de criar o próprio currículo

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Fotos: Pedagogia do Século XXI, Jaime Carbonell, Artmed Editora, Porto Alegre, 2003

É impossível falar em professor-pesquisador sem citar o nome de Lawrence Stenhouse (1926-1982). A necessidade de utilizar a investigação como recurso didático já era discutida desde a década de 1930, mas foi esse inglês quem jogou luz sobre o tema, 30 anos mais tarde. "A técnica e os conhecimentos profissionais podem ser objeto de dúvida, isto é, de saber, e, conseqüentemente, de pesquisa", justificava. Assim, acreditava ele, todo educador tinha de assumir seu lado experimentador no cotidiano e transformar a sala de aula em laboratório. E, tal qual um artista, que trabalha com pincéis e tintas e escolhe texturas e cores, o profissional da educação deveria lançar mão de estratégias variadas até obter as melhores soluções para garantir a aprendizagem da turma. Em condições ideais, todos seriam capazes de criar o próprio currículo, adequado à realidade e às necessidades da garotada.

"Suas idéias, que têm mais de 40 anos, estão na pauta da educação atual", diz a professora Menga Lüdke, do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. De fato, os conceitos mais recentes sobre as competências para ensinar incluem a postura reflexiva, a capacidade de analisar a própria prática e a partir dessa análise efetuar ajustes e melhorias no trabalho de sala de aula.

Mas nem sempre foi assim. Muitas das propostas de Stenhouse foram desprezadas porque ele procurava resolver problemas – como o da autoridade do professor em sala de aula – com propostas educativas de efeitos de médio e longo prazo. E muita gente, dentro da própria escola, prefere soluções instantâneas.

A eficácia das teorias pôde ser comprovada enquanto ele ainda estudava o tema. No final dos anos 1960, trabalhando no Schools Council for

Curriculum and Examinations (Conselho Escolar de Currículo e Avaliação), de Londres, ele criou e pôs em prática um currículo específico para atender jovens de classes populares – com excelentes resultados. Entre outras coisas, porque todos eram tratados com respeito, algo fundamental nas relações escolares para Stenhouse. "Os estudantes rendem mais quando são recebidos e acolhidos com consideração", dizia sempre. E isso, todo professor sabe, não é difícil. Basta estar aberto e ouvir a turma.

Sem medo de aprender

Lawrence Stenhouse dizia que todo professor deveria assumir o papel de aprendiz. Esse é um tema recorrente no pensamento educacional. Muitos dos atuais programas e materiais de educação continuada partem exatamente desta premissa: quem mais precisa aprender é aquele que ensina. Quando o professor está aberto para aprender continuamente, deixa de se comportar como dono do saber. "Creio que a maior parte do ensino que se oferece nas escolas e universidades estimula esse erro", afirmou o pensador na aula inaugural que proferiu na Universidade de East Anglia, na Inglaterra, em 1979, intitulada *Research as a Basis for Teaching* (A Pesquisa como Base para Ensinar). É por isso que muitas pessoas que passaram pela escola têm com o saber uma relação de pouca autonomia, entendendo-o como reafirmação da certeza autorizada. A elas foi negado o prazer de viver a aventura do conhecimento investigativo.

Stenhouse foi pioneiro em defender que o ensino mais eficaz é baseado em pesquisa e descoberta. Mais uma vez se pode identificar o pensamento desse notável pedagogo inglês em métodos muito atuais, como os projetos de trabalho. Para que eles funcionem, é preciso, como recomendava Stenhouse, que o professor deixe de colocar-se como autoridade cujo conhecimento não suporta contestação.

A autoridade em sala de aula

Na década de 1970, Stenhouse fundou, junto com um grupo de colegas, o Centre for Applied Research in Education, Care (Centro para Pesquisa Aplicada em Educação), dentro da Universidade de East Anglia. Seu objetivo principal era elaborar um modelo de ensino no qual todo professor fosse capaz de manter a autoridade, a liderança e a responsabilidade em sala de aula sem transmitir a mensagem de que só o saber lhe confere esse poder.

Ele propôs, mais uma vez, um modelo de ensino baseado na pesquisa. Até hoje o Care tem como foco a necessidade de desenvolver nos docentes da Educação Básica a consciência de que a investigação ajuda – e muito – no dia-a-dia. Essa é a versão inglesa do professor reflexivo, idéia cara a outros pensadores europeus.

As experiências desenvolvidas na Inglaterra provaram que é possível ser mais autônomo e, ao mesmo tempo, agir de forma coerente com os valores e princípios do projeto educacional. Para Stenhouse, a investigação no cotidiano escolar deveria envolver, além dos professores, também os estudantes e a própria comunidade. É o que passou a ser chamado de pesquisa-ação: classes que servem de laboratório, mas permanecem sob o comando de professores, não de pesquisadores.

Um projeto corajoso

A proposta do Humanities Project, do Schools Council for Curriculum and Examinations, era desenvolver um processo educativo que levasse em conta o indivíduo, sua relação com os demais na sociedade e os problemas decorrentes dessa interação. À frente do projeto, Stenhouse testou as hipóteses a que havia chegado, como parte de um processo de modernização pedagógica das escolas estatais. O objetivo era provar que garotos e garotas pobres, ao concluir o ensino obrigatório, eram capazes de alcançar um nível intelectual só atingido, até então, pela elite. Também teve como foco pesquisar o perfil do educador de países democráticos que, em sala de aula, enfrentava discussões sobre questões éticas e de valor. O plano envolveu estudantes que haviam acabado de concluir sua formação e durou de 1968 a 1970. Cerca de 150 professores de 36 escolas da Inglaterra e do País de Gales puseram as idéias em prática. Ao final, os jovens conseguiam, de fato, travar discussões de alta qualidade.

Para pensar

Lawrence Stenhouse defendia a figura do professor-pesquisador. Ele julgava necessário que o docente tivesse pleno domínio da prática pedagógica e acreditava na investigação como único caminho para isso. Portanto, a investigação em sala de aula deve ser voltada para a prática. Não é um trabalho acadêmico e puramente teórico. A expressão pesquisa-ação, criada por ele e divulgada por seus seguidores, quer dizer exatamente isso: pesquisa que se faz do fazer e para melhorar o fazer do professor ou de outros profissionais. Dentro dessa concepção, você se considera um pesquisador? O curso de formação de professores está preparando os profissionais de amanhã a praticar essa pesquisa-ação, expressão cara não só para Stenhouse mas para todos que se dedicam ao aperfeiçoamento da prática pedagógica?

Stenhouse na escola: autonomia no currículo



Discussão em sala de aula: o consenso deve ser o objetivo do professor

Stenhouse estimulou a pesquisa na Educação Básica, mas dizia que o professor também deveria se preocupar em desenvolver o próprio currículo escolar. Para ele, esse processo se daria por meio da reflexão de cada profissional sobre sua prática diária – um conceito, sem dúvida, atual. Muitos afirmam hoje que o docente não deve ser um mero transmissor de conteúdos previamente definidos, mas um sujeito que pensa e analisa criticamente seu ofício. "A investigação é o único meio de construir um pensamento independente e não mais reproduzir o discurso alheio", analisa a professora Menga Lüdke, da PUC do Rio. "Quem tem uma pesquisa competente como rotina fica mais autônomo e tem plenas condições de desenvolver um currículo próprio." Sem esquecer o alerta deixado por Stenhouse: na hora de definir o plano curricular, é preciso sempre trocar experiências com os colegas e os estudantes.

Biografia



Professores de escola inglesa: o docente como aprendiz permanente

Filho de escoceses, Lawrence Stenhouse nasceu em Manchester, na Inglaterra, em 1926. Concluiu o mestrado em educação aos 30 anos. Foi docente da Educação Básica antes de iniciar carreira na universidade. Sua primeira experiência foi na Durham University. Depois se transferiu para o Jordanhill College of Education, em Glasgow, a capital da Escócia. Em 1966, foi convidado a assumir a direção do Humanities Project – um projeto de desenvolvimento curricular do Reino Unido. Nesse cargo, teve a oportunidade de transformar um conjunto de teorias em estratégias que educadores de qualquer nível de ensino podiam utilizar. Aproveitou para

incorporar nesse projeto algumas de suas preocupações, como o direito do aluno ao saber, a conexão dos conteúdos escolares com o conhecimento de mundo e a importância do diálogo como método pedagógico. O projeto foi testado durante dois anos, até 1970. Em seguida, Stenhouse criou, com alguns colegas, o Centre for Applied Research in Education, na Universidade de East Anglia, na cidade britânica de Norwich. O objetivo do centro era compreender os problemas da prática docente, sem perder de vista a ideia do professor como pesquisador. Em 1975 escreveu *An Introduction to Curriculum Research and Development* (Uma introdução à pesquisa e ao desenvolvimento curricular), sua obra mais conhecida. Morreu sete anos mais tarde.

Quer saber mais?

Cartografias do Trabalho Docente – Professor(a)-Pesquisador(a), Corinta Maria G. Geraldi, 336 págs., Ed. Mercado das Letras, tel. (19) 3241-7514, 59 reais

O Professor e a Pesquisa, Menga Lüdke, 112 págs., Ed. Papyrus, tel. (19) 3272-4500, 26 reais

Pedagogias do Século XX, vários autores, 160 págs., Ed. Artmed, tel. 0800-703-3444, 42 reais

No site, <http://research.uea.ac.uk/care>, você tem acesso aos projetos desenvolvidos pelo Care (em inglês)

Pierre Bourdieu - O investigador da desigualdade

O sociólogo francês detectou mecanismos de conservação e reprodução em todas as áreas da atividade humana, entre elas o sistema educacional

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

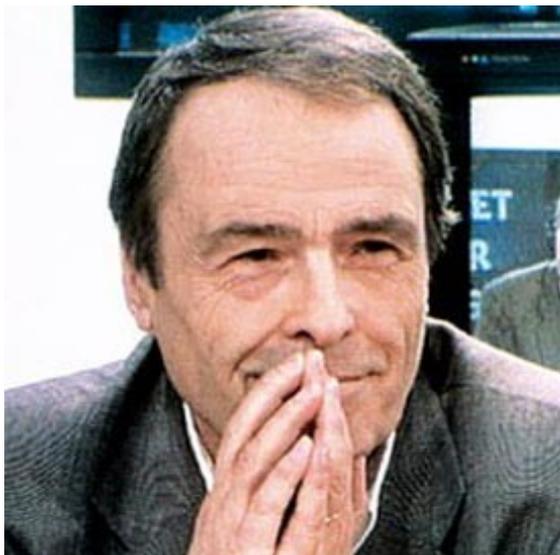


Foto: AFP

Embora a maioria dos grandes pensadores da educação tenha desenvolvido suas teorias com base numa visão crítica da escola, somente na segunda

metade do século 20 surgiram questionamentos bem fundamentados sobre a neutralidade da instituição. Até ali a instrução era vista como um meio de elevação cultural mais ou menos à parte das tensões sociais. O francês Pierre Bourdieu (1930-2002) empreendeu uma investigação sociológica do conhecimento que detectou um jogo de dominação e reprodução de valores.

Suas pesquisas exerceram forte influência nos ambientes pedagógicos nas décadas de 1970 e 1980. "Desde então, as teorias de reprodução foram criticadas por exagerar a visão pessimista sobre a escola", diz Cláudio Martins Nogueira, professor da Universidade Federal de Minas Gerais. "Vários autores passaram a mostrar que nem sempre as desigualdades sociais se reproduzem completamente na sala de aula." Na essência, contudo, as conclusões de Bourdieu não foram contestadas.

Na mesma época em que as restrições a sua obra acadêmica se tornaram mais frequentes, a figura pública do sociólogo ganhou notoriedade pelas críticas à mídia, aos governos de esquerda da Europa e à globalização (leia o quadro na pág. 123). Ele costuma ser incluído na tradição francesa do intelectual público e combativo, a exemplo do escritor Émile Zola (1840-1902) e do filósofo Jean Paul Sartre (1905-1980).

Valores incorporados

O livro *A Reprodução* (1970), escrito em parceria com Jean-Claude Passeron, analisou o funcionamento do sistema escolar francês e concluiu que, em vez de ter uma função transformadora, ele reproduz e reforça as desigualdades sociais. Quando a criança começa sua aprendizagem formal, segundo os autores, é recebida num ambiente marcado pelo caráter de classe, desde a organização pedagógica até o modo como prepara o futuro dos alunos.

Para construir sua teoria, Bourdieu criou uma série de conceitos, como *habitus* e *capital cultural*. Todos partem de uma tentativa de superação da dicotomia entre subjetivismo e objetivismo. "Ele acreditava que qualquer uma dessas tendências, tomada isoladamente, conduz a uma interpretação restrita ou mesmo equivocada da realidade social", explica Nogueira. A noção de *habitus* procura evitar esse risco. Ela se refere à incorporação de uma determinada estrutura social pelos indivíduos, influenciando em seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que se inclinam a confirmá-la e reproduzi-la, mesmo que nem sempre de modo consciente.

Um exemplo disso: a dominação masculina, segundo o sociólogo, se mantém não só pela preservação de mecanismos sociais mas pela absorção involuntária, por parte das mulheres, de um discurso conciliador. Na

formação do habitus, a produção simbólica – resultado das elaborações em áreas como arte, ciência, religião e moral – constitui o vetor principal, porque recria as desigualdades de modo indireto, escamoteando hierarquias e constrangimentos.

Assim, estruturas sociais e agentes individuais se alimentam continuamente numa engrenagem de caráter conservador. É o caso da maneira como cada um lida com a linguagem. Tudo que a envolve – correção gramatical, sotaque, habilidade no uso de palavras e construções etc. – está fortemente relacionado à posição social de quem fala e à função de ratificar a ordem estabelecida. Para Bourdieu, todas essas ferramentas de poder são essencialmente arbitrárias, mas isso não costuma ser percebido. "É necessário que os dominados as percebam como legítimas, justas e dignas de serem utilizadas", afirma Nogueira.

Capital cultural

Outro conceito utilizado por Bourdieu é o de campo, para designar nichos da atividade humana nos quais se desenrolam lutas pela detenção do poder simbólico, que produz e confirma significados. Esses conflitos consagram valores que se tornam aceitáveis pelo senso comum. No campo da arte, a luta simbólica decide o que é erudito ou popular, de bom ou de mau gosto. Dos elementos vitoriosos, formam-se o habitus e o código de aceitação social.

Os indivíduos, por sua vez, se posicionam nos campos de acordo com o capital acumulado – que pode ser social, cultural, econômico e simbólico. O capital social, por exemplo, corresponde à rede de relações interpessoais que cada um constrói, com os benefícios ou malefícios que ela pode gerar na competição entre os grupos humanos. Já na educação se acumula sobretudo capital cultural, na forma de conhecimentos apreendidos, livros, diplomas etc.

Com os instrumentos teóricos que criou, Bourdieu afastou de suas análises a ênfase central nos fatores econômicos – que caracteriza o marxismo – e introduziu, para se referir ao controle de um estrato social sobre outro, o conceito de violência simbólica, legitimadora da dominação e posta em prática por meio de estilos de vida. Isso explicaria por que é tão difícil alterar certos padrões sociais: o poder exercido em campos como a linguagem é mais eficiente e sutil do que o uso da força propriamente dita.

Para pensar

Freqüentemente fazemos, sem perceber, julgamentos severos com base em motivos nada consistentes ou, pior, preconceituosos. Na escola, é comum alunos serem discriminados por causa de sua aparência e seus hábitos. Você

já observou como muitas vezes isso é uma manifestação de sentimentos de superioridade de alguns grupos sociais em relação a outros?

Os sutis artifícios de perpetuação



Escola de filhos de imigrantes ilegais na França: desigualdade tende a se reproduzir.

Foto: AFP

Para Bourdieu, a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra. É nela que o legado econômico da família transforma-se em capital cultural. E este, segundo o sociólogo, está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos na sala de aula. Eles tendem a ser julgados pela quantidade e pela qualidade do conhecimento que já trazem de casa, além de várias "heranças", como a postura corporal e a habilidade de falar em público. Os próprios estudantes mais pobres acabam encarando a trajetória dos bem-sucedidos como resultante de um esforço recompensado. Uma mostra dos mecanismos de perpetuação da desigualdade está no fato, facilmente verificável, de que a frustração com o fracasso escolar leva muitos alunos e suas famílias a investir menos esforços no aprendizado formal, desenhando um círculo que se auto-alimenta. Nos primeiros livros que escreveu, Bourdieu previa a possibilidade de superar essa situação se as escolas deixassem de supor a bagagem cultural que os alunos trazem de casa e partissem do zero. Mas, com o passar do tempo, o pessimismo foi crescendo na obra do sociólogo: a competição escolar passou a ser vista como incontornável.

A globalização e os descontentes



Protesto em Seattle em 1999: nova ordem vista como excludente.

Foto: Paula A. Souders/Corbis

Bourdieu tornou-se ideólogo e símbolo dos protestos contra a globalização econômica e cultural, sobretudo depois do lançamento, em 1993, do livro *A Miséria do Mundo*. Ele assumiu um papel ativo de apoio à greve dos servidores franceses, em 1995 e 1996, por julgar que ela representava um sinal de resistência do espírito público contra as privatizações. Desde então, posicionou-se fortemente contra a tendência política neoliberal e todas as outras que considerava aparentadas a ela, incluindo a linha de moderação adotada pelos partidos de esquerda que chegaram ao poder na Europa. Grupos movidos por insatisfação semelhante à de Bourdieu amplificaram seus protestos durante a reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle, nos Estados Unidos, em 1999, dando origem ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Com suas críticas a uma ordem que considerava excludente, Bourdieu centrou fogo contra os meios de comunicação, que acusava de renderem-se à lógica do comércio e produzirem lixo cultural em larga escala.

Biografia

Pierre Bourdieu nasceu em 1930 no vilarejo de Denguin, no sudoeste da França. Fez os estudos básicos num internato em Pau, experiência que deixou nele profundas marcas negativas. Em 1951 ingressou na Faculdade de Letras, em Paris, e na Escola Normal Superior. Três anos depois, graduou-se em filosofia. Prestou serviço militar na Argélia (então colônia francesa), onde retomou a carreira acadêmica e escreveu o primeiro livro, sobre a sociedade cabila. De volta à França, assumiu a função de assistente do filósofo Raymond Aron (1905-1983) na Faculdade de Letras de Paris e, simultaneamente, filiou-se ao Centro Europeu de Sociologia, do qual veio a ser secretário-geral. Bourdieu publicou mais de 300 títulos, entre livros e

artigos. Fundou as publicações Actes de la Recherche en Sciences Sociales e Liber. Em 1982, propôs a criação de uma "sociologia da sociologia" em sua aula inaugural no Collège de France, levando esse objetivo em frente nos anos seguintes. Quando morreu de câncer, em 2002, foi tema de longos perfis na imprensa europeia. Um ano antes, um documentário sobre ele, Sociologia É um Esporte de Combate, havia sido um sucesso inesperado nos cinemas da França. Entre seus livros mais conhecidos estão A Distinção (1979), que trata dos julgamentos estéticos como distinção de classe, Sobre a Televisão (1996) e Contrafogos (1998), a respeito do discurso do chamado neoliberalismo.

Quer saber mais?

A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino, Jean-Claude Passeron e Pierre Bourdieu, 312 págs., Ed. Francisco Alves, tel. (21) 2240-7989 (edição esgotada)

A Economia das Trocas Simbólicas, Pierre Bourdieu, org. Sergio Miceli, 424 págs., Ed. Perspectiva, tel. (11) 3885- 8388, 35 reais

Bourdieu e a Educação, Maria Alice Nogueira e Cláudio M. Martins Nogueira, 152 págs., Ed. Autêntica, tel. (31) 3222-6819, 19,50 reais

Escritos de Educação, Pierre Bourdieu, org. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, 256 págs., Ed. Vozes, tel. (24) 2246-5552, 52,40 reais

Emilia Ferreiro - A estudiosa que revolucionou a alfabetização

A psicolingüista argentina desvendou os mecanismos pelos quais as crianças aprendem a ler e escrever, o que levou os educadores a rever radicalmente seus métodos

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)

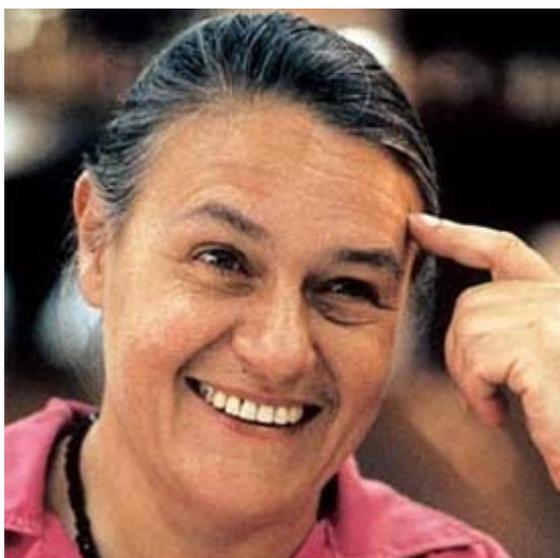


Foto: Antônio Vargas

Nenhum nome teve mais influência sobre a educação brasileira nos últimos 20 anos do que o da psicolingüista argentina Emilia Ferreiro. A divulgação de seus livros no Brasil, a partir de meados dos anos 1980, causou um

grande impacto sobre a concepção que se tinha do processo de alfabetização, influenciando as próprias normas do governo para a área, expressas nos Parâmetros Curriculares Nacionais. As obras de Emilia – Psicogênese da Língua Escrita é a mais importante – não apresentam nenhum método pedagógico, mas revelam os processos de aprendizado das crianças, levando a conclusões que puseram em questão os métodos tradicionais de ensino da leitura e da escrita. "A história da alfabetização pode ser dividida em antes e depois de Emilia Ferreiro", diz a educadora Telma Weisz, que foi aluna da psicolingüista.

Conteúdo relacionado

Reportagens

- [O momento atual é interessante porque põe a escola em crise](#)
- [Jean Piaget, O biólogo que pôs a aprendizagem no microscópio](#)
- [Friedrich Froebel, o formador das crianças pequenas](#)
- [Condorcet - A luz da Revolução Francesa na escola](#)
- [Especial sobre Alfabetização](#)
- [Mais do que letras](#)
- [Edição Especial - Grandes Pensadores](#)

Emilia Ferreiro se tornou uma espécie de referência para o ensino brasileiro e seu nome passou a ser ligado ao construtivismo, campo de estudo inaugurado pelas descobertas a que chegou o biólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) na investigação dos processos de aquisição e elaboração de conhecimento pela criança – ou seja, de que modo ela aprende. As pesquisas de Emilia Ferreiro, que estudou e trabalhou com Piaget, concentram o foco nos mecanismos cognitivos relacionados à leitura e à escrita. De maneira equivocada, muitos consideram o construtivismo um método.

Tanto as descobertas de Piaget como as de Emilia levam à conclusão de que as crianças têm um papel ativo no aprendizado. Elas constroem o próprio conhecimento – daí a palavra construtivismo. A principal implicação dessa conclusão para a prática escolar é transferir o foco da escola – e da alfabetização em particular – do conteúdo ensinado para o sujeito que aprende, ou seja, o aluno. "Até então, os educadores só se preocupavam com a aprendizagem quando a criança parecia não aprender", diz Telma Weisz. "Emilia Ferreiro inverteu essa ótica com resultados surpreendentes."

Biografia

Emilia Ferreiro nasceu na Argentina em 1936. Doutorou-se na Universidade de Genebra, sob orientação do biólogo Jean Piaget, cujo trabalho de epistemologia genética (uma teoria do conhecimento centrada

no desenvolvimento natural da criança) ela continuou, estudando um campo que o mestre não havia explorado: a escrita. A partir de 1974, Emilia desenvolveu na Universidade de Buenos Aires uma série de experimentos com crianças que deu origem às conclusões apresentadas em *Psicogênese da Língua Escrita*, assinado em parceria com a pedagoga espanhola Ana Teberosky e publicado em 1979. Emilia é hoje professora titular do Centro de Investigação e Estudos Avançados do Instituto Politécnico Nacional, da Cidade do México, onde mora. Além da atividade de professora – que exerce também viajando pelo mundo, incluindo freqüentes visitas ao Brasil –, a psicolingüista está à frente do site www.chicosyescritores.org, em que estudantes escrevem em parceria com autores consagrados e publicam os próprios textos.

Etapas de aprendizado

Segundo Emilia, a construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, embora aberta à interação social, na escola ou fora dela. No processo, a criança passa por etapas, com avanços e recuos, até se apossar do código lingüístico e dominá-lo. O tempo necessário para o aluno transpor cada uma das etapas é muito variável. Duas das conseqüências mais importantes do construtivismo para a prática de sala de aula são respeitar a evolução de cada criança e compreender que um desempenho mais vagaroso não significa que ela seja menos inteligentes ou dedicada do que as demais. Outra noção que se torna importante para o professor é que o aprendizado não é provocado pela escola, mas pela própria mente das crianças e portanto elas já chegam a seu primeiro dia de aula com uma bagagem de conhecimentos. "Emilia mostrou que a construção do conhecimento se dá por seqüências de hipóteses", diz Telma Weisz.

Idéias que o Brasil adotou



Ambiente alfabetizador em escola gaúcha nos anos 1980: Emilia Ferreiro

inspira políticas oficiais.

Foto: Paulo Franken

As pesquisas de Emilia Ferreiro e o termo construtivismo começaram a ser divulgados no Brasil no início da década de 1980. As informações chegaram primeiro ao ambiente de congressos e simpósios de educadores. O livro-chave de Emilia, *Psicogênese da Língua Escrita*, saiu em edição brasileira em 1984. As descobertas que ele apresenta tornaram-se assunto obrigatório nos meios pedagógicos e se espalharam pelo Brasil com rapidez, a ponto de a própria autora manifestar sua preocupação quanto à forma como o construtivismo estava sendo encarado e transposto para a sala de aula. Mas o construtivismo mostrou sua influência duradoura ao ser adotado pelas políticas oficiais de vários estados brasileiros. Uma das experiências mais abrangentes se deu no Rio Grande do Sul, onde a Secretaria Estadual de Educação criou um Laboratório de Alfabetização inspirado nas descobertas de Emilia Ferreiro. Hoje o construtivismo é a fonte da qual derivam várias das diretrizes oficiais do Ministério da Educação. Segundo afirma a educadora Telma Weisz na apresentação de uma das reedições de *Psicogênese da Língua Escrita*, "a mudança da compreensão do processo pelo qual se aprende a ler e a escrever afetou todo o ensino da língua", produzindo "experimentação pedagógica suficiente para construir, a partir dela, uma didática".

De acordo com a teoria exposta em *Psicogênese da Língua Escrita*, toda criança passa por quatro fases até que esteja alfabetizada:

pré-silábica: não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada;

silábica: interpreta a letra a sua maneira, atribuindo valor de sílaba a cada uma;

silábico-alfabética: mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas sílabas; e **alfabética:** domina, enfim, o valor das letras e sílabas.

O princípio de que o processo de conhecimento por parte da criança deve ser gradual corresponde aos mecanismos deduzidos por Piaget, segundo os quais cada salto cognitivo depende de uma assimilação e de uma reacomodação dos esquemas internos, que necessariamente levam tempo. É por utilizar esses esquemas internos, e não simplesmente repetir o que ouvem, que as crianças interpretam o ensino recebido. No caso da alfabetização isso implica uma transformação da escrita convencional dos adultos. Para o construtivismo, nada mais revelador do funcionamento da mente de um aluno do que seus supostos erros, porque evidenciam como ele "releu" o conteúdo aprendido. O que as crianças aprendem não coincide com aquilo que lhes foi ensinado.

Compreensão do conteúdo

Com base nesses pressupostos, Emilia Ferreiro critica a alfabetização tradicional, porque julga a prontidão das crianças para o aprendizado da

leitura e da escrita por meio de avaliações de percepção (capacidade de discriminar sons e sinais, por exemplo) e de motricidade (coordenação, orientação espacial etc.). Dessa forma, dá-se peso excessivo para um aspecto exterior da escrita (saber desenhar as letras) e deixa-se de lado suas características conceituais, ou seja, a compreensão da natureza da escrita e sua organização. Para os construtivistas, o aprendizado da alfabetização não ocorre desligado do conteúdo da escrita.

Sala de aula vira ambiente alfabetizador

Uma das principais conseqüências da absorção da obra de Emilia Ferreiro na alfabetização é a recusa ao uso das cartilhas, uma espécie de bandeira que a psicolinguísta argentina ergue. Segundo ela, a compreensão da função social da escrita deve ser estimulada com o uso de textos de atualidade, livros, histórias, jornais, revistas. Para a psicolinguísta, as cartilhas, ao contrário, oferecem um universo artificial e desinteressante. Em compensação, numa proposta construtivista de ensino, a sala de aula se transforma totalmente, criando-se o que se chama de ambiente alfabetizador. O ritmo da aula é dado pelos alunos, embora o professor deva ter a última palavra e manter a disciplina. Trabalha-se para não inibir as crianças e deixar que explorem a própria concepção de escrita. As noções de certo e errado desaparecem do vocabulário e aposentam-se as avaliações tradicionais para medir o desenvolvimento do aluno.

É por não levar em conta o ponto mais importante da alfabetização que os métodos tradicionais insistem em introduzir os alunos à leitura com palavras aparentemente simples e sonoras (como babá, bebê, papa), mas que, do ponto de vista da assimilação das crianças, simplesmente não se ligam a nada. Segundo o mesmo raciocínio equivocado, o contato da criança com a organização da escrita é adiado para quando ela já for capaz de ler as palavras isoladas, embora as relações que ela estabelece com os textos inteiros sejam enriquecedoras desde o início.

Compreender a escrita interiormente significa compreender um código social. Por isso, segundo Emilia Ferreiro, a alfabetização também é uma forma de se apropriar das funções sociais da escrita. De acordo com suas conclusões, desempenhos díspares apresentados por crianças de classes sociais diferentes na alfabetização não revelam capacidades desiguais, mas o acesso maior ou menor a textos lidos e escritos desde os primeiros anos de vida.

Para pensar

Segundo os construtivistas, não se aprende por pedacinhos, mas por mergulhos em conjuntos de problemas que envolvem vários conceitos simultaneamente. No caso da alfabetização, utilizar textos do cotidiano é muito mais produtivo do que seguir uma cartilha. Isso não quer dizer que o ensino não deva ser objeto de planejamento e sistematização. Você,

professor, costuma ficar atento ao que cada aluno já sabe para fazer com que avance, em ritmo próprio?

Quer saber mais?

Construtivismo, Maria da Graça Azenha, 128 págs., Ed. Ática, tel. 0800-115-152, 18,90 reais

Cultura Escrita e Educação, Emilia Ferreiro, 179 págs., Ed. Artmed, tel. 0800-703-3444, 36 reais

Psicogênese da Língua Escrita, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, 300 págs., Ed. Artmed, tel. 0800-703-3444, 49 reais

Howard Gardner - O cientista das inteligências múltiplas

A idéia de que existem várias aptidões além do raciocínio lógico-matemático, apresentada pelo psicólogo, causou grande impacto nos meios pedagógicos

Márcio Ferrari (novaescola@atleitor.com.br)



Foto: Gustavo Lourenção

Formado no campo da psicologia e da neurologia, o cientista norteamericano Howard Gardner causou forte impacto na área educacional com sua teoria das inteligências múltiplas, divulgada no início da década de 1980. Seu interesse pelos processos de aprendizado já estava presente nos primeiros estudos de pós-graduação, quando pesquisou as descobertas do suíço Jean Piaget (1896-1980). Por outro lado, a dedicação à música e às artes, que começou na infância, o levou a supor que as noções consagradas a respeito das aptidões intelectuais humanas eram parciais e insuficientes.

Até ali, o padrão mais aceito para a avaliação de inteligência eram os testes de QI, criados nos primeiros anos do século 20 pelo psicólogo francês Alfred Binet (1857-1911) a pedido do ministro da Educação de seu país. O QI (quociente de inteligência) media, basicamente, a capacidade de dominar o raciocínio que hoje se conhece como lógico-matemático, mas

durante muito tempo foi tomado como padrão para aferir se as crianças correspondiam ao desempenho escolar esperado para a idade delas. "Como o aprendizado dos símbolos e raciocínios matemáticos envolve maior dificuldade do que o de palavras, Binet acreditou que seria um bom parâmetro para destacar alunos mais e menos inteligentes", diz Celso Antunes, coordenador-geral de ensino do Centro Universitário Sant' Anna, em São Paulo. "Mais tarde, Piaget também destacou essa dificuldade e, dessa forma, cresceu exponencialmente a valorização da inteligência lógico-matemática."

Biografia

Howard Gardner nasceu em Scranton, no estado norteamericano da Pensilvânia, em 1943, numa família de judeus alemães refugiados do nazismo. Ingressou na Universidade Harvard em 1961 para estudar história e direito, mas acabou se aproximando do psicanalista Erik Erikson (1902-1994) e redirecionou a carreira acadêmica para os campos combinados de psicologia e educação. Na pós-graduação, pesquisou o desenvolvimento dos sistemas simbólicos pela inteligência humana sob orientação do célebre educador Jerome Bruner. Nessa época, Gardner integrou-se ao Harvard Project Zero, destinado inicialmente às pesquisas sobre educação artística. Em 1971, tornou-se co-diretor do projeto, cargo que mantém até hoje. Foi lá que desenvolveu as pesquisas sobre as inteligências múltiplas. Elas vieram a público em seu sétimo livro, *Frames of Mind*, de 1983, que o projetou da noite para o dia nos Estados Unidos. O assunto foi aprofundado em outro campeão de vendas, *Inteligências Múltiplas: Teoria na Prática*, publicado em 1993. Nos escritos sobre educação que se seguiram, enfatizou a importância de trabalhar a formação ética simultaneamente ao desenvolvimento das inteligências. Hoje leciona neurologia na escola de medicina da Universidade de Boston e é professor de cognição e pedagogia e de psicologia em Harvard. Nos últimos anos, vem pesquisando e escrevendo sobre criadores e líderes exemplares, tema de livros como *Mentes Extraordinárias*. Em 2005, foi eleito um dos 100 intelectuais mais influentes do mundo pelas revistas *Foreign Policy* e *Prospect*.

Trabalho dos gênios

Sob a influência do norte-americano Robert Sternberg, que estudou as variações dos conceitos de inteligência em diferentes culturas, Gardner foi levado a conceituá-la como o potencial para resolver problemas e para criar aquilo que é valorizado em determinado contexto social e histórico. Na elaboração de sua teoria, ele partiu da observação do trabalho dos gênios. "Ficou claro que a manifestação da genialidade humana é bem mais específica que generalista, uma vez que bem poucos gênios o são em todas as áreas", afirma Antunes. Gardner foi buscar evidências também no estudo de pessoas com lesões e disfunções cerebrais, que o ajudou a formular hipóteses sobre a relação entre as habilidades individuais e determinadas

regiões do órgão. Finalmente, o psicólogo se valeu do mapeamento encefálico mediante técnicas surgidas nas décadas recentes. Suas conclusões, como a maioria das que se referem ao funcionamento do cérebro, são eminentemente empíricas. Ele concluiu, a princípio, que há sete tipos de inteligência:

1. Lógico-matemática é a capacidade de realizar operações numéricas e de fazer deduções.
2. Lingüística é a habilidade de aprender idiomas e de usar a fala e a escrita para atingir objetivos.
3. Espacial é a disposição para reconhecer e manipular situações que envolvam apreensões visuais.
4. Físico-cinestésica é o potencial para usar o corpo com o fim de resolver problemas ou fabricar produtos.
5. Interpessoal é a capacidade de entender as intenções e os desejos dos outros e conseqüentemente de se relacionar bem em sociedade.
6. Intrapessoal é a inclinação para se conhecer e usar o entendimento de si mesmo para alcançar certos fins.
7. Musical é a aptidão para tocar, apreciar e compor padrões musicais.

Enfoques variados para habilidades diversas



Inteligência espacial: aptidão para o desenho pode ser desenvolvida.

Foto: Ricardo B. Labastier

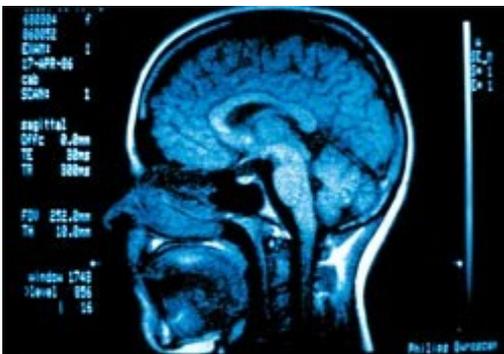
Muitas escolas, inclusive no Brasil, se esforçaram para mudar seus procedimentos em função das descobertas de Howard Gardner. A maneira mais difundida de aplicar a teoria das inteligências múltiplas é tentar estimular todas as habilidades potenciais dos alunos quando se está ensinando um mesmo conteúdo. As melhores estratégias partem da resolução de problemas. Segundo Gardner, não é possível compensar totalmente a desvantagem genética com um ambiente estimulador da

habilidade correspondente, mas condições adequadas de aprendizado sempre suscitam alguma resposta positiva do aluno – desde que elas despertem o prazer do aprendizado. O psicólogo norteamericano atribui à escola duas funções essenciais: modelar papéis sociais e transmitir valores. "A missão da educação deve continuar a ser uma confrontação com a verdade, a beleza e a bondade, sem negar as facetas problemáticas dessas categorias ou as discordâncias entre diferentes culturas", escreveu. Pela própria natureza de suas descobertas, o trabalho de Gardner favorece uma visão integral de cada indivíduo e a valorização da multiplicidade e da diversidade na sala de aula.

Mais tarde, Gardner acrescentou à lista as inteligências natural (reconhecer e classificar espécies da natureza) e existencial (refletir sobre questões fundamentais da vida humana) e sugeriu o agrupamento da interpessoal e da intrapessoal numa só.

A primeira implicação da teoria das múltiplas inteligências é que existem talentos diferenciados para atividades específicas. O físico Albert Einstein tinha excepcional aptidão lógico-matemática, mas provavelmente não dispunha do mesmo pendor para outros tipos de habilidade. O mesmo pode ser dito da veia musical de Wolfgang Amadeus Mozart ou da inteligência físico-cinestésica de Pelé. Por outro lado, embora essas capacidades sejam independentes, raramente funcionam de forma isolada.

Desvendando a mente humana



Tomografia computadorizada da cabeça:
símbolo da década do cérebro.

Foto: Nellie Solitrenick

Os anos 1990 ficaram conhecidos como a década do cérebro graças aos novos procedimentos de visualização do interior do corpo humano e, principalmente, ao grande número de estudos desafiadores sobre o assunto. "A teoria das inteligências múltiplas não poderia ter ganho as mesmas diversidade e dimensão sem as admiráveis conquistas das ciências da cognição nesse período", diz Celso Antunes. Alguns dos cientistas que mais contribuições trouxeram à área foram António Damasio, Oliver Sacks, Joseph LeDoux e Steven Pinker. Entre as descobertas recentes que contrariam crenças antigas estão a de que o cérebro mantém o potencial de

evolução durante toda a vida e que funções de regiões lesionadas podem ser assumidas por outras, se estimuladas. Apesar dos avanços, a mente humana continua a ser um vasto território a explorar. A intensificação das pesquisas faz prever muitas novidades para os próximos anos.

O que leva as pessoas a desenvolver capacidades inatas são a educação que recebem e as oportunidades que encontram. Para Gardner, cada indivíduo nasce com um vasto potencial de talentos ainda não moldado pela cultura, o que só começa a ocorrer por volta dos 5 anos. Segundo ele, a educação costuma errar ao não levar em conta os vários potenciais de cada um. Além disso, é comum que essas aptidões sejam sufocadas pelo hábito nivelador de grande parte das escolas. Preservá-las já seria um grande serviço ao aluno. "O escritor imita a criança que brinca: cria um mundo de fantasia que leva a sério, embora o separe da realidade", diz Gardner.

Para pensar

Uma das conseqüências nefastas da valorização exclusiva da inteligência lógico-matemática é a tendência de definir o desempenho dos alunos mais pelo que eles não são (dada a impossibilidade de que todos se destaquem numa única área de conhecimento) do que pelo que são. Ainda prevalece o hábito de valorizar as habilidades relacionadas às artes e aos esportes apenas nas chamadas atividades extracurriculares. Você acha que, em sua prática diária, isso pode começar a ser mudado? De que forma?

Quer saber mais?

As Inteligências Múltiplas e seus Estímulos, Celso Antunes, 144 págs., Ed. Papirus, tel. (19) 3272-4500, 29,50 reais

Inteligência – Um Conceito Reformulado, Howard Gardner, 348 págs., Ed. Objetiva, tel. (21) 2199-7842 , 49,90 reais

Jogos para a Estimulação das Inteligências, Celso Antunes, 312 págs., Ed. Vozes, tel. (24) 2246-5552 , 44,30 reais

O Verdadeiro, o Belo e o Bom, Howard Gardner, 364 págs., Ed. Objetiva, 45,90 reais

Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes-especiais/022.shtml>